



Standard Bank Angola

Relatório e Contas 2015



Índice

1 MENSAGEM DO CEO, EVOLUÇÃO E ESTRATÉGIA

Mensagem do CEO
Evolução do Negócio
Expectativas e Estratégia 2016

2 O STANDARD BANK

Quem Somos
Onde estamos
Marcos históricos
Os nossos valores
Como criamos valor

3 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Internacional
Nacional
Principais alterações legais e regulamentares

4 O NEGÓCIO AO SERVIÇO DOS NOSSOS CLIENTES

A nossa Estrutura de Negócio

Visão Geral
Corporate & Investment Banking (CIB)
Personal & Business Banking (PBB)
Canais de distribuição
Qualidade de atendimento ao cliente

Marketing & Comunicação

Comunicação Institucional
Marketing digital
Principais campanhas
Eventos/ Patrocínios

5 CAPITAL HUMANO

A nossa equipa
Desenvolvimento e retenção de talentos
Recrutamento
Formação
Avaliação de Desempenho
Programas
Higiene e Segurança no Trabalho

6 GOVERNAÇÃO CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA

Modelo de Governação

Princípios orientadores
Estrutura orgânica
Estrutura accionista
Composição dos Órgãos Sociais
Comissões especializadas

Funções-Chave do Sistema de Controlo Interno

Principais Políticas de Governação Corporativa

Responsabilidade Social

7 GESTÃO DO RISCO

Modelo de Gestão de Riscos

Risk Governance

Riscos

Risco de Crédito
Risco de Mercado
Risco Cambial
Risco de Taxa de Juro
Risco de Liquidez
Risco Operacional
Risco de Compliance
Risco Reputacional

8 ANÁLISE FINANCEIRA

Análise do Balanço
Análise de Resultados
Proposta de Aplicação de Resultados

9 NOTAS ÀS CONTAS

Demonstrações Financeiras e notas
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Parecer do Auditor Externo

10 INFORMAÇÃO ADICIONAL

Definições financeiras
Acrónimos e abreviaturas

CONTACTOS



Standard
Bank

1. Mensagem do CEO, evolução do negócio e estratégia



Mensagem do CEO

O ano de 2015 será recordado pela queda dos preços das matérias-primas e, em particular para Angola, pelo preço baixo do petróleo, que registou uma tendência de descida durante todo o ano, terminando 2015 perto de preços não vistos há vários anos. Não tendo Angola diversificado a sua economia nos anos prósperos de preços elevados do petróleo sendo, consequentemente, a maioria de bens e serviços comprados no exterior, o impacto do baixo preço do petróleo teve um efeito negativo substancial uma vez que a maioria de bens e serviços continuam a ser comprados no exterior, tanto através de uma menor entrada de moeda estrangeira na economia como na consequente incapacidade de efectuar o pagamento das importações, que resultam em atrasos de pagamento no estrangeiro. A combinação destes factores de pressão resultou na desvalorização da moeda local em comparação com os seus principais parceiros comerciais, no alargamento da diferença entre a taxa de câmbio oficial e a taxa de câmbio praticada no mercado paralelo e no aumento da inflação no país.

O Standard Bank Angola celebrou o seu quinto aniversário, neste que foi o ano mais desafiante em termos económicos na nossa curta história operacional em Angola. Os resultados alcançados durante o ano foram também os melhores até à data.

A melhoria da framework de risco permitiu melhorar a estrutura de custos de modo a alinhar o negócio para responder aos tempos economicamente difíceis que se antecipam. O foco no ambiente de risco num ambiente económico em deterioração conduz à redução do apetite face ao risco dos bancos nas áreas de negócio de retalho e empresas, resultando num abrandamento do crédito concedido que, combinado com uma inferior procura de crédito por parte das empresas, resultou num modesto crescimento anual de 20% no portfólio de crédito.

Por outro lado, uma melhor percepção e conhecimento da marca, captação de novos clientes, uma maior percentagem das transacções bancárias dos clientes a ser direccionada para o Standard Bank, em conjunto com atrasos na disponibilidade de moeda estrangeira, contribuíram para um aumento de 47% nos depósitos. Uma gestão rigorosa de activos e passivos garantiu a colocação prudente desta liquidez, quer em instrumentos com yields a aumentar, como também em instrumentos de liquidez junto do BNA. O nosso enfoque contínuo na gestão do risco garante que continuemos a ter bastante liquidez no mercado Angolano e a ter capacidade de satisfazer as necessidades dos nossos clientes.



“Num ambiente económico complexo e em mudança, guiados pela visão de nos tornarmos o banco líder em Angola através da excelência de serviço e inovação, verificou-se um forte crescimento do Banco no nosso quinto aniversário, refletindo-se tanto no crescimento sólido ao nível do Balanço como da Demonstração de Resultados, melhorando o perfil de risco todas as áreas de operação, o que, por sua vez, irá gerar a criação sustentável de valor de longo prazo para todos os stakeholders.”

Os resultados do Standard Bank Angola resultaram da combinação de um aumento na receita de 34% em relação ao ano anterior, resultantes de uma melhor gestão de margens, da definição de preços de crédito, que reflectiram o aumento das taxas de juro no mercado, e no aumento do volume e vendas de produtos, que resultou, consequentemente, num aumento das comissões e da receita de negociação de moeda estrangeira. Foi colocado também um maior enfoque na Demonstração de Resultados, corrigindo o desalinhamento entre uma proporção significativa de receitas em moeda local e uma estrutura de custos em moeda estrangeira. Como consequência, o nosso rácio de custos/proveitos foi reduzido de 71.2% em 2014 para 60.5% em 2015.

O aumento da rentabilidade aumentou:

- ROE para 48%, de 31% em 2014
- ROA para 2,1%, de 1,3% em 2014
- O Standard Bank Angola permanece bem capitalizado, apresentando um rácio de solvabilidade regulamentar de 20,1%, em comparação com o mínimo regulamentar de 10%.

A desvalorização e inflação são preocupantes, uma vez que ambos têm um impacto negativo no balanço do Banco. Nestas circunstâncias, é fundamental para o sucesso futuro do negócio proteger o valor dos accionistas, razão pela qual implementámos medidas tais como manter a posição líquida em moeda estrangeira aberta enquanto possível, de modo a beneficiar da desvalorização, protegendo parte do nosso balanço. No futuro, consideraremos adquirir a propriedade das instalações onde operamos, em vez de recorrer ao arrendamento, o que nos permitirá proteger o nosso Balaço face às desvalorizações da moeda.

Os nossos colaboradores serão um factor diferenciador-chave entre ter ou não uma operação sustentável e de sucesso a longo prazo em Angola, face aos nossos concorrentes. Continuamos a investir em formação, tanto localmente como no nosso centro de desenvolvimento na África do Sul. O planeamento de carreira para todos os colaboradores encontra-se na nossa agenda e irá continuar a constar no futuro, independentemente das tendências económicas.

Os nossos colaboradores são a cara do Standard Bank Angola para os nossos clientes. Um grande e sincero obrigado a todos os nossos colaboradores, que num ano difícil contribuíram para um sólido resultado e fizeram um esforço extra para servirmos os nossos leais clientes

“O Standard Bank Angola celebrou o seu quinto aniversário, neste que foi o ano mais desafiante em termos económicos na nossa curta história operacional em Angola. Os resultados alcançados durante o ano foram também os melhores até à data.”

Perspectivas para 2016

O crescimento na economia de Angola está directamente relacionado com o preço do petróleo. Não sendo expectável que o preço do petróleo aumente substancialmente neste ano, perspectiva-se um enquadramento económico difícil, com continuação da desvalorização da moeda como resultado da escassez de moeda estrangeira, o que conduzirá ao aumento da inflação e das taxas de juro. Enquanto gestores acreditamos que estamos a posicionar o Standard Bank Angola para superar o difícil enquadramento do mercado e para nos tornarmos mais sólidos do que eramos anteriormente ao abrandamento económico, sendo que as oportunidades criadas pela crise permitem-nos a reforçar os processos e controlos internos.

Para os nossos Clientes

O Standard Bank Angola, a sua Gestão e todos os seus colaboradores, gostariam de vos agradecer pela confiança e contínuo apoio dado através da escolha do Standard Bank Angola como o vosso parceiro preferencial para todas as necessidades bancárias. Continuaremos a trabalhar incansavelmente de modo a proporcionar-vos as soluções e serviço que merecem.

António Caroto Coutinho

(Em nome da Comissão Executiva)

ASSINATURA

Evolução do Negócio

Principais Indicadores

(Valores expressos em milhares, excepto informação estatística)

Indicador	Final do Ano		
	2014	Variação	2015
Margem Financeira	7.016.312	 40%	9.842.883
Resultado de Operações Cambiais	4.176.585	 28%	5.365.964
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	2.082.351	 30%	2.699.864
Resultado Líquido	2.242.054	 134%	5.238.070
ROE	30,9%	 57%	48,4%
Cost-to-income	71,2%	 15%	60,5%
Activo	203.368.457	 47%	298.412.344
Provisões / Crédito	3,5%	 25%	4,4%
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	18,1%	 11%	20,1%

Evolução do Negócio

Principais Indicadores

(Valores expressos em milhares, excepto informação estatística)

	AKZ			USD* (Valores não auditados)		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Margem Financeira	9.842.883	7.016.312	40%	81.336	71.325	14%
Resultados de operações cambiais	5.365.964	4.176.585	28%	44.341	42.458	4%
Resultados de prestação de serviços financeiros	2.699.864	2.082.351	30%	22.310	21.169	5%
Produto Bancário	17.881.117	13.337.739	34%	147.760	135.587	9%
Custos de estrutura	11.256.324	9.884.110	14%	93.016	100.478	-7%
Resultado antes de Impostos	6.004.266	2.366.555	154%	49.616	24.530	102%
Resultado Líquido	5.238.070	2.242.054	134%	43.285	22.793	90%
Activo Total	298.412.344	203.368.457	47%	2.205.316	1.977.139	12%
Crédito Líquido	51.262.589	42.796.247	20%	378.839	416.063	-9%
Depósitos	275.781.468	187.806.996	47%	2.038.070	1.825.848	12%
Fundos Próprios	13.540.498	8.109.725	67%	100.067	78.845	27%
Crédito vencido / Total de crédito concedido	0,7%	5,3%	-86,0%			
Provisões de crédito / Crédito vencido	600,0%	66,3%	804,5%			
Cobertura de crédito por provisões de crédito	4,4%	3,5%	24,6%			
Rendibilidade dos Fundos Próprios (ROE)	48,4%	30,9%	57,0%			
Cost-to-Income	60,5%	71,2%	-15,0%			
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	20,1%	18,1%	11,0%			
Rácio de Solvabilidade Tier 1	15,3%	12,9%	19,2%			
Rácio de transformação	19,2%	23,6%	-18,4%			
Activo por Colaborador	518.077	400.332	29%			
Nº de Balcões	22	25	-12,0%			
Nº de ATMs activos	27	30	-10,0%			
Nº de TPA activos	571	370	54,3%			
Nº de Cartões de Débito (a)	45.318	50.325	-9,9%			
Nº de Cartões de Crédito	6.432	1.330	383,6%			
Nº de Clientes activos	37.681	23.512	60,3%			
Nº de Funcionários	576	508	13,4%			

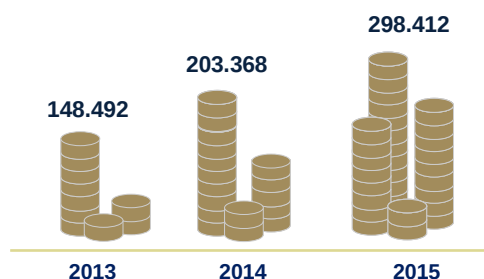
* Os valores em moeda nacional foram convertidos em USD com a taxa de cambio do fecho do ano nos saldos de Balanço e com a taxa de câmbio média anual nos saldos da demonstração dos resultados.

Evolução do Negócio

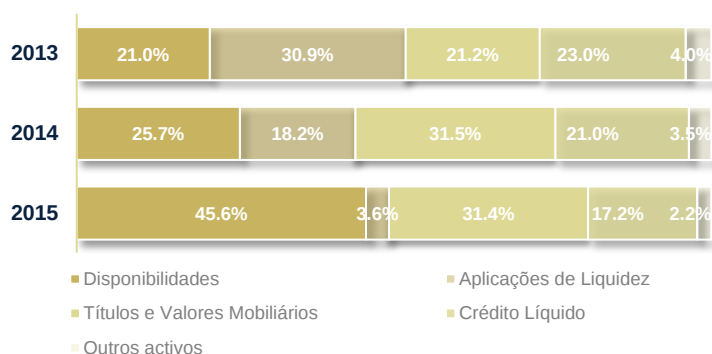
UN: Milhões AKZ

Activo Total

O Standard Bank Angola apresentou em 2015 um crescimento assinalável do seu Activo Total, impulsionado pela forte captação de recursos de clientes.

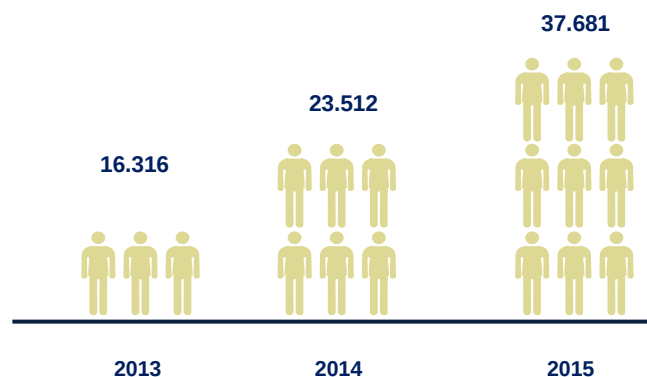


Veja-se em detalhe a evolução das principais rubricas do Activo, que evidencia um crescimento relativo do peso do financiamento ao Estado Angolano através da compra de títulos de dívida soberana:



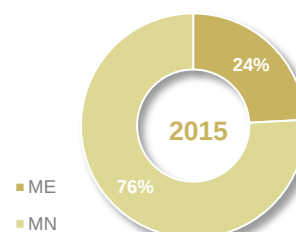
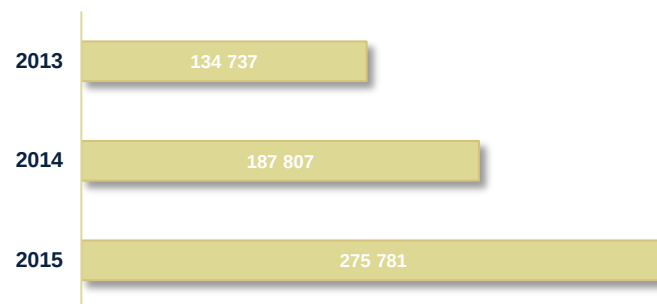
Base de Clientes

O n.º total de clientes activos em Dezembro de 2015 ascende a 37.681 tendo-se verificado um aumento de 63% face a Dezembro de 2014, em que o total de clientes ascendia a 23.512.



Depósitos de Clientes

Em 2015 é de realçar a evolução nos Recursos de Clientes que apresentaram um crescimento significativo de 47%, evidenciando a crescente confiança dos clientes na solidez do Standard Bank Angola.

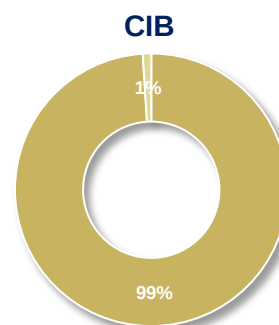


Os depósitos em moeda nacional ascenderam a AKZ 209.025 milhões, o que representa um crescimento de 61% face ao ano anterior.

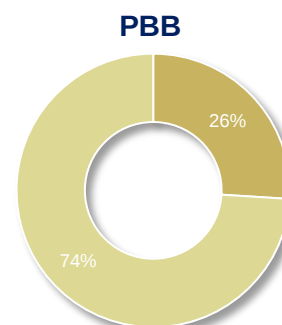
275.781
Milhões AKZ
Recursos Clientes **+ 47%**

Taxa de penetração dos canais digitais

Nos gráficos infra demonstra-se o nível de penetração dos canais electrónicos por área de negócio, destacando-se o CIB com uma taxa de 99%.



■ Utilizadores Internet Banking
■ Não Utilizadores



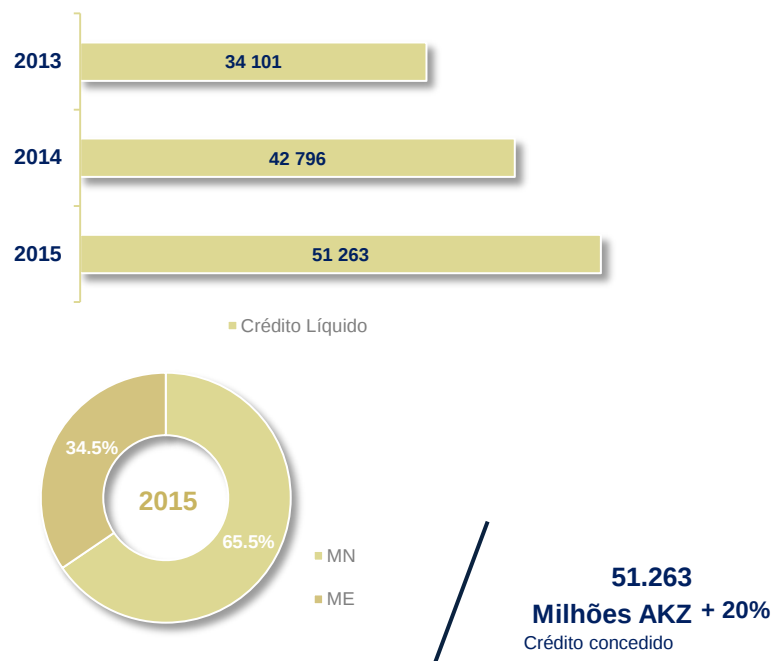
■ Utilizadores Internet Banking
■ Não Utilizadores

Evolução do Negócio

UN: Milhões AKZ

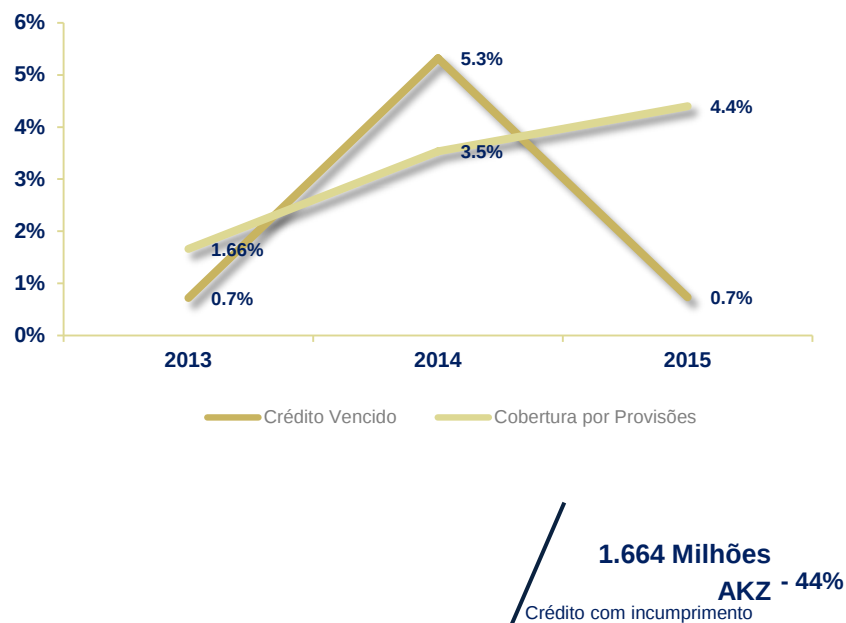
Crédito Concedido

O crédito concedido a clientes apresentou em 2015 um crescimento de 20% face ao ano anterior, acima da média do mercado Angolano, que de acordo com os dados do BNA, cresceu um total de 15% em 2015.



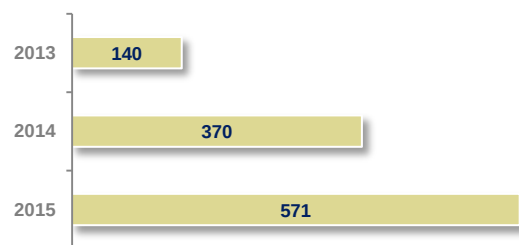
Qualidade do Crédito

Registou-se uma melhoria significativa da qualidade da carteira de crédito, com um decréscimo acentuado do crédito com incumprimento que representava em 2014, AKZ 2.958 milhões, fixando-se em AKZ 1.664 milhões em Dezembro de 2015, ou 0.7% da carteira. A cobertura por provisões aumentou em cerca de 1 p.p., apesar da redução verificada em termos de crédito com incumprimento.



Evolução do número de TPA's activos

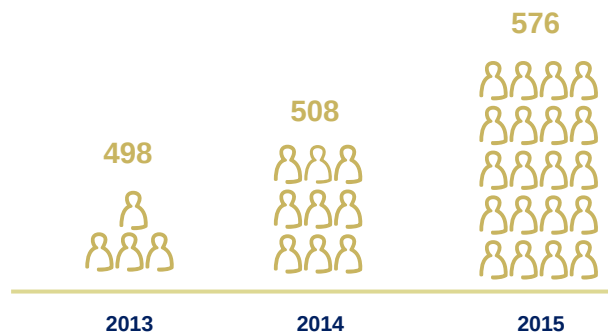
Verificou-se um forte aumento no volume e número de dispositivos TPA activos, sendo esta uma forma eficiente de captação de mais negócio e fluxos de caixa dos nossos Clientes empresariais.



Fonte: Relatórios EMIS 2013, 2014 e 2015

Evolução do número de Colaboradores

Com o crescimento contínuo do negócio, o Standard Bank Angola tem investido na criação de emprego através de recrutamento directo de jovens profissionais Angolanos. Apostamos em quadros qualificados e promovemos a equidade de género.

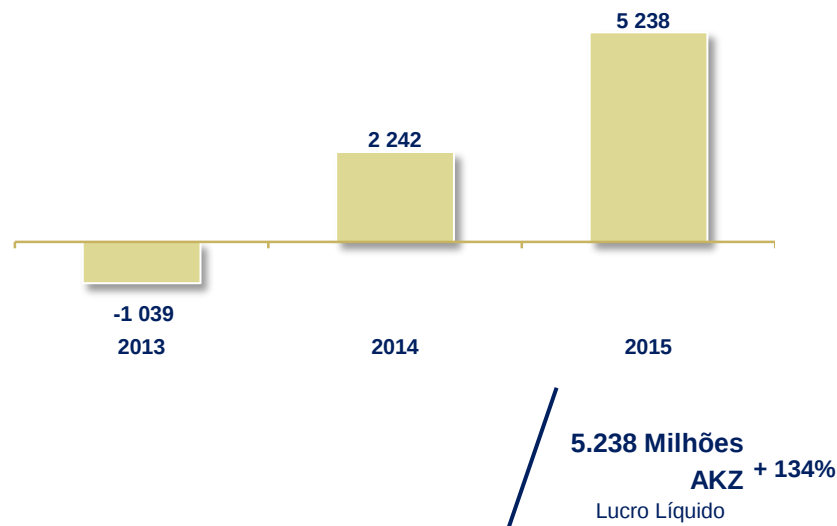


Evolução do Negócio

UN: Milhões AKZ

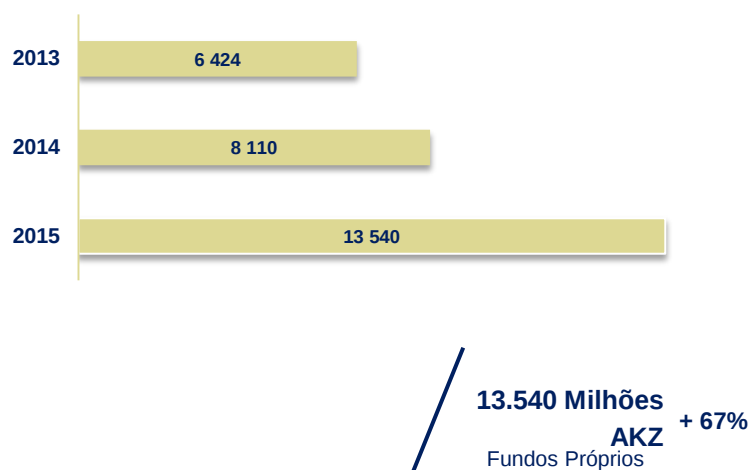
Resultados Líquidos

O Resultado Líquido do Exercício apresentou um crescimento de 134%, passando de AKZ 2.242 milhões (USD 22,7 milhões) em 2014, para AKZ 5.238 milhões (USD 43,2 milhões) em 2015. Esta evolução é suportada pelo crescimento na margem financeira (40%).



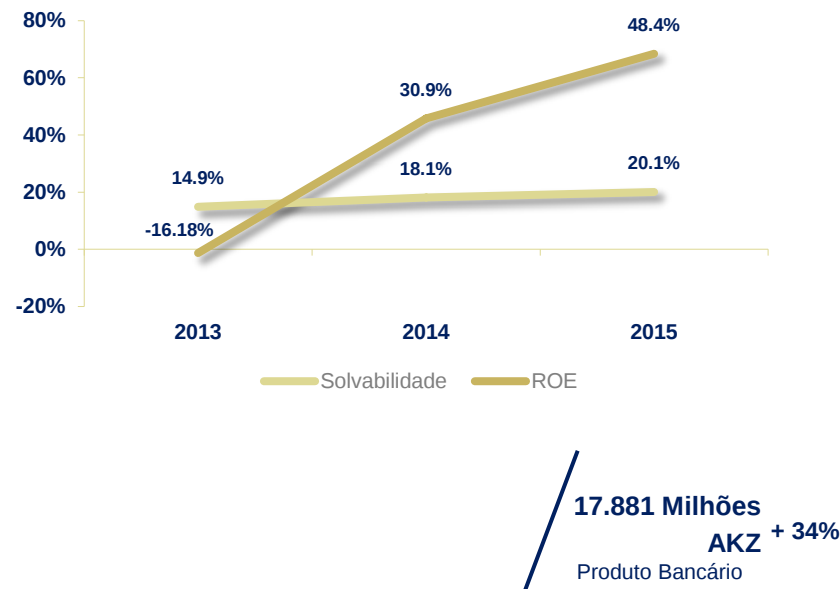
Fundos Próprios

O total dos Fundos Próprios atingiu em 31 de Dezembro de 2015 os AKZ 13.540 milhões (USD 100 milhões), o que representa um aumento de 67% face ao ano anterior, que se deve ao lucro do exercício no montante de AKZ 5.238 milhões (USD 43,2 milhões).



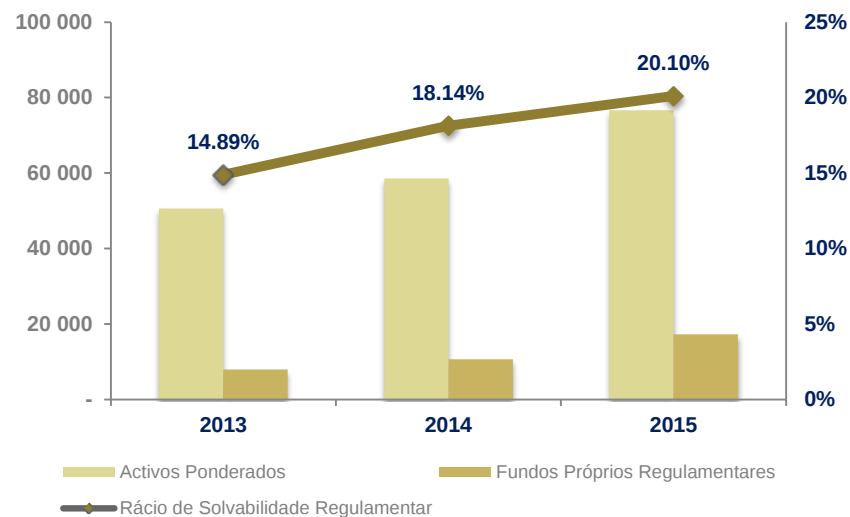
Rentabilidade

Este forte desempenho em 2015 traduziu-se num ROE de 48,4%, que representa um aumento significativo quando comparado com os 30,9% verificados em 2014.



Rácio de Solvabilidade

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Aviso nº 3/2011, situava-se no final de 2015 em 20,1% (18,1% em 2014), significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola.



Expectativas e Estratégia para 2016

Expectativas para 2016

O FMI espera que o crescimento global permaneça frágil em 2016, em 3,2%, de 3,1% em 2015 e acelere para 3,5% em 2017 com a retoma da actividade global projectada para ser mais gradual do que o inicialmente previsto para as economias avançadas, mas com as economias emergentes e em desenvolvimento a apresentarem sinais mais promissores. Os riscos para as perspectivas globais mantêm-se numa situação desfavorável, fortemente influenciados por um abrandamento generalizado nas economias dos mercados emergentes, pelo reequilíbrio da China, pelo baixo preço do petróleo, e pelo abandono gradual de condições monetárias favoráveis nos Estados Unidos.

Espera-se que a maior parte dos países na África Subsaariana experiencie uma retoma gradual do crescimento económico, mas a taxas inferiores às testemunhadas durante a década passada. Isto reflecte principalmente o ajustamento continuado aos menores preços do petróleo e de outras matérias-primas e aos maiores custos com o crédito, que afectam algumas das maiores economias da região, bem como os países exportadores de matérias-primas.

Em Angola, a nossa perspectiva de crescimento para 2016 caiu para menos de 2%, principalmente devido ao efeito da baixa do preço do petróleo, dificuldades no aumento do endividamento público, e os ciclos desfavoráveis de taxa de juro e inflação. É esperado um esforço significativo de controlo de despesas por parte do Estado, um cenário de pouca disponibilidade de divisas e a necessidade de atracção de mais investimento directo estrangeiro para Angola. A elevada inflação e as consequentes elevadas taxas de juro penalizam um ambiente de crescimento alavancado pelo endividamento público e privado.

A diversificação da economia e das fontes de receita continuará a ser uma prioridade do Estado, tendo por objectivo a substituição de produtos que actualmente são maioritariamente importados.

Standard Bank Angola

Em 2016, o Conselho de Administração do Banco prevê crescer o Balanço do Banco, através de uma maior captação de recursos de clientes por via da melhoria dos níveis de serviço prestado aos nossos clientes e do investimento em soluções tecnológicas mais eficazes e eficientes de relacionamento com os nossos clientes empresa e particulares.

O banco pretende continuar a apoiar a economia nacional através de financiamento a projectos viáveis economicamente que contribuirão para o crescimento de Angola.

A subida das taxas de juro de referência em Angola verificadas em 2015 deverão manter-se em 2016, o que contribuirá para uma melhoria da margem financeira do Banco.

O Standard Bank de Angola continua a optimizar a sua estrutura de custos de forma a conter os impactos da subida da taxa de inflação e da depreciação do

Kwanza.



Expectativas e Estratégia para 2016

Estratégia para 2016

A visão do Standard Bank de Angola mantém-se: tornar-se o Banco líder em Angola através da excelência do serviço e inovação. Os principais pilares da Estratégia do Banco são:



- **Customer Centricity:** o Banco tem como principal prioridade estratégica melhorar a experiência do cliente e aumentar o seu nível de satisfação. De forma a atingir este objectivo, a aposta do SBA em 2016 abrange a criação de canais de auto-atendimento, aumentando a comodidade do cliente e reduzindo o tempo de espera, bem como a oferta de produtos e serviços inovadores de valor acrescentado para o cliente. A melhoria da eficiência operacional do processo de reclamações constitui igualmente uma preocupação do Banco para 2016, considerada fundamental para reforçar a relação de confiança com os clientes, garantir uma taxa de retenção elevada e manter relações de longo prazo.

- **Transformação Digital:** A crescente procura pelo acesso à informação em qualquer altura e local, aliada à oferta de *mobile*, *social*, *cloud* e *big data*, tem provocado uma disrupção em todas as áreas de negócio, geografias e organizações, bem como um aumento exponencial no investimento em tecnologia. As tecnologias digitais estão a emergir como forças de ruptura no sector financeiro, alterando a forma como os clientes interagem com o Banco e criando novas oportunidades. Neste contexto, o SBA irá apostar cada vez mais na transformação digital, através do reforço dos canais *mobile* e *online*, de forma a dar resposta às crescentes exigências do mercado e criar vantagens competitivas.
- **Automação:** perante as novas tendências e desafios impostos no mercado financeiro, assim como numa perspectiva de otimizar a produtividade e eficiências e reduzir a estrutura de custos de uma forma sustentável, vamos apostar na optimização e automatização dos processos e sistemas.
- **Gestão do Risco:** num ambiente de crescente escrutínio, o Banco considera fundamental garantir a conformidade regulamentar, reforçar a estrutura de *risk governance*, fortalecer o ambiente de controlo e garantir a eficácia dos mecanismos de mitigação de risco, com destaque para os mecanismos de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. A prevenção do crime financeiro e a redução das perdas operacionais assumem lugar de destaque na agenda de risco, bem como a formação dos colaboradores e a solidificação de uma cultura irrepreensível de Compliance e gestão de risco a todos os níveis da organização.
- **Empregador de Excelência:** pretende-se atingir o objectivo do Banco se tornar líder em termos de qualidade de serviço, elevar o nível de satisfação e fidelizar os clientes através de uma forte aposta numa equipa especializada, eficaz, focada no cliente e com forte consciência da marca SBA. A estratégia para 2016 assenta na transformação eficaz do capital humano, na promoção do crescimento de carreiras, com o objectivo do Banco de se tornar uma referência como empregador de eleição, reter talentos e assegurar a continuidade do negócio.

VISÃO ESTRATÉGICA DO GRUPO

Ser a Organização de serviços financeiros líder em África, providenciando aos clientes experiências excepcionais e com valor superior.

2. O Standard Bank de Angola



O Standard Bank Angola

Quem Somos



O Standard Bank de Angola, S.A. é um Banco de capitais privados com sede em Talatona, Luanda, que iniciou a sua actividade em 27 de Setembro de 2010 e tem como principal missão a prestação de serviços financeiros de excelência aos seus clientes.

O Banco dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista, o Banco é detido maioritariamente pelo Grupo Standard Bank, a maior instituição financeira do continente Africano, que conta com 153 anos de experiência e que considera como lar o continente Africano, onde é líder em serviços financeiros.

Para além da forte presença do grupo Standard Bank na região subsariana, também existe uma representação estratégica em vários países fora de África, por intermédio da sua parceria com o Grupo ICBC.

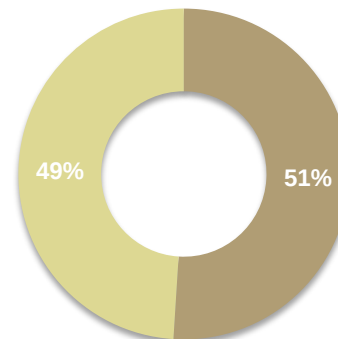
Em 2016, apesar dos desafios económicos evidentes, o Standard Bank Angola vai continuar a alavancar a sua marca e o seu posicionamento de mercado, continuando a investir no desenvolvimento das suas pessoas para garantir um serviço de excelência aos seus clientes.

O Standard Bank Angola continua a posicionar-se para o futuro. Colocando os nossos parceiros e clientes no centro de tudo o que faz, com o objectivo primordial de contribuir para o crescimento do mercado Angolano, através de uma sólida estrutura organizacional que procura sempre fazer os negócios certos da maneira correcta (*"doing the right business in the right way"*).

Em linha com as realidades do risco, regulação, tecnologia e da concorrência que estão a moldar o panorama financeiro em África, o Banco está a diversificar a oferta, a investir significativamente nas suas operações, sistemas e infraestrutura, assim como na promoção da sua cultura e marca.

O Standard Bank Angola entende que o seu sucesso comercial a longo prazo também depende da sua relevância social local ao serviço das comunidades locais. Daí que se espere um investimento crescente do Banco na responsabilidade social corporativa em Angola

Estrutura Accionista



■ Standard Bank Group Limited

■ AAA Activos, Lda.

Órgão Sociais

São órgãos sociais do Banco a Assembleia Geral e o Conselho de Administração, tendo como órgão de fiscalização o Conselho Fiscal.

No organograma abaixo encontram-se os Comitês do Conselho de Administração, assim como os Comitês da Comissão Executiva.



Tendo como objectivo reflectir o compromisso responsável com a adopção das melhores práticas internacionais de governo societário e estar em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola, o Standard Bank Angola alinhou o respectivo modelo de governação de forma a assegurar a transparência da sua estrutura orgânica e funcional e das relações entre a gestão, os accionistas e demais stakeholders.



Assembleia Geral	
Presidente:	Natacha Sofia da Silva Barradas
Secretária:	Djamila Pinto de Andrade
Conselho de Administração	
Presidente:	Dominic Bruynseels
Administradores:	António Caroto Coutinho Carlos Manuel de São Vicente Ivo Emanuel Neto de São Vicente Luis Miguel Fialho Teles Octávio Castelo Paulo
Comissão Executiva	
Presidente:	António Caroto Coutinho
Membros:	Ivo Emanuel Neto de São Vicente Luis Miguel Fialho Teles
Conselho Fiscal	
Presidente:	Sergio Eduardo Sequeira Serrão
Vogais	Alberto Manuel Freitas da Silva Miguel da Silva Alves
Auditor Externo	
Auditor Externo:	KPMG Angola

Membros do Conselho de Administração



Dominic Bruynseels

Presidente

Dominic Bruynseels, de nacionalidade Britânica, actualmente assume o cargo de PCA do Standard Bank Angola, acumulando a função de Presidente Regional de África Ocidental no Standard Bank Group

Experiência como Presidente, Administrador Executivo e Administrador não - executivo na área de Governação em empresas do Sector bancário, gestão de fundos e grupos industriais, bem como, em consultoria externa a empresas em países em desenvolvimento e ONGs.

Funções anteriores:

- CEO no Banco *Comerciala Romana* na Roménia
- Administrador Executivo Sénior no Barclays (Mercados Emergentes) no Dubai
- Administrador no Barclays África & *Middle East* em Londres e em Joanesburgo

Com mais de 25 anos de experiência no sector financeiro, licenciado em História e com MBA na *Henley Management School*, no Reino Unido.



António Caroto Coutinho

Administrador Executivo

António Caroto Coutinho, de nacionalidade Moçambicana, assume a função de Presidente da Comissão Executiva do Standard Bank Angola.

Executivo internacional com experiência comprovada na gestão de instituições financeiras e sistemas bancários, implementando estratégias de crescimento e expansão da actividade.

Funções anteriores:

- CEO no Standard Bank Moçambique
- Presidente da Interbancos, Sociedade Interbancária de Serviços (ATMs, POS e Interconectividade)
- Presidente do Conselho de Administração da World Vision Moçambique

No Grupo Standard Bank desde 1999, licenciado em Comércio (Contabilidade) pela Universidade de Pretória na África do Sul, formação em gestão pela *Henley Management College*, no Reino Unido, e formação de Executivos, pela Universidade de Harvard, em Cambridge MA, nos EUA.

Membros do Conselho de Administração



Luís Miguel Fialho Teles

Administrador Executivo

Luís Miguel Fialho Teles, de nacionalidade Portuguesa, actualmente desempenha a função de Administrador Executivo do Standard Bank Angola e é também responsável pela Direcção de Grandes Empresas e Banca de Investimento.

Funções anteriores:

- Director Coordenador da Direcção de Grandes Empresas e Banca de Investimento no Standard Bank de Angola, S.A.
- Director de Banca de Investimento no Standard Bank de Angola, S.A.
- Director de *Project & Structured Finance* no Banif-Banco de Investimento, S.A.
- Director Adjunto de Advisory Services no Depfa Bank plc em Londres
- Assistente de Direcção na Direcção de Corporate Finance do Banco Efisa, S.A.
- Técnico na *Korea Trade Investment Promotion Agency* na República da Coreia

Licenciado em Gestão e Administração de empresas pela Universidade Católica Portuguesa e MBA em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa.

Carlos de São Vicente

Administrador Não Executivo

Carlos Manuel Neto de São Vicente, de nacionalidade Angolana, actualmente desempenha o cargo de Administrador não Executivo no Standard Bank Angola, acumulando o cargo de Presidente do Conselho de Gerência da AAA- Activos, Lda.

Funções anteriores:

- Presidente do Conselho de Gerência da APAI – Agro-pecuária Agro-Indústria, Lda.
- Presidente do Conselho de Gerência da AAA Seguros, S.A., AAA Pensões, S.A. e AAA Serviços Financeiros, Lda.
- Presidente do Conselho de Gerência da Gondwana Hotelaria e Turismo, Lda.

Licenciado em Economia pela Universidade Agostinho Neto em Angola e mestrado com distinção em Science to Management, *Arthur D. Little Management Education Institute, Hult University*



Ivo Manuel de São Vicente

Administrador Executivo

Ivo Manuel Neto de São Vicente, de nacionalidade Angolana, actualmente desempenha a função de Administrador Executivo no Standard Bank de Angola

Funções anteriores:

- Membro do Conselho de Gerência da AAA Activos, LDA
- Coordenador das Unidades de Informação, Distribuição, Sinistros e Centro de Sinistros da AAA Seguros, SA e AAA Pensões, SA
- Membro do Conselho de Gerência da APAI – Agro-Pecuária e Agro-Indústria, LDA.

Formado em Sistemas de Informação & Gestão de Operações cum Laude na *Sawyer Business School – Suffolk University* e mestrado em Administração de Empresas na *Hult University* – Boston, Massachusetts, nos EUA

Octávio Castelo Paulo

Administrador Não Executivo Independente

Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo, de nacionalidade Angolana, actualmente desempenha a função de Administrador não Executivo independente no Standard Bank Angola e Sócio da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, RL

Funções anteriores:

- Assessor do Secretário de Estado dos Transportes (Portugal)
- Assessor do Secretário de Estado da Habitação e Comunicações (Portugal)
- Advogado dos CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A. e da Portugal Telecom, S.A.
- Membro da Direcção do Instituto Português de Corporate Governance
- Membro do Conselho Fiscal e Presidente/Secretário de várias sociedades comerciais , algumas cotadas na NYSE Euronext Lisbon

Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Onde Estamos

Estamos presentes em 7 Províncias, contando com um total de 22 Agências, 3 Centros de Empresa e 2 Private Suites.

De acordo com a estratégia de expansão definida para o Standard Bank Angola, temos como objectivo alargar a nossa presença em Angola, não apenas em Luanda mas também nas restantes províncias nos próximos anos.

Presença em Angola



7 Províncias

22 Agências

3 Centros de Empresa

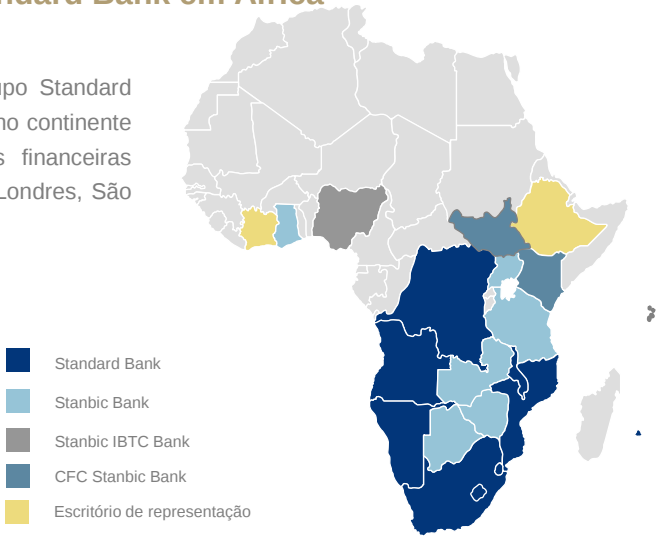
2 Private Suites

2 Postos de Atendimento



Footprint do Grupo Standard Bank em África

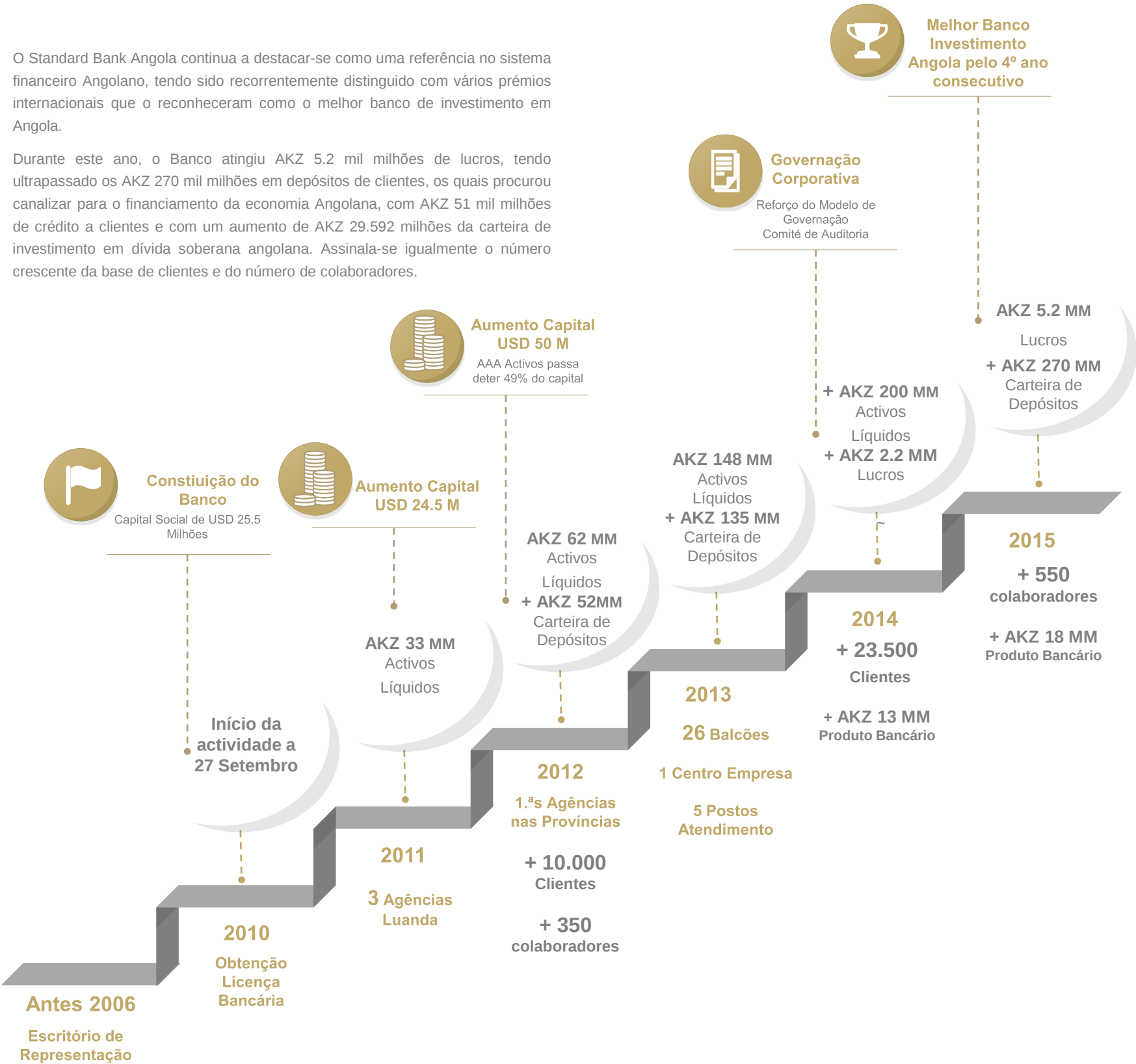
Com 153 anos de história, o Grupo Standard Bank está presente em 20 países no continente Africano e nas principais praças financeiras internacionais como Nova Iorque, Londres, São Paulo, Dubai e Pequim.



Marcos Históricos

O Standard Bank Angola continua a destacar-se como uma referência no sistema financeiro Angolano, tendo sido recorrentemente distinguido com vários prémios internacionais que o reconheceram como o melhor banco de investimento em Angola.

Durante este ano, o Banco atingiu AKZ 5.2 mil milhões de lucros, tendo ultrapassado os AKZ 270 mil milhões em depósitos de clientes, os quais procurou canalizar para o financiamento da economia Angolana, com AKZ 51 mil milhões de crédito a clientes e com um aumento de AKZ 29.592 milhões da carteira de investimento em dívida soberana angolana. Assinala-se igualmente o número crescente da base de clientes e do número de colaboradores.



Os Nossos Valores

1

SERVIR OS NOSSOS CLIENTES

Fazemos tudo ao nosso alcance para assegurar que proporcionamos produtos, serviços e soluções que vão de encontro às necessidades dos nossos clientes, considerando que tudo o que fazemos segue sólidos princípios de negócio.

2

DESENVOLVER OS NOSSOS COLABORADORES

Encorajamos e apoiamos o nosso pessoal a desenvolver o seu potencial e avaliamos a medida em que os nossos líderes desafiam e desenvolvem as suas equipas.

3

CUMPRIR COM AS PROMESSAS AOS PARCEIROS

Compreendemos que o nosso sucesso depende dos resultados a longo-prazo que garantimos aos nossos parceiros. Tentamos ao máximo alcançar as nossas metas e cumprir os nossos compromissos.

4

SER PROACTIVO

Empenhamo-nos em permanecer à frente, antecipamos ao invés de reagir, mas as nossas acções são sempre cuidadosamente pensadas.

5

TRABALHAR EM EQUIPA

Entendemos que, enquanto equipa, alcançamos os nossos objectivos com maior sucesso que individualmente. Valorizamos as equipas dentro e entre as unidades de negócio, divisões e países.

6

ELEVAR CONSTANTEMENTE A FASQUIA

Temos confiança na nossa capacidade em alcançar metas ambiciosas e celebramos o sucesso.

7

RESPEITARMO-NOS MUTUAMENTE

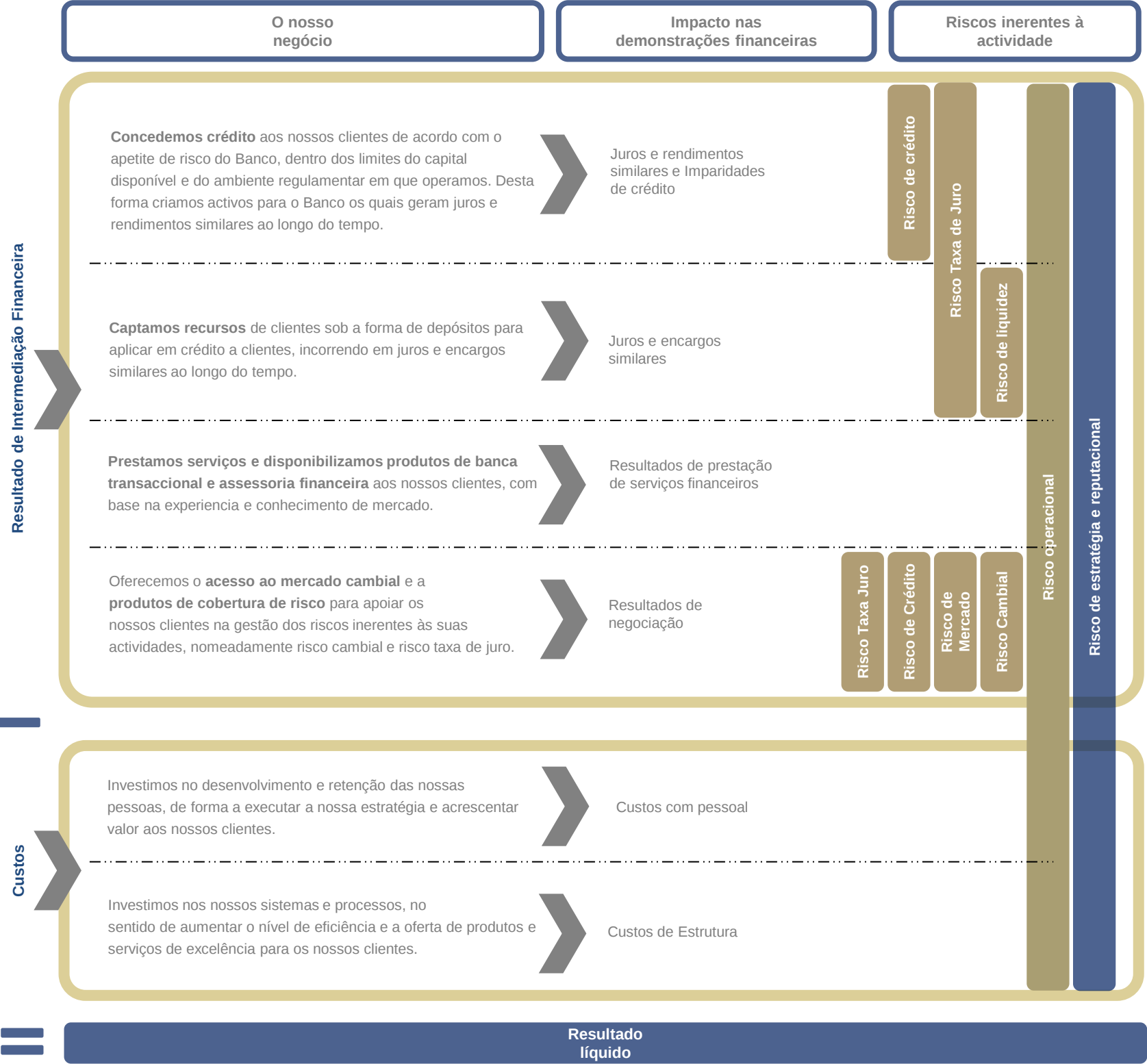
Temos o maior respeito pela dignidade do próximo. Respeitamo-nos mutuamente e ao que o Standard Bank representa. Reconhecemos que existem obrigações correspondentes associadas aos nossos direitos individuais..

8

DEFENDER OS MAIS ALTOS NÍVEIS DE INTEGRIDADE

O nosso modelo de negócio é baseado na confiança e integridade, conforme a percepção dos nossos parceiros, especialmente dos nossos clientes.

Como Criamos Valor



3. Enquadramento Macroeconómico



Enquadramento Macroeconómico

Economia Mundial

A economia mundial teve um desempenho misto em 2015, com as economias avançadas a apresentarem sinais de recuperação modesta, lideradas pelo crescimento económico nos Estados Unidos da América (EUA), mas com as economias emergentes e em desenvolvimento a manterem uma tendência de desaceleração do crescimento.

A primeira estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano para o último trimestre de 2015 indica uma expansão mais lenta, de 0.7%, devido essencialmente a uma desaceleração da economia.

No entanto, para o ano como um todo, o PIB registou um crescimento anual de 2.4% pelo segundo ano consecutivo, suportado pelo maior aumento da despesa dos consumidores da última década.

O FMI prevê uma aceleração de 0.2 pontos percentuais (pp) na expansão das economias avançadas em 2016 para 2.1%, mas estima que o crescimento nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento tenha caído pelo quinto ano consecutivo para 4% em 2015 (4.6% em 2014) e prevê uma expansão de 4.3% em 2016. Na África Subsaariana, estima-se que o crescimento tenha caído de 5% em 2014 para 3.5% em 2015 e prevê-se um crescimento de 4% este ano.

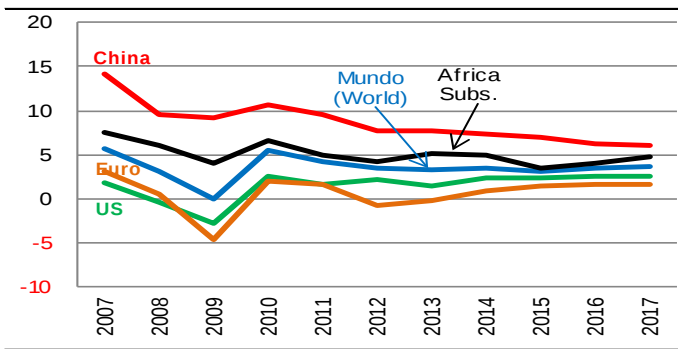
O ano de 2015 foi marcado pela manutenção da tendência de apreciação do Dólar norte-americano em relação às principais moedas internacionais, a manutenção da tendência decrescente do preço dos *commodities*, incluindo o petróleo, e uma maior volatilidade dos mercados financeiros, esta última inicialmente motivada pela crise de dívida soberana na Grécia e posteriormente acentuada pela expectativa de divergência entre as políticas monetárias nos EUA e na zona Euro.

O fortalecimento do Dólar norte-americano esteve em grande medida associado à expectativa de normalização da política monetária nos EUA. A Reserva Federal dos EUA (Fed) subiu em 25 pontos base (pb), em Dezembro de 2015, o objectivo de taxa de juro de juro para os *fed funds* passando de um intervalo de 0 a 0.25% para 0.25% a 0.5%, após ter mantido uma política de taxa de juro zero desde a crise financeira e económica de 2008-2009, fixada em Dezembro de 2008.

A Reserva Federal indicou que apesar do aumento da taxa de juro, irá manter uma política monetária acomodativa para suportar as melhorias no mercado de trabalho e o retorno da inflação para um nível de 2% e actualizou a sua previsão de taxa de desemprego, de 4.8% para 4.7%. A inflação nos EUA fechou 2015 em 0.7% a/a (ano a ano), mas quando excluídos os preços dos alimentos e da energia foi mais alta, 2.1% a/a.

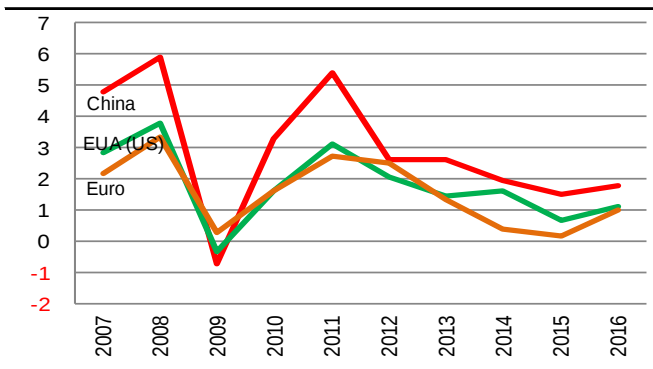
Em sinal contrário ao observado nos EUA, o Banco Central Europeu (BCE) confirmou em Dezembro de 2015 a manutenção do estímulo monetário (QE: Quantitative Easing) que havia adoptado em Março, após ter introduzido taxas de juro de depósito negativas em 2014. A manutenção do QE, que consiste na emissão de moeda para compra de títulos para injectar liquidez no mercado, ocorre num momento em que aumentam os riscos de deflação e consequente impacto negativo sobre a recuperação económica, num contexto em que a inflação na Zona Euro se manteve muito abaixo do objectivo do BCE de 2%. Numa situação similar, o Banco do Japão reintroduziu no início de 2016 a sua política de taxas de juro negativas para estimular a actividade económica.

Variação anual % real do PIB



Fonte (Source): FMI

Inflação média anual %



Fonte (Source): Standard Bank

As fragilidades da economia mundial evidenciadas pela volatilidade dos mercados accionistas e pela queda adicional do preço do petróleo no início de 2016 indicam que muito provavelmente o aumento das taxas de juro nos EUA será mais lento do que o inicialmente esperado, o que poderá permitir ao Dólar ceder alguns dos ganhos que registou desde meados de 2014 em relação às moedas internacionais.

Em 2015, a China deu continuidade à sua ambição de transição de uma economia de indústria para serviços, de mercados de exportação para mercados domésticos, de investimento para consumo, e para um sistema financeiro baseado em condições de mercado.

A economia chinesa cresceu 6.8% a/a no último trimestre de 2015 e 6.9% a/a para o ano como um todo, em termos genéricos, em linha com o objectivo de 7%, o mais baixo desde 1990, com um objectivo para este ano de 6.5%.

O comércio mundial, que historicamente actuou como um motor para o crescimento da economia mundial, perdeu a relação de dois-para-um que prevaleceu durante muitos anos entre a taxa de crescimento do comércio mundial e o crescimento real do PIB. Estima-se que se tenha mantido em 2015, uma fraca expansão do comércio mundial em termos de volume de mercadorias que se fixou em 2.5% em 2013 e 2014, após 2.2% em 2012.

Maiores exportadores e importadores de mercadorias, 2014

Rank	Exportadores	US\$ bilhões	%	Variação anual %	Rank	Importadores	US\$ bilhões	%	Variação anual %
Rank	Exporters	US\$ billion	%	Annual per cent change	Rank	Importers	US\$ billion	%	Annual per cent change
1	China	2.342	12,4	6	1	EUA (United States)	2.413	12,7	4
2	EUA (United States)	1.621	8,6	3	2	China	1.959	10,3	0
3	Alemanha (Germany)	1.508	8,0	4	3	Alemanha (Germany)	1.216	6,4	2
4	Japão (Japan)	684	3,6	-4	4	Japão (Japan)	822	4,3	-1
5	Holanda (Netherlands)	672	3,6	0	5	Reino Unido (UK)	684	3,6	4
6	França (France)	583	3,1	0	6	França (France)	678	3,6	-1
7	Coreia (Korea, Rep Of)	573	3,0	2	7	Hong Kong, China	601	3,2	-3
8	Itália (Italy)	529	2,8	2	8	Holanda (Netherlands)	588	3,1	0
9	Hong Kong, China	524	2,8	-2	9	Coreia (Korea, Rep Of)	526	2,8	2
10	Reino Unido (UK)	506	2,7	-7	10	Canada	475	2,5	0
	Mundo (World)	18.930	100	1		Mundo (World)	19.018	100	1

Fonte (Source): World Trade Report 2015

A reestruturação e desaceleração da economia chinesa aumentam as perspectivas de que o preço dos *commodities* (metais e energia), que caíram substancialmente em relação aos seus picos mais recentes, se mantenha baixos por um período considerável.

Maiores exportadores e importadores de serviços comerciais, 2014									
Leading exporters and importers of commercial services, 2014									
Rank	Exportadores	US\$ bilhões	%	Variação anual %	Rank	Importadores	US\$ bilhões	%	Variação anual %
Rank	Exporters	US\$ billion		Annual per cent change	Rank	Importers	US\$ billion		Annual per cent change
1	EUA (United States)	686	14,1	3	1	EUA (United States)	454	9,6	4
2	Reino Unido (UK)	329	6,8	4	2	China	382	8,1	16
3	Alemanha (Germany)	267	5,5	5	3	Alemanha (Germany)	327	6,9	1
4	França (France)	263	5,4	4	4	France	244	5,1	6
5	China	222	4,6	8	5	Japão (Japan)	190	4,0	12
6	Japão (Japan)	158	3,3	19	6	Reino Unido (UK)	189	4,0	-1
7	Holanda (Netherlands)	156	3,2	11	7	Holanda (Netherlands)	165	3,5	8
8	India	154	3,2	4	8	Irlanda (Ireland)	142	3,0	16
9	Espanha (Spain)	135	2,8	5	9	Singapura (Singapore)	130	2,7	0
10	Irlanda (Ireland)	133	2,7	9	10	India	124	2,6	-1
	Mundo (World)	4.860	100	4		Mundo (World)	4.740	100	5

Fonte (Source): World Trade Report 2015, Standard Bank

Após o choque dos preços do Petróleo em 2014 que se caracterizou por uma queda de 52% na cotação do petróleo em Londres (Brent crude), de um máximo anual de USD 115,19 por barril observado em Junho de 2014 para um nível de fecho de USD 55,27 por barril em Dezembro, com a cotação nos EUA (WTI crude) a registar um desempenho similar, ao baixar 50% para um nível de USD 53.45 por barril, observou-se em 2015, uma descida adicional de 33.8% na cotação do Brent crude para USD 36,61 por barril e de 30% na cotação do WTI crude para USD 36,59 por barril.

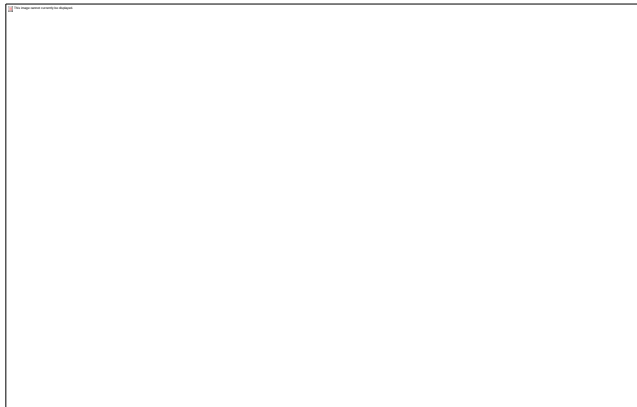
Preços do Petróleo (Brent & WTI) spot, fob Dólares por barril

Década	Produto	Ano-0	Ano-1	Ano-2	Ano-3	Ano-4	Ano-5	Ano-6	Ano-7	Ano-8	Ano-9
(Decade)	(Product)	(Year-0)	(Year-1)	(Year-2)	(Year-3)	(Year-4)	(Year-5)	(Year-6)	(Year-7)	(Year-8)	(Year-9)
1990's	Brent	28,35	17,75	17,85	13,18	16,23	18,65	19,44	15,86	10,54	24,93
	WTI	28,48	19,15	19,49	14,19	17,77	19,54	25,90	17,65	12,14	25,76
2000's	Brent	22,58	19,35	32,51	30,30	40,38	58,34	58,96	93,68	35,82	77,91
	WTI	26,72	19,96	31,21	32,51	43,36	61,06	60,85	95,95	44,60	79,39
2010's	Brent	93,23	108,09	110,80	109,95	55,27	36,61				
	WTI	91,38	98,83	91,83	98,17	53,45	36,59				

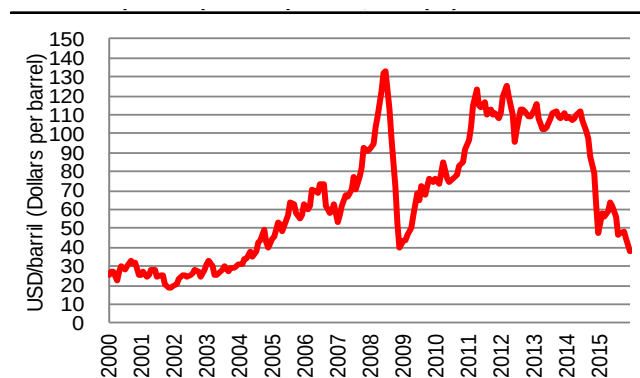
Fonte (Source): US Energy Information Association, Reuters

Entre as razões para a prolongada descida dos preços do petróleo, destacam-se: (i) o aumento contínuo da produção; (ii) a falha da OPEP em chegar a um acordo para cortar a produção; (iii) a tendência crescente da substituição do petróleo pelo gás natural; (iv) o fraco crescimento da procura mundial; (v) o fortalecimento do Dólar norte-americano.

Câmbio de fim de período, Dolares por Euro



Preço do petróleo (Brent spot, Europa)



Fonte (Source): US Energy Information Administration (US EIA)

Observou-se em 2015, uma inversão mundial dos fluxos de capital. O FMI estima em US\$ 531 biliões as saídas líquidas de capital das economias emergentes em 2015, contra entradas líquidas de US\$ 48 biliões em 2014. Espera-se que esta inversão continue a afectar as economias emergentes e em desenvolvimento em 2016, o que deverá traduzir menores fluxos de investimento directo estrangeiro para essas economias como percentagem do PIB.

No geral, as economias emergentes registaram um crescimento económico mais lento, mas ainda assim robusto. No caso do bloco económico BRICS, o Brasil e a Rússia mantiveram-se em recessão e a África do Sul cresceu a um ritmo muito baixo, estimado em pouco acima mais de 1%, prevendo-se para 2016 uma desaceleração adicional do crescimento desta segunda maior economia africana para abaixo de 1%. Ao nível dos BRICS, a Índia foi o país que mais cresceu, 7.3%, perspectivando-se a manutenção de um crescimento robusto em 2016.

A queda das receitas de exportação devido ao baixo preço dos *commodities* resultou em pressões inflacionárias em 2015 num conjunto de economias dependentes de exportações como o caso das economias Africanas. Esta situação resultou na deterioração da balança de pagamentos e da situação fiscal nessas economias e baixou as perspectivas de crescimento. Alguns bancos centrais em África começaram a implementar políticas monetárias menos acomodativas, uma tendência que se espera que se mantenha em 2016.

O ano de 2015 foi também marcado por fatalidades associadas ao surto de Ébola que continuou a afectar um conjunto de países da África Ocidental mas que felizmente recuou, tendo-se observado um controlo da epidemia. No início de 2016 as atenções viraram-se para os receios de propagação do vírus Zika e do risco que possa ser um problema de saúde mundial. Com o número de casos inicialmente contidos no Brasil receia-se a propagação para outras regiões.

A escalada de violência associada aos conflitos militares e ataques terroristas em vários países incluindo a Síria, o Afeganistão e Líbia, também caracterizou o ano de 2015, e gerou uma crise de refugiados sem precedentes na Europa.

Mostrando-se mais optimista, o Banco Mundial estima que a taxa de pobreza na população mundial tenha reduzido para abaixo de 10% em 2015 (9.6% i.e. 702 milhões de pessoas) com a maioria a viver na África Subsaariana e no sul da Ásia, o que ocorre num ano em que os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) acordaram na cimeira de Setembro, adoptar 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que visam essencialmente acabar com a pobreza extrema, lutar contra as desigualdades e injustiças e tomar medidas para conter as mudanças climáticas.



A economia mundial fechou 2015 com mais um desenvolvimento positivo, o acordo de Paris de Dezembro, onde 195 nações se comprometeram em reduzir as emissões de gases, num esforço mundial para proteger o meio ambiente.

Economia Angolana

Tal como a maioria das economias dependentes da exportação de petróleo, Angola teve um ano difícil em 2015 na sequência da queda substancial dos preços do petróleo no mercado mundial que se observou desde o final do primeiro semestre de 2014.

Entre Junho e Dezembro de 2014, o preço do petróleo bruto (Brent crude) caiu 52%, de um máximo anual de 115,2 US\$/bbl (Dólares norte-americanos por barril) para 55,3 US\$/bbl. A tendência decrescente da cotação do Brent crude manteve-se em 2015, com uma queda anual de 33.8% para 36,6 US\$/bbl.

Para além da queda do preço do petróleo bruto, um commodity que representa em média 98% das receitas de exportação de bens em Angola e 50% das receitas do Estado (estimativa de 015), o choque externo para a economia Angolana incluiu os efeitos negativos da tendência mundial de apreciação do Dólar e da redução dos fluxos de investimento directo estrangeiro.

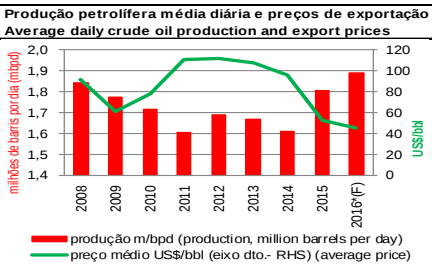
O Governo Angolano foi proactivo em adoptar medidas de ajustamento para manter o equilíbrio macroeconómico e garantir a solvabilidade externa da economia, onde se destacam: (i) a revisão em Março de 2015 do Orçamento Geral do Estado (OGE), com um corte na despesa de 32.9% o que terá permitido reduzir o défice orçamental (compromisso) de 6.6% do PIB em 2014 para uma estimativa preliminar de 4.2% do PIB em 2015. Nessa altura, o Executivo ajustou o preço de referência do petróleo bruto que serviu de base para a elaboração do OGE, de 81 US\$/bbl para 40 US\$/bbl; (ii) a reforma do preço dos combustíveis com redução substancial dos subsídios ao preço doméstico; (iii) permitiu uma depreciação cambial para proteger o nível de reservas internacionais e manter um rácio de cobertura de importações em torno dos 6 meses; (iv) promoveu uma maior coordenação de políticas (fiscal e monetária), que se apresentaram mais restritivas.

Actividade Económica

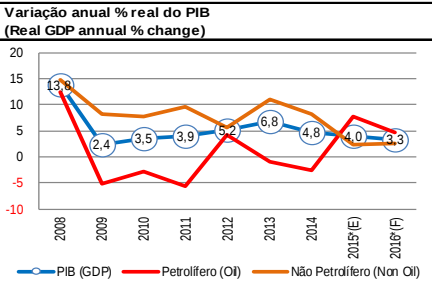
A queda do preço do petróleo afectou de forma substancial a actividade económica em Angola, tal como amplamente antecipado. Trata-se de um *commodity* que mantém uma significativa contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), ainda que decrescente.

Dados preliminares indicam uma descida da contribuição do PIB petrolífero para o PIB total, de 40% em 2013 para cerca de 25% em 2015.

Após uma redução temporária da produção petrolífera devido a manutenções não programadas nalguns dos poços de petróleo em 2014, estima-se que se tenha observado em 2015 um aumento da produção de petróleo para 689.4 milhões de barris, o que corresponde a uma produção média de 1.89 milhões de barris por dia (m bpd), de 1.67m bpd em 2014 e 1.72m bdp em 2013.



Fonte (Source): BNA, Ministério das Finanças, Standard Bank



Fonte (Source): Ministério das Finanças, Standard Bank

No sector petrolífero, os dados acima indicados suportam estimativas preliminares de um crescimento real do PIB de 7.8% em 2015, após uma contracção de 2.4% em 2014, com o Governo a projectar para 2016 uma desaceleração do crescimento real do PIB para 4.8%.

Esta expectativa de desaceleração do ritmo de crescimento do PIB petrolífero reflecte a actual conjuntura global e realça a importância da necessidade de diversificação da economia.

A capacidade de resiliência da economia Angolana ao impacto da volatilidade dos mercados globais e ao impacto do actual ciclo de descida do preço do petróleo depende em grande medida do desempenho do sector não petrolífero, que representa cerca de dois terços do PIB.



Estima-se que no sector não petrolífero, o crescimento real anual do PIB tenha desacelerado de 8.2% em 2014 para 2.4% em 2015, com o Governo a projectar uma ligeira recuperação em 2016 para 2.7%.

Este sector mantém um forte potencial de crescimento, mas espera-se que continue temporariamente afectado pela desaceleração da procura agregada, que traduz os efeitos da depreciação do Kwanza e do aumento da inflação, uma menor expansão da despesa pública e do investimento tanto público como privado, um fraco desempenho das exportações em resultado dos preços baixos dos *commodities* que o país exporta e uma lenta capacidade de substituição de importações.

A agregação dos sectores petrolífero e não petrolífero resulta numa desaceleração da expansão real do PIB de 6.8% em 2013 para 4.8% em 2014 e 4% em 2015, abaixo do objectivo estabelecido no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017) de 7.5%, com o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016 a projectar uma desaceleração adicional do crescimento para 3.3%.

Mercado Cambial

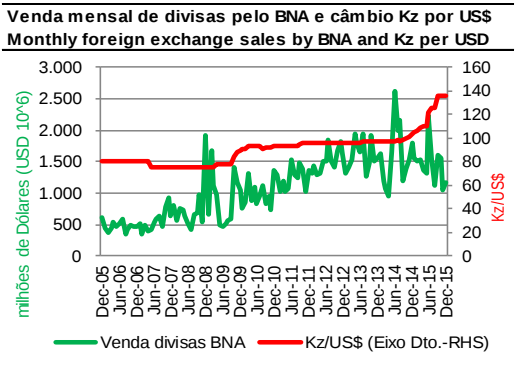
A queda dos preços do petróleo no mercado mundial obrigou as autoridades Angolanas a adoptarem medidas não convencionais para garantir a solvabilidade externa do país, consubstanciada num objectivo de reservas internacionais brutas de 6 meses de cobertura de importações de bens e serviços.

Um conjunto de medidas de política, incluindo administrativas foram implementadas ao longo de 2015 para atenuar o impacto do choque externo sobre importantes canais de transmissão do preço do petróleo para a economia doméstica como a taxa de câmbio e a conta corrente da balança de pagamentos.

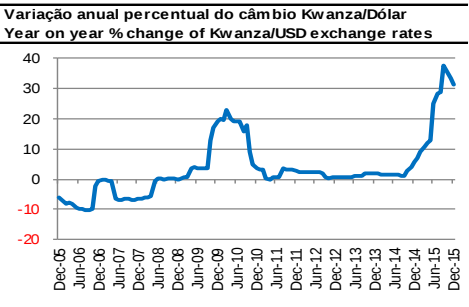
Após vários anos de relativa estabilidade cambial, e alguma resistência em ceder à pressão do Dólar nos primeiros meses de 2015, o Kwanza registou uma depreciação anual 31.3% no ano, fechando ao nível de 135.3 AKZ/USD, e um câmbio médio anual de 121.1 AKZ/USD, contra uma média de 98.6 AKZ/USD em 2014.

A primeira grande depreciação mensal do Kwanza em relação ao Dólar ocorreu em Junho, 10% mês a mês, elevando as perdas anuais de 13.5% ano a ano em Maio para 25% em Junho, com a tendência de depreciação a manter-se.

O Rande também registou perdas substanciais em relação ao Dólar, o que permitiu ao Kwanza registar ganhos anuais nominais de 1.7% contra a moeda Sul-Africana, mas manteve perdas anuais em torno dos 13% face ao Euro.



Fonte (Source): Banco Nacional de Angola, Standard Bank

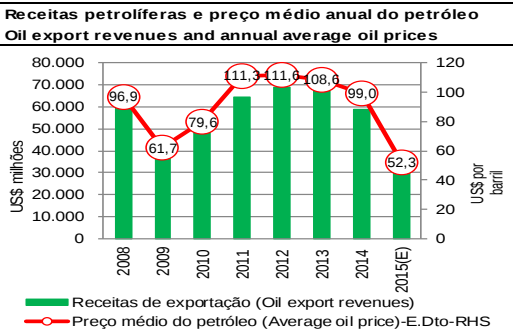


Fonte (Source): Banco Nacional de Angola, Standard Bank

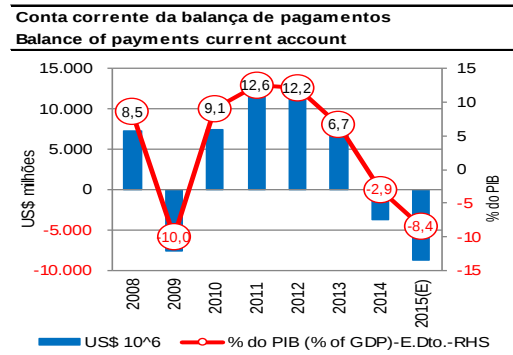
Estimativas preliminares indicam uma queda anual das receitas de exportação de petróleo de 41.2% em 2015, superior à queda anual de 36.3% observada em 2009, no contexto da crise económica e financeira mundial de 2008-2009, indicando um impacto mais severo no actual ciclo de baixos preços do petróleo, que se mantém por um período superior ao observado na altura da crise, e uma menor disponibilidade de divisas no mercado.

Durante o ano, o BNA efectuou vendas de divisas ao mercado no valor de USD 17.5 mil milhões, um montante 8.2% inferior às vendas efectuadas em 2014. Este montante e as medidas de política introduzidas ao longo do ano mostraram-se insuficientes para reduzir substancialmente a procura de divisas não satisfeita (backlog), com o câmbio no mercado paralelo a registar um desvio substancial em relação aos câmbios de referência do BNA e dos bancos comerciais, prevendo-se que se mantenha a tendência de depreciação.

Estima-se que a queda de receitas de exportação e a pressão das importações tenham contribuído para agravar substancialmente o défice da conta corrente da balança de pagamentos em 2015, saldando-se em 8.4% do PIB.



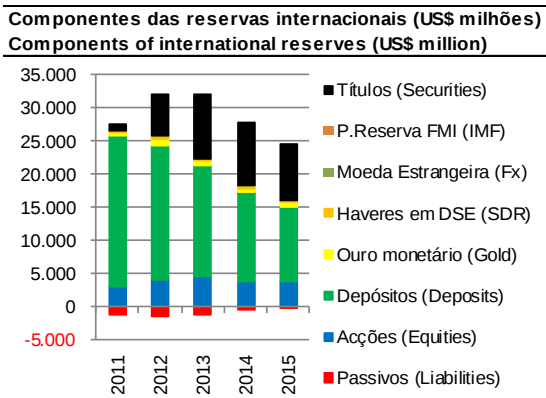
Fonte (Source): BNA, Reuters, Standard Bank



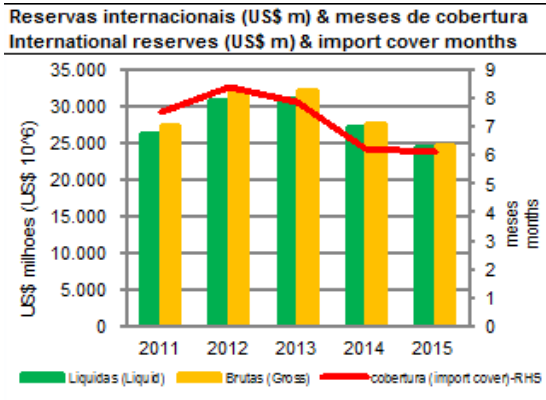
Fonte (Source): BNA, Ministério das Finanças, Standard Bank

A aderência ao objectivo de reservas permitiu ao BNA fechar o ano 2015 com um saldo de reservas internacionais brutas de 24.7 mil milhões de Dólares que traduz cerca de seis meses de cobertura de importações.

Com um valor reduzido de passivos associados às reservas, o saldo de reservas internacionais líquidas foi de USD 24.6 mil milhões, praticamente idêntico ao saldo de reservas brutas.



Fonte (Source): Banco Nacional de Angola, Standard Bank



Fonte (Source): Banco Nacional de Angola, Standard Bank

Finanças Públicas

O Orçamento Geral do Estado (OGE) constitui um importante canal de transmissão do choque dos preços do petróleo para a economia Angolana.

Inevitavelmente, a política fiscal teve que se ajustar ao actual ciclo de preços do petróleo, com o impacto sobre as finanças públicas a fazer-se sentir desde o segundo semestre de 2014.

Com efeito, o Executivo Angolano aprovou em Março de 2015 uma revisão do OGE, alterando alguns dos pressupostos inicialmente estabelecidos, com a projecção do preço médio do petróleo a baixar de 81 Dólares por barril (US\$/Bbl) para 40 US\$/Bbl.

Pressupostos (Assumptions)	Unidade (Unit)	2013 Ex. (Effective)	2014 Prel. (Prelim)	2015 OGE (Initial)	2015 Rev. (revised)	2015 Est. (Estimates)	2016 OGE (budget)
Taxa de câmbio (Exchange rate)	Kz/US\$	96,6	98,3	99,1	112,5	126,0	-
Inflação (Inflation)	%	7,7	7,5	7,0	9,0	13,8	11,0
Produção petrolífera (Oil production)	MBbl	626,3	610,2	669,1	669,8	689,4	689,4
Preço médio (Average oil price)	US\$/Bbl	107,7	96,9	81,0	40,0	53,0	45,0
PIB nominal (Nominal GDP)	Kz 10^9	12.056,4	12.462,3	13.480,9	11.534,9	12.745,6	14.218,1
Crescimento real do PIB (Real GDP growth)	%	6,8	4,8	9,7	4,9	4,0	3,3

Fonte (Source): Ministério das Finanças, Standard Bank

O OGE revisto traduz um corte na receita total de 35.7% em relação ao OGE inicial, devido essencialmente a uma queda de 59.3% na receita petrolífera.

Contemplou igualmente um corte de 32.9% na despesa total do Estado em relação ao OGE inicial, que traduz uma redução de 25.6% na despesa corrente e 43.6% na despesa de investimento.

Consequentemente, o défice fiscal global numa base de compromisso caiu 21.8% para 806.6 mil milhões de Kwanzas (7% do PIB).

O plano de financiamento do défice fiscal incluiu empréstimos domésticos líquidos de 93.6 mil milhões de Kwanzas e um financiamento externo líquido de 712.9 mil milhões de Kwanzas.

Dados mais recentes que ficaram disponíveis na altura em que o Executivo elaborou a proposta de orçamento para 2016 indicam uma estimativa de um défice fiscal em 2015 de 535.5 mil milhões de Kwanzas.

Trata-se de um montante 33.6% inferior ao défice programado no OGE revisto, como resultado de um aumento de 20.4% na receita total comparativamente ao OGE revisto, que resulta essencialmente de uma estimativa de receita petrolífera 55% acima do previsto no OGE 2015 revisto, o que terá permitido um aumento na despesa total de 7.9% em relação à programada no OGE revisto.

O Executivo Angolano adoptou um programa de ajuste fiscal automático, que permite aumentar a despesa em função de um melhor desempenho da receita em comparação com o programado.

Perspectiva-se que este ano que se inicia também seja difícil para a economia Angolana, o que poderá pressionar negativamente as reservas internacionais que se mantêm ainda a um nível relativamente confortável, em termos de meses de cobertura de importações, comparando com a média da região.

Em Janeiro de 2016 o Kwanza depreciou 15.6% face ao mês anterior, para um câmbio de fecho de 156.4 AKZ/USD. Esta forte depreciação mensal ocorreu num contexto em que o preço de referência do petróleo no mercado internacional baixou temporariamente para um mínimo de 26 Dólares por barril, antes de recuperar para perto dos 40 Dólares por barril em Março de 2016.

	2013 Ex.	2014 Prel.	2015 OGE	2015 Rev.	2015 Est.	2016 OGE
Em mil milhões de Kwanzas (billions of Kwanzas)	(Effective)	(Prelim.)	(Initial)	(revised)	(Estimates)	(budget)
Receita total (Total revenues)	4.848,5	4.402,6	4.184,8	2.692,5	3.240,7	3.514,5
Das quais receita petrolífera (Oil fiscal revenues)	3.629,8	2.969,8	2.551,2	1.039,2	1.616,3	1.689,7
Despesa total (Total expenditure)	4.816,3	5.222,0	5.215,8	3.499,1	3.776,2	4.295,7
Despesas correntes (Current expenditure)	3.437,2	3.666,6	3.848,4	2.862,3	2.639,7	3.480,1
Remuneração dos empregados (Salaries)	1.154,8	1.318,9	1.565,5	1.487,9	1.412,9	1.497,4
Bens e serviços (Goods and services)	1.228,3	1.247,7	1.374,4	692,2	411,4	995,2
Juros (interest)	99,1	149,5	231,0	231,0	261,0	307,3
Externos (on internal debt)	40,1	61,9	93,5	93,5	91,0	155,0
Internos (external debt)	59,0	87,6	137,5	137,5	170,0	152,3
Transferências correntes (current transfers)	955,0	950,5	677,5	451,2	554,4	680,2
Subsídios (Subsidies)	710,2	668,2	374,3	154,3	222,9	370,1
Doações (Grants)	2,9	6,1	0,0	0,0	3,3	0,0
Prestações sociais (Social contribution)	210,2	233,3	184,9	184,8	212,0	199,8
Outras despesas (Other expenditure)	31,7	42,9	118,3	112,1	116,2	110,3
Despesas de Capital (Capital expenditure)	1.376,4	1.547,3	1.102,8	622,1	1.118,1	815,6
Saldo Global, compromisso (Global balance, commitment)	32,2	-819,4	-1.031,0	-806,6	-535,5	-781,2
Saldo Global, caixa (Global fiscal balance, cash)	355,7	-302,1	-1.031,0	-806,6	-535,5	-781,2
Financiamento líquido (Net financing)	355,7	-302,0	-1.031,0	-806,5	507,3	-781,2
Financiamento interno (líquido)	538,9	135,5	7,3	-93,6	920,9	277,7
Financiamento externo (líquido)	-183,2	-437,5	-1.038,3	-712,9	-413,6	-1.058,9
Saldo primário não petrolífero (Primary non oil balance)	-3.498,5	-3.639,7	-3.351,2	-1.614,8	-1.890,8	-2.163,6

Fonte (Source): Ministério das Finanças, Standard Bank

O orçamento do Estado continua muito dependente da receita petrolífera. A proposta de OGE para 2016 assume um preço do petróleo de 45 USD/Bbl, com a receita petrolífera a representar 48.1% da receita total.

O défice fiscal deverá aumentar ligeiramente em relação ao estimado para 2015, de 4.2% do PIB para 5.5% do PIB em 2016. Considerando que se mantém uma elevada incerteza em relação às perspectivas de evolução da economia mundial e à duração do actual ciclo de baixos preços do petróleo, espera-se que o país mantenha uma política fiscal mais restritiva, para evitar que se observe um aumento não desejado e insustentável nos níveis de dívida pública.

Dívida pública e indicadores fiscais	2013 Ex.	2014 Prel.	2015 OGE	2015 Rev.	2015 Est.	2016 OGE
Sovereign debt and fiscal indicators	(Effective)	(Prelim.)	(Initial)	(revised)	(Estimates)	(budget)
Stock, dívida Governamental (Government debt), US\$ 10 ⁹	30,6	39,3	48,3	47,0	41,0	49,2
Em % do PIB (% of GDP)	24,5	31,0	35,5	45,8	40,5	49,7
Dívida externa (External debt), US\$ 10 ⁹	15,7	20,2	33,3	24,6	23,4	30,8
Em % do PIB (% of GDP)	12,6	15,9	24,5	24,0	23,1	31,1
Dívida interna (Internal debt) US\$ 10 ⁹	14,9	19,1	15,0	22,4	17,6	18,4
Em % do PIB (% of GDP)	11,9	15,1	11,0	21,8	17,4	18,6
Saldo fiscal em % do PIB (Fiscal balance % of GDP)	3,0	-2,4	-7,6	-7,0	-4,2	-5,5
Receita petrolífera % receita total (Oil revenue as % total rer.)	74,9	67,5	61,0	38,6	49,9	48,1

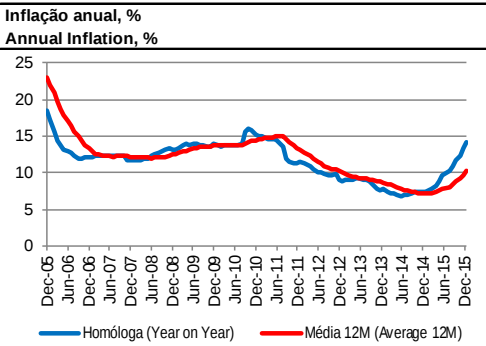
Angola continua a apresentar rácios de dívida pública em relação ao PIB relativamente confortáveis, mas sujeitos a alguma volatilidade e com uma tendência ascendente, com o OGE 2016 a prever que o saldo da dívida externa atinja 31.1% do PIB e o saldo da dívida doméstica a representar 18.6% do PIB.

Preços e mercado monetário

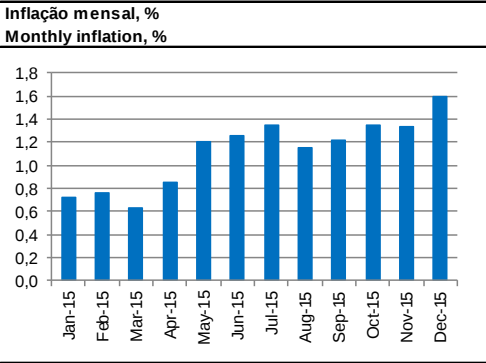
Tal como esperado, a depreciação do Kwanza traduziu-se num aumento da inflação em 2015, uma vez que economia Angolana continua a importar uma parte substancial dos produtos alimentares e de primeira necessidade, com impacto no cabaz do índice de preços ao consumidor (IPC).

O IPC de Luanda, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indica que em 2015 a inflação anual inverteu a tendência decrescente que se observava desde meados de 2011. Aumentou de 7.5% em 2014 para 14.3% em 2015, com a média móvel dos últimos 12 meses a registar um aumento de 7.3% em 2014 para 10.3% em 2015.

Em termos mensais, a inflação registou um aumento médio de preços acima de 1.2% ao mês a partir de Maio, mantendo esse ritmo desde então, reflectindo essencialmente o aumento do preço dos alimentos, como resultado de uma taxa de câmbio mais elevada.



Fonte (Source): Instituto Nacional de Estatística, Standard Bank



Fonte (Source): Instituto Nacional de Estatística, Standard Bank

Em resposta à subida da inflação e em coordenação com uma política fiscal mais restritiva, a política monetária também passou a ser mais restritiva em 2015, com aumentos nas taxas de juro de referência do BNA.

Observou-se igualmente um aumento do coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional de 12.5 pontos percentuais (pp), de 12.5% para 25%, com o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda externa a manter-se inalterado em 15%.

As taxas de juro de financiamento registaram aumentos sucessivos ao longo do ano, com a taxa básica do BNA a subir 200 pontos base (pb) para 11%. A taxa de juro da facilidade de cedência de liquidez a aumentou 325pb para 13% e a taxa de redesconto subiu 275pb para 12.5%.

Ao nível da absorção de liquidez, observou-se uma oscilação na taxa de juro da facilidade de absorção entre 1.75% e 0% tendo sido introduzida uma facilidade de depósito a 7 dias em Dezembro, com uma taxa de juro de 1.75%.

A LUIBOR também manteve uma tendência ascendente em 2015, com aumentos anuais de 517pb para o caso da taxa overnight e com subidas menos acentuadas entre as maturidades de 3 a 12 meses, entre 386pb e 329pb, fechando o ano, respectivamente ao nível de 11.9% a 3 meses e 12.8% a 12 meses.

Estes instrumentos de política, acompanhados com as emissões de Bilhetes do Tesouro (BT's) e de Obrigações do Tesouro (OT's) permitiram absorver uma parte substancial da liquidez ociosa em moeda nacional para suportar uma menor volatilidade do Kwanza, e continuaram a pressionar para cima as restantes taxas de juro do mercado.

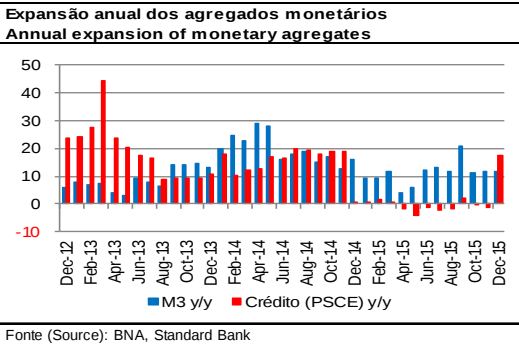
As taxas de juro dos BT's registaram um aumento expressivo, de 699pb e 727pb no ano para, as maturidades de 91 e 182 dias, para níveis de fecho de 13.4% e 14.4%, respectivamente.

Espera-se que a depreciação do Kwanza continue a pressionar para cima a inflação e as taxas de juro em 2016, tornando o acesso ao financiamento mais oneroso e com impacto na expansão do crédito ao sector privado.

A subida das taxas de juro e a desaceleração da actividade económica poderão alimentar o crescimento do crédito vencido, mas não se prevê que a estabilidade do sistema financeiro seja abalada.

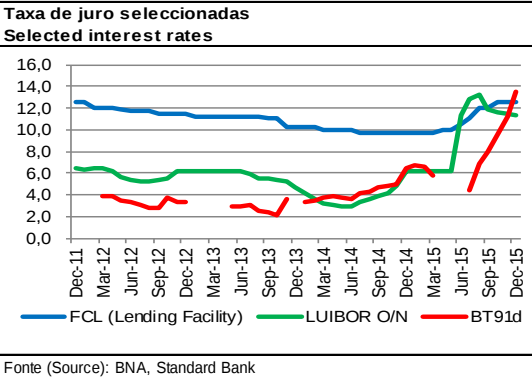
Dados preliminares indicam uma desaceleração da expansão da massa monetária (M3), de 16.2% ao ano em 2014 para 11.7% a/a em 2015, com a base monetária a crescer 6% em 2015, após 13.6% no ano anterior.

Contrariando a tendência decrescente da expansão da massa monetária e da base monetária, observou-se uma forte expansão do crédito ao sector privado concedido pelos bancos comerciais de 17.5% em 2015 para um saldo de AKZ 3457.5 mil milhões, esperando-se uma desaceleração em 2016 para reflectir condições monetárias mais restritivas.



As perspectivas económicas de curto e médio prazo para Angola deverão manter-se afectadas pela tendência de depreciação da moeda, aumento da inflação e uma menor expansão da actividade.

O cenário de retoma da expansão da actividade económica a ritmos mais acelerados continua condicionado a uma inversão da tendência decrescente dos preços do petróleo.



Principais alterações legais e regulamentares

ASSEMBLEIA NACIONAL	
Lei n.º 7/15	Lei Geral do Trabalho
Lei n.º 12/15	Lei das Instituições Financeiras
Lei n.º 26/15	Lei do Arrendamento Urbano
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
Dec. Leg. Pres. n.º 2/15	Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações de Invisíveis Correntes
Decreto Presidencial n.º 182/15	Regulamento, procedimentos e quadro jurídico do acompanhamento do Investimento Privado
Decreto Presidencial n.º 141/15	Regime Jurídico de Condomínio
Decreto Ex. N.º 694/15	Regulamento Interno da Direcção Nacional de Publicidade
BANCO NACIONAL DE ANGOLA	
Aviso n.º 01/15	Estabelece os procedimentos de importação, exportação e reexportação de moeda estrangeira, bem como de cheques de viagem a serem observados pelas instituições financeiras
Aviso n.º 02/15	Estabelece o limite de exposição ao risco cambial e ouro das instituições financeiras
Aviso n.º 03/15	Estabelece as normas e princípios que regem a publicidade dos produtos e serviços financeiros comercializados pelas instituições financeiras
Aviso n.º 04/15	Circulação Monetária: Nova Família do Kwanza
Aviso n.º 05/15	Define os requisitos dos formulários de cheques utilizados do Sistema de Pagamentos de Angola
Aviso n.º 06/15	Estabelece as regras de identificação de contas de depósito
Aviso n.º 07/15	Define as datas e requisitos para a extinção do Serviço de Compensação de Valores (SCV) e a entrada em produção do Subsistema de Compensação de Cheques (SCC).
Aviso n.º 08/15	Estabelece as condições de obrigatoriedade da liquidação de transferências interbancárias no Sistema de Pagamentos por Bruto em Tempo Real — SPTR
Aviso n.º 09/15	Estabelece os prazos para a execução de transferências e de remessas de valores, bem como para a disponibilização de fundos ao beneficiário, em resultado de depósitos de numerário e de cheques de transferências ou de remessas de valores
Aviso n.º 10/15	Entrada e saída de Moeda na Zona Fronteiriça de Santa Clara (Angola) e Oshikango (Namibia)
Aviso n.º 11/15	Classificação dos Subsistemas de pagamentos de Angola
Aviso n.º 12/15	Acordo de Conversão Monetária entre o BNA e o Banco da Namíbia – Regras Operacionais

Principais alterações legais e regulamentares

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (cont.)	
Instrutivo n.º 01/15	Estabelecerem critérios de classificação dos países e de identificação dos bancos multilaterais de desenvolvimento e das organizações internacionais
Instrutivo n.º 02/15	Estabelece as metodologias que podem ser utilizadas na definição dos montantes mínimos de provisões que devem ser constituídos, no âmbito das disposições sobre o processo de constituição das provisões previstas no Aviso n.º 12/2014 de 17 de Dezembro
Instrutivo n.º 03/15	Ajusta as regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias ao actual quadro de estabilidade macroeconómica
Instrutivo n.º 04/15	Ajusta os procedimentos relativos à realização das sessões de compra e venda de moeda estrangeira
Instrutivo n.º 05/15	Define as especificações técnicas do cheque normalizado
Instrutivo n.º 06/15	Implementa os processos de contenção do risco de liquidação nos subsistemas da Câmara de Compensação Automatizada de Angola
Instrutivo n.º 07/15	Regula os termos e condições em que as casas de câmbio podem realizar a compra e venda de moeda estrangeira
Instrutivo n.º 08/15	Reservas Obrigatórias
Instrutivo n.º 09/15	Metodologia para a constituição de Provisões
Instrutivo n.º 10/15	Sessões de Compra e Venda de Moeda Estrangeira
Instrutivo n.º 11/15	Acordo de Conversão Monetária entre o BNA e Banco da Namíbia (Regras Operacionais a observar pelas IFs)
Instrutivo n.º 12/15	Política Cambial: Operações Cambiais/ Procedimentos
Instrutivo n.º 13/15	Operações de Cedência de Liquidez dos Bancos de Desenvolvimento
Instrutivo n.º 14/15	Mercado Cambial: Margem Máxima para Operações de Venda de Divisas
Instrutivo n.º 15/15	Margem máxima para operações de venda de divisas
Instrutivo n.º 16/15	Reservas Obrigatórias
Instrutivo n.º 17/15	Procedimentos operacionais a serem observados nas sessões de leilão de venda de moeda estrangeira às casas de câmbio.
Instrutivo n.º 18/15	Cartões de Pagamento: Informação Estatística
Instrutivo n.º 19/15	Reservas Obrigatórias
Instrutivo n.º 20/15	Reporte e monitorização de transacções cambiais

Principais alterações legais e regulamentares

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (cont.)

Directiva n.º 01/DRO/DSI/15	Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo - Questionário de Auto Avaliação
Directiva n.º 02/DRO/DSI/15	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (Guia sobre a PBC/FT nas Relações com os Bancos Correspondentes e Bancos Clientes
Directiva n.º 03/DRO/DSI/15	Taxa de Redesconto
Directiva n.º 13/DMA/15	Facilidades permanentes de absorção de liquidez

BODIVA – BOLSA DE DÍVIDA E VALORES

Regras Bodiva n.º 1/15	Organização Geral e Funcionamento dos Mercados Regulamentados
Regras Bodiva n.º 3/15	Preçário
Regras Bodiva n.º 4/15	Mercado de Registo de Operações sobre Valores Mobiliários
Regras Bodiva n.º 5/15	Mercado de Bolsa
Regras Bodiva n.º 6/15	Compensação, Liquidação e Custódia Centralizada de Valores Mobiliários
Regras Bodiva n.º 7/15	Código Deontológico da Bolsa de Dívida e Valores de Angola
Instrução Bodiva n.º 1/15	Admissão de Membros
Instrução Bodiva n.º 2/15	Cancelamento de Ordens e Anulação de negócios
Instrução Bodiva n.º 3/15	Efeitos dos Eventos
Instrução Bodiva n.º 4/15	Calendário e horário de funcionamento dos mercados Bodiva 2015
Instrução Bodiva n.º 5/15	Calendário e horário de funcionamento dos mercados Bodiva 2015

COMISSÃO MERCADO DE CAPITALIS

Regulamento n.º 01/15	Regula o processo de autorização para a constituição e registo dos agentes de intermediação
Regulamento n.º 02/15	Requisitos de registo e as regras a observar pelas empresas de auditoria, legalizadas e estabelecidas em Angola
Regulamento n.º 03/15	Regras relativas ao registo e supervisão de repositórios de transacções e aos deveres de informação a prestar no âmbito de operações sobre instrumentos derivados.

4. O Negócio ao Serviço dos Nossos Clientes



O Negócio ao serviço dos nossos Clientes



A Nossa Estrutura de Negócio

“O modelo de negócio adoptado privilegia o cliente, procurando construir relacionamentos de longo prazo e oferecendo soluções de negócios inovadoras e individualizadas para cada cliente.”

O Standard Bank Angola proporciona aos seus clientes o acesso a um Banco Universal, com a oferta de uma gama completa de produtos e serviços financeiros e uma estrutura que coloca o cliente no centro de tudo o que faz.

Para o Standard Bank o compromisso com o cliente e a excelência de serviço são os pilares fundamentais da sua estratégia de negócio.

O Standard Bank pretende ser o parceiro de eleição dos seus clientes nas suas jornadas de crescimento, com uma abordagem próxima às suas cadeias de valor, reconhecendo os desafios e oportunidades de cada um e providenciando soluções inovadoras que vão de encontro às suas necessidades, garantindo a entrega de um serviço fiável e consistente.



Personal & Business Banking (PBB)

Personal Banking (PB)

Business Banking (BB)

Presta Serviços bancários e outros serviços financeiros a clientes particulares e a pequenas e médias empresas.

PMEs e Particulares

Corporate & Investment Banking (CIB)

Uma equipa experiente de gestores, especializados por sector, garante a originação, acompanhamento e gestão da relação com estes Clientes.

Banca de Investimento

Mercado de Capitais

Banca Transaccional

Presta serviços bancários transaccionais, assessoria financeira e soluções cambiais e de gestão de risco ao Estado, grandes empresas e instituições financeiras

Grandes Empresas
(nacionais, internacionais e sector público)

Destaques 2015

Durante 2015 o Standard Bank fortaleceu o seu balanço e a sua presença no mercado Angolano e deu continuidade ao seu esforço para aumentar o nível de eficiência operacional, através do investimento em digitalização e da consolidação do modelo de banco universal.

Em 2016, apesar dos desafios económicos evidentes, o Standard Bank vai continuar a alavancar a sua marca e o seu posicionamento de mercado, continuando a investir no desenvolvimento das suas pessoas para garantir um serviço de excelência aos seus clientes.

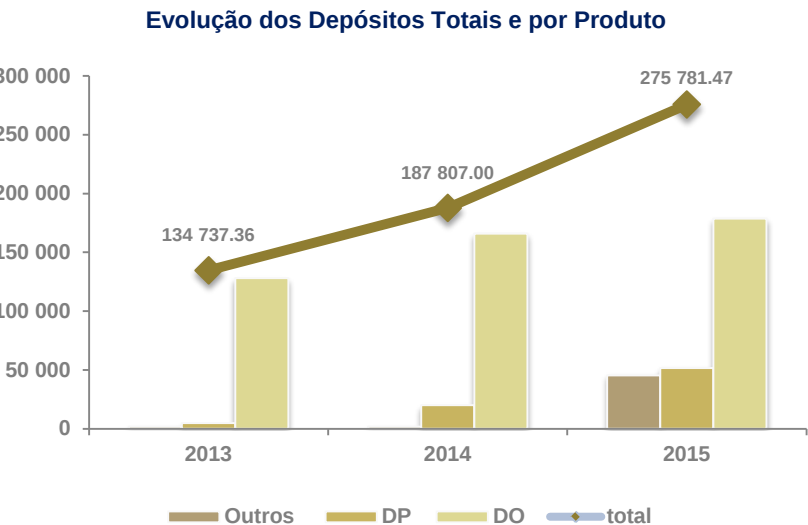
Base de Clientes

O n.º total de clientes activos em Dezembro de 2015 ascende a 37.681, tendo-se verificado o maior aumento no segmento de Personal & Business Banking de 60%.



Recursos de Clientes

Os recursos de clientes cresceram significativamente em 2015, apresentando um aumento de 47% relativamente ao ano anterior, passando de AKZ 187.807 milhões em 2014 (USD 1.825,8 milhões), para AKZ 275.781 milhões (USD 2.038 milhões) em 2015.



Os depósitos de clientes ascenderam a AKZ 275.781 milhões, correspondendo AKZ 209.025 milhões a depósitos em moeda nacional, o que representa um crescimento de 61% face ao ano anterior.



Produto Bancário

O produto bancário do Banco em 2015 atingiu os AKZ 17.881 milhões (USD 147,7 milhões), evidenciando um crescimento de 34%. Este crescimento assentou num crescimento assinalável tanto da margem financeira como da margem complementar.

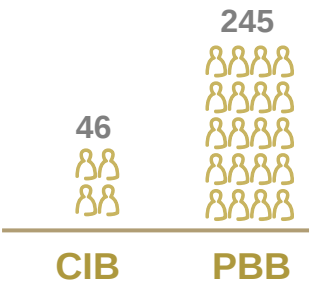


Colaboradores

O Standard Bank Angola tem como objectivo tornar-se numa referência de mercado em termos de inovação, profissionalismo, qualidade de serviço, competência e conhecimento dos seus colaboradores.

Uma das prioridades do Banco é a participação activa na formação dos seus colaboradores, com particular ênfase na evolução da carreira profissional, de modo a garantir um capital humano com o potencial necessário para entregar a excelência de serviço a que se propôs.

Em 31 de Dezembro de 2015, o quadro de pessoal das áreas de negócio era composto por 291 colaboradores.



Prémios e distinções 2015

Melhor Banco de Investimento em Angola

O ano de 2015 ficou marcado pela atribuição ao Standard Bank de Angola de dois grandes prémios internacionais, por duas reputadas publicações da área, que reconheceram ambas o Standard Bank de Angola como o melhor Banco de Investimento de Angola em 2015:

- A EMEA Finance que atribui este prémio ao Standard Bank de Angola pelo 5º ano consecutivo; e

- A Global Finance que reconheceu o Standard Bank de Angola com este prémio em 2013 e em 2016.



Best Investment Bank in Angola 2015.



Melhor Banco de Trade Finance em Angola

Em 2015 o Standard Bank Angola foi ainda distinguido com o prémio internacional Global Finance de “Melhor Banco de Trade Finance em Angola”, pelo segundo ano consecutivo.



Melhor Banco para Operações Cambiais em Angola

Em 2015 a Global Finance reconheceu pela primeira vez o Standard Bank Angola com o prémio internacional de “Melhor Banco para Operações Cambiais em Angola em 2015”.



Corporate & Investment Banking (CIB)



“No ano do seu 5º aniversário de abertura oficial em Angola, o Standard Bank apresentou mais um ano de crescimento acelerado, destacando-se como a instituição financeira que mais cresce em Angola. Durante o ano de 2015 assistiu-se a enormes mudanças regulatórias, fiscais e macroeconómicas que afectaram de forma relevante a performance do sector bancário em Angola. O Standard Bank de Angola, subsidiária do maior Grupo financeiro do continente Africano, liderou pela postura irrepreensível em termos de Compliance e gestão de Riscos, mantendo o foco na excelência do serviço ao Cliente, e atingindo um crescimento assinalável enquanto simultaneamente reforçou a solidez financeira, liquidez e rentabilidade. Foi a todos os níveis um ano notável para a instituição e que augura um futuro de sucesso em Angola.”

Luís Fialho Teles
Director CIB

Visão Geral do CIB

O segmento de Grandes Empresas e Banca de Investimento do Standard Bank de Angola oferece uma gama alargada de produtos e serviços de excelência direccionada às necessidades das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam no mercado Angolano.

Dispomos de uma equipa de profissionais especializados em sectores relevantes como Petróleo e Gás, Energia e Infra-Estruturas, Clientes Chineses, Indústria e sector de Grande Consumo, tal como detalhado na página seguinte.

O aprofundamento do conhecimento de todos os intervenientes na cadeia de valor dos mais variados sectores permite-nos criar soluções abrangentes e globais adaptadas às necessidades individuais e específicas de cada transacção e de cada Cliente. A presença internacional do Standard Bank permite-nos coordenar e executar todos os serviços bancários e necessidades de financiamento dos nossos Clientes dentro do continente africano, bem como entre diferentes continentes.

O crescimento económico substancial, registado nos mercados emergentes nos últimos anos, gerou uma procura de energia sem precedentes. O sector do petróleo e do gás em Angola contribui de forma significativa para o PIB nacional e impulsiona o crescimento económico de outros sectores.

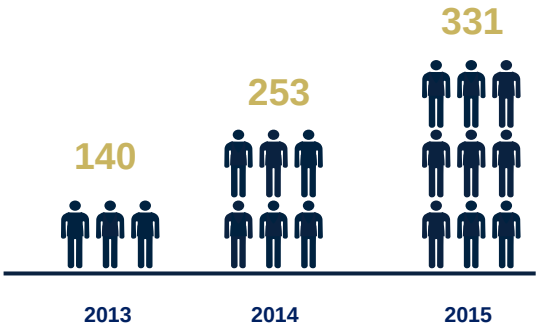
A nossa presença e experiência nos mercados emergentes mundiais habilita-nos a oferecer soluções financeiras aos intervenientes na cadeia de valor da energia.

A nossa equipa de especialistas sectoriais possui um conhecimento profundo dos mercados upstream, midstream e downstream, bem como do mercado em evolução das energias renováveis, e conhecimentos especializados no terreno em Angola.



Base de Clientes CIB

A base de clientes do CIB ascendia em Dezembro de 2015 a 331 clientes, o que representa um crescimento de 30%



A Nossa Oferta

Os principais produtos e serviços oferecidos pela equipa de Grandes Empresas e Banca de Investimento do Standard Bank de Angola são os seguintes:



Uma equipa experiente de gestores com especialização sectorial e equipas com fortes conhecimentos e especialização em diversos produtos, complementadas por uma sólida reputação e pela capacidade de interligar os vários mercados Africanos e internacionais, colocam o Standard Bank numa posição competitiva junto dos clientes com quem pretendemos desenvolver relações de confiança e parceria.

O Standard Bank Angola pretende contribuir com soluções inovadoras e direccionadas para o apoio na execução da estratégia dos seus Clientes.

O compromisso com o cliente e a qualidade dos serviços prestados são assegurados pelo seguinte:

I. Gestores com especialização no sector de actividade do Cliente

- Principal ponto de contacto, compreende o negócio do Cliente, os desafios e as oportunidades de cada um, desenvolvendo uma parceria proactiva
- Dá acesso a toda a oferta de produtos e serviços do Banco, e às equipas com especialização em cada um desses produtos e serviços

III. Serviço ao Cliente suportado por Equipas especializadas por produto

- Banca Transaccional
- Cartas de Crédito e outras soluções de apoio às importações e exportações
- Mercado de Capitais
- Banca de Investimento

IV. Áreas de serviço ao Cliente:

- Ponto de contacto primário para questões e resolução de problemas



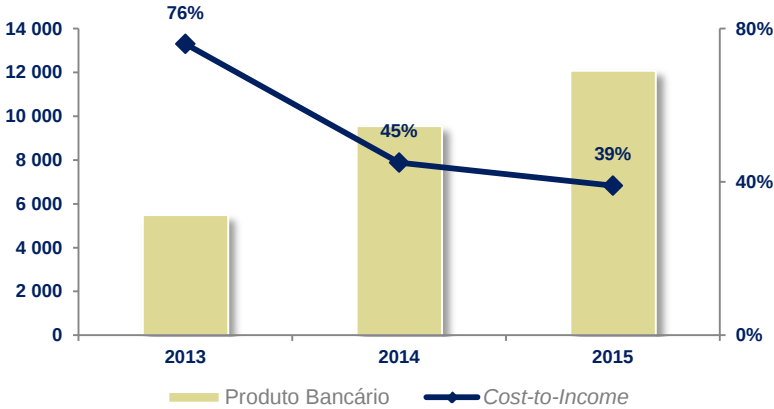
Desempenho 2015

Apesar do contexto macroeconómico adverso, este segmento teve um desempenho notável em 2015. O crescimento do produto bancário evidenciado pelo CIB (+27% em 2015 e +72% em 2014), confirma o posicionamento competitivo que o Standard Bank Angola já ocupa no mercado financeiro Angolano, no segmento de Grandes Empresas e Banca de Investimento.



Os resultados apresentados por este segmento nos últimos anos reflectem o óptimo desempenho em termos dos resultados de intermediação financeira e o foco na optimização da eficiência organizacional, promovendo uma alocação eficiente de recursos financeiros e custos directos.

Evolução do Produto Bancário



Recursos de Clientes

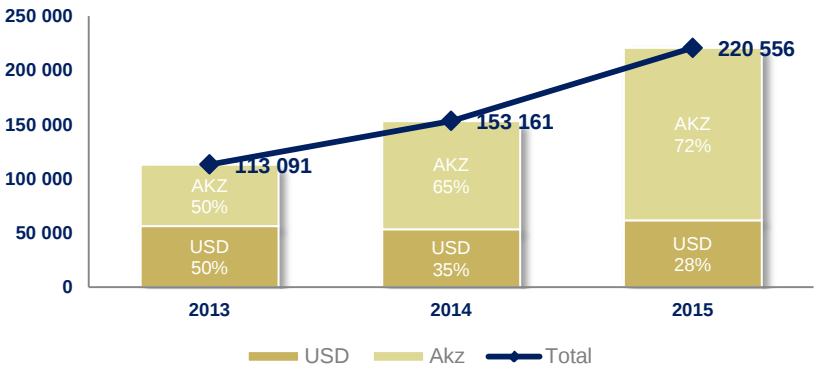
O total de depósitos de Clientes deste segmento voltou a apresentar um crescimento significativo face ao ano anterior (+44% comparativamente a 2014), totalizando AKZ 220.563 milhões, o que reflecte a clara confiança dos clientes e a credibilidade do Standard Bank Angola no mercado.

	2015	2014	Δ (15-14)	2013
Nº clientes	331	253	24%	140
Recursos de Clientes	220.556	153.161	44%	113.091

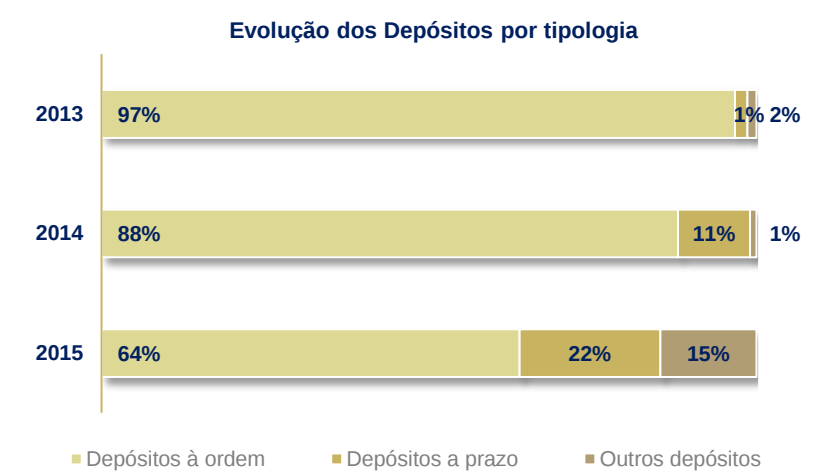
O crescimento do negócio do Standard Bank advém essencialmente da relação próxima e de confiança com os seus clientes, baseada na transparência e credibilidade. O Standard Bank continua a ser visto como o Banco preferencial para muitas das empresas multinacionais a operar em Angola, em especial no sector petrolífero, o que reflecte a exigência e rigor que o Banco coloca em todas as suas actividades.

Os depósitos em moeda nacional foram os que apresentaram o maior crescimento, com um aumento de AKZ 58.369 milhões (+58%) e representando em 31 de Dezembro de 2015 72% do total de depósitos de Clientes deste segmento. Os depósitos em moeda estrangeira tiveram um crescimento moderado, mas que representou ainda assim 13% do crescimento total (o equivalente a +AKZ 9.032 milhões).

Evolução dos Depósitos por moeda

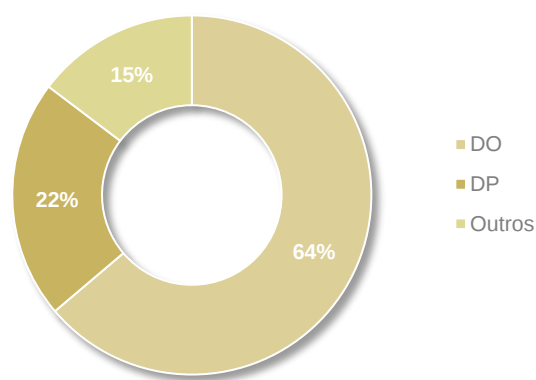


Em termos da tipologia de depósitos, os depósitos a prazo foram os que apresentaram o maior crescimento, com um aumento de AKZ 31.153 milhões (+191%), representando em 31 de Dezembro de 2015, 22% do total de depósitos de Clientes deste segmento. Os depósitos à ordem tiveram um crescimento moderado de 4%, sobre uma base que representava já 88% dos depósitos totais no ano anterior.



Em 2015 verificou-se ainda um crescimento significativo de “Outros Depósitos” que ascendiam no final do ano a AKZ 32.398 milhões. Estes depósitos referem-se a montantes depositados por clientes, que se encontram cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito emitidas ou para cobertura de pedidos de operações cambiais pendentes de execução.

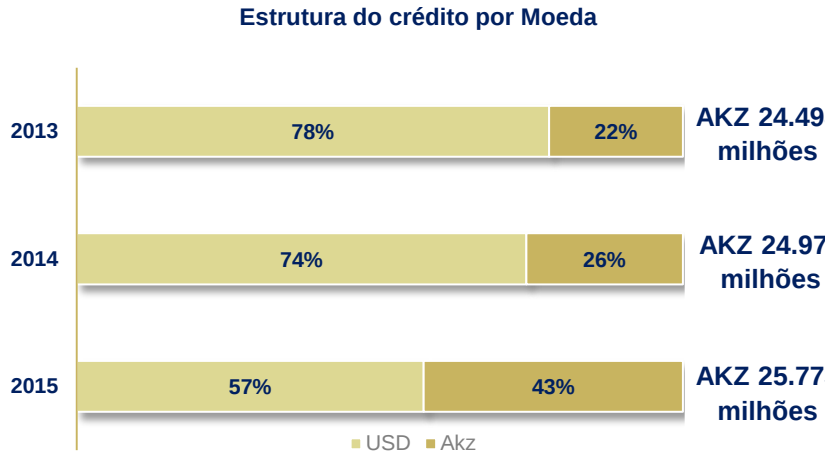
Distribuição por Tipo de Depósito (Dez. 2015)



Este aumento resultou da alteração regulamentar introduzida pelo Instrutivo n.º12/2015, de 24 de Junho, publicado pelo Banco Nacional de Angola, que estipula que apenas são aceites pedidos de operações cambiais de mercadorias, capitais e invisíveis correntes de Clientes que, no momento da solicitação, tenham disponíveis recursos em moeda nacional suficientes para a cobertura da operação pretendida, e que os mesmos devem ser imediatamente transferidos para uma subconta afecta ao Cliente, na qual serão mantidos cativos até à execução efectiva da operação cambial.

Evolução do Crédito Concedido

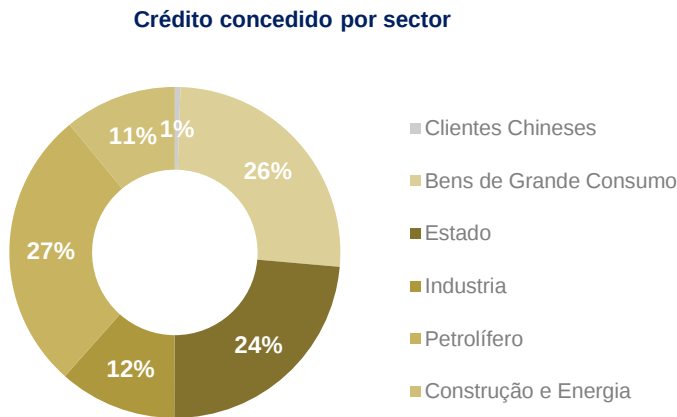
Apesar do contexto macroeconómico pouco favorável, o crédito concedido aos clientes deste segmento apresentou um crescimento moderado de 3%, mantendo um nível de concentração elevado com 7 operações a representar 74% do total das operações deste segmento de negócio.



Em 2015 a composição da carteira de crédito por moeda demonstra uma clara evolução na concessão de crédito em moeda nacional, tendo o peso das operações de crédito concedido em moeda estrangeira reduzido de 74%, em 31 de Dezembro de 2014, para 57% em 31 de Dezembro de 2015. Com o vencimento das operações de crédito concedido em moeda estrangeira actualmente em curso, esta percentagem irá manter esta trajectória descendente.

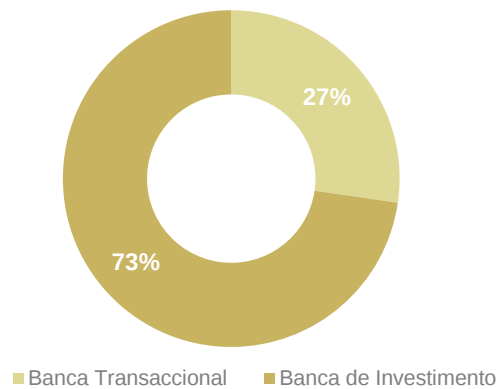
Distribuição da Carteira de Crédito CIB por Segmento e Sector

Em 31 de Dezembro de 2015, as operações de crédito deste segmento, distribuíam-se por clientes dos principais sectores da economia angolana, não existindo concentração em termos de sector.



Em 31 de Dezembro de 2015, o crédito concedido pela Banca de Investimento representa 73% do total do crédito concedido pelo CIB, situando-se em AKZ 18.749 milhões, que comparam com AKZ 20.122 milhões registados em 2014, representando uma pequena redução de 7% no ano.

Crédito concedido por unidade de negócio



Banca de Investimento

Durante o ano de 2015, o Standard Bank de Angola participou em várias operações com entidades privadas em Angola tendo completado 11 operações de crédito local, totalizando mais de AKZ 3.552 milhões. Foram elaborados grandes esforços para captação de novas oportunidades de assessoria financeira que se espera virem a executar-se em 2016 e 2017.



A Direcção da Banca de Investimento está também empenhada em assumir um papel relevante no desenvolvimento do mercado de capitais em Angola tendo colaborado activamente com a Comissão de Mercado de Capitais no âmbito dos seus projectos de desenvolvimento de instrumentos financeiros e mercados de capitais e potenciar as opções de financiamento das empresas no país.

Prémios e Distinções

O ano de 2015 ficou ainda marcado pela atribuição ao Standard Bank de Angola de dois grandes prémios internacionais pela EMEA Finance e Global Finance, duas reputadas publicações da área, que reconheceram ambas o Standard Bank de Angola como o melhor Banco de Investimento de Angola em 2015.

A Direcção de Banca de Investimento pretende assim continuar a consolidar a imagem de rigor, excelência e inovação financeira no mercado Angolano, potencializando a vasta experiência do Grupo.

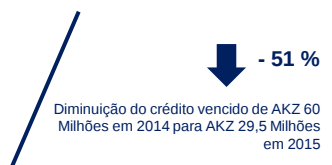


Global Finance – Melhor Banco de Investimento em Angola 2015



Melhoria da Qualidade do Crédito

Durante o ano de 2015 verificamos uma melhoria na qualidade da carteira de crédito concedido por este segmento (CIB), através de uma diminuição do crédito vencido, que representava em 2014 AKZ 60 milhões (0,24% da carteira de crédito total do CIB). Em Dezembro de 2015 o incumprimento fixava-se em AKZ 29,5 milhões (0,11% da carteira total de crédito do CIB). Ainda assim, o nível de provisionamento manteve-se estável de um ano para o outro em cerca de 2%.



Tendo em conta o actual contexto económico, favorável ao crescimento do nível de incumprimento nas operações de crédito, o Banco revê regularmente as suas políticas de concessão de crédito ao nível da análise de risco dos clientes e das garantias recebidas, em linha com o apetite ao risco de crédito definido para este segmento.

Trade Finance

Não obstante as condições de mercado adversas, verificadas durante o ano de 2015, em especial a escassez de moeda estrangeira que limita a capacidade do Banco para emissão de Créditos e Remessas Documentárias dentro dos limites de exposição cambial definidos pelo BNA, o Standard Bank Angola aprovou em 2015 operações de Créditos e Remessas Documentárias no montante total de AKZ 6.607 milhões.

Em 2015 o Banco aumentou também o volume de garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes deste segmento. Em 31 de Dezembro de 2015, o valor das garantias prestadas ascendiam a AKZ 3.160 milhões, que compara com AKZ 900 milhões em 31 de Dezembro de 2014.

Apetite ao Risco de Crédito

Durante 2015, foi elaborado e aprovado formalmente o documento que estabelece o apetite ao risco de crédito para o segmento de Grandes Empresas e Banca de Investimento (CIB).

Este exercício estabelece o nível de risco de crédito que o Banco está disposto a incorrer, sem pôr em causa o desenvolvimento da estratégia de negócio em curso, nem os objectivos definidos em termos de resultados financeiros a médio prazo. O apetite ao risco deve ser o equilíbrio entre os recursos financeiros disponíveis e os riscos que o Banco está disposto a aceitar para atingir os seus objectivos estratégicos.

Uma definição clara do Apetite ao Risco ("Risk Appetite Statement - RAS") deve abordar indicadores qualitativos e quantitativos. O RAS do Standard Bank Angola para o segmento das Grandes empresas estabelece o apetite ao risco tendo em contas os seguintes indicadores: Fundos Próprios Regulamentares, Capital Económico, Liquidez, *stressed earnings* e limites de risco aceitável por *rating* interno, sector e por maturidade.

O perfil de risco actual do país alterou-se em função da situação macroeconómica global e, em especial, pela queda do preço do petróleo, sendo este o momento crítico para reavaliar o apetite ao risco de crédito do Banco, no sentido de garantir um crescimento sustentável, com um nível de incumprimento tolerável.

O apetite de risco será revisto com uma periodicidade anual ou sempre que se considere necessário, tendo em conta alterações relevantes na envolvente de mercado.

Em 2015 o Standard Bank Angola foi distinguido com o prémio internacional Global Finance de "Melhor Banco de Trade Finance em Angola".

**Global Finance – Global Finance
- Best Trade Finance Bank in
Angola 2015 / Melhor Banco de
Trade Finance em Angola 2015**

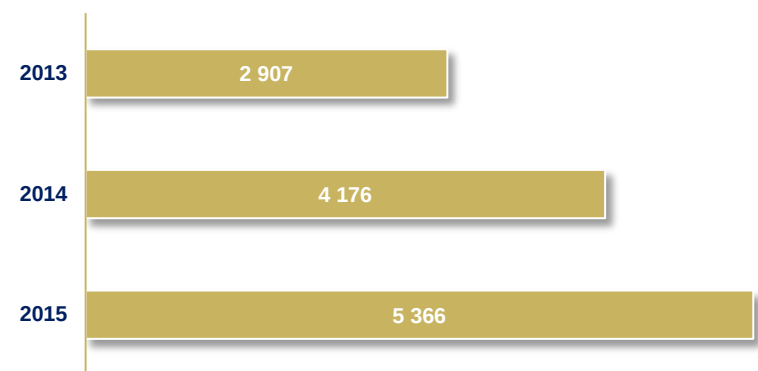


Mercado Cambial

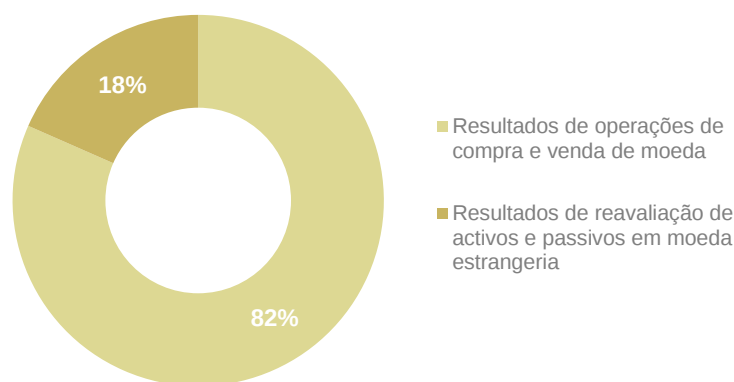
A Direcção de Mercado de Capitais do Standard Bank de Angola movimentou, durante o ano de 2015, mais de USD 1,8 mil milhões em transacções no mercado cambial, o que representa uma redução acentuada face ao ano anterior, em que tinham sido movimentados mais de USD 4,7 mil milhões. Esta redução foi o resultado da alteração regulamentar introduzida pelo Aviso n.º7/14, de Outubro de 2014, que veio alterar de forma substancial o funcionamento do mercado cambial, na medida em que os Operadores Petrolíferos deixaram de poder vender as suas divisas aos Bancos Comerciais, tendo que passar a vender directamente ao Banco Nacional de Angola.

Apesar de um clima cambial bem mais volátil, os resultados em operações cambiais do Banco ultrapassaram os AKZ 5.000 milhões em 2015, beneficiando da manutenção de uma posição cambial longa e da depreciação da moeda nacional verificada ao longo do ano.

Evolução dos resultados em operações cambiais



Composição dos resultados em operações cambiais



Em 2015 o Standard Bank Angola foi distinguido com o prémio internacional Global Finance de “Melhor Banco para Operações Cambiais em Angola em 2015”.

Global Finance –Melhor Banco para Operações Cambiais em Angola em 2015



Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os câmbios de AKZ face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes:

	2015	2014
USD	135,315	102,86
EUR	147,832	125,19

Alterações legislativas e regulamentares

O mercado cambial em Angola sofreu durante 2015 alterações legislativas e regulamentares.

Foram ainda definidos pelo Supervisor os procedimentos de importação, exportação e reexportação de moeda estrangeira, bem como de cheques de viagem a serem observados pelas instituições financeiras (Aviso n.º 02/2015).

Mercado de Capitais

Durante 2015 o Banco participou na dinamização dos leilões de títulos do Ministério das Finanças, quer através da aquisição de títulos para a carteira própria do Banco quer através da intermediação na compra e venda de títulos para os seus Clientes.

Durante 2015 o Banco vendeu títulos de dívida soberana a Clientes no montante total de AKZ 39.237 milhões.

Para 2016 prevê-se um maior dinamismo nesta actividade de intermediação financeira, de forma a dar resposta aos nossos clientes nas necessidades de soluções de investimento e a facilitar a colocação de títulos de dívida no mercado nacional. Esta actividade será especialmente impulsionada pela Bolsa de Dívida e Valores de Angola ("BODIVA") onde o Banco já se encontra a registar transacções.

A Direcção de Mercado de Capitais do Standard Bank Angola oferece aos seus clientes actividades de *trading* bem como soluções de gestão de risco a exposições cambiais, de taxas de juros, de crédito e de *commodities*. O Standard Bank de Angola está numa posição única para fornecer serviços e produtos de tesouraria com foco no cliente, tanto em produtos estandardizados como produtos moldados aos interesses únicos de cada cliente, apoiados num sólido conhecimento de mercados emergentes em particular dos mercados africanos.

Membro da Comissão do Mercado de Capitais e da BODIVA

Como passo relevante da estratégia do Banco, em especial do segmento de Grandes Empresas e Banca de Investimento, o Standard Bank Angola registou-se na Comissão do Mercado de Capitais ("CMC") no início de 2015 como Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, sendo o sétimo membro da CMC inscrito como agente de intermediação.

Este registo permite ao Standard Bank Angola realizar as seguintes actividades:

- A recepção de transmissão de ordens por conta de outrem;
- A execução de ordens por conta de outrem em mercados regulamentados ou fora deles;
- A negociação para carteira própria;
- O registo, depósito, bem como serviços de custódia de títulos;
- A assistência em ofertas públicas e a consultoria sobre a estrutura de capital, a estratégia industrial, bem como sobre a fusão e a aquisição de empresas;
- A colocação sem garantia em ofertas públicas;
- A tomada firme e a colocação com garantia em ofertas públicas;
- A concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários, para a realização de operações em que intervém a entidade concedente de crédito;
- Os serviços de câmbios indispensáveis à realização dos serviços das alíneas anteriores nos termos definidos pela legislação cambial.

Na sequência do registo na CMC o Standard Bank Angola iniciou de imediato o processo de registo na BODIVA, na qual o Banco passou a registar transacções de títulos ainda durante este ano.

A BODIVA registou a primeira negociação de títulos do tesouro no dia 20 de Maio de 2015, dando início ao segmento de Mercado de Registo de Títulos do Tesouro ("MRTT"). O MRTT foi o primeiro segmento de mercado a ser disponibilizado pela BODIVA, tendo como objectivo permitir aos investidores particulares e institucionais o registo em mercado regulamentado de operações de compra e venda de títulos do tesouro, que antes eram efectuadas sem o conhecimento dos restantes participantes do mercado de dívida pública titulada, e do público em geral.

O registo das transacções no MRTT, ao dar a conhecer a todo o mercado os termos dos negócios (preço e quantidade) efectuados, irá concorrer para o aumento da transparência e da confiança dos investidores, bem como para a formação de uma curva de preços para os activos nele registados, que deverão servir de referência para futuras transacções.

Estratégia 2016

A estratégia deste segmento tem por base a abordagem à cadeia de valor do Cliente CIB, servindo os seus colaboradores, clientes e fornecedores, procurando ser reconhecido pela excelência de Serviço e Inovação.

A especialização sectorial em recursos naturais, a nossa capacidade de interligar mercados Africanos e internacionais, complementada por uma sólida reputação e fortes conhecimentos especializados dos vários produtos, colocam o Standard Bank numa posição competitiva única em Angola.

O CIB tem como objectivo estratégico transformar o Standard Bank no Banco líder em Angola no segmento de Grandes Empresas e Banca de Investimento.



“Os factores críticos para alcançar o objectivo da nossa estratégia são os nossos clientes, os nossos colaboradores, os processos e sistemas, os resultados financeiros e a gestão proactiva e conservadora do risco.”

CLIENTES

O CIB pretende oferecer um serviço de excelência aos seus clientes, executado de forma consistente e com um nível de falhas praticamente nulo. Neste sentido, o foco estratégico neste segmento de negócio consiste em disseminar pelas várias equipas do CIB a cultura de foco no cliente, colocando o cliente no centro de tudo o que fazemos. O Standard Bank Angola pretende introduzir novos produtos relevantes, de forma a acrescentar valor em cada contacto com o cliente.

PESSOAS E SISTEMAS

Para executar a estratégia definida, o CIB vai investir nas nossas pessoas e sistemas. Por um lado, vai procurar contratar os melhores profissionais no mercado, implementar um plano de formação e desenvolvimento efectivo e promover um ambiente de liderança e mentoring. Por outro lado, vai procurar automatizar os principais processos (nomeadamente, pagamentos, crédito, abertura de contas, venda de moeda e internet banking), de forma a criar um sistema robusto, escalável e flexível, dimensionado para o futuro do Banco. O Standard Bank de Angola vai ainda rever e redesenhar todos os processos na perspectiva do cliente, maximizando a sua satisfação e a eficiência.

RESULTADOS

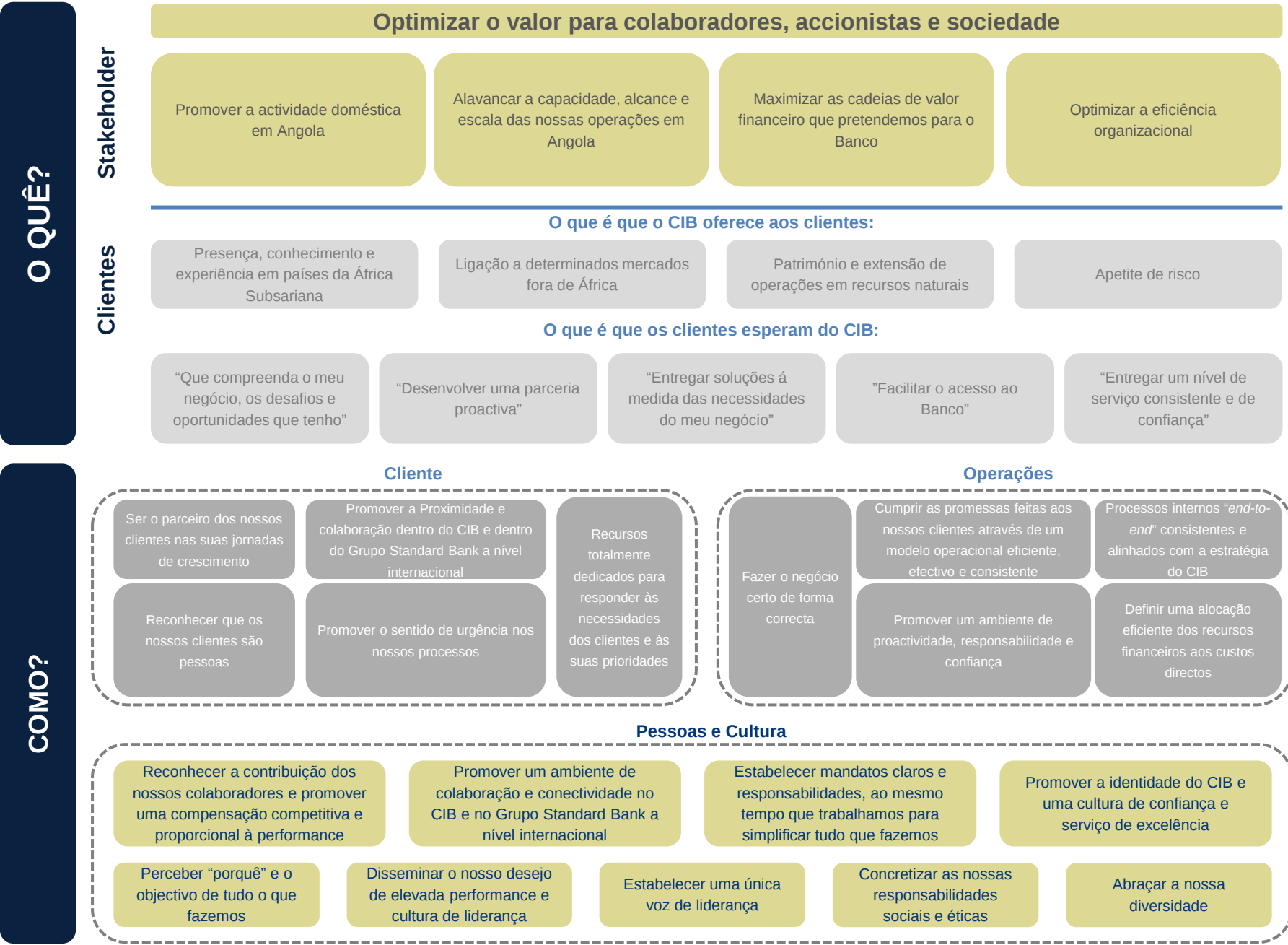
Na execução da sua estratégia, o CIB procurará aumentar a sua base de clientes e a quota de mercado, manter o rácio *cost-to-income* inferior a 40%, garantir um crescimento sustentável do seu produto bancário e uma margem financeira superior aos custos fixos.

AMBIENTE DE RISCO

Outro aspecto importante da estratégia do CIB é o ambiente de risco e o sistema de controlo interno do Banco. Faz parte da estratégia deste segmento gerir proactivamente o risco de crédito, mantendo o rácio de perdas por incumprimento dentro do apetite de risco definido, manter as perdas operacionais num nível mínimo e garantir o cumprimento de toda a regulamentação e legislação aplicável.

Estratégia CIB

A estratégia do CIB para este segmento pode ser resumida da seguinte forma:



Oportunidades de Investimento

O SBA está comprometido em prestar um serviço de excelência aos seus clientes em Angola, com o objectivo de promover um crescimento sustentável de longo prazo, que nos permita ser reconhecidos como uma referência no mercado financeiro Angolano.

Temos por objectivo ser líderes em Angola na área de *corporate e investment banking*, com especialização em recursos naturais.

ENERGIA E INFRA-ESTRUTURAS



A maioria dos governos dos mercados emergentes identificou o sector energético como o maior factor impulsionador individual da competitividade e do crescimento económico. O forte crescimento económico de Angola nos últimos anos gerou uma procura acrescida de infra-estruturas de electricidade e de transporte.

O Governo angolano seleccionou os sectores da energia e das infra-estruturas como principais prioridades de investimento, estando a ser envidados grandes esforços no sentido de realizar um elevado número de projectos nestas duas áreas.

O Standard Bank de Angola está em condições de ajudar e aconselhar no financiamento e refinanciamento de transacções na área da energia e das infra-estruturas.

GOVERNO



Os governos africanos, empresas públicas, instituições de financiamento ao desenvolvimento e agências de ajuda internacional são participantes de relevo no desenvolvimento de África, onde se inclui Angola.

O apoio financeiro fornecido por agências internacionais de desenvolvimento para financiar o desenvolvimento do continente, desde a construção de infra-estruturas à melhoria da educação e da saúde, requer um parceiro bancário com experiência na prestação de conhecimentos especializados e de consultoria financeira em África.

O Standard Bank dispõe de uma presença forte e de infra-estruturas bancárias extensas que lhe permitem facilitar as transacções em Angola e em todo o continente Africano, tendo apoiado diversos governos africanos numa vasta gama de iniciativas, desde privatizações ao acesso a mercados de capitais de dívida internacionais.

PETRÓLEO E GÁS



O crescimento económico substancial registado nos mercados emergentes nos últimos anos gerou uma procura de energia sem precedentes.

O sector do petróleo e do gás em Angola contribui de forma significativa para o PIB nacional e impulsiona o crescimento económico de outros sectores.

A presença e experiência do Standard Bank nos mercados emergentes mundiais habilita o Banco a oferecer soluções financeiras aos intervenientes na cadeia de valor da energia.

A equipa de especialistas sectoriais do Banco possui um conhecimento profundo dos mercados *upstream*, *midstream* e *downstream*, bem como do mercado em evolução das energias renováveis, e conhecimentos especializados no terreno em Angola.

► Oportunidades de Investimento

Somos consultores líderes de investidores empresariais e institucionais para transacções em mercados emergentes. A nossa presença nos mercados emergentes globais, o conhecimento especializado e experiência das nossas equipas no terreno permitem-nos orientar os nossos clientes através de ambientes financeiros e regulamentares exigentes e complexos, particularmente em Angola cujo quadro financeiro e legal se encontra em permanente desenvolvimento e mutação.

Oferecemos uma gama completa de produtos e serviços, desde fusões e aquisições a transacções público-privadas, bem como reestruturação de dívida empresarial, reaquisições e valorizações de acções, entre outros.

GRANDE CONSUMO



As multinacionais e empresas que operam em contextos de mercado bastante saturado e que procuram novas fontes de receita podem olhar para África como uma opção real para expansão dos seus negócios

Os principais factores impulsionadores do crescimento futuro da economia Angolana são uma vasta população jovem, uma trajectória de crescimento urbano, população socialmente conectada com um número elevado de utilizadores de telemóveis, recursos naturais inexplorados e o crescimento gradual do sector financeiro.

A equipa do Standard Bank especializada no sector do Grande Consumo está bem enraizada e tem capacidade de desbloquear o potencial de Angola, através do apoio na identificação de oportunidades reais e parceiros adequados.

TELECOMUNICAÇÕES E MEIOS DE COMUNICAÇÃO



O sector das telecomunicações, em particular das comunicações móveis, foi alvo de um crescimento significativo nos mercados emergentes.

Enquanto banco africano centrado nos mercados emergentes, os conhecimentos especializados do Banco neste sector evoluíram em paralelo com o crescimento do próprio sector, o que coloca o Standard Bank de Angola em posição de satisfazer a crescente procura de modelos de financiamento sofisticados talhados à medida das necessidades da indústria e dos mercados locais.

INDÚSTRIAS DE MINÉRIOS E METAIS



O acréscimo da procura global por recursos gerou uma nova vaga de investimentos na indústria extractiva, em particular em Angola. A indústria extractiva e dos metais enfrenta muitos desafios, nomeadamente a volatilidade dos preços das matérias-primas, a flutuação das moedas estrangeiras, as novas tecnologias, as pressões sobre os custos operacionais e de capital, as crescentes preocupações ambientais e a constante mutação da paisagem política e económica.

Angola é um dos principais produtores de diamantes, o que reflecte a importância do sector para o desempenho do país.

As equipas multidisciplinares de consultoria e financiamento de que o Banco dispõe para apoiar este sector estão em condições únicas de ajudar e aconselhar os clientes na obtenção de financiamento inovador e flexível, bem como no desenvolvimento e implementação de iniciativas estratégicas de crescimento e de reestruturação, ao mesmo tempo que mitigam o risco das transacções associadas ao sector.

Personal & Business Banking (PBB)



“O mercado angolano continua a apresentar oportunidades de negócio muito interessantes no sector de retalho numa perspectiva de longo prazo, estando o Standard Bank Angola comprometido em protagonizar um papel de fomento e contribuição para o crescimento da economia nacional através da implementação de soluções de classe mundial para os nossos valiosos clientes através de um grupo de colaboradores motivados e determinados.”

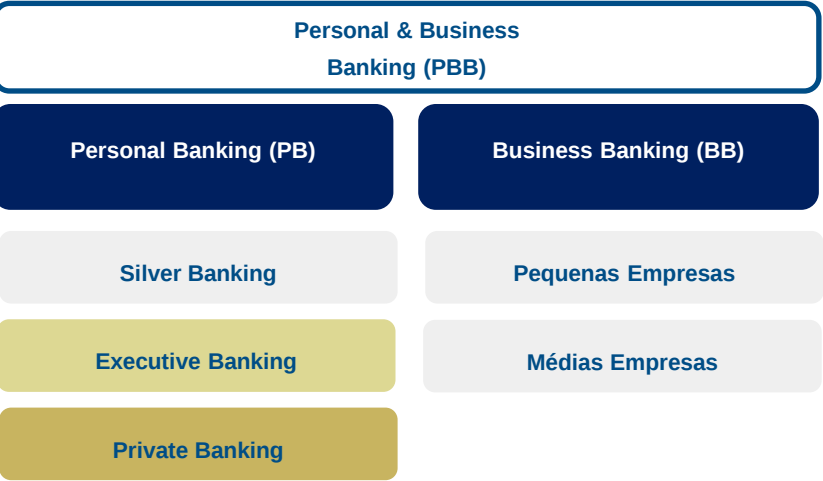
Marius Wait
Director PBB

Visão Geral do PBB

A área de negócio do PBB está direccionada para Particulares (*Personal Banking* e *Private Banking*) e Pequenas e Médias Empresas (*Business Banking*).

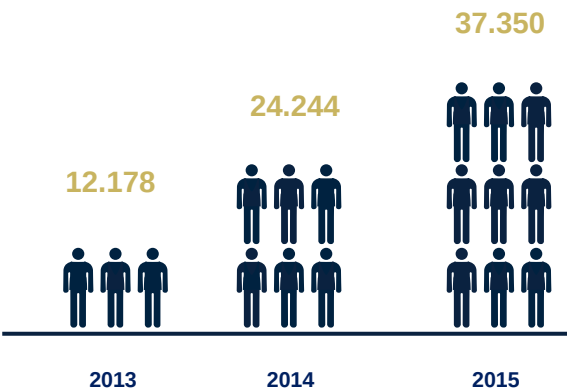
A estratégia do PBB em Angola foca-se nos clientes assalariados nos segmentos de rendimentos médios e elevados e na sua cadeia de valor, procurando responder desde as necessidades transaccionais simples até à mais sofisticada necessidade de serviços financeiros, com o foco em manter sempre rigorosos *standards* de qualidade dando ênfase aos nossos canais electrónicos, e apoiando sempre os nossos clientes tanto a nível dos seus projectos pessoais, profissionais, bem como a nível empresarial.

O Banco acredita que proporcionar ao cliente um serviço de excelência apresentando soluções que vão de encontro às suas exigências e que garantam a sua fidelização constitui um factor diferenciador, particularmente num mercado cada vez mais exigente.



Base de Clientes PBB

O número de clientes activos ascendia em Dezembro de 2015 a 37.350.



Direcções PBB

A Direcção de Banca de Particulares é responsável pela definição da estratégia, formulação, alinhamento e implementação de soluções para os clientes Particulares do mercado angolano. O relacionamento com estes clientes é liderado por gestores de contas capazes de estruturar as necessidades financeiras de cada cliente e avaliar correctamente quais os produtos e serviços, disponibilizados pelo Banco, que mais se adequam à satisfação das suas necessidades e expectativas.

Esta Direcção tem por base um modelo de negócio que privilegia o cliente, procurando construir relacionamentos de longo prazo e oferecendo soluções de negócios inovadoras e individualizadas para cada cliente, privilegiando os clientes *private* e *executive banking*.

A Direcção de Banca de Empresas (*Business Banking* – BB) tem como objectivo oferecer soluções financeiras apropriadas e eficazes através de uma equipa de gestores focados no negócio e especialistas na definição e estruturação de operações para cada área de negócio. Para servir as necessidades financeiras destes clientes, o Standard Bank Angola oferece uma gama diversificada de produtos, que se destinam a responder às necessidades de curto, médio e de longo prazo do cliente.

A Nossa Oferta

Oferecemos aos clientes uma gama alargada de produtos e serviços, um atendimento diligente e com elevada qualidade, prestado por pessoas competentes e focadas na prestação do melhor serviço ao cliente.

Crédito Habitação	Financiamentos para aquisição de habitação própria para Particulares
Leasing	Financiamento de veículos para clientes Particulares e Empresariais
Produtos de Crédito	Produtos de Crédito para Particulares e Empresas. A oferta de produtos de crédito é constituída por um conjunto alargado de produtos de financiamento, produtos estruturados e soluções diferenciadoras de curto-prazo e médio-longo prazo.

Cartões	Emissão de cartões de débito e crédito para Particulares Serviços de Terminais de Pagamento Automático (TPA's) para comerciantes (<i>acquiring</i>).
Produtos Transaccionais e de Depósito	Conjunto alargado de produtos transaccionais, de poupança, investimento, comércio internacional, operações cambiais, de pagamentos e soluções de gestão de liquidação, acessíveis quer na rede de balcões do Standard Bank Angola quer através de canais electrónicos
Banca de Seguros	Seguros de curto a longo prazo compreendendo: • Produtos simples e integrados, incluindo seguros para Imóveis, multi-riscos, automóveis e vida, seguros de saúde e planos de protecção a despedimentos colectivos • Seguros para Empresas ,tais como de transporte, activos, imóveis, saúde colectivo e acidentes de trabalho.

De modo a assegurar a qualidade do serviço prestado ao cliente, é efectuada uma aposta consistente e continuada no reforço da capacidade das equipas através de um vasto programa de formação, que engloba desde capacidades de liderança a competências técnicas.

Adicionalmente, um dos pilares de negócio do PBB passa pelo investimento a partir de 2016 nos canais electrónicos disponibilizados aos clientes, de modo a permitir uma eficiente execução das transacções bem como um acesso simplificado às opções e gama de serviços disponibilizados pelo Banco.

Áreas de foco em 2015

Em 2015, o foco da área de negócio do PBB direccionou-se para as seguintes vertentes:



Executive, Private e Commercial Banking

Em 2015, o PBB manteve o seu foco nas contas salário (particulares) e reforçou o foco no segmento da Banca de Médias Empresas, o qual constitui um condutor-chave de criação de emprego e de desenvolvimento económico.

O relacionamento directo com os clientes permite atingir dois importantes objectivos, nomeadamente dar uma resposta mais efectiva às necessidades dos clientes e efectuar uma gestão do risco de crédito mais eficiente, uma vez que confere ao Banco um conhecimento mais detalhado dos seus perfis de risco.

Captação de novos clientes nos segmentos preferenciais

No centro da estratégia do Banco encontra-se a banca transaccional e a captação de recursos. Em 2015 o foco manteve-se no crescimento da quota de mercado nos segmentos médios e altos. O nosso objectivo é providenciar a estes clientes soluções globais através da cadeia de valor: colaboradores, fornecedores, clientes, sócios.

Melhoria da experiência do cliente

Registou-se uma aposta em programas correntes de melhoria do serviço assentes na formação dos colaboradores, em processos mais eficientes e na migração das transacções mais básicas para as plataformas digitais.

O compromisso dos colaboradores é crítico para a concretização da prioridade estratégica de proporcionar uma experiência de excelência aos clientes e colocar o negócio ao serviço dos mesmos.

O PBB aposta nas melhores práticas de gestão de pessoas e na formação contínua dos colaboradores. Como factor diferenciador, acreditamos que as nossas pessoas devem ter uma orientação gestor-responsável, colocando os clientes no centro de tudo o que fazemos.

Aperfeiçoamento da Gestão do Risco

De forma a assegurar o cumprimento regulatório e princípios de gestão do risco, o Banco manteve-se focado na execução de processos e controlos rigorosos de conhecimento profundo dos seus clientes - KYC.

Digitalização

O Banco apostou na manutenção de um modelo de custo reduzido que incentiva os clientes com contas transaccionais a utilizar as plataformas móveis, ATMs e TPAs. Esta estratégia teve como objectivo garantir a fidelização dos clientes, mantendo a estrutura de custos sem necessidade de realizar um investimento significativo., com o foco na melhoria constante da experiência do cliente, utilizando a aproximação multicanal para melhorar a nossa aposta de criação de valor para o cliente

Melhorias de eficiência

Em 2015 automatizaram-se diversos processos de negócio com o objectivo de reduzir a margem de erro e incrementar os níveis de eficiência operacional, tais como *workflows* de crédito e de abertura de conta, sendo que o de pagamentos será implementado em 2016.

Desempenho 2015

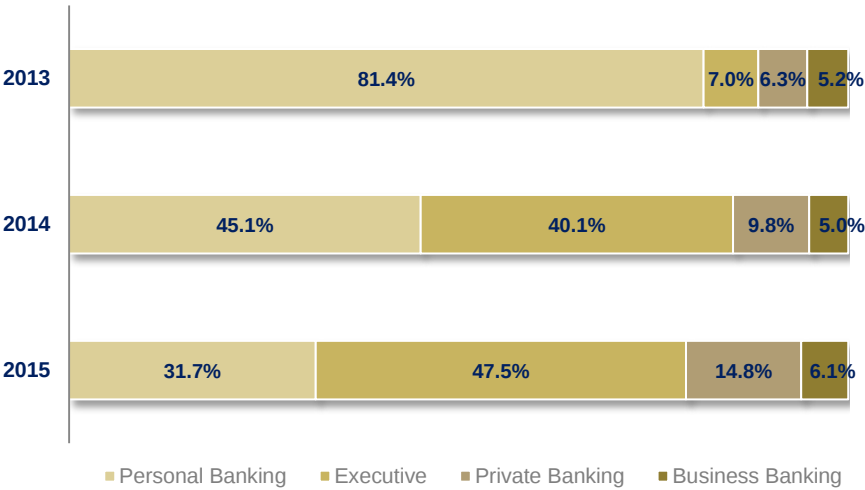
O PBB teve uma melhoria da sua performance em 2015, tendo alcançado um crescimento significativo da sua base de clientes e uma melhoria da rentabilidade através da captação de clientes em segmentos estabelecidos como prioritários.

Efectuámos também um esforço significativo para construir uma presença digital forte, com agilidade para responder às rápidas alterações das necessidades dos nossos clientes.

Em termos gerais, o PBB registou um crescimento significativo do produto bancário em aproximadamente 50%, assente num crescimento da receita proveniente de juros e comissões..



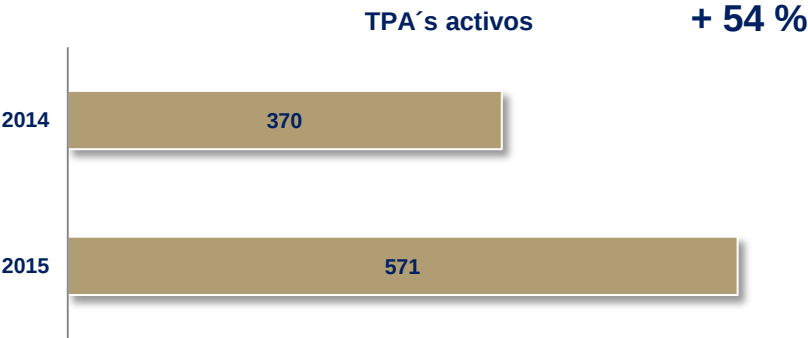
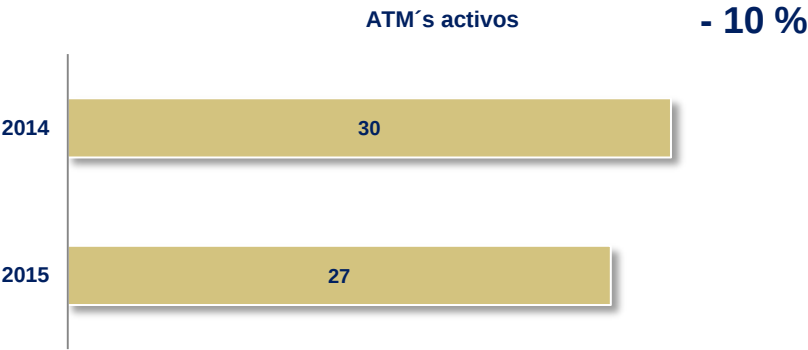
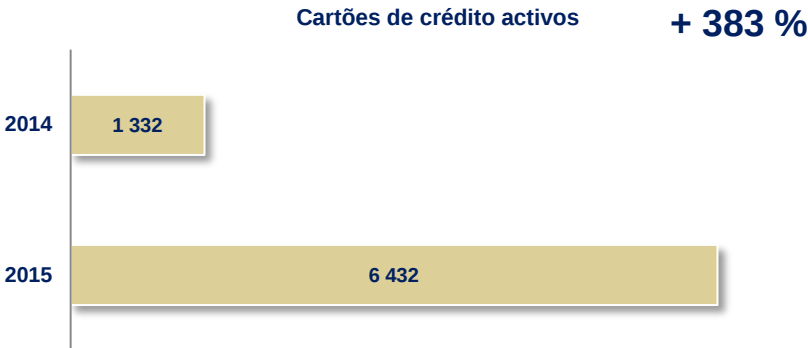
Evolução da base de clientes PBB por segmento



Observou-se uma melhoria de performance na Banca de Pequenas e Médias Empresas, em particular nas Pequenas Empresas, reflectindo-se na captação de novos clientes (51%), assim como melhoria no *cross-selling* a clientes existentes em todos os segmentos de PME.

No negócio de cartões, verificou-se um crescimento de 106% em número de cartões de débito e um crescimento de 7 vezes no número de cartões de crédito, face ao final de 2014.

Os cartões de crédito atingiram uma penetração na venda de novas contas de 26%. Verificou-se também um crescimento de 54% no número de TPAs activos, de 102% no número de transacções e de 56% no valor transaccionado, devido a uma crescente utilização pelos clientes, contribuindo para a melhoria do Produto Bancário do PBB já referida.



Recursos de Clientes

O PBB registou um crescimento de 57% do número total de clientes, com particular destaque para o crescimento da base de clientes das Médias Empresas, Private Banking e Executive Banking.

	2013	2014	2015	Δ (15-14)
Nº clientes activos	12.178	23.244	37.350	57%
Recursos de clientes (AKZ)	21.646.271.513	34.645.576.116	55.225.474.923	59%

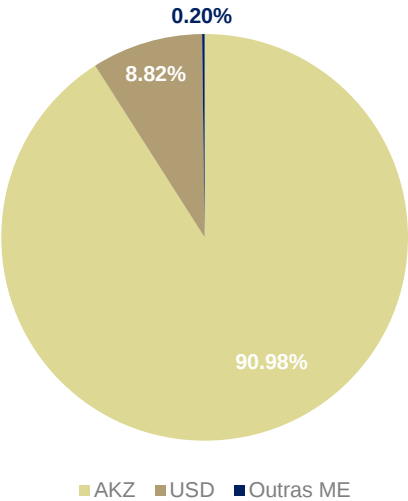
Depósitos

A carteira de depósitos do PBB cresceu 59% nomeadamente em contas de depósitos à ordem. Além do crescimento significativo das contas de depósitos à ordem assistiu-se também a um crescimento nos depósitos a prazo e nas contas poupança.

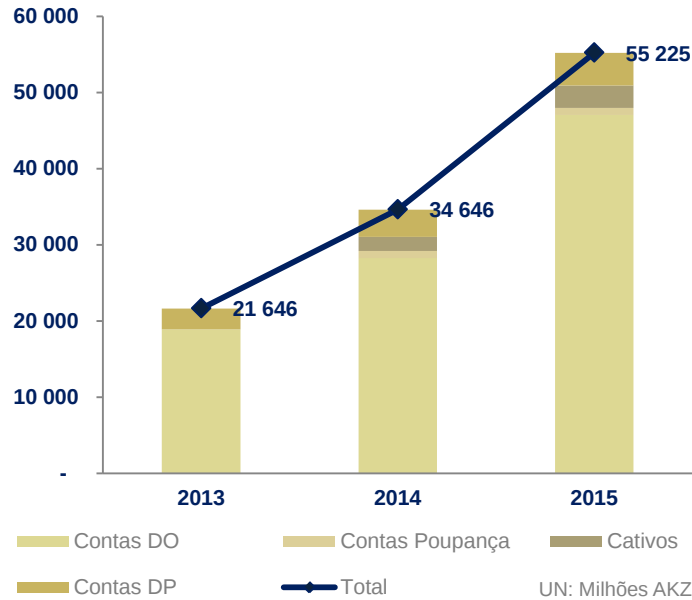
O rácio de transformação teve uma redução em resultado do abrandamento na concessão de novo crédito e do crescimento acentuado dos depósitos.

No gráfico *infra* é apresentada a distribuição dos depósitos por moeda, demonstrando a concentração dos depósitos em moeda nacional.

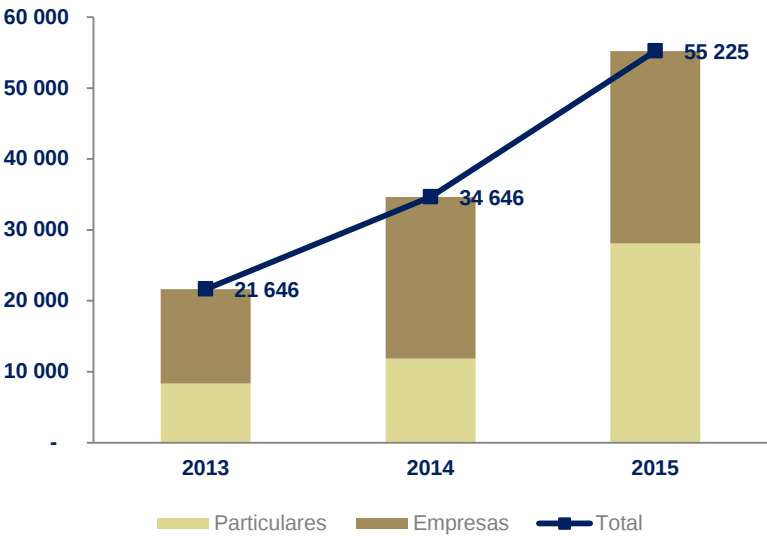
Distribuição dos depósitos por moeda 2015



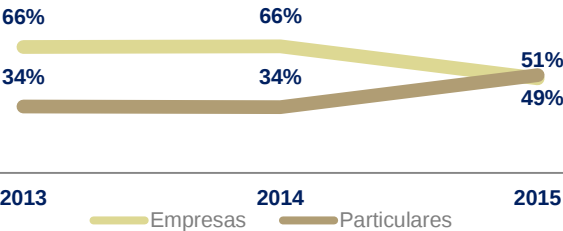
Evolução da distribuição de depósitos por produto



Distribuição dos depósitos por Tipologia de Clientes



Evolução dos depósitos por Segmento de Clientes



Evolução da Carteira de Crédito

Em 2015 após uma reavaliação das condições de mercado e do risco de crédito vigente, verificou-se uma desaceleração no ritmo de concessão de crédito, tendo a carteira diminuído no segmento de Particulares em 31 de Dezembro de 2015 comparativamente com o ano anterior. Apesar deste decréscimo verificou-se um crescimento robusto, na ordem dos 43%, dos resultados provenientes de juros de operações de crédito. A subida das taxas de juro de referência contribuíram significativamente para esta assinalável performance.

No negócio de cartões, verificou-se um crescimento assinalável no número de cartões de crédito, face ao final de 2014, tendo a receita deste produto triplicado face a 2014. Os cartões de crédito em incumprimento no final de 2015 representavam apenas 1,66% da carteira total.

A carteira de Leasing do PBB cresceu, mas a um ritmo ligeiramente menor do que o antecipado, com um crescimento de 88% no número de negócios e um crescimento da carteira de crédito de 29%.

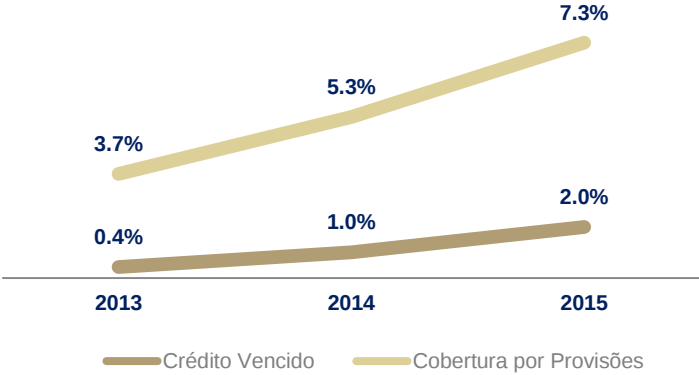
Por outro lado verificou-se uma descida assinalável ao nível do produto de descobertos em resultado dos níveis de sinistralidade verificados.

Relativamente ao segmento de pequenas e médias empresas do PBB, a carteira manteve-se estável comparativamente ao ano anterior, tendo a diminuição no saldo de utilização de crédito por descobertos sido de certa forma compensada pelo desembolso de créditos de médio prazo com plano de pagamentos estabelecido.

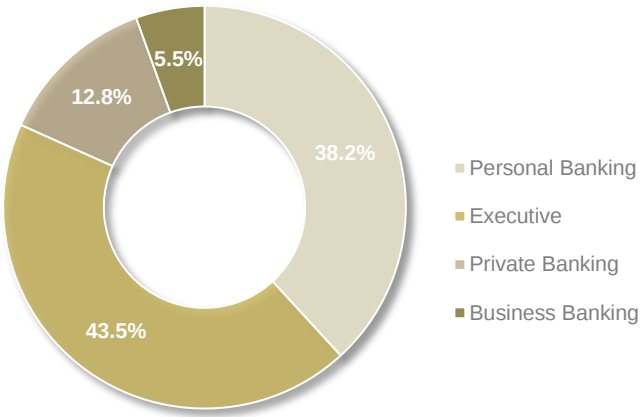
Os produtos de crédito sem colateral sofreram uma redução ligeira em 2015, devido às revisões do apetite ao risco de crédito, em resultado da conjuntura económica.

Como se pode ver no gráfico abaixo, o Banco mantém a sua postura conservadora e continuou a reforçar as suas provisões para crédito reforçando um já confortável rácio de cobertura de provisões.

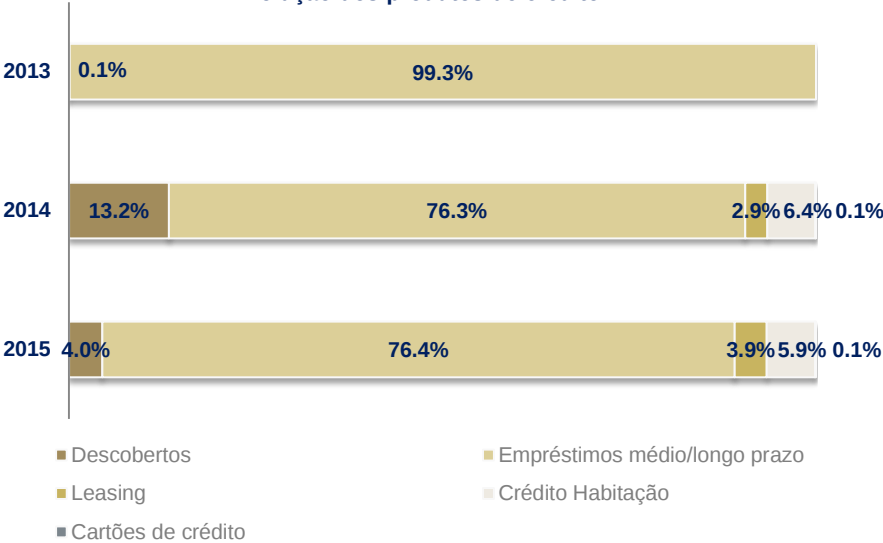
Qualidade da Carteira de Crédito



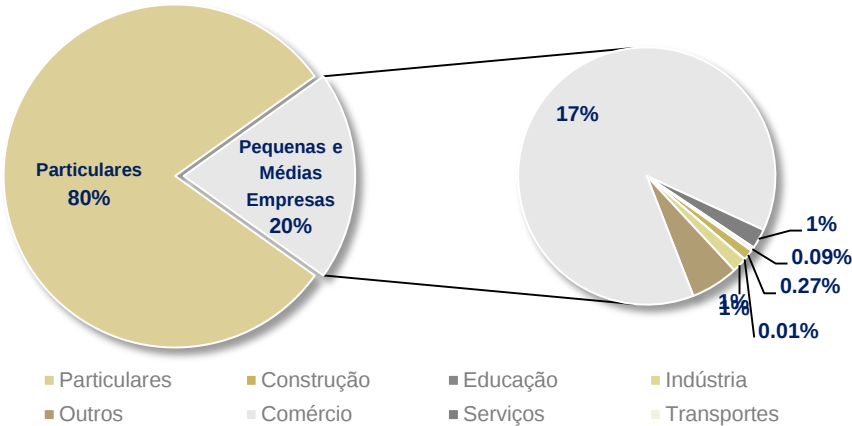
Distribuição da Carteira de Crédito PBB (2015)



Evolução dos produtos de crédito



Distribuição da Carteira de Crédito PBB (2015) por Sectores



Estratégia 2016

Em 2016 o PBB Angola irá posicionar o seu portfólio de forma apropriada às condições macroeconómicas actuais, continuando a focar-se no forte crescimento, na captação de depósitos e na transaccionalidade dos seus principais clientes, com uma abordagem multicanal e contínua gestão do risco.

A estratégia de crescimento do PBB assenta nos seguintes vectores:



Captação de novos clientes

Será dada continuidade à estratégia de captação e retenção de clientes através da melhoria na qualidade de serviço prestada, com o objectivo de o Standard Bank de Angola se tornar o Banco preferencial para o segmento de clientes de *Private Banking* e Médias Empresas.

Qualidade de Serviço

A qualidade de serviço continuará a ser um dos principais focos em 2016, mantendo o nível de formação providenciado aos colaboradores e desenvolvendo ou aperfeiçoando mecanismos de apoio à actividade.

Private e Commercial Banking como segmentos preferenciais

Em 2016, o PBB reforçará as suas equipas e capacidades nos segmentos de *Private Banking* e *Commercial Banking* com o objectivo de ser cada vez mais o Banco preferencial para os seus clientes e no mercado Angolano nestes segmentos.

Gestão do Risco

O Standard Bank Angola assume-se como sendo um Banco conservador e onde o risco é gerido de forma prudente e de acordo com a estratégia estabelecida. Será dado especial ênfase aos controlos operacionais e processuais, à implementação de modelos de governança efectivos, e à gestão do risco de crédito que continua a ser acompanhado ao nível dos comités executivos implementados para o efeito.

Abordagem Multicanal

A revolução digital continua a transformar o panorama competitivo. Os clientes querem ter acesso aos serviços quando e onde pretenderem pelo que o Banco procurará oferecer canais integrados e convenientes que satisfaçam as suas necessidades.

A par da melhoria da plataforma de *internet banking*, será desenvolvida uma nova aplicação para smartphones e tablets iOS e Android, de forma a conceder aos clientes maior controlo sobre a sua posição integrada e respectivas transacções.

Estas melhorias irão alterar a forma como o Banco se relaciona com os clientes, de um modelo dominado por agências e *call-center* para um modelo “sempre ligado, sempre disponível”, apoiado pelo lançamento de novos canais digitais e outros canais *self-service*. Iremos continuar a otimizar a nossa rede de agências durante o ano e abrir novas agências em Angola em localizações mais estratégicas para os nossos clientes.

Em resposta a este ambiente em constante mudança, o Banco manterá o foco na prestação de um serviço eficiente aos clientes. Prevendo progressos significativos na disponibilização aos clientes de canais integrados, que incluem o lançamento de um novo *workflow* de pagamentos bem como novos produtos, reforçando as ofertas móveis e capacitando continuamente os colaboradores através da tecnologia para melhorar o contacto e relação com os clientes, seja através dos pontos de venda ou na gestão de reclamações.

Estas iniciativas permitirão melhorar a rapidez, exactidão e capacidade de resposta, facilitando e privilegiando a interacção com os clientes.

Canais de Distribuição

Estratégia de Expansão

Um dos pilares fundamentais da estratégia do Banco é aumentar a proximidade do Banco para com os seus Clientes e maximizar a eficiência operacional na resposta a todas as suas solicitações.

Em termos dos canais físicos de distribuição, o Banco conseguiu expandir significativamente o seu *footprint*, bem como gerir proactivamente o equilíbrio entre os riscos e receitas associados a cada um dos canais.

Rede de Agências

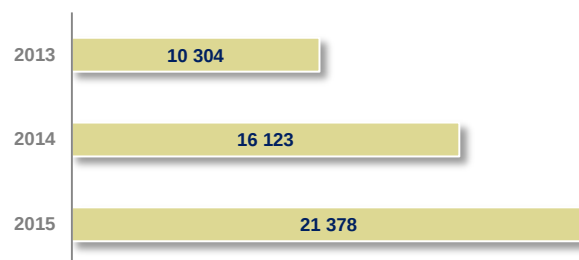
O SBA conta já com uma rede de 22 agências, 3 centro de empresas, 2 *suite private* e 2 postos de atendimento.

Proseguindo com o plano iniciado em 2014, durante este ano três novas agências foram encerradas afectadas pela venda dos edifícios da AAA – Activos, Lda ao Ministério das Finanças com o propósito de serem utilizados como futuras instalações dos Tribunais Provinciais.



Cartões Multicaixa activos

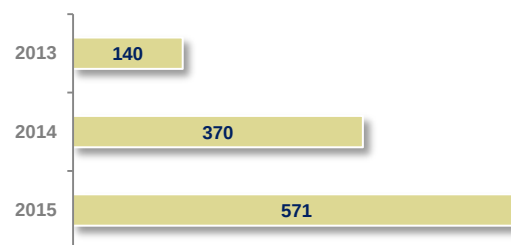
Em Dezembro de 2015 o SBA contava com 21.378 cartões multicaixa activos na rede, registando um aumento de 32% face a 2014.



Fonte: Relatórios EMIS Dezembro 2013, 2014 e 2015 (Movimento de Cartões / n.º de cartões activos na rede)

TPA's e ATM's

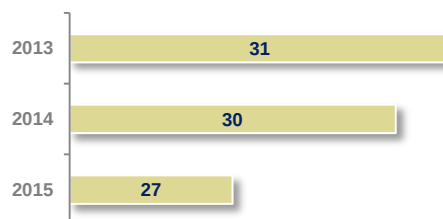
Verificou-se um forte aumento no número de dispositivos “Terminais de Pagamento Automático “TPA’s”. Entre 2014 e o final de 2015, o número de TPA’s activos cresceu 54%.



Fonte: Relatórios EMIS Dezembro 2015 (Cartões SPI – VISA)

O n.º de ATM's teve uma ligeira redução de 3 ATM's, contando com 95,7% de tempo activo. Em Dezembro de 2015, o SBA contava com 27 ATM's activos

O valor das transacções cresceu em 11% em comparação com o ano anterior.



Fonte: N.º de TPA's e ATM's activos - Relatórios EMIS Dezembro 2013, 2014 e 2015

Serviço CCTV

Após a implementação do serviço CCTV iniciado em 2014, 2015 foi um ano de consolidação do serviço de recolha de valores de clientes. CCTV é um serviço inovador, que permite aos clientes visualizar as contagens do seu dinheiro através de uma câmara, sem que tenham de estar fisicamente presentes. Em 2015, em simultâneo com o aumento do volume de recolhas, o Banco procurou melhorar a gestão do risco associado a este serviço, tendo revisto e ajustado todos os contractos existentes. Em 2015 também se conseguiu reduzir significativamente a diferença entre os custos e as receitas directas deste serviço, esperando atingir o *break even* em 2016.

Em 2016 o Banco vai dar início a um novo serviço CCTV sem a recolha efectiva. Isto significa, que os clientes podem entregar os seus depósitos directamente nas Tesourarias Centrais do Banco, sendo os valores contados e depositados posteriormente. Trata-se de um serviço com um custo inferior para os Clientes.

On-site Tellers

Na oferta de *on-site teller* (balcões simplificados localizados nas instalações dos clientes), o Banco manteve a sua oferta, mantendo os 2 existentes em 2014, mas viu crescer significativamente os volumes recolhidos.

O Banco também efectuou a revisão e actualização dos contractos associados a estes canais de atendimento de forma a mitigar eventuais riscos associados. Em 2015 também foi possível reduzir a estrutura de custos associados a estes, o que permitirá duplicar o número de *on-site tellers* em 2016.

Canais Digitais

No que diz respeito aos canais electrónicos, o principal foco do Banco é reduzir o número de transacções presenciais, através da utilização cada vez maior dos canais electrónicos. Em 2015 verificou-se um aumento de 263% no número de transacções realizadas através dos canais electrónicos.

Internet Banking

Corporate & Investment Banking (CIB)

A plataforma de *Internet Banking* do Banco – *Netplus* contabilizava 327 utilizadores em Dezembro de 2015, o que representa um acréscimo de 25% face ao início do ano.



Taxa de penetração CIB	2014	2015	Δ (15-14)
Número de utilizadores	246	327	33%
Base total de clientes activos	253	331	31%
Taxa de Penetração	97%	99%	

Em 2016 o Banco vai continuar a trabalhar na nova plataforma de internet banking – BoL, dedicada aos clientes empresas, com o objectivo de substituir o actual NetPlus até ao final de 2016.

As soluções SWIFT e *Host-to-Host* também apresentaram aumentos significativos em termos de utilizadores e transacções:

- **SWIFT**– passou de 8 utilizadores para 10, com um aumento do número de transacções de 51%.
- **Host to Host** – passou de 2 utilizadores para 5, com um aumento em termos do número de transacções de 218%.

Personal & Business Banking (PBB)

Em 2015 a base de clientes PBB com acesso à plataforma de *internet banking* cresceu 82% desde 2014 e a penetração na base de clientes cresceu 4%. A utilização teve um grande crescimento em n.º de transacções e montante..

Taxa de penetração PBB	2014	2015	Δ (15-14)
Número de utilizadores	5.408	9.824	82%
Base total de clientes activos	23.259	37.350	61%
Taxa de Penetração	23%	26%	

Para 2016...

O Banco está a trabalhar com a EMIS para oferecer soluções integradas entre os dispositivos TPS (*Transaction Process Systems*) e as máquinas registadoras dos clientes, de forma a reduzir os riscos em termos de reconciliação entre a facturação e pagamentos recebidos pelos clientes.

O Banco pretende destacar-se em termos da **digitalização dos serviços bancários em Angola**, oferecendo soluções inovadoras aos seus Clientes para dar resposta às necessidades e exigências dos seus negócios. Implementaram-se em 2015 soluções inovadoras em Angola, nomeadamente formas totalmente automáticas de liquidar quer processamentos salariais quer pagamentos a fornecedores, garantindo a fidelização dos Clientes que consideram o Standard Bank Angola como parceiro da sua actividade em Angola.

Qualidade de Atendimento ao Cliente

O actual foco do Banco consiste em melhorar a qualidade nos serviços prestados e no atendimento prestado aos Clientes, de forma a proporcionar uma experiência de excelência junto do Standard Bank Angola.

Workflow de abertura de conta

A qualidade de atendimento ao cliente é suportada por um *workflow* de abertura de contas que permite uma gestão mais eficiente do processo, reduzindo o tempo de espera do cliente na abertura da conta de depósito à ordem, bem como a disponibilização de todos os produtos e serviços associados à sua conta.

Gestão e Controlo de Reclamações

Para além da gestão e controlo de reclamações, a área de Qualidade de Atendimento efectua uma análise detalhada de todos os processos e procedimentos que geraram cada reclamação, redesenhando-os sempre que necessário, de modo a evitar que haja reincidência das ocorrências.

Adicionalmente, esta área em conjunto com a equipa de Formação e Desenvolvimento de Talentos define formações especializadas e acções de renovação de conhecimentos dirigidas a todas as equipas do Banco.

O Standard Bank Angola dispõe de uma ferramenta de registo e controlo de reclamações que permite uma gestão mais eficiente e uma resolução mais rápida das reclamações dos clientes.

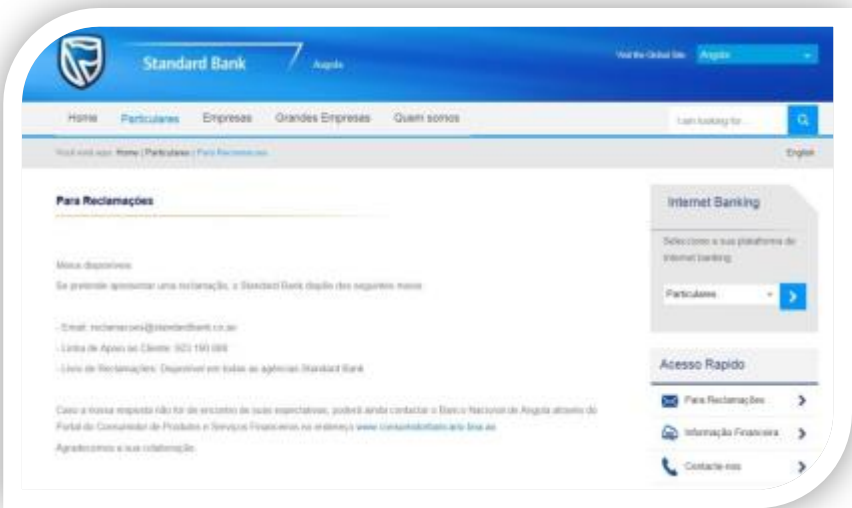
Inquéritos de satisfação

Anualmente, o Banco realiza inquéritos de satisfação aos Clientes que permitem identificar lacunas e áreas de melhoria, impulsionando a optimização de processos e priorizando a agilidade na entrega de produtos e serviços aos clientes com maior qualidade e eficiência.

A média das pesquisas realizadas em 2015 apontou para um índice de aprovação de 50% dos clientes, que classificaram o SBA como excelente, resultando numa pontuação global de 7,5 em 10, tendo como principal questão o quanto o cliente recomenda o Standard Bank Angola para familiares e amigos.

Para 2016...

Em 2016 o SBA continuará a promover a cultura de foco no cliente em todas as suas decisões (“*Customer Centricity*”) e a apostar na transformação digital com o objectivo de melhorar cada vez mais a experiência do Cliente.



Marketing e Comunicação

Principais campanhas e iniciativas 2015

Estratégia de comunicação

Em 2015, o Standard Bank de Angola manteve a política de comunicação seguida nos anos anteriores, continuando a destacar o posicionamento da marca, a sua experiência, credibilidade e presença transversal em África.

A estratégia de Marketing e Comunicação do SBA durante o ano de 2015 assentou no posicionamento da marca enquanto organização direcionada para o cliente, tendo a qualidade e inovação como pilares fundamentais em termos de oferta. Houve também uma aposta relevante na promoção de produtos e serviços, tendo como objectivo ir cada vez mais de encontro às necessidades dos nossos parceiros e clientes.

Para fomentar esta estratégia foram desenvolvidas várias campanhas e comunicações através dos principais meios de comunicação, tais como anúncios de televisão, jornais, revistas, *outdoors*, *merchandising*, *marketing* digital, entre outros.

Campanha de Marketing

Cartões

Esta campanha teve como objectivo aumentar o volume de uso do cartão de crédito e também angariar novos clientes para o segmento Private.



Marketing Digital

Facebook

Com este canal os nossos clientes podem interagir com a instituição, reforçando o seu relacionamento e proximidade.



E-mail Marketing & SMS Marketing

Efectuámos diversas comunicações, tanto genéricas, como para segmentos específicos.



Principais campanhas e iniciativas 2015

Comunicação stakeholders internos e externos

Acreditamos que a comunicação interna é de grande importância para consolidar a estratégia de negócio do Banco. Deste modo, procuramos manter informados os colaboradores sobre os temas mais relevantes.

Newsletter Mensal

Boletim informativo enviado aos colaboradores onde são abordados temas como economia, cultura, desporto e sociedade.

Campanha sobre Fraude

Comunicações com o objectivo de prevenir crimes e minimizar possíveis impactos financeiros e reputacionais, protegendo desta forma o SBA e os stakeholders internos e externos.



Campanhas sobre Cancro da Mama: divulgação de informações para a prevenção do cancro e incentivo ao diagnóstico precoce e organização de encontros pontuais com especialistas.

Campanha Dia Internacional da Mulher: comunicações que visam a promoção da Mulher e reconhecimento da sua contribuição na edificação das sociedades

Campanha Dia Internacional de África: dia dedicado ao continente Africano, onde é reforçada a relevância da valorização dos mais variados aspectos culturais do Continente Berço da Humanidade

Campanha Faça a sua Parte: fomentar o consumo racional de energia eléctrica. Promover compromissos individuais de protecção do meio ambiente.



Campanha Novo Horário

Alargamento do horário de atendimento por mais 1 hora nos dias úteis, de modo a prestar um serviço mais alargado aos clientes que vá ao encontro das suas necessidades.



Comunicação Institucional

Principais acções institucionais em 2015

Durante o ano de 2015 foram desenvolvidas várias acções institucionais nos diferentes meios de comunicação social com o propósito de consolidar a marca em território nacional, com destaque para as seguintes:

Anúncios Institucionais

Reforçar a importância da qualidade do serviço, demonstrada com os 17 prémios ganhos desde o início da actividade em Angola.



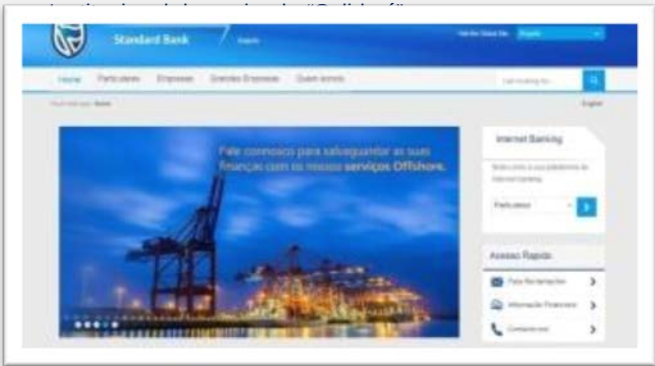
Comunicação veiculada nos **media**, com o objectivo de reforçar a imagem do Banco e divulgar a dimensão do Grupo Standard Bank em África e artigos de revista, sobre a mais valia e expertise da presença do Banco no mercado Angolano.



Site Institucional

Procurámos através do nosso *website* estabelecer uma relação de maior proximidade com os nossos *stakeholders* internos e externos. Trata-se de um canal de comunicação onde estão plasmados a missão, os valores, a história, os produtos e serviços existentes no Banco. Para reforçar este canal, publicámos periodicamente os seguintes conteúdos:

- Informação sobre a Governança Corporativa
- Informação financeira com periodicidade trimestral
- Taxas de Câmbio Actualizadas
- *Banners* na página principal para a campanha



Anúncios televisivos e Outdoors

Anúncio de televisão veiculado nos canais nacionais, retratando a antiguidade e dimensão do Grupo Standard Bank em África



Outdoor Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro - Luanda



Patrocínios e eventos de promoção da marca

Durante 2015, o Banco patrocinou vários eventos de promoção da marca, com destaque para os seguintes:

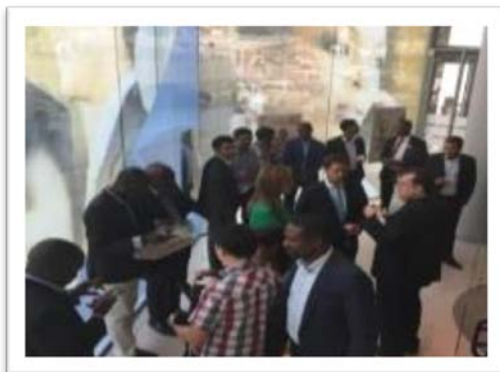
Fórum de Negócios Alemanha – Angola

Este fórum de negócios tem vindo a impulsionar as relações entre Alemanha e Angola, com o objectivo de aumentar as actividades económicas, fornecendo as bases para o aumento do investimento comercial entre os dois países. Em 2015, o evento realizou-se no Hotel Epic Sana nos dias 21 e 22 de Julho.



Cocktails com Clientes

Eventos direccionados para os vários segmentos (Private e Corporate) com o objectivo de conhecer, de uma forma mais intimista, as necessidades e aspirações dos nossos *stakeholders* externos.



2ª Conferência & Exposição sobre Petróleo e Gás

Promovido pelo Centro de Apoio Empresarial (CAE) e patrocinado pelo Standard Bank Angola, com o lema “Desafios, oportunidades, parcerias e inovações”.

Esta 2ª edição teve como objectivos proporcionar oportunidades de negócio, fomentar a criação de parcerias, partilhar informação e facilitar a partilha de conhecimento entre os diferentes intervenientes. O evento realizou-se no Hotel Convenções de Talatona nos dias 22 e 23 de Outubro.



1ª Clínica de Golfe Standard Bank de Angola

Evento promovido pelo Banco com o propósito de estreitar relações com os nossos *stakeholders* externos. Teve lugar no dia 19 de Setembro no Mangais Golf Resort.



Taça dos Clubes Campeões Africanos

O Standard Bank de Angola, como Instituição que valoriza a prática desportiva, foi um dos principais patrocinadores da Taça dos Clubes Campeões Africanos de Basquetebol que se realizou em Dezembro em Luanda.



Eventos Internos

Com o objectivo de incentivar a actividade, aumentar a produtividade e promover o bom relacionamento entre os *stakeholders* internos e externos do Banco realizámos vários eventos:

Campanha de Vendas 40 em 3

A campanha 40 em 3 é desenvolvida a nível consolidado do Grupo Standard Bank e tem como objectivo reconhecer o país com a melhor performance de vendas desde que atingindo um mínimo de 40% do produto bancário orçamentado em apenas um trimestre.



5º Aniversário Standard Bank Angola

O Banco comemorou no dia 27 de Setembro de 2015 o 5.º aniversário de actividade em Angola.

Como sempre, tratou-se de um momento singular, onde todos os membros dos órgãos de gestão e administração, colaboradores, clientes, investidores tiveram a oportunidade de confraternizar.



Prémios de Excelência “Mark of Excellence”

Eventos promovidos pelo Banco com o objectivo de reconhecer o esforço, dedicação e performance dos colaboradores no desempenho das suas funções.



5. Capital Humano



Capital Humano



“ *Somos o Banco onde as Pessoas são o Activo mais valioso, a nossa estratégia colectiva de Capital Humano assenta essencialmente em quatro pilares:*

- 1. Viver, influenciar e enraizar a cultura do Standard Bank;
- 2. Elevar a reputação e sustentabilidade do Standard Bank Angola como Empregador de Referencia;
- 3. Apoiar os nossos colaboradores no compromisso de qualidade de serviço assumido para com os nossos clientes;
- 4. Acrescentar valor comercial através de um Capital Humano operacional e eficiente.

Com base nestes pilares, pretendemos melhorar a forma como os nossos colaboradores “vivem” os serviços prestados pelo Capital Humano e, em simultâneo, alinhar as competências necessárias que possibilitam a execução da estratégia da área de negócio”

Khonde Makuala
Director Capital Humano
Standard Bank Angola

A Nossa Equipa

A Direcção de Capital Humano (DCH) do Standard Bank de Angola é responsável pelas políticas, processos e práticas de gestão de pessoas, servindo como órgão de consulta e aconselhamento dos Órgãos de Gestão do Banco nas questões de Capital Humano, criando condições para que o Banco alcance a sua visão e objectivos. Para tal, desenvolve proactivamente estratégias relativas ao Capital Humano e conduz iniciativas no sentido de apoiar as unidades de negócio a atingir os seus objectivos de longo prazo.

A DCH foca-se na qualidade de serviço, sendo importante que os seus membros mantenham uma abordagem balanceada entre o desenvolvimento de soluções criativas na resolução das questões do dia-a-dia e os objectivos de longo prazo do Banco.

Caracterização do Capital Humano

O SBA tem vindo a apostar na atracção e retenção de novos talentos, criando equipas equilibradas compostas principalmente por jovens profissionais Angolanos.

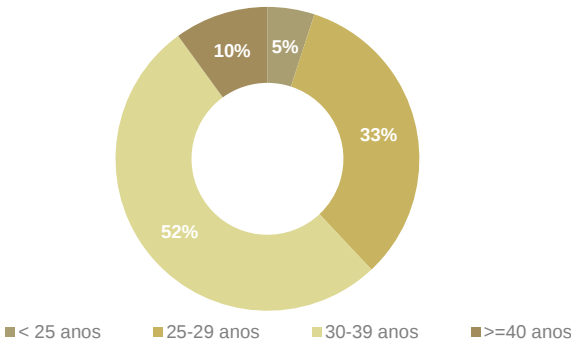
O crescimento contínuo do negócio tem permitido ao Banco a geração de postos de emprego através de recrutamento directo de mão-de-obra jovem nacional.

Em 31 de Dezembro de 2015, o nosso quadro de pessoal era composto por 576 colaboradores (508 em 31 de Dezembro de 2014).



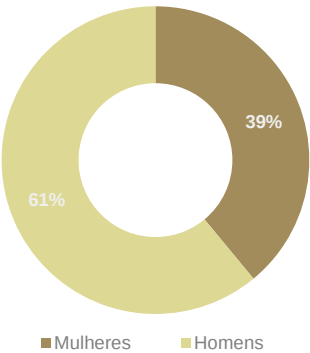
Distribuição etária dos efectivos

A distribuição etária dos efectivos do Banco comprova a aposta clara em profissionais jovens, investindo na sua formação e crescimento dentro da estrutura do Banco



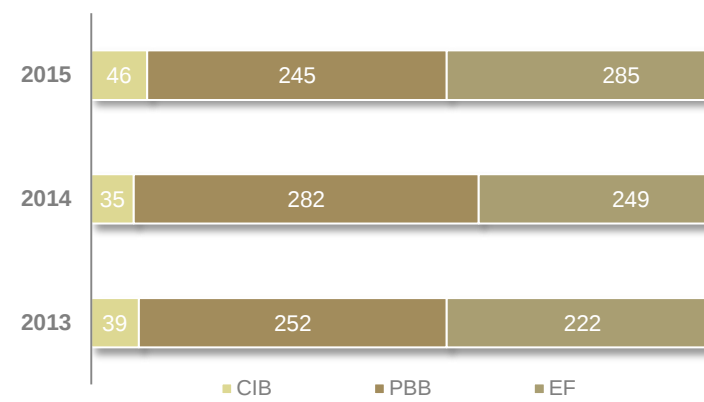
Distribuição por género

Apresentamos de seguida a distribuição dos colaboradores por género:



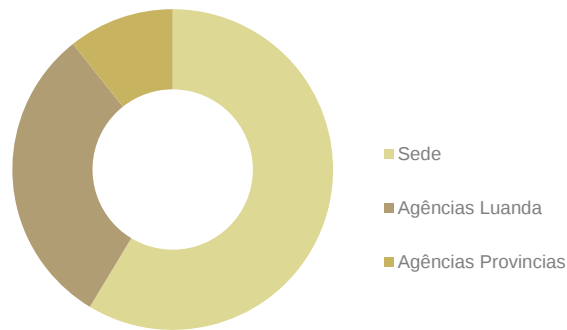
Evolução do efectivo por unidades de negócio

O Standard Bank de Angola procura alocar os seus efectivos às áreas em que os mesmo possam criar mais valor e apresentar resultados de sucesso. Esta distribuição reflecte o modelo operacional para cada uma das unidades de negócio (Corporate & Investment Banking - CIB, Personal & Business Banking - PBB e Áreas de suporte / Serviços Centrais - EF):



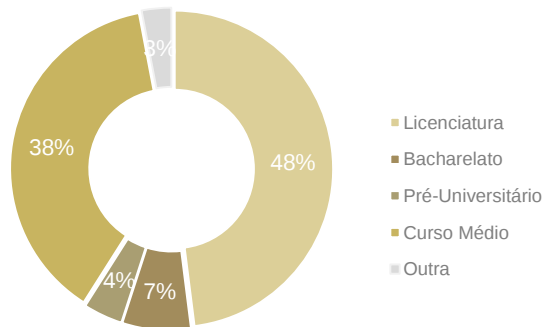
Distribuição do efectivo por localização

Apresentamos de seguida a distribuição dos colaboradores por localização:



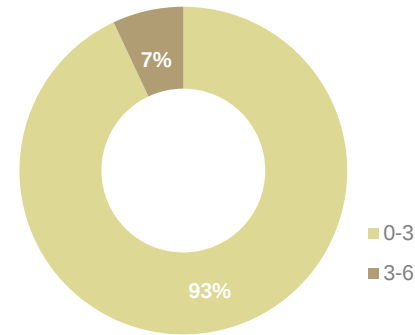
Distribuição dos níveis de qualificações literárias

O número de efectivos com curso superior ou em frequência universitária representa aproximadamente 60% do total do efectivo do Banco. Este investimento só é possível através de um processo de recrutamento focado na parceria com as universidades nacionais.



Distribuição do efectivo por Antiguidade

Apresentamos de seguida a distribuição dos colaboradores por antiguidade no Banco



Evolução da relação entre colaboradores Permanentes e Temporários

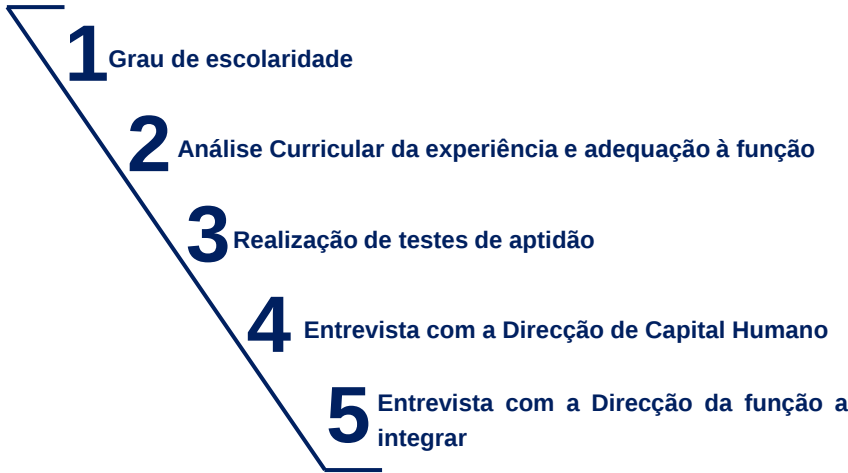
A evolução dos colaboradores demonstra que houve uma redução do número de colaboradores temporários em 2015. Por sua vez, o número de efectivos nas áreas de suporte / serviços centrais (EF) teve um aumento significativo. Os indicadores são apresentados na tabela *infra*.

		2013	2014	2015
CIB	Permanentes	24	28	38
	Temporários	11	11	8
PBB	Permanentes	239	239	241
	Temporários	43	13	4
EF	Permanentes	139	176	256
	Temporários	59	73	29

Captação e retenção de talentos

Recrutamento - Política de Captação de Talentos

O Banco tem implementado um rigoroso processo de recrutamento e selecção, que contempla as seguintes etapas:



Avaliação de desempenho

Effective Performance Management (Gestão de desempenho duradouro)

O programa de gestão de desempenho é crucial para o alcance dos objectivos estratégicos do Banco. Este programa visa assegurar que todas as unidades do negócio se encontram alinhadas e com foco nos objectivos e prioridades definidas pelo Conselho de Administração, sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento dos nossos colaboradores e da nossa capacidade para atender aos requisitos do negócio.

Assim, é necessário que exista grande proximidade entre a liderança, a gestão e a melhoria de desempenho dos colaboradores do Banco. Na verdade, este é um dos requisitos fundamentais de todos os responsáveis de equipa no Standard Bank Angola: Capacidade de gestão do desempenho das equipas e seus membros de acordo com os princípios do “Desempenho Duradouro” do Standard Bank Group.

O Programa de Gestão de Desempenho Duradouro do Grupo, aplicado pelo Standard Bank Angola, está assente nos seguintes princípios:

- Foco na entrega dos resultados;
- Meio para execução da estratégia;
- Melhoria contínua;
- Incentivador Motivacional ;
- Fornece *input* para a remuneração.

Desta forma, a “Gestão de Desempenho Duradouro” permite que todos os colaboradores estejam esclarecidos sobre as expectativas que recaem sobre cada um, sendo traçados objectivos individuais e realizado um acompanhamento contínuo do respectivo desempenho, através de *feedbacks* regulares.

Política de avaliação de desempenho

Na Política de avaliação de desempenho são definidos os padrões de gestão de desempenho, processos, calendário, instrumentos e modelos de avaliação utilizados, constituindo uma mais valia para o desempenho individual, da equipa e do negócio.

Projectos implementados pela DCH em 2015

A fim de construir uma instituição financeira sólida, rentável e que seja um modelo de excelência, o Standard Bank Angola precisa de pessoas talentosas que entreguem resultados superiores. De forma a promover o bom desempenho dos nossos colaboradores, o Banco procura criar um ambiente de trabalho gratificante com oportunidades de crescimento pessoal e profissional, mantendo uma estratégia de remuneração competitiva.

Durante o ano de 2015 a DCH desenvolveu e/ou esteve envolvida na implementação de projectos cruciais, na melhoria dos serviços de gestão de pessoal e de prestação de serviço a todos os colaboradores. Destacam-se em seguida aqueles de maior impacto:

Human Capital Global Template (Modelo Global do Capital Humano)

O HCGT é um projecto implementado ao nível do Grupo integrado na iniciativa de Transformação do Capital Humano, cujo objectivo é:

- **Padronizar** a estrutura organizacional e alinhar as funções em todo Grupo;
- **Automatizar** os processos de gestão de pessoal, sempre que possível, de modo a reduzir custos e poupar tempo na prestação do serviço ao cliente;
- **Integrar** os sistemas de gestão de capital humano através de uma plataforma SAP única, global e preparada para o futuro.

O projecto tem como objectivo final implementar os seguintes módulos da plataforma SAP, em todas as geografias em que o Grupo Standard Bank está presente: Gestão Organizacional, Arquitectura e Perfis de funções, Gestão de Pessoal, Gestão de Tempos, Processamento de Salários e Portal Self Service

A DCH está envolvida nas várias fases de implementação do HCGT, de modo a garantir que a implementação das melhorias nos processos e sistemas está em conformidade com os requisitos legais e regulamentares nacionais.

No âmbito deste projeto, assinalam-se melhorias nas seguintes áreas:

- Gestão do pessoal;
- Gestão do processamento salarial;
- Introdução da funcionalidade de *self service*, que facilita a gestão de ausências e horas extraordinárias, e concede maior liberdade aos colaboradores na gestão da sua informação/documentação pessoal.

Network Next

No final de 2015, o SBA iniciou o uso de um novo sistema de formação denominado *Network Next* cujo objectivo consiste em melhorar o processo de gestão de formação e oferecer uma experiência de formação mais aperfeiçoada. Pretende-se com a implementação desta iniciativa atingir os seguintes objectivos:

- Melhoria do registo de formação;
- Maior facilidade nas aprovações de pedidos de formação;
- Criação de avisos e lembretes sobre formações;
- Capacidade de pesquisa preditiva;
- Melhoria na extracção dos relatórios.

Pretende-se igualmente integrar este novo e prático sistema de formação às soluções existentes relacionadas com o Capital Humano. Esta mudança trará uma melhoria na consolidação, padronização, eficiência e integração em todos os processos que afectam os colaboradores do Banco, nomeadamente ao nível da gestão de desempenho, desenvolvimento de carreira, plano de sucessão, remuneração, entre outros.

Programas

Ao nível do desenvolvimento do capital humano do Banco têm sido implementadas as seguintes iniciativas:

- **Programa de Acolhimento para novos colaboradores**

No programa de integração dos novos colaboradores é efectuada a apresentação do Banco, sendo abordados os seguintes conteúdos: a história dos mais de 150 anos do Standard Bank a nível global e local, o enquadramento da missão, visão e valores da estrutura organizacional, os objectivos estratégicos de cada Direcção, os produtos e serviços disponibilizados aos clientes do Banco. Este programa tem dado aos novos colaboradores a oportunidade de conhecer a cultura e modelo organizativo do Banco e de todas as Direcções, facilitando assim a adaptação dos recém-colaboradores do Banco à respectiva cultura e “*modus operandi*”.

- **Programa 70:20:10**

De forma a garantir e otimizar o modelo de aprendizagem dos colaboradores, o SBA implementou o modelo 70:20:10 em que: os 70% correspondem à aprendizagem com os desafios profissionais que o mesmo cumpre na sua rotina diária de trabalho, ocorrências que possibilitam o desenvolvimento da experimentação; os 20% respondem à aprendizagem que se constrói na interacção com demais pessoas; os 10% referem-se à formação em sala, cursos, congressos ou certificações técnicas.

Pretende-se com o modelo 70:20:10 criar um ambiente laboral convidativo à troca de ideias e estimular a partilha de informação no local de trabalho.

- **Programas de Liderança**

O desenvolvimento de competências comportamentais para garantir o desempenho desejado promove relações interpessoais positivas que contribuem para o alcance dos objectivos pretendidos, tanto para a equipa como a nível profissional e pessoal, dando destaque à importância da comunicação, orientação, foco e liderança como fundamentos para o sucesso das equipas e desenvolvimento individual..

- **Programas de Desenvolvimento na Academia de Liderança do Grupo:**

Dos programas disponibilizados pelo Grupo Standard Bank destacam-se o Fundamentos de Liderança, Princípios de Liderança, Princípios de Gestão, Liderança de Equipas, Liderança Estratégica, Gestão de Agências, Desenvolvimento de Direcção Regional e Mulheres na Liderança. Estes programas têm como objectivo promover o conhecimento e o desenvolvimento de *skills* de gestão para as equipas, orientando os futuros e potenciais líderes para diferentes posições na organização, efectivando a gestão de pessoas e actividades perante os desafios estratégicos.

- **Programa de Identificação de Talentos Internos:**

O Standard Bank Angola tem implementado o programa de identificação de possíveis talentos. Nomeados de acordo com o potencial apresentado (capacidade de mobilidade de um nível para outro, competências adequadas à elevada complexidade de tarefas, capacidade de tomada de decisão e valor acrescentado para o negócio) e ainda o desempenho avaliado acima das expectativas esperadas, permitiu a 67 colaboradores identificados como potenciais talentos do Banco participarem em formações de especialidade, sendo expostos a experiências mais desafiantes.

- **Programa de Integração e *Mentoring* para Estagiários**

O Programa de integração e acompanhamento para jovens recém-licenciados, com 12 meses de duração e rotatividade por várias áreas do Banco, promove um conhecimento abrangente e genérico do negócio. O estagiário tem um mentor que o acompanha durante todo o período de estágio, definindo objectivos, avaliando e alinhando o desempenho ao longo do estágio. Em caso de avaliação final positiva, é oferecido ao estagiário a passagem a efectivo nos quadros do Banco, num dos departamentos que integrou durante o seu estágio.

- **Programa de Mobilidade Internacional de Quadros Angolanos**

O objectivo deste programa é permitir que quadros do painel de talento Angolano possam passar períodos de 12 a 24 meses deslocados em outros países em que o Standard Bank está presente, de maneira a otimizar as suas competências, experiência e integração na cultura do Grupo, para que no regresso a Angola possam assumir posições de maior responsabilidade

Deslocações a áreas de Excelência do Grupo Standard Bank

O intercâmbio de colaboradores das diferentes geografias onde o Grupo está presente permite períodos de exposição e partilha de experiência e prática de excelência entre os colaboradores do Grupo, resultando na optimização de tarefas e elevação de níveis de desempenho

Higiene e Segurança no Trabalho

O Standard Bank Angola tem em conta condições de Higiene e segurança no trabalho, estabelecendo os princípios orientadores e principais procedimentos no Regulamento Interno do Banco assim como no Manual de Acolhimento do Colaborador.

6. Governança Corporativa e Transparência



Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno

Governança Corporativa

Princípios Orientadores

Na definição do seu modelo de Governança Corporativa o Standard Bank Angola procurou aliar o estrito cumprimento da regulamentação angolana com as linhas orientadoras do Grupo Standard Bank ("Grupo"). Através deste modelo procurou definir-se uma linha clara de distribuição de responsabilidades na cadeia de hierarquia, bem como estabelecer processos de monitorização, fiscalização e de *compliance*, que contribuam para o reforço da transparência da sua gestão, garantindo o equilíbrio entre direitos de accionistas, prestação de contas, ética e sustentabilidade do negócio, aumentando, assim, o seu valor enquanto instituição financeira.

O Banco Nacional de Angola (BNA), com a publicação do Aviso n.º 1/2013, de 19 de Abril, veio estabelecer os pilares fundamentais da Governança Corporativa no que diz respeito a instituições financeiras, definindo um conjunto de práticas e processos no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de gestão de risco, de remuneração e de conflito de interesses.

A publicação deste diploma legal despoletou um processo interno de actualização do modelo de Governança Corporativa do Standard Bank Angola, com impacto na gestão a partir de 2014. De acordo com o estipulado no n.º 2 do Artigo 26º do Aviso n.º 1/2013 e n.º 2 do Artigo 22º do Aviso nº 2/2013, ambos de 19 de Abril, o Banco definiu um plano de acção, no qual foram estabelecidos prazos para a implementação das políticas e processos essenciais para o integral cumprimento da nova regulamentação.

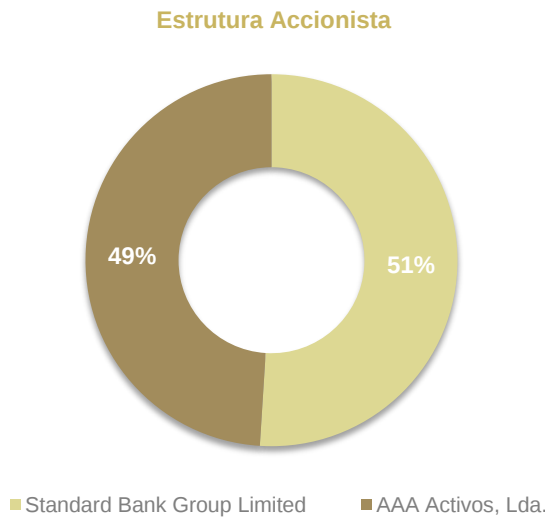
Em cumprimento do Instrutivo do BNA n.º 1/2013, de 22 de Março, que regulamenta o envio da informação ao BNA por parte das instituições financeiras o Conselho de Administração tem vindo a submeter, em Dezembro de cada ano, os respectivos Relatórios anuais sobre a Governança Corporativa e eficácia do seu Sistema de Controlo Interno.

“ Um bom modelo de Governança Corporativa permanece como pilar na forma de funcionamento do Banco. Estamos comprometidos num funcionamento de acordo com os normativos em vigor, melhores práticas internacionais e em sermos comercialmente astutos, sendo responsáveis perante os nossos stakeholders. Acreditamos que um modelo transparente e de responsabilização são essenciais para o sucesso do nosso Banco de uma forma sustentável”

Estrutura Accionista

O Standard Bank de Angola, S.A. foi autorizado a operar pelo BNA em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010. O Banco é detido maioritariamente pelo Grupo Standard Bank.

O Capital Social do Standard Bank Angola, composto por 1.000.000 acções com o valor nominal em Kwanzas equivalente a USD 100 cada, e encontra-se repartido pelos seus accionistas da seguinte forma:

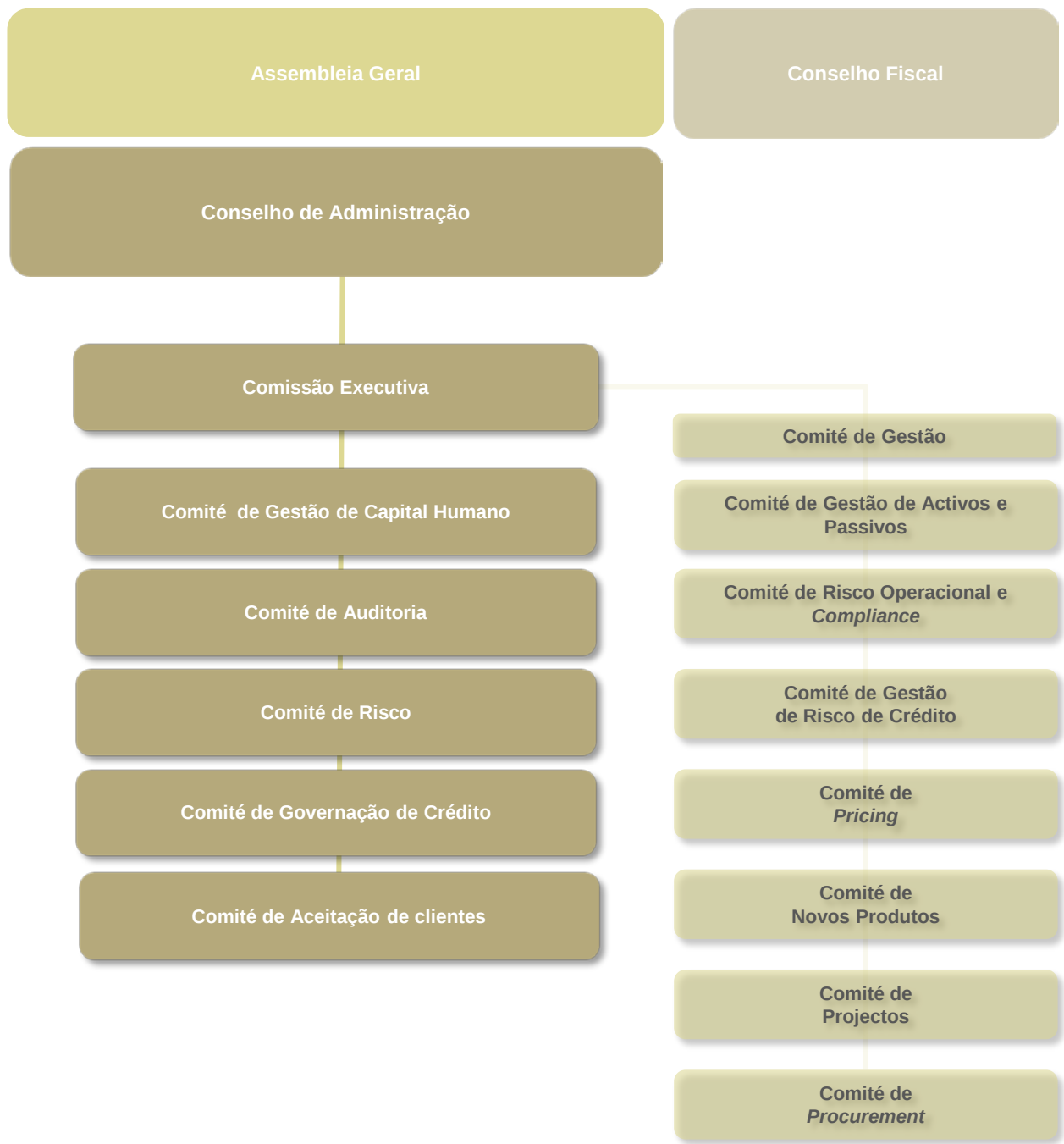


Modelo de Governança

O Standard Bank de Angola definiu um modelo de governação assente na clara divisão de responsabilidades, em que a administração é exercida pelo Conselho de Administração, que procura equilibrar o seu papel de supervisão de risco e orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares.

O modelo de Governança do Banco prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre este órgão o controlo efectivo e a responsabilidade final em todas as decisões.

Estrutura Orgânica



Estrutura de Governação Corporativa

A estrutura de Governação Corporativa do Standard Bank Angola assenta numa linha funcional que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades entre os diferentes órgãos sociais do Banco: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

A conduta dos membros dos órgãos sociais do Banco é pautada por rigorosos deveres de confidencialidade e sujeita a um conjunto de regras que visam prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada, em linha com as melhores práticas e princípios de uma boa e prudente gestão.

Os órgãos sociais do Standard Bank Angola são compostos por profissionais com competência técnica, experiência profissional e idoneidade moral adequadas para o exercício das respectivas funções.

Supervisão e Gestão

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado pelos Estatutos da instituição.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário, com mandato para o período de 2014 a 2018.



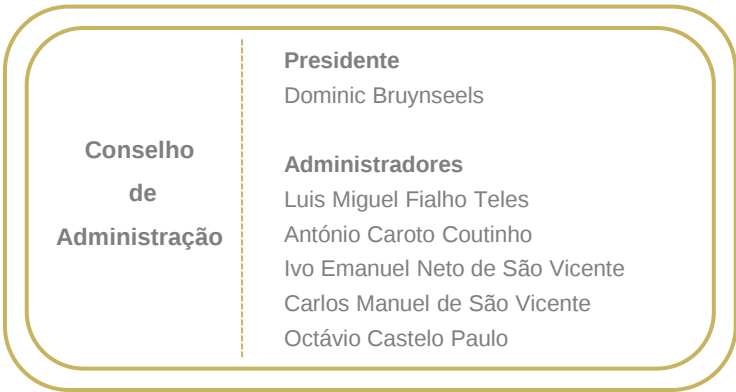
As principais competências da Assembleia Geral, são as seguintes:

- Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral, bem como dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração e respectiva afectação de reservas;
- Aprovação das remunerações dos membros dos órgãos sociais;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos;

- Aumento ou redução do capital da Sociedade, nos termos dos Estatutos;
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em cada momento.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Standard Bank Angola é a entidade com a responsabilidade última pelo controlo e a gestão corrente da actividade do Banco, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade. O Conselho é actualmente composto por seis membros, incluindo um Presidente, sendo três administradores executivos e outros três administradores não executivos.



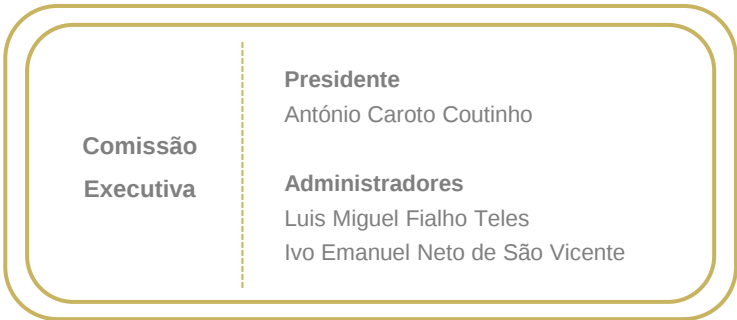
Os membros do Conselho de Administração são nomeados em Assembleia Geral por períodos de quatro anos. Este é o órgão decisório máximo do Banco e pertencem-lhe as responsabilidades últimas em matéria de governação. Os administradores têm acesso irrestrito à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para desempenharem as suas responsabilidades.

Por deliberação unânime escrita dos Accionistas, datada de 30 de Outubro de 2014, foram aprovadas as seguintes deliberações, que estão sujeitas a registo, junto ao BNA, seguida de outros actos notariais/registrais estabelecidos por Lei:

- Alteração do Pacto Social, com vista a aumentar o número de Administradores para sete, dos quais três serão executivos, dois serão não executivos e dois independentes não executivos.
- Nomeação do Senhor Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo como administrador não executivo, Independente, nos termos do Aviso do BNA n.º 1/13, de 22 de Abril.

Comissão Executiva

Para um melhor acompanhamento e exercício da actividade bancária, o Conselho de Administração delegou os necessários poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco, a uma Comissão Executiva. A Comissão Executiva é composta por três administradores executivos, incluindo o Presidente da Comissão Executiva.



Por deliberação do Conselho de Administração, datada de 19 de Janeiro de 2015, foi nomeado o administrador executivo, Senhor António Caroto Coutinho, como Presidente da Comissão Executiva.

De acordo com o Mandato da Comissão Executiva, são membros desta, os administradores executivos da Sociedade, cujo mandato vigora nos termos da respectiva nomeação como administradores executivos.

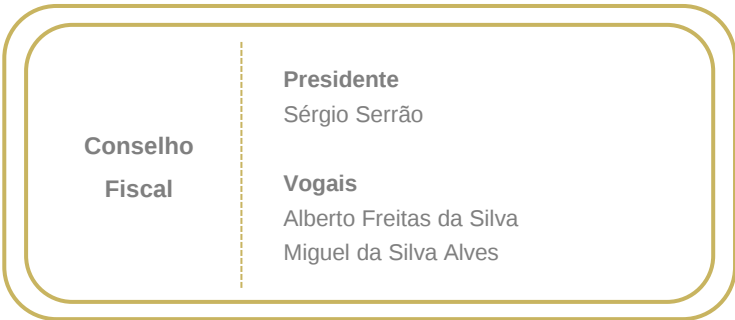
A Comissão Executiva compreende todos os poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste órgão e na Lei.

Para além dos seus membros efectivos (administradores executivos), são também convidados para estas reuniões os directores das áreas relevantes, com vista a um acompanhamento eficaz da gestão corrente.

Fiscalização

Conselho Fiscal

O funcionamento e composição do Conselho Fiscal regem-se pelo disposto em legislação aplicável e pelos Estatutos do Banco. O Conselho Fiscal é, actualmente composto por três membros nomeados para um mandato de 4 anos.



O Conselho Fiscal é o órgão social com a função de fiscalizar a administração da Sociedade, zelar pela observância da lei e dos Estatutos e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco.

Auditor Externo

A fiscalização externa do Banco é, actualmente, assegurada pela empresa de auditoria KPMG Angola, bem como pelas autoridades de supervisão a que está sujeito no exercício da sua actividade em Angola.

O contrato de prestação de serviços em vigor entre o Banco e o Auditor Externo rege-se pelos requisitos definidos no Aviso do BNA n.º 4/2013, de 22 de Abril.

Os auditores têm como principal função a auditoria às demonstrações financeiras do Banco.

Internamente, o SBA acautela a independência e objectividade dos seus auditores externos, na aceção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis, nomeadamente através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, elas próprias com requisitos internos de independência, e da rotatividade dos auditores externos, em conformidade com as orientações do Grupo e da regulamentação aplicável, incluindo o Aviso do BNA n.º 4/2014, de 22 de Abril.

Modelo de Governação

Estrutura de Governação Corporativa

Comité de Gestão de Capital Humano

Por deliberações do Conselho de Administração de 24 de Outubro de 2014 e de 19 de Janeiro de 2015, foi aprovada a criação e o mandato do Comité de Gestão de Capital Humano, respectivamente, composto por 3 administradores (executivos ou não executivos), incluindo, pelo menos, um administrador não executivo independente.

Este Comité tem responsabilidade por:

- Aprovar a política de remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos colaboradores;
- Gerir a componente de recursos humanos nas suas várias vertentes, nomeadamente na definição de políticas e procedimentos;
- Nomear directores e definir a política de recrutamento e contratação do Banco.

Na mesma deliberação do Conselho de Administração, de 24 de Outubro de 2014, foi nomeado o administrador executivo, Dr. António Coutinho, para presidir a este Comité.

Adicionalmente, por deliberação unânime escrita dos Accionistas do SBA datada de 30 de Outubro de 2014, foi aprovado que, nos termos do Artigo n.º 17 do Aviso do BNA n.º 1/2013, de 19 de Abril, caberá ao Accionista Standard Bank Group Limited, definir, implementar e rever a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, nomeadamente, Mesa de Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria, cujo Mandato foi aprovado a 22 de Abril de 2013 por deliberação do Conselho de Administração e renovado em 19 de Janeiro de 2015 por nova deliberação do mesmo Conselho, tem por objectivo analisar a situação financeira do Banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de natureza financeira, de risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades reguladoras e de supervisão.

O Comité de Auditoria é composto por um administrador não executivo e um membro do Conselho Fiscal e reúne-se, de forma ordinária, quatro vezes ao ano, mediante convocatória efectuada pelo respectivo Presidente. Estas reuniões contam com a participação, como convidados permanentes, dos Directores de Auditoria Interna, Risco, Compliance, Jurídico, Financeiro, e ainda, dos Auditores Externos e do Presidente da Comissão Executiva do Banco.

O Conselho de Administração do Banco aprovou, a 24 de Outubro de 2014 e a 19 de Janeiro de 2015, uma nova estrutura e ligeiras alterações ao mandato deste Comité de Auditoria, que passou a ser presidido por um administrador independente, não executivo.

Nos termos do Aviso do BNA 1/2013, artigo 13.º, o Comité de Auditoria (Controlo Interno) tem ainda a responsabilidade de supervisionar a actuação do Compliance e fiscalizar a independência e a eficácia da auditoria interna.

Comité de Risco

O Comité de Risco tem como função assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco..

O Conselho de Administração aprovou, a 24 de Outubro de 2014 e a 19 de Janeiro de 2015, a necessidade de se alterar o Mandato e a composição deste Comité, quanto ao seu âmbito de actuação, por forma a cumprir com rigor o previsto no Artigo n.º 14 do Aviso do BNA n.º 1/2013, de 19 de Abril, passando este a ter competência para gerir e controlar o risco, nas seguintes vertentes, (1) aconselhar o Conselho quanto à estratégia de risco, (2) supervisionar a implementação da estratégia de risco e (3) supervisionar a função de gestão de risco.

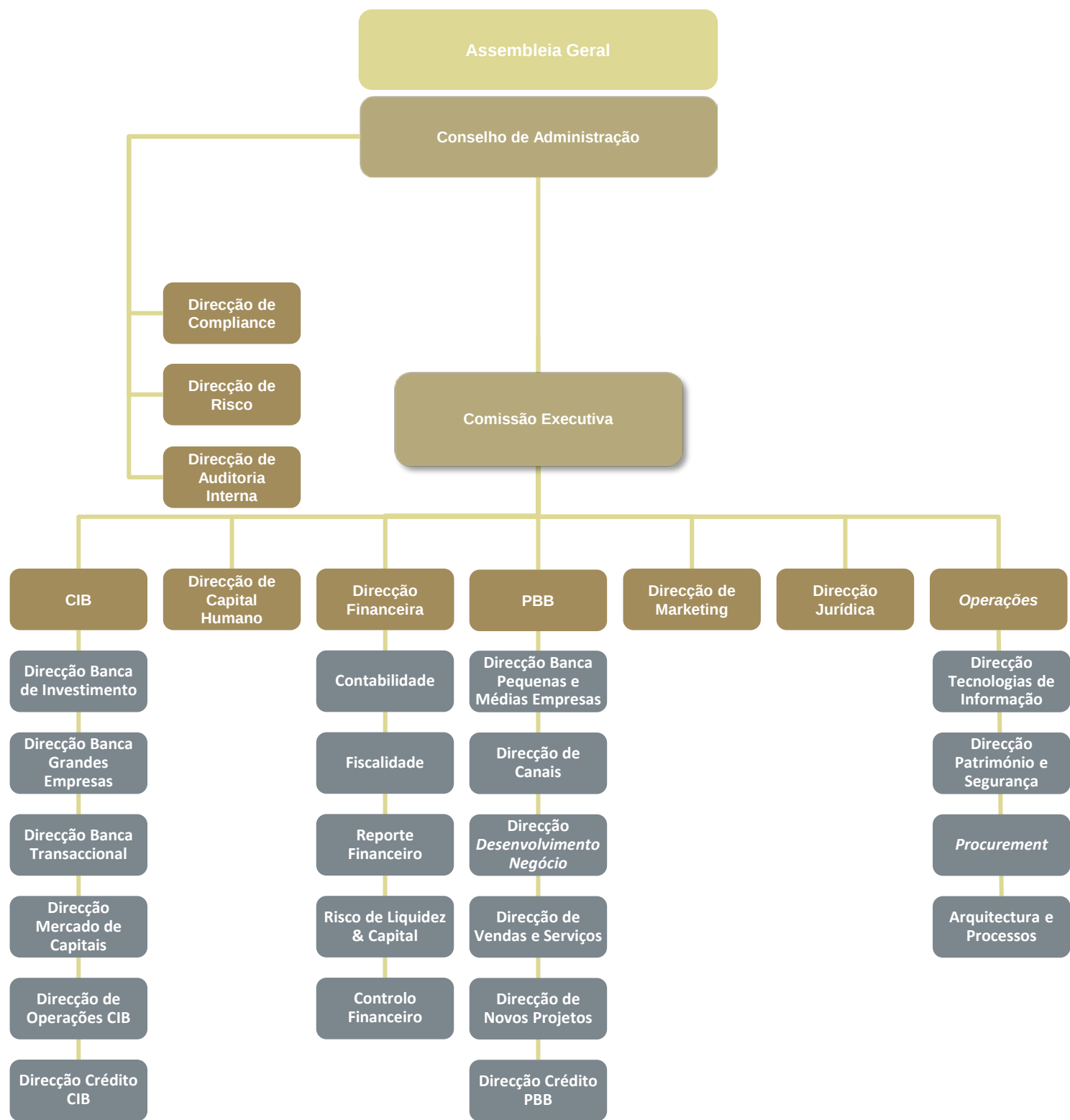
Foi aprovado por deliberação de accionistas que a Presidência dos Comités de Risco e de Auditoria passe a ser exercida por um administrador não-executivo, Independente, e que o Comité de Risco passe a integrar os administradores executivos responsáveis pelas funções de controlo interno e das áreas de negócio.

Comité de Crédito

O Banco conta ainda com um Comité de Crédito, cuja função é a de assegurar que existe uma efectiva Governação do crédito, e que é efectuada uma adequada gestão da carteira de crédito, monitorização dos créditos concedidos e um controlo efectivo do risco de crédito, incluindo o risco do País. Este Comité é composto por todos os membros do Conselho de Administração sendo presidido pelo Presidente do Conselho de Administração. O Comité de Crédito reúne-se com uma regularidade trimestral.

Este Comité conta ainda com a participação, como convidados permanentes, dos Directores de Crédito para as áreas de Banca de Retalho e Pequenas e Médias Empresas e da Banca de Investimento e Grandes Empresas.

Organograma funcional



Funções Chave do SCI

Sistema de Controlo Interno

O sistema de controlo interno do Banco está dividido, nos termos do Aviso do BNA n.º 2/2013 de 19 de Abril, em três funções distintas: *Compliance*, Auditoria Interna e Gestão de Risco.

Função de Compliance

A função de Compliance, cujo mandato foi aprovado pelo Conselho de Administração por deliberação de 2 de Setembro de 2014, e conforme melhor detalhado noutra capítulo deste relatório, reporta directamente ao Conselho de Administração, mais concretamente ao seu Presidente.

Função de Auditoria Interna

A função de Auditoria Interna tem por missão efectuar, nos termos do Aviso do BNA n.º 2/2013 de 19 de Abril, uma avaliação da efectividade, eficácia e adequação do sistema de controlo interno, considerando o risco associado a cada actividade. Esta função reporta a três níveis, nomeadamente:

- i. à Comissão Executiva, através da apresentação de relatórios mensais de actividade;
- ii. ao Conselho de Administração, através da apresentação do relatório trimestral de actividades; e
- iii. ao Comité de Auditoria, através de reuniões trimestrais.

Função de Gestão de Risco

Esta função tem como objectivo obter uma visão e gestão integrada dos riscos a que o Banco se encontra exposto, de forma a mitigar as potenciais perdas associadas à ocorrência de eventos de risco. No Standard Bank Angola, a função de gestão de risco é assegurada de forma transversal pelos Comités de Risco, Auditoria e de Crédito, complementada por outros comités de gestão de risco que reportam à comissão executiva do Banco.

O sistema de controlo interno do Banco é constituído por um conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pela administração, bem como pelas acções empreendidas pelo Comité de Risco e pelos restantes colaboradores do Banco, com vista a garantir um ambiente de controlo eficaz, capaz de assegurar (a) um desempenho eficiente e rentável da actividade, nos médio e longo prazos; (b) a existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva; e (c) o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Principais Políticas

Código de Ética e Conflito de Interesses

O Standard Bank Angola está empenhado em marcar a diferença no mercado angolano, reconhecendo primazia aos interesses dos seus clientes, e fazendo do dever de lealdade para com estes o baluarte que define o seu modo de actuação.

Nestes termos, o Banco tem implementada uma política de Conflito de Interesses, que se rege pelos mais altos padrões éticos e deontológicos, procurando, por um lado, identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse, protegendo o Banco e os seus colaboradores de eventuais danos reputacionais, e por outro lado, assegurar o estrito cumprimento com as Leis e regulamentos aplicáveis.

De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisões. Este quadro está definido com maior clareza no “Código de Ética”, que foi concebido para facilitar (i) uma maior descentralização e (ii) a tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

Em linhas gerais os princípios norteadores da conduta do Standard Bank Angola são as seguintes:

- Garantir diligência e competência profissional, devendo os trabalhadores pautar a sua conduta pelos mais altos padrões de lealdade e transparência;
- Garantir o cumprimento do dever de sigilo profissional;
- Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição.

Transacções com Partes Relacionadas

A Política em referência tem por objectivo estabelecer e definir o enquadramento de Governança, gestão de risco e comunicação de transacções intragrupo e empréstimos a partes associadas e relacionadas.

Política de Remuneração e Benefícios

A Política de Remuneração e Benefícios foi criada para assegurar o crescimento sustentável do Banco, bem como para oferecer boas oportunidades de remuneração e benefícios aos seus colaboradores. O seu papel no Standard Bank Angola é importante na contratação e retenção de quadros com grande capacidade de desempenho, visando, desta forma, garantir a motivação dos seus colaboradores.

Para a realização e efectiva execução da política, são seguidos os seguintes princípios orientadores da recompensa:

- Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;
- Abordagem da remuneração com o objectivo de (i) atrair e reter os colaboradores chave e (ii) motivar e premiar o desempenho de excelência;
- Valor do trabalho, que é definido pelo Banco com base nas capacidades, nomeadamente: (i) competência, (ii) capacidade técnica, (iii) experiência e desempenho e (iv) posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;
- Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;
- Capacidade financeira da instituição;
- Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), a qual se encontra dependente da contribuição dos colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

Administradores executivos

A Política de remunerações seguida no Standard Bank Angola para os membros do seu órgão de administração – Comissão Executiva – assenta numa estrutura de composição remuneratória dual: componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de um conjunto de factores, a saber:

- Desempenho individual de cada administrador referente não apenas ao ano precedente mas à consistência de desempenho em anos anteriores;
- Desempenho geral do Banco;
- Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade desenvolvida pelo Banco, bem como pelo Código de Conduta.

Administradores não executivos e membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros não executivos do Conselho de Administração (à excepção do Administrador independente) e da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados pelas funções exercidas.

O administrador não executivo independente recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos accionistas.

Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados pelo desempenho das suas funções, sendo a sua remuneração exclusivamente composta por um valor fixo.

Não estando eleita uma Comissão de Remunerações, os valores desta remuneração são aprovados pelos accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

Remunerações pagas em 2015

Em 2015, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal somou 151.854.675 AKZ, distribuídos nos seguintes termos:

- Membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração: 143.201.669 AKZ
- Membros não executivos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal: 8.653.006 AKZ

Distribuição de Resultados

O Standard Bank Angola não distribuiu quaisquer dividendos desde o início da sua actividade.

O Banco tem o forte compromisso de manter e consolidar a sua presença em Angola, optando na sua estratégia por não distribuir dividendos, antes utilizando os resultados anuais obtidos no reforço do seu investimento no país, nomeadamente na formação dos seus quadros, abertura de novas agências, entre outros.

“ O dever e a lealdade para com os clientes é o que define o nosso modo actuação.”

Responsabilidade Social

Sendo as Acções de Responsabilidade Social um vector cada vez mais importante dentro da estratégia de negócio do Banco e em linha com a política global do grupo, o Standard Bank Angola continuou a focar as suas actividades em dois sectores: Saúde e Educação.

Saúde na Comunidade - Médicos pela Vida

O Banco apoia a organização Médicos pela Vida, um grupo independente de profissionais da saúde. No âmbito do projecto “Saúde na Comunidade” o Banco contribuiu com medicamentos e equipamentos médicos, que permitiu atender, a custo zero, cerca de 400 pessoas na comunidade do Zango, em Luanda.



Outubro Rosa – Acções internas

Por ocasião das celebrações do “Outubro Rosa”, evento destinado à prevenção e luta contra o cancro da mama, o Banco patrocinou a realização de várias actividades, tendo como principal objectivo a consciencialização para o cancro da mama e a solidariedade para com os pacientes com cancro.



Outubro Rosa – Marcha colectiva

As celebrações do “Outubro Rosa” culminaram com uma marcha de solidariedade e consciencialização sobre o cancro da mama, lembrando que “Prevenir é melhor que tratar”.

Nesta iniciativa participaram colaboradores do Standard Bank Angola, profissionais da saúde, pacientes e várias outras individualidades que se juntaram a esta causa. No dia 31 de Outubro de 2015 desfilaram com *t-shirts*, patrocinadas pelo Standard Bank Angola, com a impressão de rostos de mulheres que venceram a doença.



Doação de secretarias e cadeiras – Comunidade Santa Sé, Kwanza Sul

O Banco doou um conjunto de artigos de escritório. Tratou-se de uma doação para a escola da Comunidade da Santa Sé, no município do Waco Kungo, Província do Cuanza Sul.



7. Gestão do Risco



Gestão do Risco

“O Banco tem implementada uma função de Gestão do Risco de acordo com as melhores práticas internacionais, que lhe permita continuar a sua actividade com sucesso, num ambiente e enquadramento cheio de complexidade e desafios.”

Direcção de Risco
Standard Bank Angola

Modelo de Gestão do Risco

O Standard Bank Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comitês (ver capítulo anterior) que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

A gestão do Risco no Standard Bank Angola é uma responsabilidade de todos.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1.ª Linha de actuação	Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte	O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.
2.ª Linha de actuação	Gestão do Risco	As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos. As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.
3.ª Linha de actuação	Auditoria Interna	Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comitês.

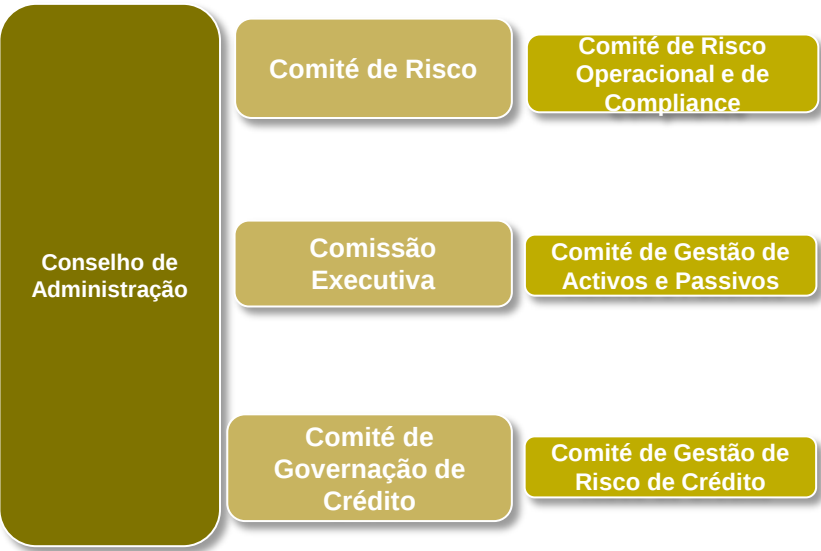
Governança do Risco

Governança do risco, políticas e procedimentos

O Grupo desenvolveu um conjunto de normas de governação para cada tipologia de risco, nomeadamente, o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. As normas garantem o alinhamento e a consistência na forma como estes riscos são identificados, mensurados, geridos, monitorizados e reportados por todo o Banco.

Cada norma é suportada por políticas e documentos processuais.

Estrutura de Gestão do Risco



Apetite ao Risco

O Apetite ao Risco define o tipo e os níveis de exposição de risco que o Banco está disposto a aceitar para cumprir os seus objetivos estratégicos, requisitos regulatórios e compromissos com os accionistas, tanto em condições normais como em cenários adversos.

O apetite pelo risco exprime-se por equilibrar:

- dotações orçamentais para perdas esperadas que sejam consistentes com o apetite ao risco implicado pelos planos de negócio;
- a tolerância pela volatilidade de lucros e perdas;
- os rendimentos, ajustados pelo risco, gerados por actividades com risco; e
- as restrições absolutas a recursos financeiros sob condições extremas.

O Conselho de Administração define os parâmetros do Banco relativos ao apetite pelo risco:

- fornecendo liderança estratégica e orientação;
- revendo e aprovando orçamentos anuais e previsões para o Banco; e
- revendo e monitorizando regularmente o desempenho do Banco com relação ao apetite pelo risco definido.

Processos de Gestão do Risco

O Standard Bank de Angola apresenta um modelo de gestão do risco que pretende, permanentemente, identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações dos principais riscos a que o Banco está exposto.

Os principais riscos identificados pelo Standard Bank Angola, relativamente aos quais tem implementados processos de gestão adequados, são os seguintes:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Taxa de Juro
- Risco Cambial
- Risco de Liquidez
- Risco de Compliance
- Risco Operacional
- Risco Reputacional



Gestão do Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte sendo um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco.

Modelo de Gestão do Risco de Crédito

Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e solvabilidade da Instituição.

A análise específica de créditos é distinta mediante a segmentação dos clientes entre Banca de Grandes Empresas e Banca de Investimento (CIB) e Banca de Particulares e Pequenas e Médias Empresas (PBB).

O modelo de gestão do risco de crédito é suportado por uma organização matricial, integrado na gestão corrente do Banco, e que envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisão do risco mediante a atribuição de funções, definição de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades e abrange cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, quando necessário a recuperação.

Este tipo de risco, de elevada relevância e representatividade em termos de exposição global do risco do Banco, assume uma particular incidência em condições macroeconómicas adversas, implicando um agravamento das condições financeiras quer das famílias quer das empresas. Neste sentido, a admissão de novas operações e o acompanhamento das carteiras de crédito são de extrema importância.

A gestão do risco de crédito é efectuado das seguintes formas:

- Sólida estrutura de análise e avaliação de riscos;
- Utilização de sistemas internos de *rating* e *scoring* adequados aos diversos segmentos do negócio e de um modelo de monitorização de portfólio de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;
- Unidades estruturais exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito, para as situações de incumprimento incorridas.

A apetência ao risco de crédito e a necessidade de evitar a concentração dos riscos pode levar à fixação de limites de risco. As considerações chave para a decisão sobre o risco de crédito incluem a exposição total ao risco de crédito e a absorção de capital relativas ao total do capital disponível para todas as contrapartes. Tais limitações devem ser cumpridas em todas as medidas de concessão de créditos e de gestão da carteira de créditos.

Governança

O modelo de governança da gestão do risco de crédito do Standard Bank Angola engloba os seguintes Comitês:

- a) Comité de Governança de Crédito: Responsável pela eficácia global da função de crédito. Este Comité supervisiona as operações, o ambiente de controlo e o desempenho da carteira de crédito; aprova as políticas de crédito e os modelos de classificação de capital económico e garante o cumprimento da política do Banco;

- b) Comité de Gestão do Risco de Crédito: Responsável pelo acompanhamento e controlo do perfil de risco de crédito, pela monitorização do cumprimento dos limites de crédito regulamentares, aprovação e recomendação de estratégias por indústria e produto e pelos testes de *stress* à carteira de crédito;
- c) Comité de Crédito: Responsável pela aprovação de operações de crédito. Este é um subcomité da Comité de Gestão do Risco de Crédito;
- d) Comité de *Watchlists* e Crédito Vencido: Responsável pela gestão de crédito que apresenta indícios de imparidade e pela gestão de crédito vencido. Este é um subcomité do Comité de Gestão do Risco de Crédito.

Delegação de poderes para aprovação de crédito

A delegação de poderes definida na Norma de Crédito do Banco tem por objectivo garantir que as pessoas e comités com qualificações e mandatos adequados cumprem os seus deveres, optimizando a eficiência operacional da concessão, da gestão de contas e da função de cobrança dos departamentos de Crédito. Os poderes são conferidos a cada pessoa individualmente e mantêm-se em vigor enquanto vigorar a nomeação da pessoa para um determinado cargo.

Avaliação do Risco de Crédito

A partir de diagnósticos internos e cumprindo as orientações do supervisor em matéria de crédito, o Standard Bank Angola definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco a todos os clientes. Estes modelos designados como modelos de *scoring* e de *rating*, permitem avaliar a probabilidade de incumprimento de um cliente a partir de elementos qualitativos e quantitativos, atribuindo-lhe uma notação de risco com base numa matriz utilizada pelo Grupo Standard Bank com equivalência para as matrizes internacionais de agências de rating ECAI (*External Credit Assessment Institutions*) e para a matriz nacional definida pelo supervisor.

De acordo com o Aviso n.º 03/2012 do Banco Nacional de Angola, o Standard Bank Angola tem definidos os seguintes critérios de classificação nos respectivos níveis de risco:

- Nível A (Risco Nulo) – créditos concedidos ao Estado Angolano, ou com garantia deste; Créditos com garantia sob a forma de Depósitos com rácio de cobertura igual ou superior a 100%; Créditos com garantia sob a forma de títulos de dívida soberana Angolana com rácio de cobertura igual ou superior a 100%;
- Nível B (Risco Muito Reduzido) – créditos com garantias reais com um rácio de coberura inferior a 100%;
- Nível C (Risco Reduzido) os restantes créditos;

É também em função do resultado da notação de risco que o Banco define o *pricing* mínimo a atribuir à operação, assegurando os níveis de rentabilidade da operação.

Modelos de avaliação de garantias

O modelo de avaliação das garantias hipotecárias recebidas pelo Standard Bank Angola depende de pareceres especializados para a sua valorização que, sendo da responsabilidade exclusiva do departamento de Crédito, apoia-se sempre que necessário em avaliações externas efectuadas pelos peritos designados.

Para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco, as suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação aprovados e regularmente utilizados no Banco. Em circunstância alguma, os valores dos colaterais poderão ser influenciados por imperativos de áreas de negócio ou de preço.

Monitorização e reporte do Risco de Crédito

O Standard Bank Angola desenvolveu ao longo de 2015 um conjunto de iniciativas, de modo a acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, nomeadamente testes de *stress* e análise/impacto do risco de país à carteira.

Os testes de *stress* têm por base uma avaliação individual de cada cliente num cenário macroeconómico desfavorável e análise dos possíveis impactos no desempenho desses clientes.

O risco país é igualmente analisado e replicado à carteira de crédito, permitindo desta forma perceber quais os clientes da carteira de crédito que terão impacto negativo numa eventual descida da notação de risco do país.

Provisões para Crédito

O Standard Bank Angola para a determinação do crédito líquido utiliza o modelo padrão de constituição de provisões que resulta de uma reserva constituída com o objectivo de reconhecer as perdas prováveis da carteira de crédito considerando o risco das operações em cumprimento disposto no Aviso 03//2012 do Banco Nacional de Angola.

Adicionalmente, o Banco desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade para cumprir com os requisitos do Banco Nacional de Angola no âmbito do projecto de implementação das IAS/IFRS em 2016.

O modelo de apuramento de perdas por imparidade teve por base o modelo já existente para reporte ao Grupo, que resulta na definição de metodologias internas tendo em consideração o mercado em que se insere e ajustadas com base em dados históricos e características da carteira de crédito, permitindo aferir a probabilidade de incumprimento da carteira (PD) e a sua percentagem de perda dado o incumprimento (LGD).

Para os clientes que se encontram com um incumprimento igual ou superior a 90 dias é realizada uma análise individual que permite determinar o justo valor da carteira de crédito tendo em consideração o valor actual dos *cash flows* futuros estimados.

Risco de Concentração

Além da monitorização quanto à qualidade do crédito, o Standard Bank Angola avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco, de forma a salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ou os limites definidos pelo Conselho de Administração e adoptados pelo Standard Bank Angola tendo em consideração o seu Perfil de Risco.

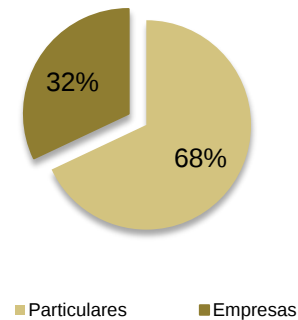
O Banco apresenta duas situações em que a exposição de crédito excede 25% dos Fundos Próprios, estando no entanto estas situações devidamente aprovadas pelo BNA, pela contribuição relevante para o desenvolvimento da economia nacional e pela situação confortável que o Banco apresenta ao nível dos seus Fundos Próprios de Base..



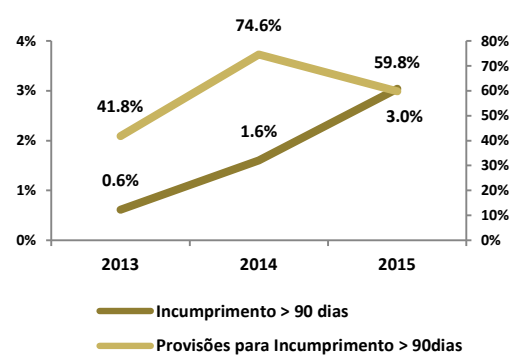
Qualidade do Crédito

Apresenta-se nos gráficos seguintes uma decomposição da carteira de crédito a clientes no que se refere à distribuição por qualidade do risco, medida pelo incumprimento e nível de provisionamento em 31 de Dezembro de 2015.

Incumprimento superior a 30 dias



Incumprimento superior a 90 dias



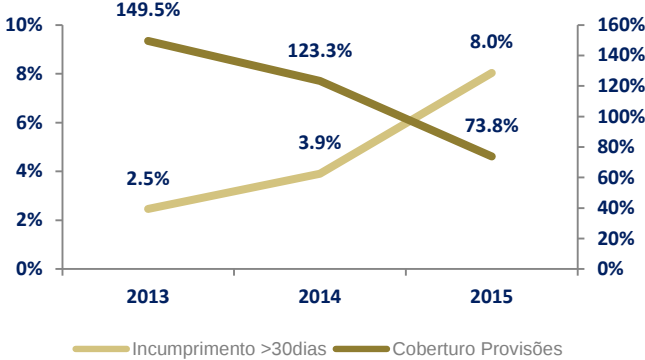
Crédito concedido por classe de risco

	2015	2014
Nível A - Nulo	18,43%	14,44%
Nível B - Muito Reduzido	15,02%	18,73%
Nível C - Reduzido	62,54%	63,75%
Nível D - Moderado	2,66%	0,51%
Nível E - Elevado	0,33%	0,71%
Nível F - Muito Elevado	0,06%	0,25%
Nível G - Risco de Perda	0,95%	1,62%
Total	100,00%	100,00%

Incumprimento por Tipo de Cliente

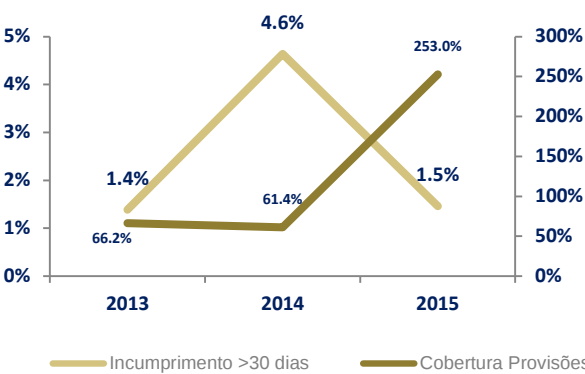
Os gráficos abaixo representam uma evolução do incumprimento e a cobertura do crédito por provisões no último triénio:

Particulares



O segmento de particulares mantém a tendência crescente de aumento dos níveis de incumprimento superiores a 30 dias, em resultado do aumento do peso de desempregados. Apesar do aumento da sinistralidade temos assistido igualmente a uma forte capacidade de recuperação destas situações antes de atingirem os 90 dias de incumprimento, o que tem permitido de uma forma geral rever o nível de provisionamento verificado no passado.

Empresas



O segmento de empresas registou em 2015 uma melhoria significativa do nível de incumprimento e verificou-se ainda assim um reforço do nível de provisionamento face ao ano anterior. Esta melhoria está relacionada com o reforço dos mecanismos de monitorização e de recuperação das grandes exposições com indícios de dificuldades..

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como o risco de uma alteração no justo valor ou efectivo de Mercado, ou nos resultados de uma carteira de instrumentos financeiros, causada por movimentos adversos de variáveis do mercado como os preços do acções, das obrigações ou das matérias-primas, de taxas cambiais, de taxas de juro, de spreads de crédito, de taxas de recuperação, de correlações e de volatilidades implícitas nas variáveis de mercado. O risco de mercado engloba ao mesmo tempo o impacto destes factores de risco sobre o valor de mercado dos instrumentos negociados e o impacto sobre a margem de juro líquida do Banco, como consequência do risco de taxa de juro a que estão sujeitos os activos e passivos da carteira bancária.

O risco de mercado é classificado do seguinte modo:

- **Risco de Negociação**

Este risco decorre de actividades de negociação em que o Banco actue na qualidade de contratante com clientes no mercado. A política do Banco é que todas as actividades de negociação estejam incluídas nas operações de negociação da Banca de Grande Empresas e Banca de Investimento.
- **Risco Cambial**

Estes riscos decorrem como resultado de alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa futuros, das exposições financeiras devido a alterações nas taxas de câmbio.
- **Risco de Investimento em Acções**

Estes riscos decorrem das alterações de preços de acções em investimentos cotados e não-cotados, e são geridos pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

Enquadramento e Governação

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação do apetite ao risco de mercado, e através da Comissão Executiva confere autoridade geral para assumir a exposição ao risco de mercado ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO). O ALCO aprova políticas de risco de mercado para garantir que a medição, o reporte, a monitorização, e a gestão do risco de mercado associados às operações do Banco seguem um modelo de governação comum. O ALCO responde perante a Comissão Executiva.

A gestão do risco no Standard Bank Angola está sujeita à supervisão do seu accionista maioritário, o Standard Bank Group.

A Direcção de Risco, independente das restantes unidades orgânicas é responsável pela identificação, avaliação, monitorização e reporte do risco de mercado. Esta unidade monitoriza diariamente as exposições e os respectivos excessos, efectua relatórios mensais ao ALCO e trimestrais ao Comité de Risco.

As técnicas usadas para medir e controlar o risco de mercado incluem:

- **Posição aberta líquida diária**

A Comissão Executiva, baseada em informação do ALCO, define limites para os níveis de exposição por divisas e de forma agregada para as posições *overnight*. Os últimos são ainda alinhados com o limite para a posição aberta líquida especificado pelo Banco Nacional de Angola, que corresponde a uma proporção dos fundos próprios do Banco (20%).

- **VaR Diário**

O VaR (*Value-at-Risk*) é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer como resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada.

Os limites de exposição, incluindo os limites globais de VaR são fixados pela Comissão Executiva e distribuídos pelos riscos de mercado a que a carteira de negociação está exposta. O Banco usa geralmente a abordagem do VaR histórico para chegar a medidas quantitativas, especificamente para o risco de mercado em condições normais de mercado. O VaR normal baseia-se num período de retenção de um dia e num nível de confiança de 95%. As perdas diárias que excedam o VaR podem ocorrer, em média, 13 vezes em cada 250 dias.

- **Backtesting do VaR**

São efectuados exercícios de backtesting para calibrar a medição do VaR. Os mesmos consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efetivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo do VaR à realidade e assim melhorar a sua capacidade preditiva. O exercício é uma comparação ex-post dos lucros e perdas diárias hipotéticas, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por um dia e seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas para o *backtesting* baseiam-se nos lucros ou perdas teóricos completamente derivados dos movimentos de mercado, incluindo os movimentos à vista cambiais e das taxas de juro, e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados e a um nível de confiança de 95%.

Testes de Esforço

Os testes de esforço fornecem uma indicação das perdas potenciais que poderiam ocorrer em condições extremas, mas plausíveis, de mercado.

Estes incluem testes individuais aos factores de risco de mercado e a combinações de factores de mercado para classes individuais de activos e ao longo de classes de activos diferentes. Os testes de esforço incluem ainda uma combinação de simulações históricas e hipotéticas.

PV01

O PV01 é uma medida de risco usada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base numa taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivativos e de negociação cambial.

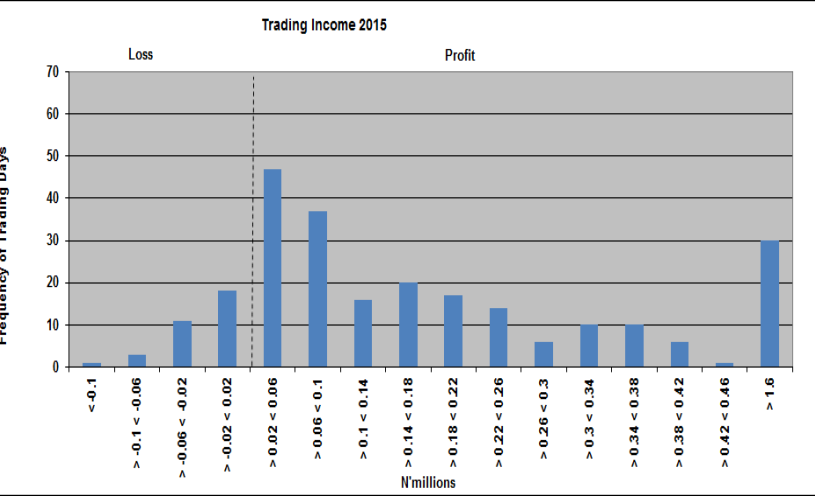
Margem Financeira em Risco

Usa-se uma previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Esta abordagem envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.

Distribuição dos Resultados de Operações de Negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição dos resultados e perdas diárias durante 2015, captura a volatilidade dos resultados de operações de negociação e mostra o número de dias em que os rendimentos relacionados com as operações de negociações do Banco estiveram em determinados intervalos.

A distribuição é enviesada para o lado dos lucros. Globalmente, mostra que as operações de negociação apresentaram resultados em 231 dias num total de 250 dias.



Análise do PV01

A tabela seguinte mostra o PV01 da carteira de investimento cambial e da carteira de negociação de rendimento fixo. A exposição no PV01 da carteira de negociação de rendimento fixo aumentou 1.500.000 AKZ relativamente à do ano passado, como resultado de uma compra de títulos do tesouro no valor de 3.600.000.000 AKZ, a exposição no PV01 da carteira bancária cambial permaneceu num ponto 1.600.000 mais baixo do que o do ano passado, como resultado de vários vencimentos de títulos e obrigações do tesouro.

PV01 (milhares de AOA)	31-12-2015	31-12-2014	Limite
Carteira de Negociação de Rendimento Fixo	- 1 479	- 544	2 550
Carteira de Negociação Total	- 1 479	- 544	2 550
Carteira Investimento em Mercados Monetários	- 1 641	- 3 579	10 000

Principais resultados de 2015:

Não obstante novas orientações e enquadramentos regulamentares, o Banco foi capaz de se distinguir no sector pela qualidade e robustez das suas práticas e ferramentas de gestão do risco. Alguns resultados específicos incluem:

- Introdução completa do sistema COMPASS para reporte global e consolidado do Risco de Mercado

Principais áreas de interesse para 2016:

- Processo diário de tratamento de dados para garantir a imediata reflexão de mudanças nas volatilidades e correlações de mercado

Políticas de Risco de Mercado

Política de Risco de Mercado	Existe risco de mercado sempre que o Standard Bank Angola tenha posições de negociação, bancárias ou de investimento; assim o âmbito da presente política é de cobrir todo o risco de mercado incluído nos livros de negociação e bancário do Banco.
Norma de Gestão do Risco de Mercado	A norma sobre risco do mercado garante que os riscos do mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência; garantindo assim que a mensuração, o reporte, a monitorização e a gestão do mesmo obedece a um quadro de governação comum ao Grupo Standard Bank, mas sempre em estrito cumprimento com a Regulamentação em vigor em Angola.
Procedimento de Backtesting	Define o Procedimento de <i>Backtesting</i> do Standard Bank Angola.
Princípios de VaR	Os princípios centrais constantes devem ser utilizados como base no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados.
Procedimento de Testes de Esforço	Define os procedimentos de testes de esforço que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado (por exemplo, gregos).

Gestão do Risco de Taxa de Juro

O Standard Bank Angola define o risco de taxa de juro da carteira de investimento como o risco proveniente de movimentos nas taxas de juro que provocam desfasamentos nos montantes, nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro observadas entre os instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar.

Governança

A gestão do risco de taxa de juro da carteira de investimento (Interest Rate Risk of Banking Book - IRRBB) é da responsabilidade do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) do Banco. Este define limites para a tolerância e *triggers* para a apetência pelo risco que devem ser respeitados para proteger a margem financeira e os fundos próprios do Banco.

O Banco assume exposições que são afectadas pelos efeitos das flutuações nos níveis predominantes das taxas de juro.

O Banco identifica, avalia, monitoriza, controla e reporta as exposições decorrentes de alterações nas taxas de juro. As alterações nas taxas de juro podem ter um efeito adverso sobre a margem financeira e sobre o valor económico do capital.

O Banco reconhece os seguintes tipos de risco de taxa de juro na carteira de investimento (IRRBB) que precisam de ser quantificados e geridos em conformidade com princípios definidos:

- **Risco de Repricing**, Risco de perdas resultantes de alterações nas taxas a que o Banco se financia e ou que obtém nos seus investimentos, devido aos diferentes momentos temporais em que podem ocorrer essas alterações
- **Risco da curva de rendimentos**, Risco de perdas resultantes de diferentes alterações no spread entre dois ou mais prazos da curva de rendimentos
- **Risco de Indexação**, Risco de perdas devido a desequilíbrios entre as taxas a receber e a pagar nos diferentes instrumentos, por dependência de diferentes indexantes
- **Risco de Opções Embutidas**, Risco de perdas decorrentes de opções embutidas em instrumentos sensíveis a risco de taxa de juro, e que dão ao cliente o direito, mas não a obrigação, de alterar o montante ou o momento dos fluxos de caixa.

Está definido o processo de gestão do risco de taxa de juro da carteira de investimento que inclui a identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte das exposições. Como forma de avaliar este risco, o Banco utiliza as seguintes análises:

- 1) Gaps de sensibilidade da taxa de juro, onde é comparado o montante das posições de activo, passivo e elementos extrapatrimoniais em cada período de tempo (períodos de enquadramento das maturidades) em função da sua maturidade ou refixação da taxa de juro subjacente e analisado o seu impacto na margem financeira;
- 2) Gaps de maturidade que quantificam os efeitos de variações na taxa de juro no valor económico do Banco através da aplicação de ponderadores de sensibilidade a cada período de maturidade, sendo estes baseados em estimativas da duração dos activos e passivos em cada período de maturidades.

• Análise Estática de Gaps

Esta abordagem quantifica o impacto das mudanças da taxa de juro sobre a margem financeira. Os activos, passivos, e itens extra-patrimoniais sensíveis à taxa de juro são colocados em bandas temporais, baseados nas suas características de repricing. Os passivos em cada banda temporal são subtraídos aos activos correspondentes para produzir um Gap de repricing para essa banda temporal. Este Gap pode ser multiplicado por uma mudança assumida nas taxas de juro para alcançar uma aproximação da mudança da margem financeira que resultaria de tal movimento da taxa de juro.

• Previsão da Margem Financeira

Usa-se uma previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à alterações da taxa de juro. Esta abordagem envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. O impacto na margem financeira e nos preços de mercado de instrumentos na carteira de investimento devido a alterações na taxa devem cobrir uma previsão para um mínimo de 12 meses.

• Medição da IRRBB em condições de mercado normais

Mensalmente, o Banco quantifica e relata ao ALCO a exposição à IRRBB num cenário de taxa de juro em expansão, esperado e em contracção (Gaps de sensibilidade da taxa de juro). O cenário da taxa de juro depende da moeda e baseia-se em alterações possíveis da taxa de juro no curto prazo (devidas a, por exemplo, aumentos ou cortes da taxa pelo Banco Central e/ou alterações da taxa de juro de mercado no curto prazo).

• Medição da IRRBB em condições de mercado adversas

Mensalmente, o Banco quantifica e relata ao ALCO a exposição à IRRBB em condições de mercado adversas. O princípio orientador é que o choque da taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções embutidas e da convexidade existente nos activos e passivos do banco.

Gestão do Risco de Liquidez

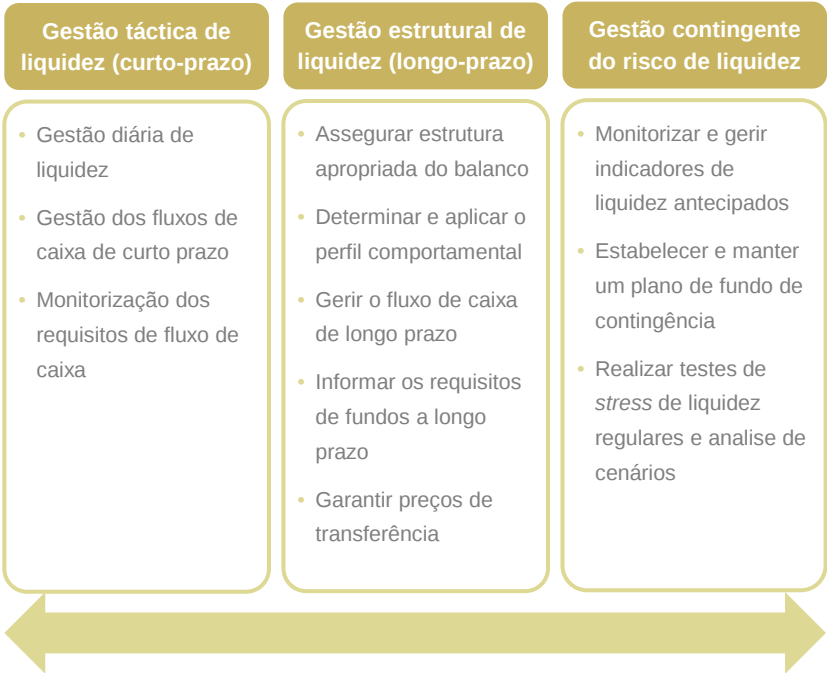
Risco de Liquidez é definido como o risco da entidade, embora apresentando um balanço solvente, não poder manter ou gerar recursos financeiros suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamentos na sua totalidade, à medida que estas vão vencendo, ou apenas o possa fazer em termos desvantajosos.

A política de liquidez do Standard Bank Angola foi desenhada para assegurar que é efectuada uma gestão abrangente do risco de liquidez em que são sempre cumpridos os rácios prudencias e requisitos mínimos através da manutenção de níveis adequados de liquidez para assegurar que os requisitos de fluxo de caixa sejam sempre cumpridos.

O Banco continua a apresentar em 2015 um balanço extremamente sólido mantendo como fonte de recursos a captação de depósitos de clientes que em 2015 voltou a apresentar um crescimento assinalável.

O Banco para além de continuar a suportar a economia nacional através do crescimento da sua carteira de crédito em moeda nacional, tem procurado investir em títulos de dívida soberana Angolana nomeadamente Bilhetes do Tesouro, dentro dos parâmetros aprovados pelo Comité de gestão de Activos e Passivos.

Standard Bank Angola efectua a gestão do risco de liquidez em três pilares interrelacionados:



Governança

O nível de governação primário do risco de liquidez é o Comité de Gestão de Activos e Passivos do Banco (ALCO).

As principais políticas que definem os princípios orientadores são a política de liquidez e a política de perfil comportamental.

Características e medidas de liquidez

Gestão contingente de Risco de liquidez

Planos de contingência de liquidez

O plano de contingência define claramente estratégias para dar resposta à falta de liquidez em situações de emergência e foi desenhado para proteger o interesse das partes interessadas e manter confiança no mercado em situações de crise de liquidez.

O plano incorpora um conjunto de indicadores cujo objectivo é a antecipação de crises de liquidez, suportado por uma estratégia de resposta clara. Estes indicadores cobrem tanto testes de stress específicos ao banco como sistémicos e são monitorizados de acordo com a frequência e níveis de tolerância atribuídas.

Abordagem de Gestão do Risco de Liquidez

A natureza dos serviços financeiros oferecidos pelo Standard Bank Angola expõe o Banco ao risco de liquidez. Este risco ocorre quando o banco, apesar de estar solvente, não consegue manter ou gerar fundos suficientes para cumprir com as suas obrigações ou só poderá o fazer mediante perdas materiais. Estes eventos podem ocorrer quando os clientes que fornecem fundos de curto prazo ao banco levantam ou não renovam os seus depósitos, ou quando os activos líquidos tornam-se ilíquidos como resultado de perturbações no Mercado.

O Standard Bank Angola faz a gestão da sua liquidez de acordo com as directrizes do BNA e a sua apetência pelo risco. A estrutura de governação do Banco prevê a mensuração e gestão da liquidez para assegurar que pagamentos possam ser efectuados tanto em condições normais de Mercado como em períodos de stress.

Teste de stress de liquidez e analise de cenários

Os testes de *stress* de liquidez e análise de cenários são baseados tanto em eventos hipotéticos como históricos. Estes são conduzidos através da natureza de fundos e posição de liquidez do Banco. O impacto da crise é normalmente medido num horizonte temporal de 30 dias, sendo este considerado o período mais crítico para um evento adverso de liquidez.

Os fluxos de caixa antecipados do balanço, assim como de fora do balanço, são sujeitos a um conjunto de *stress* específico e sistémico, assim como a cenários para avaliar o impacto de eventos menos prováveis, mas não impossíveis na posição de liquidez. Os resultados são medidos através de níveis de liquidez adequados e planos de contingência de modo a fornecer segurança na habilidade do Banco manter liquidez suficiente em condições adversas.

Níveis de liquidez adequados

O Banco mantém um portfólio de activos líquidos tanto para manter os requisitos prudencias e de teste de *stress* interno como para protecção contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa. Estes portfólios são geridos com base nos limites definidos pelo Comité de Activos e Passivos do Banco.

Na tabela abaixo é apresentado o detalhe dos activos líquidos do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014.

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Milhões AKZ			
	2015	2014	2015	2014
<u>Activos Líquidos</u>				
Notas e Moedas	752	1 184	2 490	2 266
Disponibilidades no BNA deduzidas das reservas minimas obrigatórias	54 693	29 185	-	-
Nostros	-	-	23 557	19 827
Aplicações em IC's (até 1 mês)	-	12 056	10 825	-
Aplicações em Títulos	88 863	52 126	4 561	10 664
Outros Activos Líquidos	-	-	8 562	9 980
Liquidez Total	144 309	94 551	49 995	42 737
Liquidez Total como % das saídas líquidas de caixa	261%	202%	136%	107%

Na tabela acima pode-se constatar que os activos líquidos do Standard Bank Angola têm sido suficientes para cobrir qualquer requisito de *stress* interno assim como prudenciais.

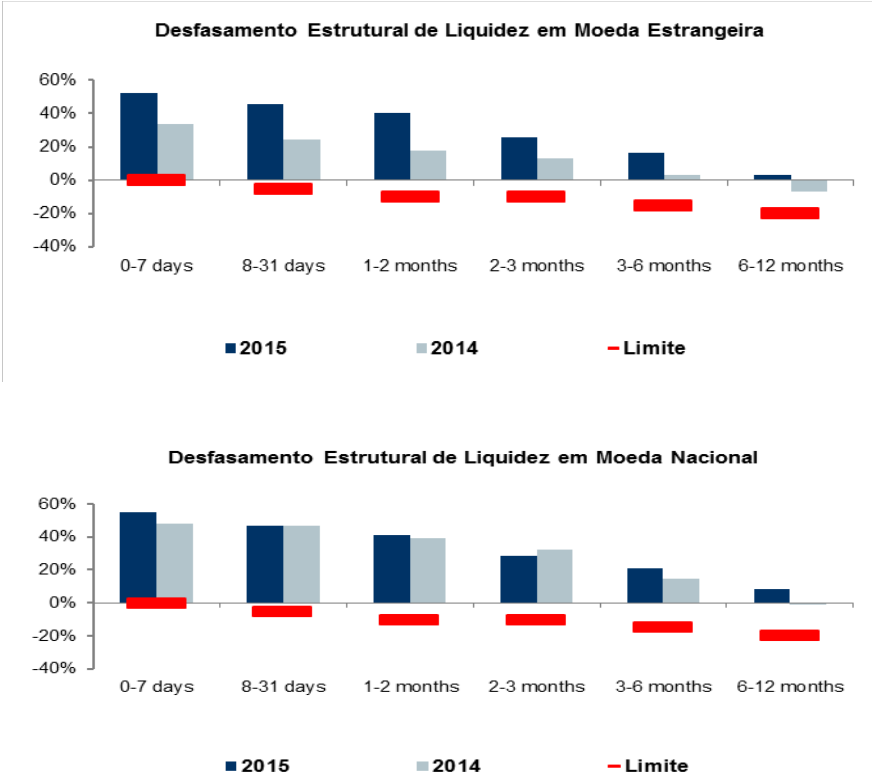
Desfasamento estrutural de liquidez

Com este principio de gestão de risco de liquidez pretende-se identificar fontes de liquidez estrutural significativas na forma de depósitos, como depósitos à ordem e poupança, que exibem um comportamento estável apesar de contratualmente serem depósitos de curto prazo.

A análise do *desfasamento* estrutural de liquidez é realizada regularmente para antecipar disparidades entre entradas e saídas de caixa e com isto evidenciar potencial risco de liquidez.

O gráfico abaixo demonstra o *desfasamento* estrutural do Banco entre activos e passivos de 0-12 meses, após aplicação do *perfil* comportamental. A maturidade acumulada é expressa em percentagem dos depósitos.

As saídas agregadas de fluxo de caixa são subtraídas das entradas agregadas de fluxo de caixa. Os limites são definidos internamente para restringir o *desfasamento* acumulado de activos e passivos nos diferentes intervalos. Este *desfasamento* é monitorizado regularmente através de uma gestão activa, se uma potencial quebra de limite for evidenciada. O *desfasamento* acumulado de liquidez manteve-se dentro dos limites de apetência pelo risco.



Gestão do Risco Operacional



Governance

A função de Risco Operacional é independente da gestão do negócio e faz parte da segunda linha de defesa, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de risco operacional, facilitando e supervisionando a sua adopção e desafiando o perfil de risco definido. Adicionalmente, analisa proactivamente as causas dos incidentes, tendências e ameaças emergentes, bem como faz recomendações para a remediação de controlos e implementação de melhores práticas.

O Departamento de Risco Operacional, monitora, supervisiona e reporta sobre temas de Risco Operacional nos seguintes fóruns:

- Comité de Gestão de Continuidade de Negócio (incorporando a Comissão para Prevenção contra Acidentes de Trabalho)
- Comité de Risco Operacional e Compliance (presidido pelos Directores das Unidades de Negócio como responsabilização pelo perfil de risco das suas unidades)
- Comité de Gestão do Risco (presidido pelo Director de Risco e em agregação com outros tipos de risco).

Equipas dedicadas às Unidades de Negócio

Existem ainda equipas dedicadas a cada Unidade de Negócio, bem como às áreas de suporte como a Direcção Financeira, de Tecnologias de Informação e de Capital Humano. Estas equipas trabalham em parceria com as áreas que suportam e são facilitadoras da adopção do modelo de governação de risco operacional.

Risco Operacional do Banco

O Standard Bank de Angola de acordo com os Avisos nº 1 e 2/2013 emitidos pelo Banco Nacional de Angola, define o Risco Operacional como o risco de perdas oriundas da inadequação, ou falha de, processos internos, pessoas e/ou sistemas ou de eventos externos.

O Risco Operacional é gerido de acordo com o modelo de governação de risco operacional, que é complementado por modelos de governação para os sub-tipos de risco mencionados no diagrama acima. O Risco Operacional é parte natural de qualquer actividade de negócio, sendo que o objectivo do Banco não é eliminar a exposição ao mesmo, mas assegurar que o mesmo se encontra mitigado para níveis tidos como razoáveis.

Reforço do ambiente de Controlo Interno

No sentido de melhorar continuamente o seu ambiente de controlo interno, reduzindo perdas decorrentes de erros e ineficiências operacionais, o Banco:

- Identifica, avalia e monitoriza os risco operacional;
- Dispõe de mecanismos eficazes de gestão da continuidade de negócio;
- Mantém o seu foco na formação de quadros, personalizada às necessidades-chave do negócio e envolvendo áreas comerciais e de suporte;
- Capacita a área de Arquitectura e Métodos, cuja principal responsabilidade é garantir que o Banco continua a disponibilizar aos seus colaboradores através da sua Intranet, procedimentos operacionais relevantes e actuais para a realização da sua actividade bem como a publicação de normativos internos e externos (Normas/ Avisos/ Decretos) relevantes à actividade Bancária;
- Investe em Tecnologia para suportar a sua estratégia de negócio.

Gestão do Risco Operacional

A abordagem do Banco ao Risco Operacional consiste em adoptar as melhores práticas que permitam ajudar o negócio a entender o risco inerente à sua actividade bem como a melhorar o seu perfil de risco, maximizando a sua performance e eficiência operacional. A gestão do risco operacional assenta em 3 pilares:



Sistema de Auto-Avaliação de Controlo de Riscos (“Risk Control Self Assessment”)

De forma a identificar, avaliar e mitigar o risco operacional o Banco preconiza uma metodologia da auto-avaliação dos controlos internos, com base na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes, bem como as actividades de controlo necessárias à mitigação desses riscos.

Periodicamente é avaliada a operacionalidade das actividades de controlo identificadas, bem como a aderência da matriz de riscos previamente definida face à realidade das actividades e processos desenvolvidos pelas áreas de negócio e áreas de suporte.

Indicadores Chave de Risco Operacional (“Key Risk Indicators” – KRI's)

A implementação de indicadores chave de risco operacional visa uma adequada gestão do risco operacional numa base continuada. Estes indicadores permitem a definição de um perfil de risco e uma adequação das práticas de gestão de risco operacional ao nível do Banco, bem como avaliar a efectividade dos controlos definidos para mitigação dos riscos identificados.

Política de Gestão de Incidentes

De acordo com esta política é efectuada a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte dos incidentes de risco operacional e a subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e capturados numa aplicação informática que permite a gestão centralizada de todos os incidentes, existindo uma consciencialização de todos os colaboradores para o nível de exposição a perdas financeiras e não financeiras que o Banco tem de gerir. Em consequência da identificação e captura dos incidentes operacionais, é efectuada uma análise com o intuito de melhorar os procedimentos e controlos internos, bem como procurar quantificar as perdas com base em modelos internos.

Gestão da Continuidade do Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócio, também é parte integrante da função de Risco Operacional, a quem compete identificar potenciais disrupções operacionais e providenciar bases para a mitigação destas lacunas. O modelo do Banco definido neste âmbito prevê uma resposta em casos de emergência, bem em situações de crise do negócio desde a ocorrência dos eventos que estão na sua origem até à recuperação da operacionalidade das actividades do Banco, dispondo de:

- Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente garantido mecanismos de Segurança Física e Electrónica eficazes;
- Plano de Continuidade de Negócio (foco em programas de Primeiros Socorros e Evacuação; Centro de Dados Alternativo);
- Sistemas de detecção de Fraude e Branqueamento de Capitais.

Todas estas políticas e directrizes encontram-se formalmente definidas e divulgadas no Standard Bank Angola, criando um ambiente e um sistema de controlo adequado, de forma a garantir:

- A identificação dos riscos com base em ferramentas analíticas;
- A avaliação com base em medidas quantitativas e qualitativas, que permitem definir a probabilidade, gravidade e a exposição ao risco;
- Medidas eficazes de controlo para reduzir ou eliminar o risco. Ter em conta os custos globais e os benefícios de acções correctivas proporcionando, sempre que possível, escolhas alternativas,
- Análise eficaz sobre qual o controlo, ou combinação de controlos, mais adequados à formulação de um plano de mitigação de riscos;
- Após a definição e implementação dos controlos adequados, deve ser mantido um acompanhamento periódico, para garantir a eficácia e acompanhar a evolução;
- Relatório escalado do perfil de risco residual e quaisquer alterações destacadas pelo processo de acompanhamento.

“
**O Risco Operacional é parceiro
chave do Negócio na tomada de
decisão informada e antecipada**
”

Risco de Compliance

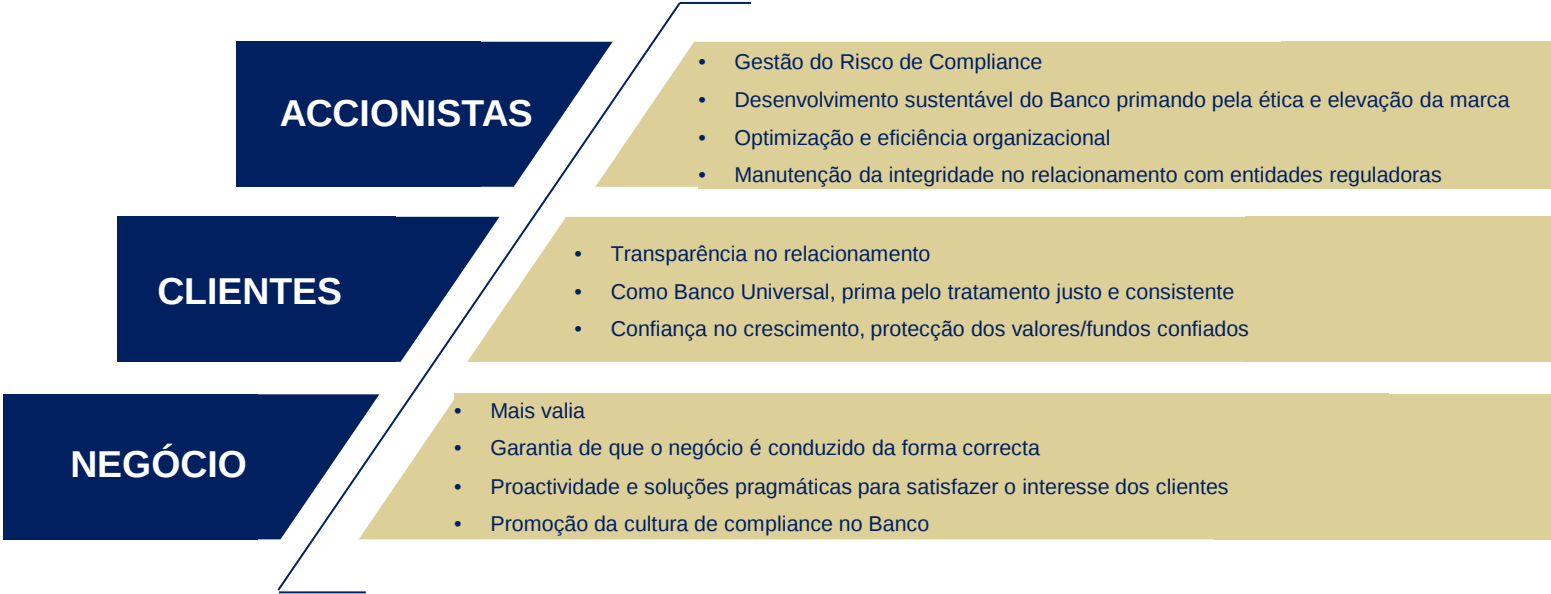


“O Compliance deve ser o consultor de confiança para o Negócio e garantir que temos as pessoas certas e a cultura correcta.”

Randina Rangel
Compliance Officer
Standard Bank Angola

Reforço do controlo

O Compliance agrega valor de forma sustentável aos vários *stakeholders*, designadamente accionistas, colaboradores, aos nossos clientes e às áreas de negócio.



Governance

O *Compliance* apoia de forma proactiva o Conselho de Administração e Unidades de Negócio através de práticas de gestão do risco de compliance eficazes, de modo a garantir que todo o negócio é conduzido em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, mitigando deste modo o risco de aplicação de sanções e o risco reputacional.

Reportando directamente ao Conselho de Administração, a Direcção de Compliance adopta uma abordagem construtiva, pragmática e independente orientada ao cumprimento, interagindo activamente com outras áreas de risco, assim como com as unidades de negócio.

O Risco de Compliance

O Risco de *Compliance* é identificado como o risco de sanções legais ou regulamentares, que pode resultar para a Instituição em perdas financeiras materiais ou perda da sua reputação pela incapacidade de cumprir com as leis, regulamentos, regras, normas internas e normas de condutas aplicáveis à sua actividade.

Cultura de Compliance

O Banco Nacional de Angola e outras entidades Reguladoras estão com um foco crescente na cultura de compliance no sector bancário. Os executivos do Standard Bank Angola têm demonstrado o seu compromisso na manutenção de uma forte cultura em que é adoptada uma abordagem de tolerância nula.

Sistema de Gestão de Riscos de Compliance

Nesta vertente, o objectivo de gestão de Risco de *Compliance* é atingido através da adopção do *risk based approach* que permite a identificação dos principais riscos, mecanismos de mitigação e implementação de controlos.

O Banco tem implementado um Sistema de Gestão de Riscos de Compliance que permite identificar, gerir e mitigar eficazmente esses riscos.

Este controlo é feito nos seguintes moldes:

- Conselho de Administração e Comitês que gerem o risco focados no Compliance
- Políticas e procedimentos eficazes
- Análise dos riscos de Compliance e controlos
- Monitorização, sensibilização e formação

Identificação e gestão dos riscos de compliance

Sendo responsabilidade do Compliance analisar a eficiência dos controlos legais e regulamentares, a fim de assegurar a sua conformidade, a sua gestão no Banco é executada nos termos descritos.

Risco Regulatório

Para que o risco de Compliance seja gerido de forma activa é imperativo que haja o controlo sobre toda a regulamentação que afecta a actividade do Banco. Nesta vertente, o processo de gestão de Compliance tem as seguintes fases:



O Standard Bank Angola identifica os requisitos legais e regulamentares que afectam o Banco e respectivas unidades de negócio e efectua a respectiva categorização (Core, *Ancillary* ou Eminente), permitindo a identificação antecipada dos requisitos que cada unidade de negócio deve cumprir, com a respectiva identificação do tipo de legislação e o impacto sobre a respectiva actividade.

Uma vez identificados e categorizados, o Banco realiza a classificação do risco de incumprimento dos requisitos (risco alto, médio ou baixo), com base na classificação do impacto e na probabilidade de ocorrência.

A probabilidade de incumprimento é um requisito específico de análise que interliga o ambiente de controlo actual do Banco que inclui (i) plano de gestão de risco com controlos elevados, (ii) implementação desses controlos e (iii) testes dos controlos, que por sua vez estão associados a pessoas, informação, tecnologia, processos & procedimentos e terceiros.

Encontra-se igualmente definida a escala de risco sobre o impacto para o Banco do incumprimento de determinado requisito legal ou regulamentar.

Risco Alto	• Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação da obrigação legal, danos desastrosos ou catastróficos que requeira um longo período de recuperação • Mudanças significativas no sistema • Custos e penalidades excessivos • Suspensão ou perda da licença do Banco, alerta escrito do Regulador, multas ou penalidades severas (por exemplo, 10% do volume de negócios anual); danos graves à reputação
Risco Médio	• Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação do cumprimento regulatório significativo ou material • Dificil recuperação ou implementação de mudanças; chamada de atenção por escrito do regulador; multas significativas ou penalizações; dano significativo à reputação
Risco Baixo	• Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) como consequência do baixo cumprimento regulamentar; custo mínimo; facilmente recuperáveis; danos menores à reputação

Indicadores de Risco

A governação não se limita ao cumprimento de requisitos legais, requer de igual modo um sistema rigoroso e robusto em que são definidas directrizes e indicadores para a medição do risco associado ao desenvolvimento da actividade bancária nos seus vários eventos.

Nestes termos, existe uma efectiva garantia da gestão de risco e da adesão aos requisitos legais, bem como das boas práticas bancárias e ao cumprimento do Código de Ética.

Gestão do Risco de Compliance a nível operacional

O Standard Bank Angola efectua um acompanhamento contínuo do risco de compliance, em várias frentes de actuação:

- Monitorização das áreas de negócio, através do “*Compliance Risk Management Plan*”;
- Alinhamento das Políticas internas com a legislação e regulamentação em vigor;
- Monitorização do reporte prudencial;
- Comunicação contínua com o Supervisor;
- Adequação contínua dos procedimentos afecto às operações de invisíveis correntes, mercadorias e capitais;
- Monitorização das transacções transfronteiriças
- Gestão documental.

Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (PBC/FT)

Por forma a garantir a eficiência legalmente exigida à Função de Compliance em termos de PBC/FT, foram implementados um conjunto de políticas, procedimentos e processos para a sua mitigação.

O Standard Bank Angola tem implementado um Programa robusto de PBC/FT assente nos seguintes pilares:

- Modelo de *governance* definido com atribuição de responsabilidades específicas de Prevenção do Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo ;
- Aceitação de clientes com base no risco (“*Know Your Customer*” - KYC);
- Monitorização e gestão de informação;
- Reporte de operações suspeitas e fora do comum;
- Formação e sensibilização.

Modelo de Governação

O Banco implementou em 2015 o Comité de Aceitação de Clientes que analisa e decide sobre o relacionamento do Banco com clientes e, em função do risco identificado, pode decidir sobre o estabelecimento, manutenção ou extinção da relação de negócio.

O Comité com responsabilidade pela análise do risco, tem mandato para decidir sobre o início, a manutenção e encerramento das relações de negócio com os clientes, em função da análise do risco que o perfil dos mesmos representa para o Banco.

Aceitação de Clientes e Contrapartes com Base no Risco

Know Your Customer (“KYC”)

O Banco tem implementada uma política rigorosa de “Conheça o Seu Cliente” (“KYC”), que abrange o conhecimento do cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos.

Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os clientes com os quais o Standard Bank Angola estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

A adopção de medidas exigentes de KYC não tem por objectivo proibir potenciais clientes de estabelecer uma relação comercial com o Banco ou de realizar operações, mas sim aplicar medidas que mitiguem os potenciais riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo a que o Banco possa vir a ser exposto.

Uma avaliação inicial e exacta dos riscos permite a aplicação de requisitos de KYC adequados no início da relação de negócio e sempre que se executa uma operação ocasional, assim como a aplicação de medidas de diligência (*standard* ou reforçadas), a actualização periódica e manutenção dos requisitos de KYC e o acompanhamento contínuo da actividade transaccional em função do risco.

Uma abordagem baseada no risco permite ao Banco concentrar-se nos clientes e operações que potencialmente apresentam maior risco, possibilitando uma eficiente prevenção e detecção de operações ou actividades que possam configurar a prática de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo. Tal não significa que os relacionamentos não identificados como sendo de risco alto sejam ignorados.



Correspondência Bancária

O Banco adopta procedimentos rigorosos de identificação e diligência com base no risco, no âmbito da constituição e monitorização de relações de correspondência bancária.

Os procedimentos de avaliação e monitorização dos bancos correspondentes definidos pelo Banco têm por base as determinações do Grupo *Wolfsberg* e encontram-se alinhados com as orientações internacionalmente reconhecidas do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), sendo expressamente proibido o estabelecimento pelo Standard Bank de Angola de relações de negócio com “Bancos de fachada”.

Monitorização

Após o início da relação de negócio, devem ser tomadas todas as medidas de modo a garantir que a documentação e informação disponível relativa ao cliente se encontra actualizada e é mantido um acompanhamento contínuo da relação de negócio. Neste contexto, o Banco tem implementados procedimentos de diligência diferenciados em função do risco, sendo efectuada uma monitorização contínua dos clientes e da respectiva actividade transaccional.

Em conformidade com as exigências legais e regulamentares, encontram-se definidas medidas de diligência reforçada específicas para as Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), Organizações Sem Fins Lucrativos e relações à distância.

Controlo de Sanções

É efectuada uma validação de todos os clientes e transacções contra as Listas de Sanções. O Banco adopta um modelo de gestão de risco de sanções relacionadas com o terrorismo, de forma a garantir que se encontra protegido de penalizações que possam ser impostas, em virtude da não identificação de pessoas, grupos ou entidades sancionadas..

São reconhecidas pelo Banco as seguintes Listas Internacionais de Sanções:

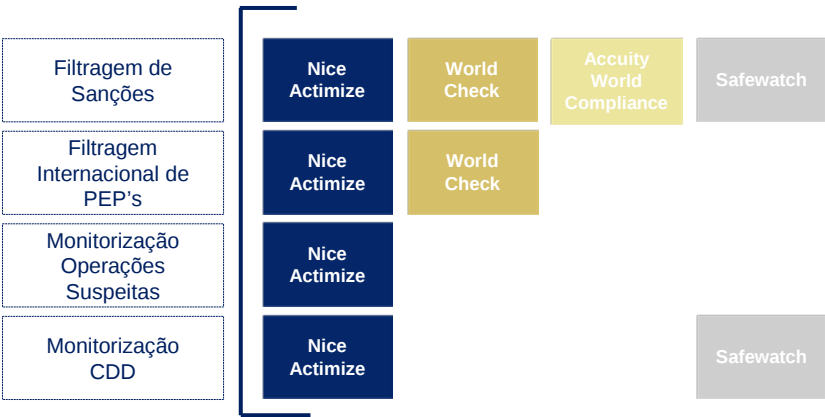
- HTM – Her Majesty’s Treasury (UK)
- EU – European Union
- OFAC – Office of Foreign Assets Control (US)
- UNSC – United Nations Security Council

O Banco e Grupo Standard Bank reconhecem qualquer outros regimes de sanções que venham a ser consideradas e ainda, Listas de Sanções Internas caso as autoridades Angolanas as implementem.

Sistemas Operacionais de Prevenção do Branqueamento Capitais e Financiamento do Terrorismo

O Banco dispõe de sistemas operacionais de suporte à Prevenção do BC/FT, que asseguram a filtragem de todos os clientes e transacções, assim como uma monitorização contínua da actividade transaccional e comportamentos dos clientes.

Os sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/FT.



Reporte de Operações Suspeitas

Existem mecanismos implementados de análise/exame de operações suspeitas, assim como procedimentos de comunicação de operações à Unidade de Informação Financeira (UIF).

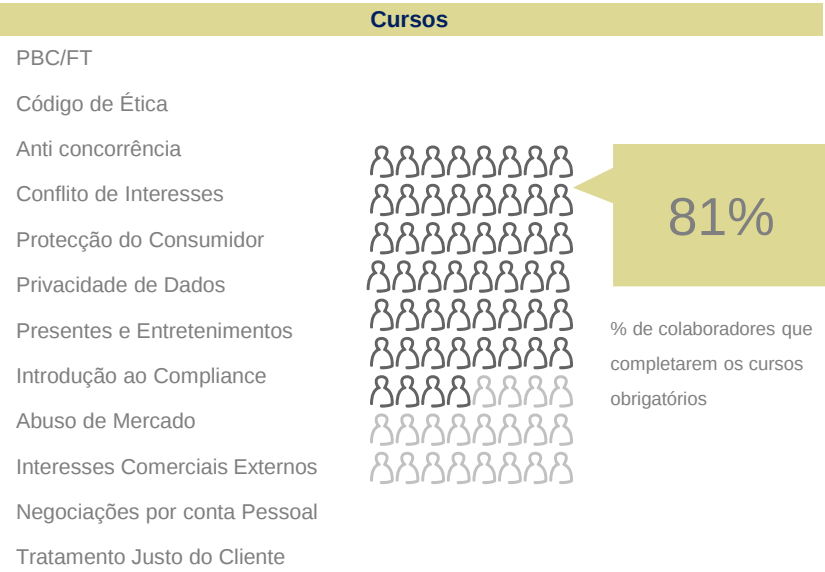
Formação e Sensibilização

A formação no Banco desempenha um papel crucial na implementação da cultura de Compliance e na mitigação dos riscos de compliance. O cumprimento de formações de Compliance, confirmação de leitura e reconhecimento das políticas de Compliance são actos obrigatórios para todos os colaboradores e órgãos de Gestão do Banco. O objectivo da sua aplicabilidade transversal tem na sua base a compreensão e conhecimento fundamental necessários para desempenhar as responsabilidades dentro da Instituição.

Os métodos de formação instituídos incluem: (i) *E-learning*, (ii) Vídeos, (iii) Apresentações, (iv) Auto-estudo, (v) Programas de indução, (vi) Sensibilização e comunicação através de vários meios, (vii) Artigos de interesse, etc.

Para o efeito, é garantido de que os materiais de formação e documentação publicada contém informação correcta e fiável, de modo a promover uma melhoria dos níveis de competência técnica e comportamental no Banco.

Formações obrigatórias via E-Learning em 2015



O incumprimento das políticas internas e a não conclusão de formações obrigatórias é identificado como factor de risco alto que, consoante a frequência, afecta a avaliação de desempenho dos colaboradores, a sua remuneração, assim como eventuais oportunidades de promoção.

A redução do nível de incumprimento significa uma maior adesão por parte dos colaboradores do Banco, materializando-se no reconhecimento dos riscos existentes, assim como numa mudança positiva de atitude comportamental que se reflecte na responsabilidade no exercício das respectivas funções.

Políticas de Compliance Vigentes

Políticas vigentes
PBC/FT
Controlo de Sanções
Matriz de Risco de Cliente
Gestão de Conflito de Interesses
Chinese Walls
Privacidade de Dados
Presentes e Entretenimentos
Informação Estritamente Necessária
Controlo de Abuso de Mercado
Interesses Comerciais Externos
Transacções a título pessoal
Governação de Gestão de Risco de Compliance

- Análise e reporte, à Unidade de Informação Financeira, de operações suspeitas: operações em numerário acima do montante equivalente em moeda nacional a USD 15.000,00;
- Monitorização de processos de *Know Your Customer* (“KYC”) dos clientes;
- Monitorização dos procedimentos reactivos a operações cambiais; e
- Revisão anual de processos de KYC para Bancos Correspondentes.

Principais Actividades Desenvolvidas em 2016

- Revisão da matriz de risco de cliente para efeito de PBC/FT;
- Uniformização de *checklist* de abertura e manutenção de conta com os requisitos KYC;
- Formação presencial aos colaboradores dos Balcões e Gestores de Contas sobre KYC/CBC/FT;
- Suporte na criação do Comité de Aceitação de Clientes e secretariado do referido Comité;
- Interpretação da regulamentação e legislação aplicável à actividade do Banco;
- Conclusão do Universo Regulatório;
- Criação do CRMP – “*Compliance Risk Management Plan*”;
- Definição e implementação de políticas de Compliance;
- Melhoria do relacionamento com as Entidades Reguladoras;
- Difusão da cultura de Compliance no Banco via formação e acções de sensibilização;
- Acompanhamento, correcção e melhorias nas áreas de Operações, Abertura de Contas, Reclamações, Produtos e Serviços;
- Monitorização dos reportes obrigatórios para o Banco Nacional de Angola;

Risco Reputacional

Governance

Existe uma preocupação crescente com o risco reputacional decorrente de violações legais ou regulamentares ou de considerações éticas ligadas a países, clientes ou sectores, bem como de considerações ambientais.

Nesse sentido, o Banco dispõe de uma área de Relações Institucionais que gere o risco reputacional, procurando identificar potenciais situações com impacto para o Banco.

O Risco Reputacional para o Banco

O Risco de reputação é o dano real ou potencial para a imagem do Banco, que pode prejudicar a rentabilidade e/ou sustentabilidade de seus negócios. Esses danos podem resultar numa quebra de confiança dos clientes, fornecedores, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores que pode afectar adversamente a capacidade do Banco para manter a actividade.

Gestão do Risco Reputacional

Código de Ética

De modo a assegurar o comportamento e actuação dos seus colaboradores em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética, que constitui um ponto de referência para todos os colaboradores do Banco e que é adequadamente divulgado e apresentado aos novos colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.

Brand Awareness

A área de Relações Institucionais gere a marca Standard Bank Angola e identifica e avalia notícias que envolvam o nome do Banco ou impactem a sua actividade, bem como o sector em que opera, de modo a permitir actuar com eficiência perante eventos ou notícias que impactem a reputação do Banco.

Gestão de Reclamações

Adicionalmente, sendo a relação e a prestação de um serviço de qualidade ao cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção às reclamações apresentadas pelos clientes através dos diversos canais disponíveis, incluindo através da sua página do Facebook.

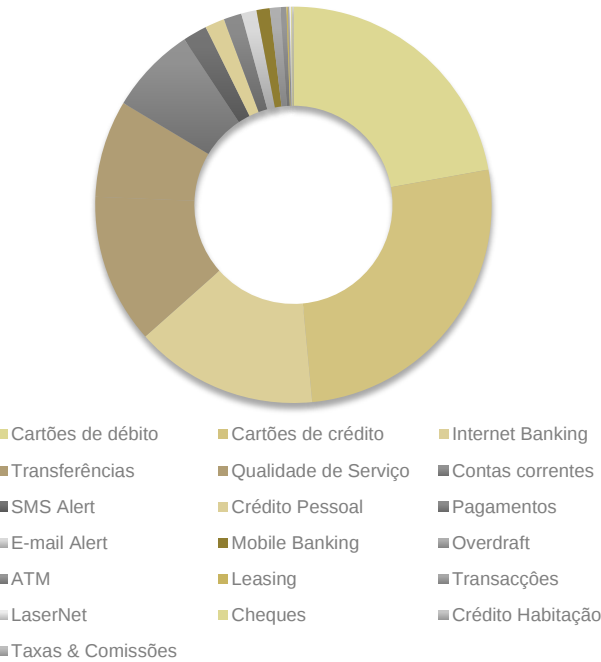
Neste âmbito, existe uma área que efectua a gestão e tratamento de reclamações de clientes de forma centralizada e que é responsável por garantir o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso nº 5/2012 do BNA, identificando, acompanhando e direccionando as falhas emergentes e causas da reclamação para elaboração de adequados planos de acção.

As reclamações recorrentes são apresentadas e discutidas ao nível dos comités de risco operacional numa base mensal, sendo delineados planos de actuação que permitam endereçar com a maior brevidade possível as causas identificadas que estão na origem destas reclamações .

N.º clientes activos	N.º de reclamações	% 2015 vs. total clientes
37.681	3.137	8%

Distribuição das reclamações por tipo de produto (2015)

As reclamações relativas a cartões de crédito e cartões de débito representam cerca de 48% do total das reclamações registadas em 2015.



8. Análise Financeira



Análise Financeira



“2015 foi um ano de continuidade do crescimento e afirmação do Banco em Angola, da reafirmação da sua solidez financeira e de reforço dos seus rácios prudenciais e de performance, nos quais destacaria um crescimento de 134% do resultado líquido do exercício face ao ano anterior, um ROE de 48% e um competitivo "cost to income", num ambiente macro económico incerto e complexo, dependente da oscilação dos preços do petróleo, e da desvalorização da moeda nacional. Temos a experiência para afirmar que estamos preparados e confiantes para enfrentar um ano de 2016 que continuará marcado pela oscilação dos preços das commodities e seus impactos na economia angolana.”

Tiago Contente
Chief Financial Officer
Standard Bank Angola

Análise do Balanço

Crescimento acentuado e melhoria significativa da rentabilidade do Banco

Em 2015 o Standard Bank Angola consolidou e reforçou de forma expressiva os lucros obtidos no exercício anterior, assentes num crescimento assinalável da sua actividade que resultou no aumento do activo em 47% face a 2014, atingindo os AKZ 298.412 milhões (USD 2.205 milhões). Tal crescimento supera o já acentuado crescimento registado no ano anterior, que se fixou em 37%.

Este aumento deve-se a um crescimento assinalável dos Depósitos de Clientes, que cresceram significativamente em 2015, apresentando um aumento de 47% relativamente ao ano anterior, passando de AKZ 187.807 milhões (USD 1.826 milhões) em 2014 para AKZ 275.781 milhões (USD 2.038 milhões) em 2015. Este crescimento de depósitos foi mais significativo nos depósitos em moeda nacional.

O Produto Bancário registou igualmente uma subida significativa (34% face a 2014), suportada pelo crescimento da margem financeira (40%) e complementar (29%), destacando-se os proveitos com os investimentos realizados em Títulos de dívida soberana e em operações de Crédito concedido a Clientes que beneficiaram da subida das taxas de juro de referência no mercado nacional.

No que se refere à relação entre os Recursos e os Créditos, em virtude da subida mais acentuada dos recursos captados face aos créditos concedidos, observou-se em 2015 uma queda do Rácio de Transformação, passando a situar-se nos 19,2%, o que reflecte uma descida de 4,4 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

O Resultado Líquido do Exercício apresentou um crescimento de 134%, passando de AKZ 2.242 milhões (USD 22,8 milhões) para AKZ 5.238 milhões (USD 43,3 milhões) em 2015. Este crescimento é suportado principalmente pelo crescimento na margem financeira (40%) e uma optimização dos custos de estrutura do banco. No mesmo sentido verifica-se uma subida na rentabilidade do Banco (ROE) que passou de 30,9% em 2014 para 48,4% em 2015.

Registou-se um crescimento
assinalável em 2015 do Activo

em **47%** ↑

Crescimento de **40%**
na margem financeira ↑

Registou-se em 2015 uma
evolução significativa nos

recursos de clientes em **47%** ↑

O Produto Bancário registou
uma subida de **34%** ↑

O Resultado Líquido do Exercício
apresentou um crescimento de

134% ↑

Análise do Balanço

Balanço

(Valores expressos em milhares)

	AKZ			USD (Valores não auditados)		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
ACTIVO						
Disponibilidades	136.067.186	52.276.979	160%	1.005.559	508.234	98%
Aplicações de liquidez	10.825.284	37.057.567	-71%	80.001	360.272	-78%
Títulos e valores mobiliários	93.663.542	64.071.848	46%	692.189	622.904	11%
Instrumentos financeiros derivados	4.182	-	-	31	-	-
Créditos no sistema de pagamentos	6.486	1.597.901	-100%	48	15.535	-100%
Operações cambiais	389.041	28.610	1260%	2.875	278	934%
Créditos	51.262.589	42.796.247	20%	378.839	416.063	-9%
Outros valores	3.549.007	2.505.485	42%	26.228	24.358	8%
Imobilizações	2.645.027	3.033.820	-13%	19.547	29.495	-34%
TOTAL DO ACTIVO	298.412.344	203.368.457	47%	2.205.316	1.977.139	12%
PASSIVO						
Depósitos	275.781.468	187.806.996	47%	2.038.070	1.825.848	12%
Obrigações no sistema de pagamentos	895.448	766.383	17%	6.618	7.451	-11%
Operações cambiais	395.756	6.473	6014%	2.925	63	4542%
Outras captações	4.145.763	3.559.831	16%	30.638	34.608	-11%
Outras obrigações	3.195.159	2.837.144	13%	23.613	27.583	-14%
Provisões para responsabilidades prováveis	458.252	281.905	63%	3.387	2.741	24%
TOTAL DO PASSIVO	284.871.846	195.258.732	46%	2.105.250	1.898.294	11%
FUNDOS PRÓPRIOS						
Capital social	9.530.007	9.530.007	0%	70.428	100.000	-30%
Reservas	4.527	-	-	33	(5.758)	-101%
Resultados potenciais	(327.057)	(469.466)	-30%	(2.417)	(4.564)	-47%
Resultados transitados	(905.049)	(3.192.870)	-72%	(11.262)	(33.626)	-67%
Resultado líquido do exercício	5.238.070	2.242.054	134%	43.285	22.793	90%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	13.540.498	8.109.725	67%	100.067	78.845	27%
TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS	298.412.344	203.368.457	47%	2.205.316	1.977.139	12%

Análise do Balanço

Activo Líquido

Em 31 de Dezembro de 2015 o activo líquido total do Banco ascendia a AKZ 298.412 milhões, traduzindo um aumento significativo de 47% face ao exercício anterior.



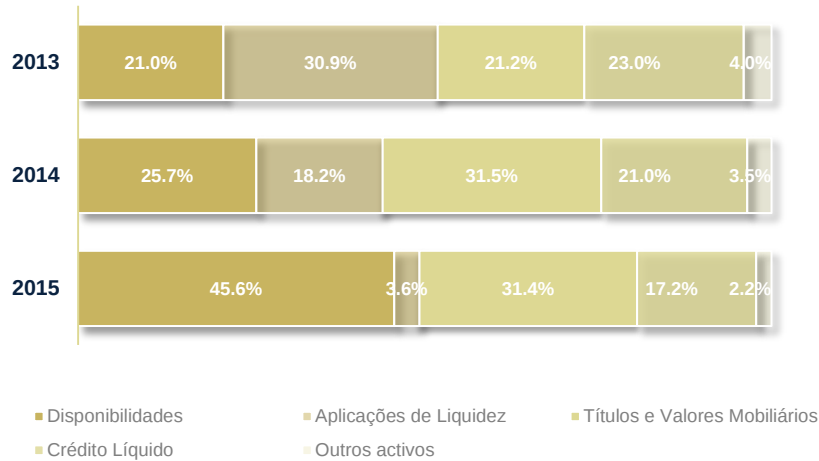
O crescimento verificado no activo deve-se ao aumento dos recursos captados de clientes e teve reflexo principalmente nas rubricas de disponibilidades, títulos e valores mobiliários e crédito concedido a clientes. O elevado valor das rubricas de disponibilidades num total de AKZ 136.067 milhões, é um reflexo da subida das Reservas mínimas obrigatórias (25% para Moeda nacional e 15% para moeda estrangeira), bem como da alteração da política de venda de divisas por parte do Banco Nacional de Angola.

Variação no Activo



Composição do Activo

O Activo do Banco é composto em 46% por disponibilidades. O Banco continua a investir em dívida soberana da República de Angola que em 2015 corresponde a 31% do Activo do Banco, e o crédito concedido a clientes privados atingiu os 17%.



Análise do Balanço

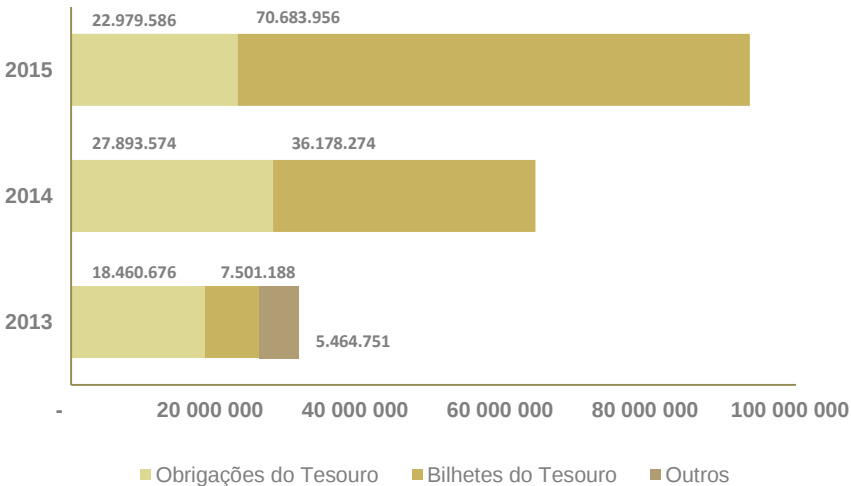
Carteira de Títulos

Os Títulos e Valores Mobiliários representam uma relevante componente no Activo do Standard Bank Angola, ascendendo a 31,4% em 31 de Dezembro de 2015. O volume total de títulos em carteira aumentou em 2015 cerca de AKZ 29.592 milhões, o que representa um crescimento de 46%. Para este aumento contribuiu sobretudo o acréscimo significativo em Bilhetes de Tesouro, mais AKZ 34.506 milhões do que em 2014, representando 75,5% do total da carteira de títulos do Banco. A aposta em Bilhetes do tesouro permite que o Banco beneficie da subida das taxas de juros verificadas nestes instrumentos, mantendo uma carteira de investimentos com uma maturidade muito curta.

(Valores expressos em milhares)

	AKZ			USD (valores não auditados)		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Mantidos para Negociação						
- Obrigações do Tesouro	7.145.501	4.564.684	57%	52.806	44.378	19%
- Bilhetes do Tesouro	371.294	-	-	2.744	-	-
Disponíveis para Venda						
- Bilhetes do Tesouro	70.312.662	36.178.274	94%	519.622	351.724	48%
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	11.035.168	15.947.762	-31%	81.552	155.043	-47%
- Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	4.798.917	7.381.128	-35%	35.465	71.759	-51%
TOTAL	93.663.542	64.071.848	46%	692.189	622.904	11%

Evolução da distribuição da carteira de Títulos (milhares AKZ)



UN: Milhões AKZ

Aplicações de liquidez

Em 31 de Dezembro 2015 as aplicações de liquidez do Banco eram compostas apenas por aplicações em USD no estrangeiro, com maturidades de muito curto prazo.

	2015		2014	
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Aplicações no BNA	-	-	25.001.188	-
Aplicações noutras Instituições Financeiras				
No país			-	-
No estrangeiro	-	10.825.284	-	-
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda com o BNA	-	-	12.056.379	-
TOTAL	-	10.825.284	37.057.567	-

(Valores expressos em milhares)

Análise do Balanço

Crédito Concedido

(Valores expressos em milhares)

	AKZ			USD (valores não auditados)		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Operações regulares	43.713.639	41 454 583	5%	323.051	397.153	-19%
Moeda Nacional	28.633.557	22 496 950	27%	211.607	212.853	-1%
Moeda Estrangeira	15.080.082	18.957.633	-20%	111.444	184.300	-40%
Crédito Vencido	325.789	2 354 902	-86%	2.408	22 894	-89%
Proveitos a receber	431.786	466.644	-7%	3.191	4.537	-30%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	8.584.467	-	-	63.441	-	-
Crédito total	53.055.681	44.276.129	20%	392.090	430.450	-9%
Provisões específicas para crédito	- 1.793.092	- 1.479.882	21%	- 13.251	- 14.387	-8%
Crédito líquido	51.262.589	42.796.247	20%	378.839	416.063	-9%
Crédito por Assinatura	5.093.504	2.754.904	85%	37.642	26.782	41%
Provisões para crédito por assinatura	- 161.586	- 82.140	97%	- 1.194	- 799	50%
Qualidade do crédito						
Crédito em incumprimento / Crédito total*	0,7%	5,3%	-86,2%	0,7%	5,3%	-86,2%
Cobertura do crédito vencido por provisões específicas	550,4%	50,0%	775,8%	550,4%	50,0%	775,8%
Cobertura do crédito vencido por provisões totais	600,0%	52,8%	804,5%	600,0%	52,8%	804,5%
Cobertura do crédito total por provisões específicas*	4,0%	3,3%	20,6%	4,0%	3,3%	20,6%
Cobertura do crédito total por provisões totais*	4,4%	3,5%	24,6%	4,4%	3,5%	24,6%

* Rácios apurados sem Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira

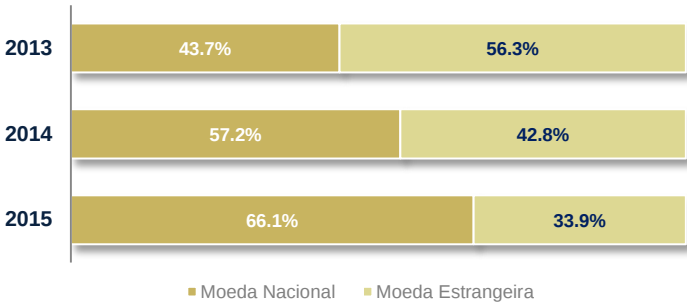
O crédito líquido de provisões concedido apresenta em 2015 um crescimento de 20% face ao ano anterior, passando de AKZ 42.796 milhões (USD 416 milhões) em 2014 para AKZ 51.263 milhões (USD 379 milhões) em 2015.



Está em curso em Angola a adopção integral dos IAS/IFRS, cuja implementação deverá ocorrer em 2016. Os impactos de transição nas demonstrações financeiras do Banco serão sobretudo ao nível das imparidades para a carteira de crédito.

Evolução do Crédito por Moeda

Em 2015 a composição da carteira de crédito por moeda demonstra uma clara evolução na concessão de crédito em moeda nacional. Em 31 de Dezembro de 2014 a carteira de crédito do Banco era composta por 42,8% de operações em moeda estrangeira, passando esse valor para 33,9% em Dezembro de 2015.



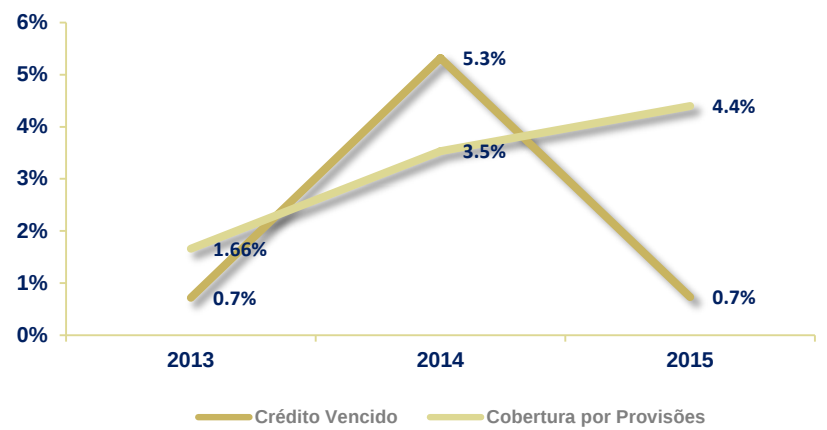
Com o vencimento das operações de crédito concedido actualmente existentes em moeda estrangeira, esta percentagem deverá continuar com uma trajectória descendente.

Análise do Balanço

Qualidade do Crédito

Em 2015 o Banco conseguiu melhorar significativamente a qualidade da sua carteira de crédito, verificando-se um considerável decréscimo do crédito em incumprimento que em 2015 ascendia a AKZ 326 milhões (0,7% da carteira total de crédito) que compara com AKZ 2.355 milhões (5,3% da carteira de crédito total) em 2014.

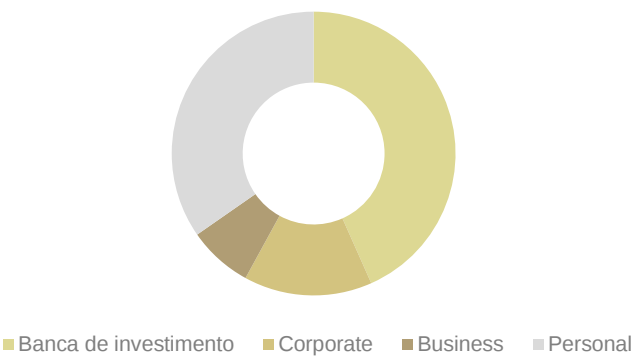
Esta performance positiva deve-se sobretudo a um reforço das competências na área de recuperação de crédito, com a definição de metas objectivas.



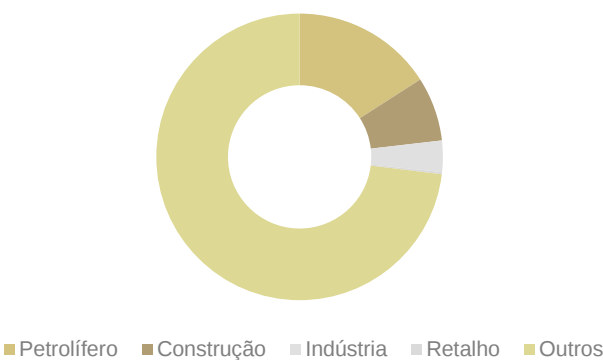
Dada a postura conservadora do Banco salienta-se o reforço do nível de provisionamento da carteira de crédito de 3,5% em 2014 para 4,4% em 2015, com o total das provisões para crédito a atingirem os AKZ 1.955 milhões no final do ano.

Tendo em conta o actual contexto económico, favorável ao crescimento do nível de incumprimento em toda a Banca, o Banco procedeu à revisão das suas políticas internas de aceitação de crédito no sentido de introduzir requisitos mais conservadores, nomeadamente ao nível da análise de risco dos clientes e das garantias recebidas, entre outros.

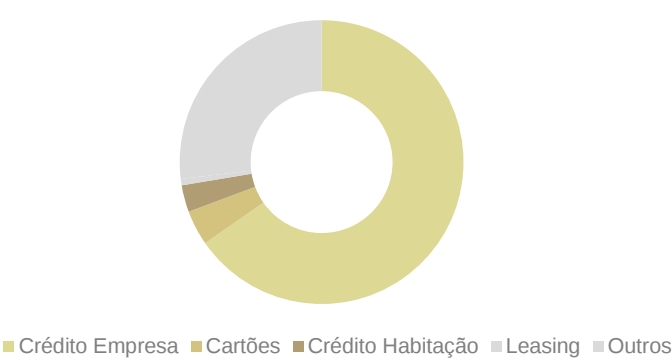
Crédito concedido por segmento de negócio



Crédito concedido por sector de actividade



Crédito concedido por tipo de produto



De realçar o registo em 2015, na rubrica de crédito das Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira adquiridas pelo SBA para cumprimento das reservas mínimas obrigatórias em moeda estrangeira, conforme disposto no Instrutivo n.º 19/15 do BNA, no total de AKZ 8.584 milhões (USD 63,3 milhões).

Análise do Balanço

Recursos de clientes

	AKZ			USD (valores não auditados)		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Depósitos à Ordem	178.762.790	166.011.809	8%	1.321.086	1.613.912	-18%
Moeda Nacional	119.842.787	109.657.475	9%	885.658	1.066.054	-17%
Moeda Estrangeira	58.920.003	56.354.334	5%	435.428	547.858	-21%
Depósitos a Prazo	51.763.031	19.940.742	160%	382.537	193.857	97%
Moeda Nacional	43.998.410	18.495.401	138%	325.155	179.806	81%
Moeda Estrangeira	7.764.621	1.445.340	437%	57.382	14.051	308%
Outros depósitos	45.255.647	1.854.445	2340%	334.447	18.028	1755%
TOTAL	275.781.468	187.806.996	47%	2.038.070	1.825.797	12%

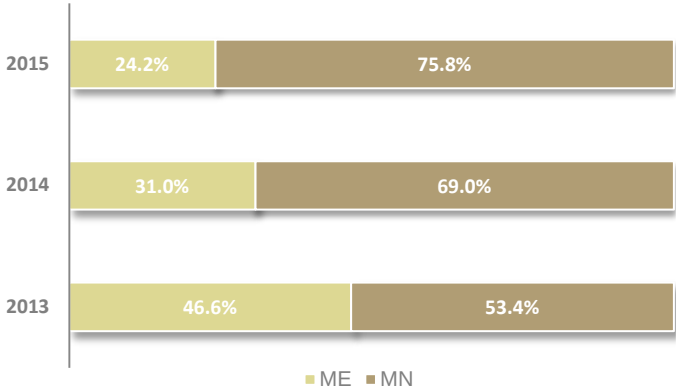
Depósitos de Clientes

O total do passivo apresenta um crescimento significativo, atingindo os AKZ 284.872 milhões (USD 2.105 milhões) no final de 2015, o que representou um aumento de 46% face ao ano anterior. Neste aumento destaca-se o crescimento dos depósitos de clientes, resultado de um esforço continuado do Banco na captação de recursos, do reconhecimento da sua qualidade de serviço, da satisfação dos nossos clientes e da solidez da marca Standard Bank através de uma gestão prudente e conservadora do seu Balanço.



Evolução de Recursos por Moeda

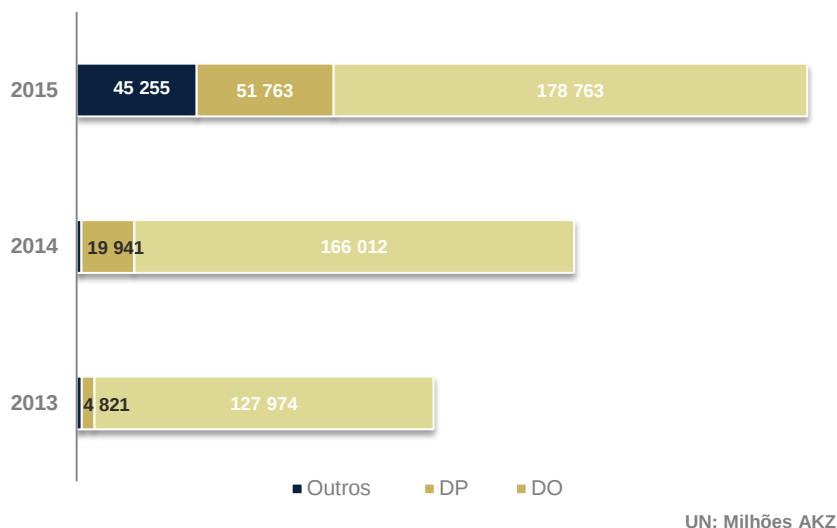
Em 2015 assistiu-se ao maior crescimento, tanto em termos absolutos como em termos percentuais, dos depósitos em moeda nacional face aos depósitos em moeda estrangeira, devido sobretudo às alterações na legislação cambial em Angola que visam a “desdolarização” da economia. Os depósitos em moeda nacional ascenderam a AKZ 209.025 milhões, o que representa um crescimento de 61% face ao ano anterior.



Análise do Balanço

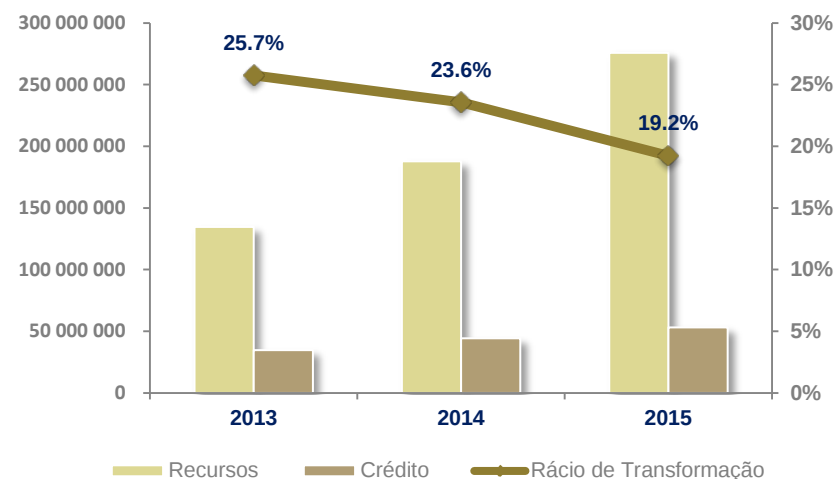
Evolução de Recursos por tipologia

A carteira dos recursos de clientes em 31 de Dezembro de 2015 continua a ser maioritariamente composta por depósitos à ordem não remunerados, que representam 65% do total dos depósitos de clientes. Verifica-se no entanto uma tendência de subida nos depósitos a prazo, cujo peso no total dos depósitos passou de 11% em 2014 para 19% em 2015.



Rácio de Transformação

O maior ritmo de crescimento dos depósitos, quando comparado com o ritmo de crescimento do crédito concedido resultou num decréscimo do rácio de transformação para 19.2%.



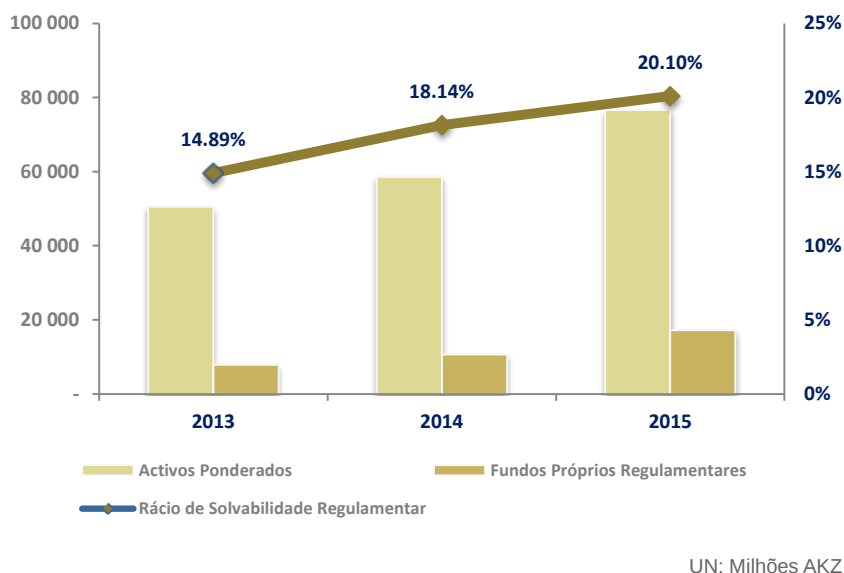
Fundos Próprios

O total dos Fundos Próprios atingiu em 31 de Dezembro de 2015 os AKZ 13.540 milhões (USD 100 milhões), o que representa um aumento de 67% face ao ano anterior. Tal deveu-se essencialmente ao lucro do exercício obtido no montante de AKZ 5.238 milhões (USD 43,3 milhões).

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Instrutivo nº 3/2011, situava-se no final de 2015 em 20,1% (18,1% em 2014), significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola.



Solvabilidade



A gestão do Banco está determinada em proteger o capital do Banco, e a proporcionar retornos atractivos aos accionistas. Em 2015 o ROE do Banco cifrou-se nos 48%.

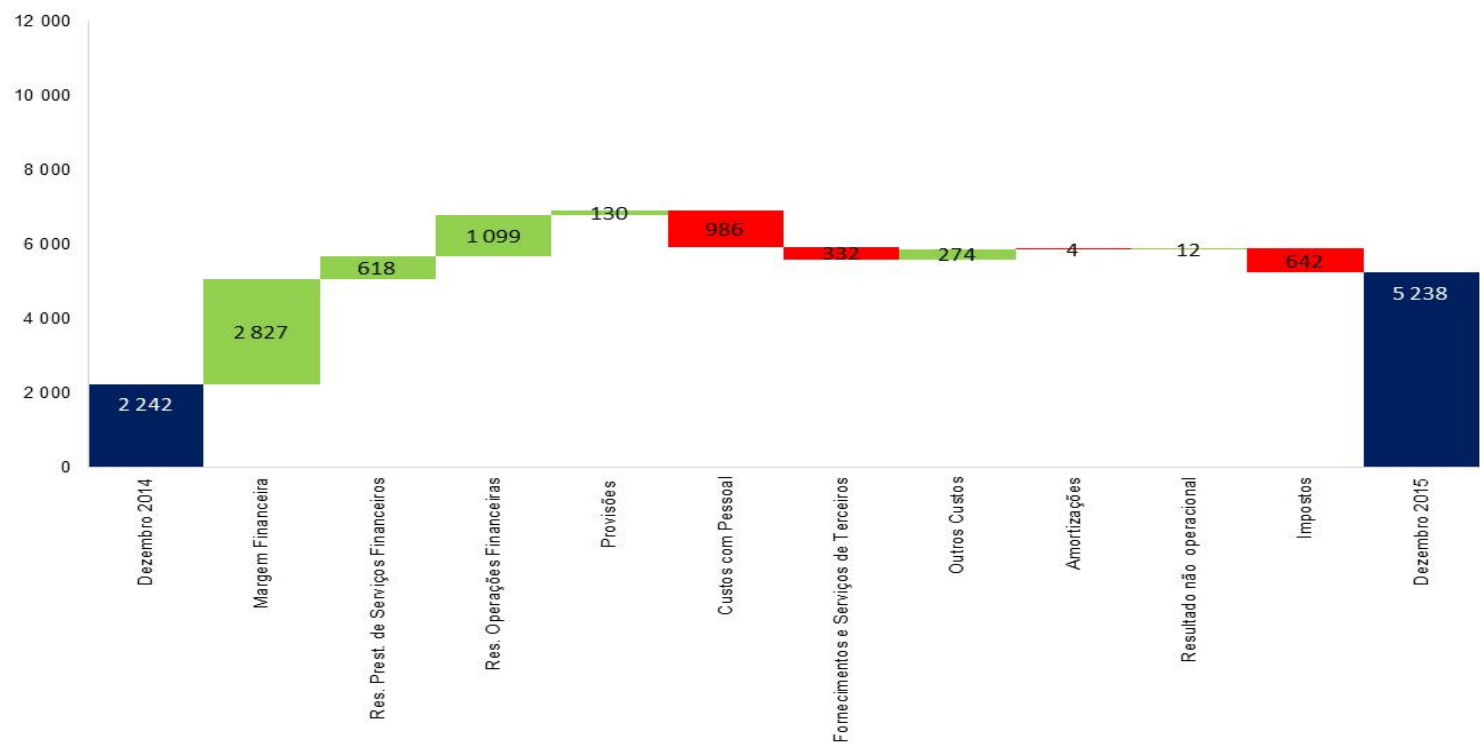
Análise dos Resultados

Demonstração de Resultados

(Valores expressos em milhares)

	AKZ			USD (valores não auditados)		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
*Margem financeira	9.842.883	7.016.312	40%	81.336	71.325	14%
Resultados de negociações e ajustes ao justo valor	(27.594)	62.491	-144%	(228)	635	-136%
Resultados de operações cambiais	5.365.964	4.176.585	28%	44.341	42.458	4%
Resultados de prestação de serviços financeiros	2.699.864	2.082.351	30%	22.310	21.169	5%
Produto Bancário	17.881.117	13.337.739	34%	147.760	135.587	9%
Gastos administrativos	(10.601.746)	(9.233.487)	15%	(87.607)	(93.865)	-7%
Amortizações	(654.578)	(650.623)	1%	(5.409)	(6.614)	-18%
Provisões	(853.484)	(983.779)	-13%	(7.053)	(10.000)	-29%
Outros proveitos e custos operacionais	267.750	(56.810)	-571%	2.213	(578)	-483%
Resultado Operacionais	6.039.059	2.413.040	150%	49.903	24.530	103%
Resultado não operacional	(34.793)	(46.485)	-25%	(288)	(473)	-39%
Resultados antes de impostos	6.004.266	2.366.555	154%	49.616	24.057	106%
Impostos sobre resultados	(766.196)	(124.501)	515%	(6.331)	(1.264)	401%
Resultados Líquidos	5.238.070	2.242.054	134%	43.285	22.793	90%

Variação do Resultado Líquido



Análise dos Resultados

Demonstração de Resultados e aumento de rentabilidade

O Resultado Líquido do Standard Bank Angola no final de 2015 cifrava-se nos AKZ 5.238 milhões (USD 43,3 milhões), o que reflecte um crescimento de 134% face ao Resultado Líquido obtido em 2014.



A análise à demonstração de resultados do Banco permite constatar que tanto a margem financeira como a margem complementar (Resultado de operações cambiais e de prestação de serviços financeiros) cresceram em 2015, resultando num aumento de 34% no Produto Bancário que ascendeu a AKZ 17.881 milhões (USD 147,7 milhões).

Os custos com Gastos Administrativos apresentam uma subida de 15% face ao ano transacto (27% em 2014) em linha com a taxa de inflação homóloga. A gestão dos gastos do Banco foi em 2015 alvo de especial atenção através do reforço do modelo de Governação para a sua aprovação. Os custos com pessoal beneficiaram igualmente do facto de a partir de Abril terem deixado de ser indexados à taxa de câmbio USD/AKZ.

Os custos com reforços de provisões ficaram 13% abaixo do verificado em 2014, o que demonstra o esforço do Banco na melhoria da qualidade da sua carteira de crédito.

Contribuição para o ROE	2015	2014
Margem financeira	91%	96.6%
Resultados de negociações e ajustes ao justo valor	0%	0.9%
Resultados de operações cambiais	50%	57.5%
Resultados de prestação de serviços financeiros	25%	28.7%
Produto Bancário	165%	183.5%
Gastos administrativos	-98%	-127.1%
Amortizações	-6%	-9.0%
Provisões	-8%	-13.5%
Outros proveitos e custos operacionais	2%	-0.8%
Resultado Operacionais	56%	33.2%
Resultado não operacional	0%	-0.6%
Impostos sobre resultados	-7%	-1.7%
Resultados Líquidos	48%	30.9%

Este forte desempenho em 2015 traduziu-se num ROE de 48,4%, que representa um aumento significativo quando comparado com os 30.9% verificados em 2014, assumindo assim o Standard Bank Angola o estatuto de um dos Bancos com melhor rentabilidade dos seus capitais próprios.



Análise dos Resultados

Margem Financeira e Margem Complementar

(Valores expressos em milhares)

	AKZ			USD (valores não auditados)		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Proveitos de Aplicações de Liquidez	289.518	669.547	-57%	2.392	6.794	-65%
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	5.852.358	3.008.088	95%	48.363	30.654	58%
Proveitos de Créditos	5.206.938	3.973.967	31%	43.029	40.324	7%
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	4.182	-	-	35	0	-
Proveitos de instrumentos financeiros activos	11.352.996	7.651.602	48%	93.815	77.771	21%
Custos de Depósitos	1.342.243	510.926	163%	11.092	5.184	114%
Custos de Captações para Liquidez	-	-	-	-	-	-
Custos de Outras Captações	167.870	124.364	35%	1.387	1.262	10%
Custos de instrumentos financeiros passivos	1.510.113	635.290	138%	12.479	6.446	94%
Margem Financeira	9.842.883	7.016.312	40%	81.336	71.325	14%

O produto bancário do Banco em 2015 atingiu os AKZ 17.881 milhões (USD 147,7 milhões), evidenciando um crescimento de 34%. Este crescimento assentou num crescimento assinalável tanto na margem financeira como na margem complementar.

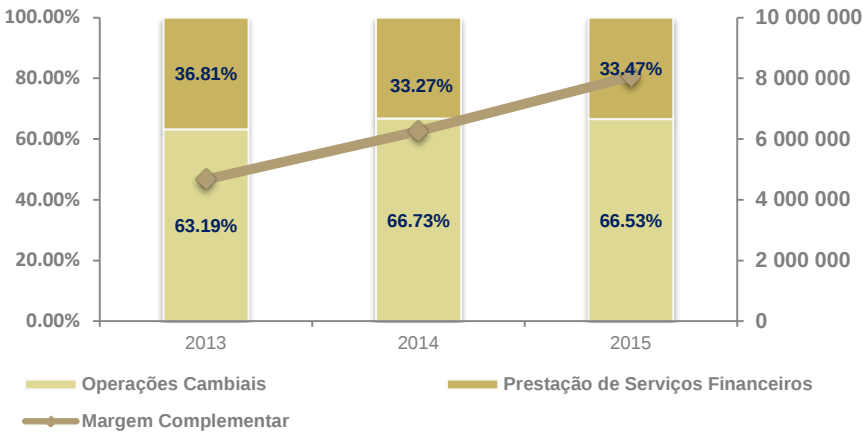


A evolução na margem financeira assenta sobretudo no aumento de rendimentos de Títulos e Valores Mobiliários, 95% acima do valor verificado em 2014, ascendendo a AKZ 5.852 milhões (USD 48,4 milhões) em 2015. A capacidade do Banco gerar maior volume de rendimentos resulta de dois factores: por um lado, a subida das taxas de juro de referência; e, por outro, o aumento dos volumes investidos, fruto do significativo crescimento no balanço do Banco. De assinalar, também, a evolução no custo com depósitos, que mais do que duplicou face a 2014, em resultado de um crescimento de 47% na carteira de depósitos bem como numa tendência de crescimento do peso de depósitos a prazo na carteira total de recursos de clientes.

A margem complementar tem evoluído de forma sustentada, suportada nas comissões cobradas por prestação de serviços financeiros e pelos ganhos gerados nas operações cambiais realizadas. Em 2015 a margem complementar ascendeu a AKZ 8.066 milhões (USD 66,7 milhões).

Mesmo atendendo a um clima cambial bem mais volátil, o Banco conseguiu posicionar-se de forma a beneficiar das flutuações cambiais verificadas, que conjuntamente com o negócio gerado pela realização de operações cambiais permitiu manter o seu peso dos Resultados em operações cambiais na margem complementar.

	AKZ			USD (valores não auditados)		
Resultados	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Operações cambiais	5.365.964	4.176.585	28%	44.341	42.458	4%
Prestação de serviços financeiros	2.699.864	2.082.351	30%	22.310	21.169	5%
TOTAL	8.065.828	6.258.936	29%	66.651	63.627	5%



Análise dos Resultados

Custos de estrutura e redução do rácio *Cost-to-Income*

(Valores expressos em milhares)

	AKZ			USD (valores não auditados)		
	2015	2014	Variação	2015	2014	Variação
Custos com Pessoal (I)	6.142.312	5.156.429	19%	50.757	52.495	-3%
Fornecimento e Serviços de Terceiros (II)	4.019.649	3.687.431	9%	33.216	37.416	-11%
Outros Custos Gerais (III)	439.785	389.627	13%	3.634	3.954	-8%
Custos de Funcionamento (IV = I+II+III)	10.601.746	9.233.487	15%	87.607	93.865	-7%
Amortizações (V)	654.578	650.623	1%	5.409	6.614	-18%
Custos de Estrutura (V = IV+V)	11.256.324	9.884.110	14%	93.016	100.478	-7%
<i>Cost-to-Income*</i>	60,5%	71,2%	-11%	60,5%	71,2%	-11%

* *Cost-to-income* não inclui Outros custos Gerais - Corresponde a Imposto de Aplicação de Capitais (IAC)

Custos de estrutura

O total de custos de estrutura cresceu 14% em 2015, passando de AKZ 9.884,1 milhões (USD 100,4 milhões) em 2014 para AKZ 11.256,3 milhões (USD 93,0 milhões) em 2015.

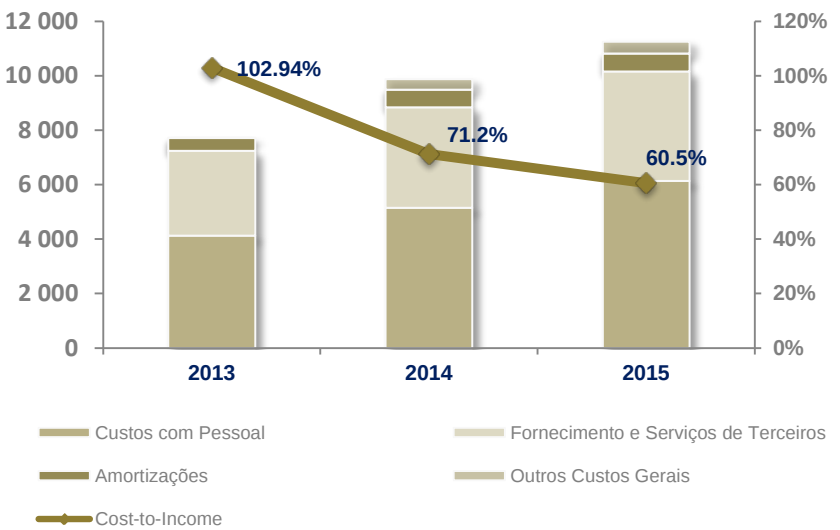


Este aumento foi, na sua grande maioria, explicado pelos aumentos nos Custos com Pessoal, fruto do aumento no quadro de pessoal, que passou de 508 colaboradores em 2014 para 576 em 2015.

O aumento geral dos custos de estrutura do Banco encontram-se em linha com a inflação estimada pelas autoridades nacionais para o ano de 2015.

Adicionalmente, convém referir que o esforço feito pela Gestão do banco em aumentar a eficiência dos seus gastos, bem como a melhoria observada no produto bancário traduziu-se numa redução do *cost-to-income* em 11%, passando de 71,2% em 2014 para 60,5% em 2015.

Evolução dos custos de estrutura 2013-2015



UN: Milhares AKZ

Proposta de Aplicação de Resultados



O Resultado Líquido do Exercício obtido em 2015, no valor de AKZ 5.238.070 milhares terá a seguinte aplicação:

- AKZ 748.012 milhares para constituição da reserva legal;
- AKZ 905.049 milhares para cobertura dos resultados transitados;
- AKZ 3.585.009 milhares para constituição de reservas livres.

O Conselho de Administração

9. Notas às Contas



Balanço Patrimonial

BALANÇO	Nota	31.12.2015	31.12.2014
ACTIVO			
Disponibilidades	4	136.067.186	52.276.979
Aplicações de liquidez		10.825.284	37.057.567
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	5	10.825.284	25.001.188
Operações de compra de títulos com acordo de revenda	5	-	12.056.379
Títulos e valores mobiliários		93.663.542	64.071.848
Mantidos para negociação	6	7.516.795	4.564.684
Disponíveis para venda	6	86.146.747	59.507.164
Instrumentos financeiros derivados	8	4.182	-
Créditos no sistema de pagamentos	7	6.486	1.597.901
Operações cambiais	8	389.041	28.610
Créditos		51.262.589	42.796.247
Créditos	9	53.055.681	44.276.129
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9 e 16	(1.793.092)	(1.479.882)
Outros valores	10	3.549.007	2.505.485
Imobilizações		2.645.027	3.033.820
Imobilizações financeiras	11	44.290	44.290
Imobilizações corpóreas	12	1.970.404	1.995.895
Imobilizações incorpóreas	12	630.333	993.635
TOTAL DO ACTIVO		298.412.344	203.368.457
PASSIVO			
Depósitos		275.781.468	187.806.996
À ordem	13	178.762.790	166.011.809
A prazo	13	51.763.031	19.940.742
Outros depósitos	13	45.255.647	1.854.445
Obrigações no sistema de pagamentos	7	895.448	766.383
Operações cambiais	8	395.756	6.473
Outras captações		4.145.763	3.559.831
Dívida subordinada	14	4.102.793	3.117.106
Outras Captações Contratadas	14	42.970	442.725
Outras obrigações	15	3.195.159	2.837.144
Provisões para responsabilidades prováveis	16	458.252	281.905
TOTAL DO PASSIVO		284.871.846	195.258.732
FUNDOS PRÓPRIOS			
Capital	17	9.530.007	9.530.007
Reservas e Fundos	17	4.527	-
Resultados potenciais	17	(327.057)	(469.466)
Resultados transitados	17	(905.049)	(3.192.870)
Resultado líquido do exercício	17	5.238.070	2.242.054
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		13.540.498	8.109.725
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS		298.412.344	203.368.457

Demonstração de Resultados

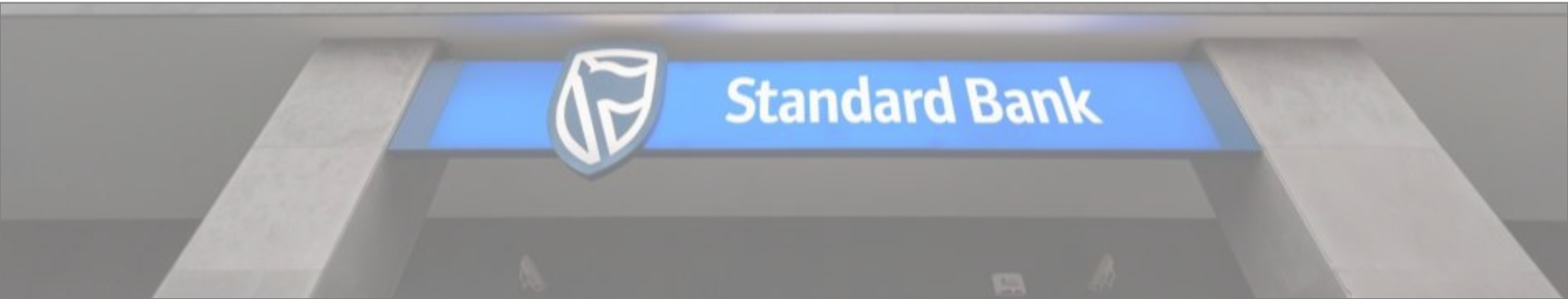
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			31.12.2015	31.12.2014
Proveitos de instrumentos financeiros activos			11,352,996	7,651,602
<i>Proveitos de Créditos</i>	19		5,206,938	3,973,967
<i>Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários</i>	19		5,852,358	3,008,088
<i>Proveitos de Aplicações de Liquidez</i>	19		289,518	669,547
<i>Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados</i>	19		4,182	-
Custos de instrumentos financeiros passivos			(1,510,113)	(635,290)
<i>Custos de Depósitos</i>	19		(1,342,243)	(510,926)
<i>Custos de Outras Captações</i>	19		(167,870)	(124,364)
MARGEM FINANCEIRA			9,842,883	7,016,312
Resultados de negociação e ajuste ao justo valor	20		(27,594)	62,491
Resultados em operações cambiais	21		5,365,964	4,176,585
Resultado de prestação de serviços financeiros	22		2,699,864	2,082,351
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	16		(802,065)	(905,693)
RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			17,079,052	12,432,046
Custos administrativos e de comercialização			(11,256,324)	(9,884,110)
<i>Pessoal</i>	23		(6,142,312)	(5,156,429)
<i>Fornecimento de terceiros</i>	24		(4,019,649)	(3,687,431)
<i>Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado</i>	25		(423,511)	(378,919)
<i>Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras</i>			(724)	(10,668)
<i>Outros custos administrativos e de comercialização</i>			(15,550)	(40)
<i>Depreciações e amortizações</i>	12		(654,578)	(650,623)
Provisões s/ outros valores e responsabilidades prováveis	16		(51,419)	(78,086)
Outros proveitos e custos operacionais	26		267,750	(56,810)
PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS			(11,039,993)	(10,019,006)
RESULTADO OPERACIONAL			6,039,059	2,413,040
Resultado não operacional	27		(34,793)	(46,485)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS			6,004,266	2,366,555
Encargos sobre o resultado corrente	28		(766,196)	(124,501)
RESULTADO DO EXERCÍCIO			5,238,070	2,242,054



Standard Bank

Demonstração de mutações nos Fundos Próprios

	Capital social	Reservas e Fundos	Resultados potenciais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	9.530.007	52.030	86.989	(2.205.570)	(1.039.330)	6.424.126
Apropriação do resultado líquido de 2013	-	-	-	(1.039.330)	1.039.330	-
Variações do justo valor dos títulos disponíveis para venda	-	-	(556.455)	-	-	(556.455)
Tranferência para Resultados transitados		(52.030)		52.030		
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	2.242.054	2.242.054
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	9.530.007	-	(469.466)	(3.192.870)	2.242.054	8.109.725
Apropriação do resultado líquido de 2014	-	-	-	2.242.054	(2.242.054)	-
Variações do justo valor dos títulos disponíveis para venda (líquido de impostos)	-	-	142.409	-	-	142.409
Outras Reservas	-	4.527	-	45.767	-	50.294
Resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	-	5.238.070	5.238.070
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	9.530.007	4.527	(327.057)	(905.049)	5.238.070	13.540.498



Demonstração de Fluxos de Caixa

	2015	2014
Recebimentos provenientes de:		
Proveitos de aplicações de liquidez	347.001	627.263
Proveitos de títulos e valores mobiliários	6.277.035	1.621.116
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	4.182	-
Proveitos de créditos	5.216.003	3.870.804
Pagamentos de:		
Custos de depósitos	(1.218.448)	(456.913)
Custos de dívidas subordinadas	(155.833)	(123.084)
MARGEM FINANCEIRA	10.469.940	5.539.186
Resultados de operações cambiais	6.364.284	4.157.456
Resultados de prestação de serviços financeiros	2.699.864	2.082.351
FLUXOS DE CAIXA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.534.088	11.778.993
Pagamentos de custos administrativos e de comercialização	(10.601.746)	(9.302.241)
Pagamento de encargos sobre o resultado	-	-
Liquidação de operações no sistema de pagamentos	1.743.620	(1.340.154)
Outros custos e proveitos operacionais	267.750	(56.810)
FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	10.943.712	1.079.788
Investimentos em aplicações de liquidez	26.174.800	8.849.666
Investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(29.829.219)	(32.000.264)
Investimentos em operações cambiais	-	-
Investimentos em créditos	(9.198.026)	(9.495.595)
Investimentos em outros valores	(1.854.185)	291.935
Investimentos em imobilizações	(300.578)	(565.109)
Outros ganhos e perdas não operacionais	-	-
FLUXOS DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS	(15.007.208)	(32.919.367)
Financiamentos com depósitos	87.850.677	53.015.622
Financiamentos com operações cambiais	-	157.240
Financiamentos com outras captações	(399.755)	(519.362)
Financiamentos com outras obrigações	402.781	349.525
FLUXOS DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS	87.853.703	53.003.025
TOTAL DE FLUXOS DE CAIXA	83.790.207	21.163.446
Disponibilidades no início do exercício	52.276.979	31.113.533
Disponibilidades no fim do exercício	136.067.186	52.276.979
VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES	83.790.207	21.163.446



Standard Bank

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede em Talatona, Luanda. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 17, o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 29 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Dezembro de 2015 e 2014, o Banco terminou o ano com 22 e 25 agências abertas, respectivamente.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco, são preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), conforme definido no Instrutivo nº 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”), e na Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se apresentem estabelecidos no CONTIF.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Março de 2016, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta Nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das demonstrações financeiras agora apresentadas.

As demonstrações financeiras do Banco são expressas em milhares de Kwanzas Angolanos (AKZ), conforme Aviso nº 15/2007, art. 5º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos para a moeda nacional, com base no câmbio indicativo publicado pelo BNA na data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os câmbios de AKZ face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes:

	2015	2014
USD	135,315	102,86
EUR	147,832	125,19

2.2 Políticas Contabilísticas

2.2.1 Princípio da Especialização dos Exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os proveitos são considerados realizados quando: a) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectiva-lo; b) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior; c) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou d) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: a) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

2.2.2 Transacções em Moeda Estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

As operações de compra e venda de moeda estrangeira, quando liquidadas na data da sua contratação, são registadas nas contas patrimoniais do Banco. Caso a liquidação seja posterior à data de contratação, as mesmas são adicionalmente registadas em contas extrapatrimoniais (Nota 18).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados (Nota 21).

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registada nas rubricas de "Instrumentos financeiros derivados" do activo ou do passivo (Nota 8), por contrapartida de resultados (Nota 19).

2.2.3 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. A Comissão Executiva do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

I. Títulos mantidos para Negociação

Nesta categoria são registados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são registados inicialmente pelo valor efectivamente pago. Posteriormente, são valorizados ao valor de mercado (justo valor), sendo a respectiva valorização ou desvalorização registada em contrapartida do resultado do exercício.

II. Títulos disponíveis para venda

Nesta categoria são registados os títulos adquiridos com o propósito de serem eventualmente negociados e, por consequência, não se enquadram nas demais categorias.

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são registados inicialmente pelo valor efectivamente pago. Posteriormente, são ajustados pelo valor de mercado, sendo a respectiva valorização ou desvalorização registada em contrapartida da conta de fundos próprios, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente no momento da sua venda definitiva ou no reconhecimento de uma perda por imparidade.

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, observados os mesmos critérios definidos nas normas básicas de créditos, nos seguintes níveis de Risco:

- **Nível A: Nulo**
- **Nível B: Muito reduzido**
- **Nível C: Reduzido**
- **Nível D: Moderado**
- **Nível E: Elevado**
- **Nível F: Muito elevado**
- **Nível G: Perda**

2.2.3 Títulos e Valores Mobiliários (cont.)

III. Títulos mantidos até o vencimento

Nesta categoria são registados os títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para os manter em carteira até à respectiva data de vencimento.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

A instituição não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes do seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Valor de mercado

A metodologia utilizada pelo Banco para apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos é conforme segue:

- i. Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii. Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii. Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv. Preço definido pelo BNA.

Rendimentos de títulos e valores mobiliários

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados.

Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

Operações de compra de títulos com acordo de revenda

O Banco realiza operações de compra de liquidez temporária no mercado interfinanceiro com o BNA em que foram aplicados recursos recebendo Obrigações do Tesouro em garantia. Estas operações têm subjacente um acordo de revenda dos títulos numa data futura, por um preço previamente estabelecido entre as partes.

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica “Aplicações de liquidez – Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda”, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

Os proveitos das operações de compra de títulos de terceiros com acordos de revenda, corresponde à diferença entre o valor da revenda e o valor da compra dos títulos. O reconhecimento do proveito foi realizado conforme o princípio da especialização em razão da fluência do prazo das operações na rubrica “Proveitos de instrumentos financeiros activos”.

2.2.4 Impostos sobre Lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2011 a 2015. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

2.2.4 Impostos sobre Lucros (cont.)

Imposto corrente

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto acima referida.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória obrigatória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício (Nota 10).

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Reforma tributária

No âmbito do processo da reforma tributária em curso, foi publicado em Diário da República um importante conjunto de novos diplomas fiscais, a par da introdução de alterações significativas em outros códigos já existentes e da sua consequente republicação, a saber:

- Código do Imposto Industrial (aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro);
- Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro);
- Código do Imposto do Selo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro);
- Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro);
- Código das Execuções Fiscais (aprovado pela Lei n.º 20/14, de 22 de Outubro);
- Código Geral Tributário (aprovado pela Lei n.º 21/14, de 22 de Outubro);
- Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/14, de 13 de Outubro).

Em 31 de Dezembro de 2015, a retenção na fonte sobre as empreitadas, subempreitadas e prestações de serviços é de 6,5%, e em 31 de Dezembro de 2014 a retenção na fonte sobre as empreitadas e subempreitadas era de 3,5% e prestações de serviços de 5,25%.

2.2.5 Créditos

Os créditos concedidos a clientes são activos financeiros inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são subsequentemente registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9).

As responsabilidades relativas a garantias e avales prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco (Nota 18), sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;

2.2.5 Créditos (cont.)

- Empréstimo ao consumo;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

O Aviso nº 3/2012 de 28 de Março do BNA, foi por sua vez revogado pelo Aviso nº 11/2014 de 10 de Dezembro de 2014, cuja data de entrada em vigor é 1 de Janeiro de 2015 e que estabelece o impedimento das instituições de crédito de concessão de créditos por desembolso em moeda estrangeira em quaisquer prazos e para quaisquer finalidades de crédito, sendo a única excepção as operações de crédito concedidas aos exportadores e ao Estado Angolano.

As operações de crédito concedido a clientes, as garantias e avales prestados e os créditos documentários, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que veio revogar o Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Nos termos do Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, o Banco classifica as operações de crédito concedido, as garantias e avales prestados e os créditos documentários por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito sem incumprimento são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

Classe A	Créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do SBA e/ou Grupo e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja igual ou superior ao valor das responsabilidades
Classe B	Créditos com garantias reais
Classe C	Restantes créditos incluindo operações apenas com garantia pessoal

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das demonstrações financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação de cada operação de crédito é revista, no mínimo, anualmente, através de uma reaferição/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/Cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

A classificação de todos os créditos da carteira, ou daqueles cujos devedores actuem em determinado sector da actividade económica ou área geográfica, é revista sempre que o Comité de Gestão de Risco de Crédito entenda que existe risco de alterações significativas na conjuntura económica afectarem o risco das suas operações.

Não obstante, o Banco revê mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela do capital ou dos encargos, observando-se que a classificação das operações de crédito a um mesmo Cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco (classificação por arrastamento).

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Crédito a Clientes – Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo são classificados nesta categoria. O Banco apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira (Nota 19).

Provisões para crédito de cobrança duvidosa

A provisão para fazer face às perdas dos créditos, bem como de garantias prestadas, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao produto decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados sobre o valor contabilístico de cada crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive daqueles decorrentes da variação cambial, se houver.

2.2.5 Créditos (cont.)

O crédito é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de aprovisionamento calculados de acordo com o Aviso nº 3/2012 de acordo com a tabela:

Nível Risco	Dias de Atraso
B	Atraso superior a 15 (quinze) e igual ou inferior a 30 (trinta) dias
C	Atraso superior a 30 (trinta) e igual ou inferior a 60 (sessenta) dias
D	Atraso superior a 60 (sessenta) e igual ou inferior a 90 (noventa) dias
E	Atraso superior a 90 (noventa) e igual ou inferior a 150 (cento e cinquenta) dias
F	Atraso superior a 150 (cento e cinquenta) e igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias
G	Atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias

Para os créditos com prazo residual superior a 24 (vinte e quatro) meses é efectuada a contagem em dobro dos prazos previstos para a classificação do crédito em cada um dos respectivos de risco.

Os níveis mínimos de provisionamento são calculados de acordo com a seguinte tabela:

Nível de Risco	Provisão
A	0%
B	1%
C	3%
D	10%
E	20%
F	50%
G	100%

As provisões para crédito concedido à data do balanço são classificadas no activo a crédito, na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 e 16). As provisões para garantias e avals prestados e créditos documentários de importação são classificadas no passivo, na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias” (Nota 16).

Renegociação dos Créditos

Considera-se renegociação qualquer procedimento de alteração dos prazo do contrato, o valor da prestação mensal, a taxa de juro ou a inclusão de períodos de carência.

O crédito objecto de renegociação é mantido, durante 3 meses no mesmo nível de risco em que estiver classificado.

Por ocasião da revisão mensal da classificação do risco, poderá ser efectuada a reclassificação do crédito renegociado para categoria de menor risco após 3 meses da data de renegociação, em função da regularidade e da relevância dos pagamentos efectuados em relação ao montante total da dívida.

Recuperação do Crédito

No caso da recuperação do crédito anteriormente transferido para prejuízo o valor recebido é reconhecido como proveito do período.

Apropriação de Proveitos

Os juros associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados.

O Banco anula os proveitos dos juros dos contratos de créditos que apresentem atraso superior a 60 (sessenta) dias e suspende o reconhecimento dos juros a partir dessa data, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

2.2.6 Imobilizações Financeiras

Participações em coligadas e equiparadas

São consideradas participações em coligadas ou equiparadas, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante, sem controlá-la.

Participações em outras sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os rendimentos decorrentes desses investimentos, relativos a dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período. As participações adquiridas com dividendos propostos e não pagos (ex-dividendos) devem ter esses dividendos reconhecidos como custo de aquisição em contrapartida à respectiva conta no resultado do período.

2.2.6 Imobilizações Financeiras (cont.)

Quando esta se encontra denominada em moeda estrangeira, é objecto de actualização cambial, sendo o resultado desta actualização cambial reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Outros investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

2.2.7 Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Equipamento	
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	10
Equipamento informático / ATM	3 a 6
Instalações interiores	5
Material de transporte	3
Equipamento de segurança	10

Os investimentos, inclusive referentes a terrenos que se destinem a futura utilização para construção ou instalação, registam-se em Imobilizações em Curso

2.2.8 Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a gastos com trespases, organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e software, sempre que o Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente por duodécimos ao longo de um período de três anos, com excepção das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, as quais são amortizadas conforme o prazo expectável de duração do contrato de arrendamento ou pela vida útil das mesmas, se inferior.

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a desenvolvimento de Software, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização a partir do momento em que se dê início à sua utilização pelo prazo de 3 anos.

2.2.9 Bens de uso próprio

O Banco regista na rubrica “Bens não de uso próprio” (Nota 10) os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior.

O valor dos bens recebidos em dação é registado por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor em dívida da operação de crédito é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor apurado. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

2.2.10 Redução no Valor Recuperável de Activos (Imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos não financeiros, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

- i. declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- ii. mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- iii. aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- iv. valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- v. evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- vi. mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;
- vii. Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

2.2.11 Provisões e Contingências

Contingências passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas quando o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco. Uma obrigação presente que surge de eventos passados que não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança, não é reconhecida.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Contingências activas

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

2.2.12 Benefícios a colaboradores

Responsabilidades com pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários ílíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

De acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determinava-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atingia a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade (Nota 16).

Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000, que entrou em vigor em 15 de Setembro de 2015, e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, tendo o Banco cessado o registo do custo associado a partir desta data.

Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

2.2.13 Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do BNA sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 10/2007, de 12 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizações e dos Fundos Próprios.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na demonstração de resultados, por contrapartida da reserva de actualização monetária dos fundos próprios.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

2.2.14 Proveitos resultantes de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma: a) rendimentos de serviços e comissões que resultam de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído; b) rendimentos de serviços e comissões reconhecidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

2.2.15 Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.2.16 Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas áreas significativas de Outras Provisões, Impostos Correntes e Diferidos, Modelo de Valorização de Títulos e Valores Mobiliários e Provisões para Crédito.

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição

	2015	2014
Caixa		
Notas e moedas nacionais	2.269.555	2.015.651
Notas e moedas estrangeiras	2.836.777	906.195
- Em Dólares dos Estados Unidos	2.629.096	791.855
- Em outras divisas	207.681	114.340
	5.106.332	2.921.846
Disponibilidades no Banco Central		
- Em moeda nacional	105.776.894	20.410.784
- Em Dólares dos Estados Unidos	4.171.074	9.676.829
	109.947.968	30.087.613
Disponibilidades em outras instituições financeiras		
- Em Dólares dos Estados Unidos	18.512.745	18.240.626
- Em outras divisas	2.500.141	1.026.894
	21.012.886	19.267.520
	136.067.186	52.276.979

As disponibilidades no Banco Central dizem respeito a reservas obrigatórias que visam cumprir o disposto no instrutivo nº 16/2015 de 22 de Julho de 2015 do BNA que estabelece que as reservas obrigatórias devem ser constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

De acordo com este instrutivo, a exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e estrangeira é de 25% e 15%, respectivamente, exceptuando os depósitos do Governo Local, em que se aplica uma taxa de 50% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira, e Governo Central em que se aplica uma taxa de 75% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira.

Este instrutivo refere ainda que o Banco poderá usar até 10% do cumprimento das reservas obrigatórias em moeda nacional, Obrigações do Tesouro pertencentes à carteira própria, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015.

Segundo o Instrutivo nº 19/2015, que entra em vigor a 04 de Janeiro de 2016, são elegíveis para o cumprimento das reservas mínimas obrigatórias em moeda estrangeira, os depósitos junto do Banco Nacional de Angola (20% do total das reservas) e Obrigações do tesouro em moeda estrangeira (80% do total das reservas) (Nota 9).

As disponibilidades em outras instituições de crédito correspondem a depósitos à ordem não remunerados, denominados em moeda estrangeira e domiciliados em instituições de crédito fora do país.

5. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição

	2015	2014
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro		
Banco Central		
- Valor aplicado	-	25.000.000
- Juros a receber	-	1.188
Outras instituições financeiras		
- Valor aplicado	10.825.200	-
- Juros a receber	84	-
	<u>10.825.284</u>	<u>25.001.188</u>
Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda		
- Valor aplicado	-	12.000.000
- Juros a receber	-	56.379
	<u>-</u>	<u>12.056.379</u>
	<u>10.825.284</u>	<u>37.057.567</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda foram realizados com o BNA e venciam juros à taxa média anual de 4,9%.

Em 31 de Dezembro de 2015, as operações com outras instituições financeiras correspondem a um overnight com o Standard Bank da África do Sul em USD remunerado a uma taxa de 0,28%.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as aplicações de liquidez apresentavam prazos residuais de vencimento de até um mês.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição por categorias, tipo, moedas e indexantes:

			2015						
	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
									(Notas 17 e 20)
Títulos e valores mobiliários									
<i>Mantidos para Negociação</i>									
- Obrigações do Tesouro	AKZ	USD	5,92%	7.162.866	7.032.449	48.642	23.355	41.055	7.145.501
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	380.030	368.143	-	1.870	1.281	371.294
				<u>7.542.896</u>	<u>7.400.592</u>	<u>48.642</u>	<u>25.225</u>	<u>42.336</u>	<u>7.516.795</u>
<i>Disponíveis para Venda</i>									
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	71.291.948	69.441.381	-	848.283	22.998	70.312.662
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	AKZ	Taxa fixa	7,11%	11.187.300	11.164.384	152.031	13.555	(294.802)	11.035.168
- Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	USD	Libor	3,27%	5.074.313	4.287.794	35.411	671.125	(195.413)	4.798.917
				<u>87.553.561</u>	<u>84.893.559</u>	<u>187.442</u>	<u>1.532.963</u>	<u>(467.217)</u>	<u>86.146.747</u>
				<u>95.096.457</u>	<u>92.294.151</u>	<u>236.084</u>	<u>1.558.188</u>	<u>(424.881)</u>	<u>93.663.542</u>
			2014						
	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
									(Notas 17 e 20)
Títulos e valores mobiliários									
<i>Mantidos para Negociação</i>									
- Obrigações do Tesouro	AKZ	USD	5,50%	4.679.821	4.380.946	47.742	77.363	58.633	4.564.684
<i>Disponíveis para Venda</i>									
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	37.359.292	35.622.194	-	943.668	(387.588)	36.178.274
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	AKZ	Taxa fixa	7,08%	15.864.700	15.846.608	231.342	3.066	(133.254)	15.947.762
- Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	USD	Libor	3,08%	7.714.725	6.615.184	80.308	835.460	(149.824)	7.381.128
				<u>60.938.717</u>	<u>58.083.986</u>	<u>311.650</u>	<u>1.782.194</u>	<u>(670.666)</u>	<u>59.507.164</u>
				<u>65.618.538</u>	<u>62.464.932</u>	<u>359.392</u>	<u>1.859.557</u>	<u>(612.033)</u>	<u>64.071.848</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (cont.)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos que compõem a carteira do Banco são na sua totalidade, títulos emitidos pelo BNA ou pelo Tesouro Angolano, classificados com o nível de risco A - Nulo.

Conforme descrito na Nota 2.2.3, o valor de mercado dos títulos foi obtido com base num modelo interno de valorização.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos e valores mobiliários mantidos para negociação apresentavam a seguinte distribuição, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2015		2014	
	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço
Entre um e três meses	380.030	371.294	-	-
Entre três e seis meses	-	-	514.939	523.550
Entre seis meses e um ano	15.196	14.885	1.543.528	1.540.816
Entre um e cinco anos	7.147.670	7.130.616	2.621.354	2.500.318
	7.542.896	7.516.795	4.679.821	4.564.684

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda apresentavam a seguinte distribuição, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2015		2014	
	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço
Até um mês	13.000.000	12.934.090	6.846.343	6.810.647
Entre um e três meses	60.291.948	59.411.230	8.000.000	7.884.817
Entre três e seis meses	5.335.800	5.185.227	6.380.460	6.191.940
Entre seis meses e um ano	6.925.813	6.583.578	24.667.251	23.856.565
Entre um e cinco anos	2.000.000	2.032.622	15.044.663	14.763.195
	87.553.561	86.146.747	60.938.717	59.507.164

7. CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

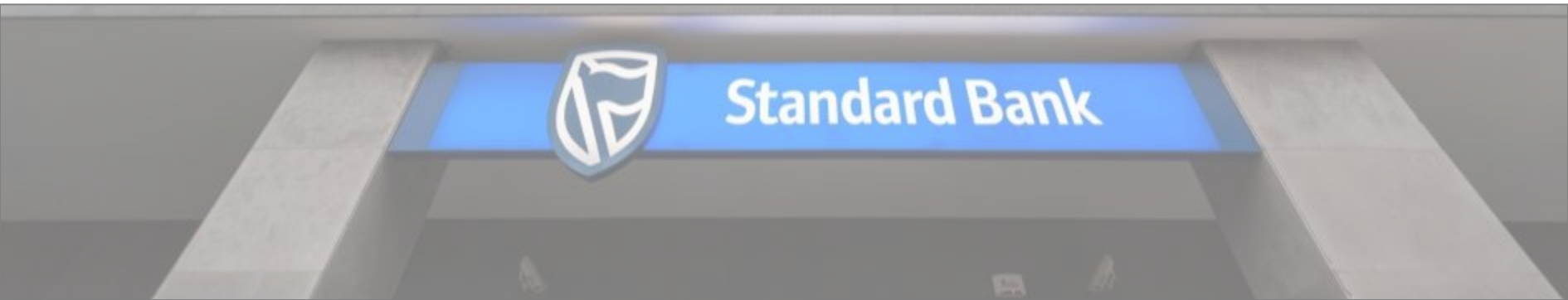
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Créditos no sistema de pagamentos:		
Importação de divisas	-	1.543.615
Recursos de terceiros em trânsito	1.403	-
Compensação de cheques	-	33.499
Outras operações pendentes de liquidação	5.083	20.787
	6.486	1.597.901
Obrigações no sistema de pagamentos:		
Recursos de terceiros em trânsito		
Compensação de cheques	(273.364)	(654.771)
Valores pendentes de contagem	(525.000)	-
Outros	(7.809)	(60.377)
Outras operações pendentes de liquidação		
Compensação de cartões	(88.848)	(51.235)
Valores suspensos de operações de Leasing	(427)	-
	(895.448)	(766.383)
	(888.962)	831.518

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica valores pendentes de contagem regista os depósitos captados através do serviço de recolha de valores, cuja contagem e correspondente crédito na conta do cliente ainda estão pendentes.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica compensação de cheques refere-se a cheques a aguardar compensação, cheques bancários e cheques visados.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica importação de divisas refere-se a uma operação em trânsito de importação de moeda estrangeira realizada no final do ano.



8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Instrumentos financeiros derivados - especulação e arbitragem		
De operações com outras entidades	4.182	-
	<u>4.182</u>	<u>-</u>
Proveitos por Compra e Venda de Moedas Estrangeiras		
De operações com entidades do Grupo	3	1.021
De operações com outras entidades	165	27.589
	<u>168</u>	<u>28.610</u>
Outros Valores		
De operações com outras entidades	388.873	-
	<u>388.873</u>	<u>-</u>
	<u>389.041</u>	<u>28.610</u>
Custos por Compra e Venda de Moedas Estrangeiras		
De operações com entidades do Grupo	(223)	(6.112)
De operações com outras entidades	(6.660)	(361)
	<u>(6.883)</u>	<u>(6.473)</u>
Outras obrigações		
De operações com outras entidades	(388.873)	-
	<u>(388.873)</u>	<u>-</u>
	<u>(395.756)</u>	<u>(6.473)</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Proveitos por compra e venda de moedas estrangeiras” e “Custos por compra e venda de moedas estrangeiras” registaram operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de 2016 e 2015, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015, os “Outros valores” e “Outras obrigações” correspondem ao valor nominal de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, um forward cambial contratado com uma sociedade não financeira e com maturidade em Junho de 2016. A reavaliação cambial do forward encontra-se registada em investimentos financeiros derivados.

9. CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Obrigações do Tesouro		
Custo de aquisição	8.558.674	-
Juros corridos	25.793	-
	<u>8.584.467</u>	<u>-</u>
Empréstimos		
Empresas	19.753.732	20.636.032
Particulares	14.041	739.913
Crédito em Conta Corrente		
Empresas	4.252	857.025
Descobertos		
Empresas	7.868.582	2.959.640
Particulares	26.926	83.165
Crédito ao Consumo		
Empresas	293.338	287.253
Particulares	11.589.143	13.371.498
Crédito à Habitação	1.348.560	1.220.692
Leasing		
Empresas	764.567	1.006.999
Particulares	321.308	92.234
Cartões de Crédito	1.729.190	200.132
Capital e juros vencidos	325.789	2.354.902
Proveitos a receber	431.786	466.644
	<u>44.471.214</u>	<u>44.276.129</u>
	<u>53.055.681</u>	<u>44.276.129</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 16)	(1.793.092)	(1.479.882)
	<u>51.262.589</u>	<u>42.796.247</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco reconheceu obrigações do tesouro na categoria de empréstimos concedidos e contas a receber. Estas obrigações são em USD, remuneradas a uma taxa de 5%, com maturidade em 10 de Dezembro de 2022, e têm como objectivo o cumprimento das reservas obrigatórias em moeda estrangeira a partir de 2016 (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2015, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representava, aproximadamente, 62% do total da carteira de crédito líquida de provisões (60% em 2014), excluindo as obrigações do tesouro.

9. CRÉDITO (cont.)

Em 31 de Dezembro de 2015, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média anual de 16,67% para o crédito concedido em moeda nacional e de 5,95% para o crédito concedido em moeda estrangeira (31 de Dezembro de 2014: 13,55% em moeda nacional e 6,39% em moeda estrangeira).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital e juros vencidos indicados no quadro anterior representam apenas o valor das prestações de capital e juros em atraso. O valor total das responsabilidades das operações com incumprimento é apresentado no quadro com a distribuição nos correspondentes níveis de risco.

A carteira de crédito do Banco inclui contratos que resultaram de uma renegociação formal com os clientes em consequência de um reforço de garantia e/ou liquidação parcial do crédito, podendo implicar prorrogação do prazo de vencimento, redefinição do plano de pagamentos e/ou alteração da taxa de juro.

Os créditos renegociados são objecto de uma reavaliação periódica da sua classificação de risco, tendo em conta a regularidade e a relevância dos pagamentos efectuados, bem como as novas garantias apresentadas. (Nota 2.2.5).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido apresentava a seguinte composição por moeda:

	2015	2014
Kwanza	29.390.973	25.318.496
Dólar Americano	15.080.241	18.957.633
	<u>44.471.214</u>	<u>44.276.129</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido apresentava a seguinte composição por tipo de taxa:

	2015	2014
Taxa fixa	25.436.323	26.248.850
Taxa variável		
Libor	14.634.874	17.676.866
Luibor	4.400.017	350.413
	<u>44.471.214</u>	<u>44.276.129</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido, apresenta a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2015	2014
À vista	21.047	9.890
Até três meses	2.662.231	2.493.628
Entre três e seis meses	576.129	659.629
Entre seis meses e um ano	1.442.043	5.856.649
Entre um e cinco anos	32.853.094	27.124.697
Mais de cinco anos	6.590.881	5.776.734
Indeterminado	325.789	2.354.902
	<u>44.471.214</u>	<u>44.276.129</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido apresentava a seguinte composição por sector de actividade:

	2015			2014		
	Crédito vincendo	Crédito Vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito Vencido	Total
Particulares	15.287.761	136.167	15.423.928	15.932.658	183.451	16.116.109
Comércio por grosso	8.821.612	133.860	8.955.472	6.626.673	108.655	6.735.328
Indústria extractiva	7.081.392	-	7.081.392	7.020.702	0	7.020.702
Administração central	6.098.881	-	6.098.881	5.871.797	0	5.871.797
Construção	2.928.330	22.502	2.950.832	1.409.112	904.704	2.313.816
Indústrias transformadoras	1.288.210	-	1.288.210	0	0	0
Indústrias alimentares e de bebidas	130.013	-	130.013	1.493.209	0	1.493.209
Actividades informáticas e conexas	125.677	-	125.677	202.769	0	202.769
Fabricação de produtos petrolíferos refinados	39.052	26.185	65.237	190.964	0	190.964
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	15.057	-	15.057	860.715	0	860.715
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	4.272	-	4.272	7.267	1.114.964	1.122.231
Outras	<u>2.325.168</u>	<u>7.075</u>	<u>2.332.243</u>	<u>2.305.361</u>	<u>43.128</u>	<u>2.348.489</u>
	<u>44.145.425</u>	<u>325.789</u>	<u>44.471.214</u>	<u>41.921.227</u>	<u>2.354.902</u>	<u>44.276.129</u>

9. CRÉDITO (cont.)

A distribuição dos créditos, incluindo os respectivos juros a receber, por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 era como seguinte:

2015					
	Taxa de Provisão	Operações regulares	Operações em incumprimento	Crédito total	Provisão Constituída (Nota 16)
Nível A - Nulo	0%	6.422.337	-	6.422.337	-
Nível B - Muito Reduzido	1%	8.328.488	-	8.328.488	83.285
Nível C - Reduzido	3%	27.847.904	502.894	28.350.798	851.116
Nível D - Moderado	10%	40.708	183.970	224.678	22.468
Nível E - Elevado	20%	72.161	244.115	316.276	63.255
Nível F - Muito Elevado	50%	4.807	105.557	110.364	55.182
Nível G - Risco de perda	100%	90.752	627.521	718.273	717.786
		42.807.157	1.664.057	44.471.214	1.793.092

2014					
	Taxa de Provisão	Operações regulares	Operações em incumprimento	Crédito total	Provisão Constituída (Nota 16)
Nível A - Nulo	0%	8.161.816	-	8.161.816	-
Nível B - Muito Reduzido	1%	6.652.267	-	6.652.267	66.523
Nível C - Reduzido	3%	26.455.015	1.234.297	27.689.312	830.679
Nível D - Moderado	10%	7.594	1.169.631	1.177.225	117.723
Nível E - Elevado	20%	3.714	143.635	147.349	29.470
Nível F - Muito Elevado	50%	2.562	22.785	25.347	12.674
Nível G - Risco de perda	100%	34.908	387.905	422.813	422.813
		41.317.876	2.958.253	44.276.129	1.479.882

De 31 de Dezembro de 2014 para 31 de Dezembro de 2015, a migração do risco dos tomadores de crédito pode ser apresentado como se segue:

2015										
	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Abates	Liquidações	Total
Nível A	13,26%	0,34%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,87%	18,48%
Nível B	0,00%	12,73%	0,39%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,91%	15,02%
Nível C	0,12%	1,55%	43,34%	0,63%	0,83%	0,29%	1,11%	0,03%	14,63%	62,53%
Nível D	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,07%	0,03%	2,53%	2,66%
Nível E	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,19%	0,12%	0,33%
Nível F	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%	0,00%	0,06%
Nível G	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,17%	0,72%	0,03%	0,92%
	13,38%	14,63%	43,77%	0,63%	0,86%	0,29%	1,35%	1,01%	24,08%	100,00%

2014										
	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Abates	Liquidações	Total
Nível A	17,04%	4,84%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	27,62%	49,50%
Nível B	0,00%	0,00%	0,15%	3,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,19%
Nível C	0,08%	0,43%	38,15%	0,16%	0,50%	0,06%	0,73%	0,00%	6,78%	46,89%
Nível D	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,07%
Nível E	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,01%	0,00%	0,10%	0,00%	0,01%	0,14%
Nível F	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,05%
Nível G	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%	0,00%	0,00%	0,16%
	17,12%	5,27%	38,37%	3,20%	0,51%	0,06%	1,06%	0,00%	34,41%	100,00%

Da análise da evolução do nível de risco dos tomadores de crédito, verificamos que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2014, 24,08% foram liquidados durante o exercício de 2015, um montante de AKZ 10.663 milhares. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 69,51% não sofreram mudança de nível, 3,68% migraram para níveis de risco mais gravosos e apenas 1,72% das operações diminuiu de nível de risco.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, o Banco efectuou um reforço líquido das provisões para crédito de liquidação duvidosa de AKZ 722.619 milhares e AKZ 904.363 milhares, respectivamente (Nota 16).

10. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Outros Valores de Natureza Fiscal		
Imposto diferido activo (Nota 28)	716.332	1.543.568
Liquidações provisórias	94.378	-
Impostos a compensar	194	-
	<u>810.904</u>	<u>1.543.568</u>
Outros valores de natureza cível		
Devedores diversos	82.202	107.530
	<u>82.202</u>	<u>107.530</u>
Outros valores de natureza administrativa		
Adiantamentos e antecipações Salariais	487.362	391.534
Rendas e Alugueres	446.326	306.334
Seguros	213.393	8.329
Certificado de inscrição escolar para colaboradores	80.083	80.083
Economato	75.581	71.845
Outros	64.779	43.580
	<u>1.367.524</u>	<u>901.705</u>
Bens não de uso próprio	<u>1.494.331</u>	<u>-</u>
Outros valores activos	<u>3.754.961</u>	<u>2.552.803</u>
Provisões Específicas para Perdas (Nota 16)	(205.954)	(47.318)
	<u>3.549.007</u>	<u>2.505.485</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica de imposto diferido activo inclui os benefícios decorrentes do artigo 48, ponto 1 da Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, de acordo com o qual os prejuízos fiscais apurados pelo Banco poderão ser deduzidos em exercícios futuros (Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.2.4).

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Bens não de uso próprio” refere-se ao imóvel recebido em dação como forma de liquidação de um crédito.

11. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui apenas a participação do Banco no capital da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), com sede em Luanda, a qual se encontra valorizada pelo custo de aquisição uma vez que o Banco detém uma participação inferior a 10% do capital votante.

A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços completos.

Durante os exercícios de 2014 e 2013 esta entidade não distribuiu dividendos.

Adicionalmente, à data de emissão deste relatório ainda não se encontravam disponíveis as contas desta participada, referentes ao exercício de 2015.

A última informação financeira disponível desta participada é a seguinte (valores em milhares de AKZ):

		Demonstrações financeiras da EMIS							
		Participação			2014			2013	
		%	Valor bruto	Valor de balanço	Activo Líquido	Fundos próprios	Resultado do exercício	Activo Líquido	Fundos próprios
EMIS	1,97%	44.290	44.290	4.718.461	1.477.413	111.025	4.744.157	1.377.815	111.290

12. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS, CORPÓREAS E EM CURSO

Em 2015 e 2014, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	31.12.2014			Aquisições	Abates	Amortizações abates	Transferências	Amortizações transferências	Amortizações do Exercício	31.12.2015		
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido							Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Imobilizações Corpóreas												
Imóveis de uso	931.533	(37.729)	893.804	10.050	(22.015)	27.136	-	-	(18.378)	919.568	(28.971)	890.597
Equip. Mobiliário e Material	606.359	(151.815)	454.544	6.337	(1.992)	572	-	-	(94.482)	610.704	(245.725)	364.979
Equip. Informático	560.274	(329.265)	231.009	50.117	(60)	49	41.269	(971)	(120.282)	651.600	(450.469)	201.131
Material de Transporte	90.715	(55.967)	34.748	20.032	(6.804)	5.581	-	-	(25.248)	103.943	(75.634)	28.309
Maquinas e Ferramentas	436.474	(81.194)	355.280	41.155	(2.277)	793	(34.944)	971	(52.536)	440.408	(131.966)	308.442
Património artístico	2.259	(237)	2.022	-	-	-	-	-	(238)	2.259	(475)	1.784
Imobilizações corpóreas em curso	24.488	-	24.488	140.384	-	-	10.290	-	-	175.162	-	175.162
	2.652.102	(656.207)	1.995.895	268.075	(33.148)	34.131	16.615	-	(311.164)	2.903.644	(933.240)	1.970.404
Imobilizações Incorpóreas												
Software	381.582	(149.411)	232.171	15.282	-	-	13.045	-	(48.879)	409.909	(198.290)	211.619
Benfeitorias em Imoveis de Terceiros	1.242.942	(511.138)	731.804	19.928	(71.122)	32.639	-	-	(294.535)	1.191.748	(773.034)	418.714
Gastos com desenvolvimento	29.660	-	29.660	-	-	-	(29.660)	-	-	-	-	-
	1.654.184	(660.549)	993.635	35.210	(71.122)	32.639	(16.615)	-	(343.414)	1.601.657	(971.324)	630.333
	4.306.286	(1.316.756)	2.989.530	303.285	(104.270)	66.770	-	-	(654.578)	4.505.301	(1.904.564)	2.600.737
	31.12.2013			Aquisições	Abates	Amortizações abates	Transferências	Amortizações transferências	Amortizações do Exercício	31.12.2014		
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido							Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Imobilizações Corpóreas												
Imóveis de uso	825.877	(5.609)	820.268	81.674	-	-	23.982	(14.621)	(17.499)	931.533	(37.729)	893.804
Equip. Mobiliário e Material	520.745	(50.164)	470.581	37.574	(10.160)	2.007	58.200	(10.369)	(93.289)	606.359	(151.815)	454.544
Equip. Informático	762.785	(465.573)	297.212	121.005	(207.055)	164.439	(116.461)	92.246	(120.377)	560.274	(329.265)	231.009
Material de Transporte	83.109	(36.461)	46.648	19.026	(11.420)	8.894	-	-	(28.400)	90.715	(55.967)	34.748
Maquinas e Ferramentas	327.991	(34.148)	293.843	144.371	(22.235)	3.165	(13.653)	1.218	(51.429)	436.474	(81.194)	355.280
Património artístico	2.249	-	2.249	10	-	-	-	-	(237)	2.259	(237)	2.022
Imobilizações corpóreas em curso	87.503	-	87.503	32.027	(41.236)	-	(53.806)	-	-	24.488	-	24.488
	2.610.259	(591.955)	2.018.304	435.687	(292.106)	178.505	(101.738)	68.474	(311.231)	2.652.102	(656.207)	1.995.895
Imobilizações Incorpóreas												
Software	268.129	(75.960)	192.169	67.165	(12.742)	4.601	59.030	(44.033)	(34.019)	381.582	(149.411)	232.171
Benfeitorias em Imoveis de Terceiros	1.131.883	(220.827)	911.056	163.786	(95.435)	39.503	42.708	(24.441)	(305.373)	1.242.942	(511.138)	731.804
Gastos com desenvolvimento	-	-	-	29.660	-	-	-	-	-	29.660	-	29.660
	1.400.012	(296.787)	1.103.225	260.611	(108.177)	44.104	101.738	(68.474)	(339.392)	1.654.184	(660.549)	993.635
	4.010.271	(888.742)	3.121.529	696.298	(400.283)	222.609	-	-	(650.623)	4.306.286	(1.316.756)	2.989.530



Standard Bank

13. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	119.842.787	109.657.475
Em moeda estrangeira	58.920.003	56.354.334
	<u>178.762.790</u>	<u>166.011.809</u>
Depósitos a prazo		
Em moeda nacional	43.805.391	18.421.707
Em moeda estrangeira	7.760.023	1.445.213
Custos a pagar	197.617	73.822
	<u>51.763.031</u>	<u>19.940.742</u>
Outros depósitos		
Em moeda nacional	45.183.826	1.384.121
Em moeda estrangeira	71.821	470.324
	<u>45.255.647</u>	<u>1.854.445</u>
	<u>275.781.468</u>	<u>187.806.996</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros depósitos” refere-se a montantes depositados por clientes, que se encontram cativos para garantia de crédito concedido, cartas de crédito emitidas e compra de moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros a uma taxa média anual de 2,11% e 2,31% e os depósitos a prazo em moeda estrangeira venciam juros a uma taxa média anual de 0,17% e 0,23%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos apresentavam a seguinte distribuição por sector de actividade:

	2015	2014
Prestação de serviços	162.720.330	111.214.695
Indústrias transformadoras	24.426.380	25.439.866
Comércio por grosso e retalho	32.618.559	12.600.208
Particulares	30.480.262	12.171.132
Construção	7.747.387	9.268.205
Indústrias extractivas	4.362.532	5.324.433
Actividades informáticas e conexas	1.174.638	2.374.874
Seguros, fundos de pensões	2.613.697	1.890.807
Aluguer de máquinas e de equipamentos	1.655.034	1.832.598
Intermediação financeira	1.926.959	1.807.715
Transportes	2.588.967	1.467.475
Organismos internacionais e outras instituições	2.390.653	1.185.255
Educação	597.150	993.541
Outros	478.920	236.192
	<u>275.781.468</u>	<u>187.806.996</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a totalidade dos depósitos a prazo de clientes, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2015		2014	
	Taxa de juro média	Montante	Taxa de juro média	Montante
Kwanza	2,11%	43.998.410	2,31%	18.495.402
Dólar Americano	0,17%	7.764.621	0,23%	1.445.340
		<u>51.763.031</u>		<u>19.940.742</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo apresentavam a seguinte distribuição por prazo residual de maturidade:

	2015	2014
Até três meses	46.606.535	8.925.607
Entre três e seis meses	272.567	10.829.090
Entre seis meses e um ano	4.472.898	157.780
Entre um e cinco anos	411.031	28.265
	<u>51.763.031</u>	<u>19.940.742</u>

14. OUTRAS CAPTAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Dívida subordinada		
Em moeda estrangeira	4.059.450	3.085.800
Custos a pagar	43.343	31.306
	<u>4.102.793</u>	<u>3.117.106</u>
Outras captações contratadas		
Em moeda nacional	34.648	34.649
Em moeda estrangeira	8.322	408.076
	<u>42.970</u>	<u>442.725</u>
	<u>4.145.763</u>	<u>3.559.831</u>

A dívida subordinada corresponde a USD 30 milhões de obrigações subordinadas emitidas em 23 de Abril de 2013 e adquiridas pelo accionista Standard Bank South Africa, S.A.. A dívida subordinada é remunerada à taxa de juro Libor e acrescida de um spread de 3,6% (4,6% a partir do quinto ano). A dívida subordinada tem um prazo de 10 anos com possibilidade de reembolso antecipado a partir do quinto aniversário.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Outras obrigações de natureza social ou estatutária		
Participações e contribuições sobre os resultados a pagar	-	44.766
	-	44.766
Outras obrigações de natureza fiscal		
Encargos fiscais a pagar - próprios	134.692	187.446
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	175.691	95.717
	310.383	283.163
Outras obrigações de natureza cível, administrativa e de comercialização		
Obrigações com pessoal	1.127.681	786.053
Custos administrativos e de comercialização a pagar	812.920	492.792
SalDOS com entidades relacionadas	613.970	1.046.879
Fornecedores	120.962	76.846
Comissões de assessoria financeira	86.673	12.595
Contribuição Segurança Social	26.033	21.143
Credores por recursos a liberar	-	60.050
Outros	96.537	12.857
	2.884.776	2.509.215
	3.195.159	2.837.144

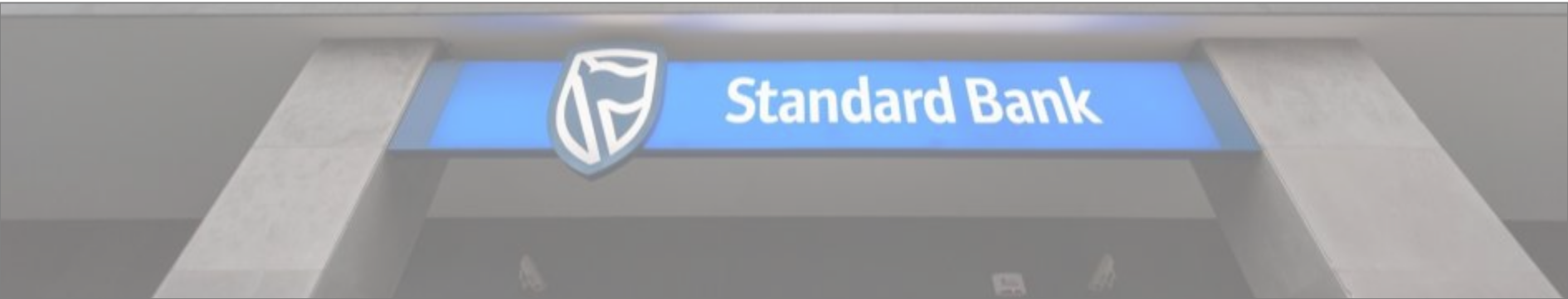
O saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos colaboradores e o aprovisionamento do prémio anual de produtividade do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

Em 31 de Dezembro de 2014, os saldos com entidades relacionadas respeitam a valores pagos pelo Standard Bank da África do Sul por conta do SBA, para posterior reembolso por parte deste último. Estes valores incluem essencialmente o valor dos activos do escritório de representação do Standard Bank da África do Sul em Angola que passaram para propriedade do SBA quando este iniciou actividade, e ainda custos incorridos com pessoal cedido ao SBA.

Em 31 de Dezembro de 2015, os saldos com entidades relacionadas apresentam uma redução em resultado do Grupo ter assumido o custo anteriormente mencionado relativo ao escritório de representação do Standard Bank da África do Sul em Angola (Nota 26).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica Outros custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Participações e contribuições sobre os resultados a pagar, refere-se aos custos a pagar no âmbito do programa de remuneração variável atribuída aos colaboradores do Grupo Standard Bank e que se encontra indexado ao valor de mercado das acções da casa-mãe. Em 31 de Dezembro de 2015, estes valores foram transferidos para a rubrica de Reservas e Fundos (Nota 17).



16. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	31.Dez.14	Reforços	Reversões	Utilizações	Reclassificações	31.Dez.15
Provisões para risco de crédito						
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	1.479.882	2.066.071	(1.343.452)	(409.409)	-	1.793.092
	1.479.882	2.066.071	(1.343.452)	(409.409)	-	1.793.092
Outras provisões no activo						
Provisões Específicas para Perdas (Nota 10)	47.318	180.583	(17.972)	(3.975)	-	205.954
Outras provisões						
Provisões para Responsabilidades Prováveis na Prestação de Garantias (Nota 18)	82.140	139.339	(59.893)	-	-	161.586
Responsabilidades prováveis de natureza administrativa e de comercialização	76.808	145.161	(86.685)	(12.363)	-	122.921
Outras provisões para responsabilidades prováveis com pessoal	122.957	50.788	-	-	-	173.745
	281.905	335.288	(146.578)	(12.363)	-	458.252
	1.809.105	2.581.942	(1.508.002)	(425.747)	-	2.457.298
	31.Dez.13	Reforços	Reversões	Utilizações	Reclassificações	31.Dez.14
Provisões para risco de crédito						
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	575.519	1.775.710	(871.347)	-	-	1.479.882
	575.519	1.775.710	(871.347)	-	-	1.479.882
Outras provisões no activo						
Provisões Específicas para Perdas (Nota 10)	137.436	65.683	(18.365)		(137.436)	47.318
Outras provisões						
Provisões para Responsabilidades Prováveis na Prestação de Garantias (Nota 18)	80.810	1.330	-	-	-	82.140
Responsabilidades prováveis de natureza administrativa e de comercialização	-	-	(19.142)	(68.754)	164.704	76.808
Outras provisões para responsabilidades prováveis com pessoal	73.047	49.910	-	-	-	122.957
Outras provisões para responsabilidades prováveis	27.268	-	-	-	(27.268)	-
	181.125	51.240	(19.142)	(68.754)	137.436	281.905
	894.080	1.892.633	(908.854)	(68.754)	-	1.809.105

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as provisões para responsabilidades prováveis com pessoal correspondem às provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.2.10). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2015, as provisões para responsabilidades prováveis de natureza administrativa e de comercialização, incluem o montante de AKZ 84.675 milhares relativo a possíveis contingências fiscais, o montante de AKZ 20.400 milhares relativo a possíveis contingências legais, e AKZ 3.743 milhares (31 de Dezembro de 2014: AKZ 49.869 milhares) relacionados com falhas operacionais no processamento de instruções de clientes.

17. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o capital social do Banco era composto por 1.000.000 acções com o valor nominal de USD 100 (equivalente a AKZ 9.530.007), integralmente subscritas e realizadas pelos accionistas.

	2015			2014		
	Número de acções	Valor nominal		Valor nominal		
		AKZ	%	AKZ	%	
Standard Bank Group Limited	509.996	4.860.265	51%	4.860.265	51%	
AAA Activos, Lda.	490.000	4.669.703	49%	4.669.703	49%	
Outros accionistas	4	39	0,0004%	39	0,0004%	
	<u>1.000.000</u>	<u>9.530.007</u>	<u>100%</u>	<u>9.530.007</u>	<u>100%</u>	

Reservas e Fundos

O Capital para constituição do Banco foi recebido pelo escritório de representação do Standard Bank em Angola, que fez a sua aplicação em títulos do Tesouro Nacional de Angola. A remuneração destes títulos foi reconhecida nesta rubrica no momento da constituição do Banco, uma vez que não se tratou de resultados da actividade do escritório de representação.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à reclassificação deste resultado para resultados transitados dado que resulta de resultados de exercícios anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco procedeu à reclassificação das opções sobre acções do Standard Bank da África do Sul (share options) da conta de Outras Obrigações para Outras Reservas, no valor de AKZ 4.527 milhares, e Resultados Transitados, no valor de AKZ 45.767 milhares, tendo em consideração que o Banco não irá devolver qualquer valor à sua casa-mãe (Standard Bank da África do Sul).

Resultados potenciais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Ajustes ao Valor Justo em Activos Financeiros Disponíveis para Venda	Impostos diferidos (Nota 28)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	133.828	(46.839)	86.989
Variação do valor de mercado (Nota 6)	<u>(804.494)</u>	<u>248.039</u>	<u>(556.455)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>(670.666)</u>	<u>201.200</u>	<u>(469.466)</u>
Variação do valor de mercado (Nota 6)	<u>203.449</u>	<u>(61.040)</u>	<u>142.409</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>(467.217)</u>	<u>140.160</u>	<u>(327.057)</u>

Resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os resultados transitados correspondem à apropriação dos resultados dos exercícios anteriores.

Resultados e dividendos por acção

Nos exercícios de 2015 e 2014, o resultado por acção em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	AKZ	
	2015	2014
Resultado do exercício (mAKZ)	5.238.070	2.242.054
Número de acções em circulação no exercício	1.000.000	1.000.000
Resultados por acção (AKZ)	5.238	2.242

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	17.858.971	-
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	3.159.909	899.672
Créditos documentários abertos	1.933.595	1.855.232
Limites de crédito não utilizados	7.734.777	-
	<u>12.828.281</u>	<u>2.754.904</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	21.933.818	-
Operações cambiais		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	276.625	3.427.697
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	<u>(273.918)</u>	<u>(3.405.560)</u>
	<u>2.707</u>	<u>22.137</u>
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no Activo (Nota 9)	44.471.214	44.276.129
Créditos transferidos para prejuízos	409.409	-
	<u>44.880.623</u>	<u>44.276.129</u>

Em 2015 e 2014, as provisões para prestação de garantias ascendiam a AKZ 161.586 milhares e AKZ 82.140 milhares, respectivamente (Nota 16).

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

19. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como seque:

	2015	2014
Proveitos de Instrumentos Financeiros		
Proveitos de Aplicações de Liquidez		
De Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	197.351	632.514
De Operações de Compra de Títulos com Acordo de Revenda	<u>92.167</u>	<u>37.033</u>
	<u>289.518</u>	<u>669.547</u>
De Títulos e Valores Mobiliários		
Mantidos para Negociação	579.285	338.337
Disponíveis para Venda	<u>5.273.073</u>	<u>2.669.751</u>
	<u>5.852.358</u>	<u>3.008.088</u>
De Créditos	5.206.938	3.973.967
De Instrumentos Financeiros Derivados	<u>4.182</u>	<u>-</u>
	<u>11.352.996</u>	<u>7.651.602</u>
Custos de Instrumentos Financeiros		
Custos de Depósitos	(1.342.243)	(510.926)
Custos de Outras Captações	<u>(167.870)</u>	<u>(124.364)</u>
	<u>(1.510.113)</u>	<u>(635.290)</u>
	<u>9.842.883</u>	<u>7.016.312</u>

20. RESULTADOS DE NEGOCIAÇÕES E AJUSTES AO JUSTO VALOR

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica inclui uma perda de AKZ 27.594 milhares, e um ganho de AKZ 62.491 milhares, relativos aos resultados do justo valor dos títulos mantidos para negociação, respectivamente.

21. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	2015	2014
Resultados de operações de compra e venda de moeda	4.377.851	4.480.862
Resultados da reavaliação de activos e passivos	988.113	(304.277)
	<u>5.365.964</u>	<u>4.176.585</u>

22. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	2015	2014
Proveitos de prestação de serviços		
Por transferências para o exterior	810.028	491.198
Por operações cambiais	610.806	88.261
Por operações de crédito	373.089	403.524
Por manutenção de conta	286.849	122.825
Por compensação electrónica	214.327	129.164
Por levantamentos	206.857	133.144
Por mediação	144.118	337.841
Por créditos documentários	129.617	92.126
Por reembolso de despesas	92.298	78.824
Por consultoria financeira	70.356	270.314
Por garantias prestadas	63.272	7.771
Por emissão de cheques	61.711	36.273
Outras	32.917	24.720
	<u>3.096.245</u>	<u>2.215.985</u>
Custos de comissões, corretagens e custódias	(396.381)	(133.634)
	<u>2.699.864</u>	<u>2.082.351</u>

23. PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	2015	2014
Custos indirectos	<u>370.931</u>	<u>306.202</u>
Salários e subsídios	4.753.422	4.025.469
Pensões e reformas	-	197.179
Bónus de performance	1.005.840	612.548
Outros	12.119	15.031
Custos directos	<u>5.771.381</u>	<u>4.850.227</u>
	<u>6.142.312</u>	<u>5.156.429</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Salários e subsídios” inclui diversos subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente, subsidio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias e pagamentos à segurança social, no montante de AKZ 1.314.120 milhares e AKZ 955.452 milhares, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 576 e 508, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	2015	2014
Administradores Executivos	2	-
Director	23	16
Coordenador	214	174
Técnico	317	300
Administrativo	20	18
Total	<u>576</u>	<u>508</u>

24. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	2015	2014
Alugueres	903.120	830.165
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	590.018	576.497
Segurança, Conservação e Reparação	690.978	517.341
Comunicações	390.190	428.302
Comissão de Franchising	535.499	396.822
Transporte, Deslocações e Alojamentos	273.802	311.704
Seguros	106.220	165.908
Materiais diversos	123.113	148.922
Publicações, Publicidade e Propaganda	200.572	128.696
Água e Energia	103.336	42.495
Outros Fornecimentos de Terceiros	102.801	140.579
	<u>4.019.649</u>	<u>3.687.431</u>

25. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
IAC	383.402	341.623
Imposto selo	36.581	30.241
Imposto Predial Urbano sobre imóveis próprios	3.528	7.055
	<u>423.511</u>	<u>378.919</u>

25. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO (cont.)

No decorrer do ano de 2015, ocorreram factos tributários relevantes, nomeadamente a decisão das autoridades tributária relativamente à aplicação da Verba 23.3 da tabela do imposto de selo (Decreto Legislativo Presidencial nº 3/14) aos Bancos, com incidência nas comissões cobradas. A aplicação desta verba às receitas dos Bancos resulta numa tributação de 1% sobre o valor das comissões, o que justifica o aumento verificado com o custo de Imposto de Selo entre 2014 e 2015.

26. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	2015	2014
Outros proveitos	477.853	40.314
Outros custos		
Perdas operacionais	(70.937)	(64.699)
Custos de processamento	-	(13.980)
Custos diversos	(139.166)	(18.445)
	<u>(210.103)</u>	<u>(97.124)</u>
	<u>267.750</u>	<u>(56.810)</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de “Outros proveitos” inclui a redução de obrigações para com o Grupo, tendo este assumido parte dos custos iniciais com o escritório de representação do Standard Bank da África do Sul em Angola (Nota 15).

27. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os resultados não operacionais referem-se a perdas relacionadas com abate de imobilizações, resultado do encerramento de agências.

28. IMPOSTOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2015	2014
Impostos sobre o Resultado	766.196	124.501
	<u>766.196</u>	<u>124.501</u>

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	2015	2014
Títulos e valores mobiliários	140.160	201.200
Provisões	148.538	58.432
Impostos diferidos por diferenças temporárias	<u>288.698</u>	<u>259.632</u>
Prejuízos fiscais reportáveis	427.633	1.283.936
Imposto diferido ativo/(passivo) (Nota 10)	<u>716.332</u>	<u>1.543.568</u>

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis. Em 2015, o Banco efectuou a reversão de parte do imposto diferido activo relativo a prejuízos fiscais no total de AKZ 324.898 milhares.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	2015	2014
Saldo inicial	1.543.568	1.420.030
Reconhecido em resultados	(766.196)	(124.501)
Reconhecido em reservas de justo valor (Nota 17)	(61.040)	248.039
Saldo final (Activo / (Passivo))	<u>716.332</u>	<u>1.543.568</u>

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2015 e 2014 teve as seguintes origens:

	2015		2014	
	Reconhecido em resultados (Nota 10)	Reconhecido em reservas (Nota 17)	Reconhecido em resultados (Nota 10)	Reconhecido em reservas (Nota 17)
Títulos e valores mobiliários	-	(61.040)	-	248.039
Reversão prejuízos fiscais	324.898	-	182.933	-
Provisões	(90.107)	-	(58.432)	-
Imposto Diferido	<u>234.791</u>	<u>(61.040)</u>	<u>124.501</u>	<u>248.039</u>
Imposto Corrente	531.405	-	-	-
Total do imposto reconhecido	<u>766.196</u>	<u>(61.040)</u>	<u>124.501</u>	<u>248.039</u>

28. IMPOSTOS (cont.)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultados antes de impostos		6.004.266		2.366.555
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	30,0%	1.801.280	30,0%	709.967
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-25,9%	(1.553.624)	-37,3%	(883.753)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	1,6%	94.313	0,1%	3.212
Efeito da alteração da taxa nos impostos diferidos	0,0%	-	8,9%	209.553
Reversão de imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais	4,2%	254.095	0,0%	-
Impostos sobre aplicação de capitais	1,9%	115.021	4,3%	102.488
Outros	0,9%	55.111	-0,7%	(16.966)
	12,8%	<u>766.196</u>	5,3%	<u>124.501</u>

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial (Lei nº 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014 de 20 de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão sujeitos a imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei n.º 19/14 de 12 de Outubro).

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

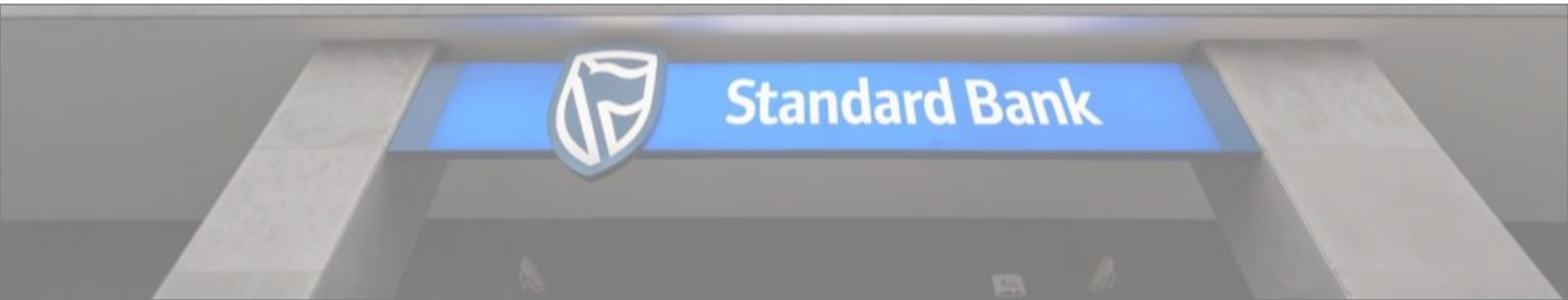
O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Ano	Base	Imposto	Ano de caducidade
2012	-	-	2015
2013	1.418.988.807	425.696.642	2016
2014	6.453.413	1.936.024	2017

29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

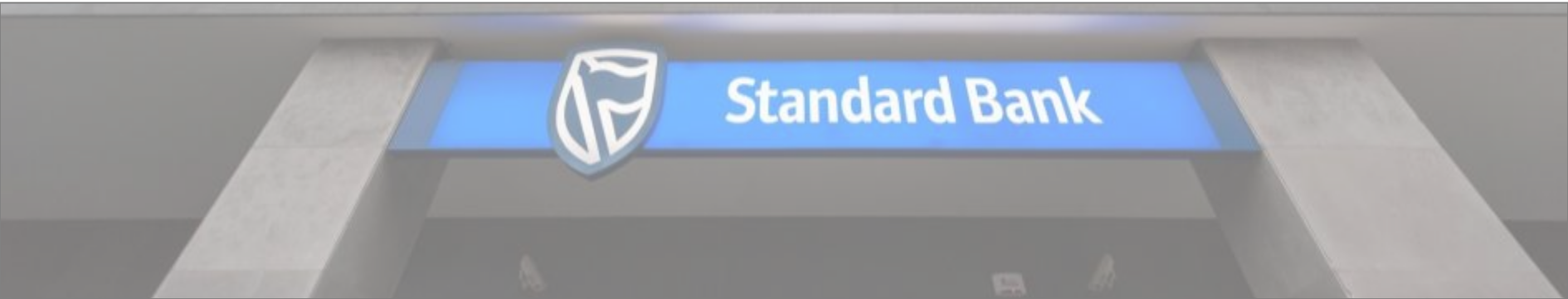
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2015			2014		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
ACTIVO						
Disponibilidades						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	1.560.372	-	-	1.997.053	-
<i>Standard Bank Maurícias</i>	-	1.705	-	-	69	-
<i>Stanbic Ibtsc Bank Plc</i>	-	1.955	-	-	279	-
<i>Standard Bank Namibia</i>	-	-	-	-	-	-
Aplicações de Liquidez						
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	10.825.284	-	-	-	-
Créditos						
Outros	33	-	1.365	-	-	11
Operações cambiais						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	3	-	-	1.022	-
Outros valores						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	41.207	-	-	-	-
	33	12.430.526	1.365	-	1.998.423	11
PASSIVO						
Depósitos						
AAA Activos, Lda	665.920	-	-	55.632	-	-
AAA Seguros, SA	-	39.970	-	-	5.307	-
Outros	254.318	-	2.545	293.697	-	1.614
Outras captações						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	4.102.976	-	-	3.117.106	-
<i>Standard Bank Namibia</i>	-	6.980	-	-	309	-
<i>Standard Bank London</i>	-	35.808	-	-	35.532	-
Operações cambiais						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	223	-	-	6.112	-
Outras Rubricas do Passivo						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	605.091	-	-	1.046.879	-
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	8.882	-	-	-	-
	920.238	4.799.930	2.545	349.329	4.211.245	1.614



29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS (cont.)

	2015		2014	
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas
RESULTADOS				
Proveitos de Aplicações de Liquidez				
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	8.516	-	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	14.460	-	37.033
Custos de Outras Captações				
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(167.870)	-	(124.364)
Custos de comissões, corretagens e custódias				
<i>Standard Bank South Africa</i>		-	-	(12.182)
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	(80.696)		
Resultados de Operações Cambiais				
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	4.871	-	(5.156)
Pessoal				
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(20.866)		
Fornecimentos de terceiros				
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(574.174)	-	(448.223)
AAA Activos, Lda	(72.802)	-	-	(62.558)
<i>Standard Bank - Moçambique</i>	-	-	-	(13.464)
Outros custos e proveitos operacionais				
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	433.455		
	(72.802)	(382.304)	-	(628.914)



30. BALANCENTE POR MOEDA

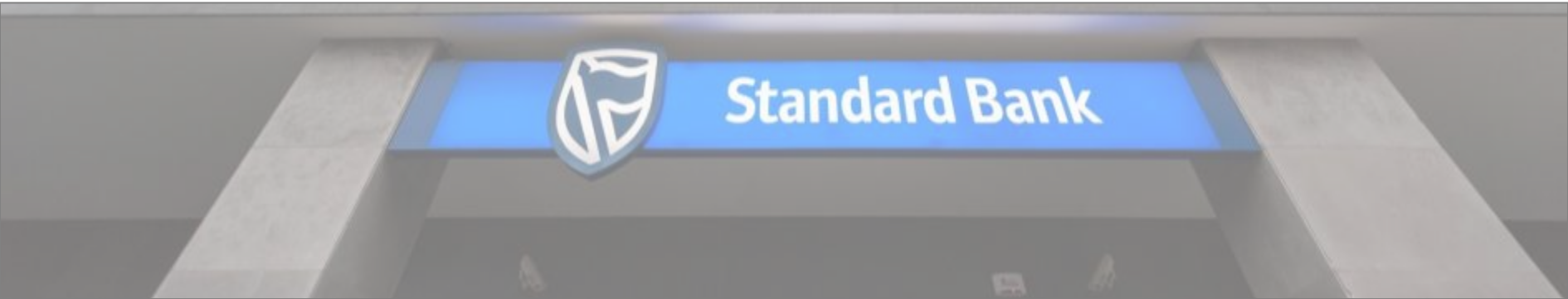
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2015				2014			
	AKZ	USD	Outros	Total	AKZ	USD	Outros	Total
ACTIVO								
Disponibilidades	108.046.449	25.312.916	2.707.821	136.067.186	22.426.435	28.709.310	1.141.234	52.276.979
Aplicações de liquidez								
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	-	10.825.284	-	10.825.284	25.001.188	-	-	25.001.188
Operações de compra de títulos com acordo de revenda	-	-	-	-	12.056.379	-	-	12.056.379
Títulos e valores mobiliários								
Mantidos para negociação	-	7.516.795	-	7.516.795	4.564.684	-	-	4.564.684
Disponíveis para venda	81.347.830	4.798.917	-	86.146.747	52.126.036	7.381.128	-	59.507.164
Créditos no sistema de pagamentos	6.471	-	15	6.486	54.956	1.542.945	-	1.597.901
Instrumentos financeiros derivados e Operações cambiais	4.350	388.873	-	393.223	13.784	12.007	2.819	28.610
Créditos	27.597.881	23.664.708	-	51.262.589	23.838.614	18.957.633	-	42.796.247
Outros valores	3.531.682	8.994	8.331	3.549.007	2.505.485	-	-	2.505.485
Imobilizações								
Imobilizações financeiras	44.290	-	-	44.290	44.290	-	-	44.290
Imobilizações corpóreas	1.970.404	-	-	1.970.404	1.995.895	-	-	1.995.895
Imobilizações incorpóreas	630.333	-	-	630.333	993.635	-	-	993.635
Total de activo	223.179.690	72.516.487	2.716.167	298.412.344	145.621.381	56.603.023	1.144.053	203.368.457
	2015				2014			
	AKZ	USD	Outros	Total	AKZ	USD	Outros	Total
PASSIVO								
Depósitos								
À ordem	119.842.787	56.999.371	1.920.632	178.762.790	109.657.475	55.421.978	932.356	166.011.809
A prazo	43.998.410	7.760.820	3.801	51.763.031	18.495.402	1.445.340	-	19.940.742
Outros depósitos	45.183.826	71.821	-	45.255.647	1.384.121	470.324	-	1.854.445
Obrigações no sistema de pagamentos	893.220	691	1.537	895.448	765.324	1.059	-	766.383
Instrumentos financeiros derivados e Operações cambiais	395.756	-	-	395.756	4.604	1.361	508	6.473
Outras captações	34.648	4.103.953	7.162	4.145.763	34.649	3.117.989	407.193	3.559.831
Outras obrigações	2.422.490	325.328	447.341	3.195.159	1.962.605	79.176	795.363	2.837.144
Provisões para responsabilidades prováveis	458.252	-	-	458.252	281.905	-	-	281.905
Total do passivo	213.229.389	69.261.984	2.380.473	284.871.846	132.586.085	60.537.227	2.135.420	195.258.732
Activo/(Passivo) líquido	9.950.301	3.254.503	335.694	13.540.498	13.035.296	(3.934.204)	(991.367)	8.109.725

Tendo em conta a forte desvalorização do Kwanza entre o dia 31 de Dezembro de 2015 e o dia 4 de Janeiro de 2016 (cerca de 15%), importa dar nota que, face às posições cambiais abertas à data de 31 de Dezembro de 2015, o impacto dessa desvalorização no resultado do SBA seria positivo no montante de AKZ 536.078 milhares.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2015 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.



RELATÓRIO E PARECER CONSELHO FISCAL

Standard Bank de Angola, SA.

Angola – Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas), apresentadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No cumprimento das suas funções, O Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Conselho de Administração, com a Comissão Executiva e com o Auditor Externo (a KPMG Angola), tendo acompanhado genericamente a actividade do Banco bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

O Conselho Fiscal reuniu com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo obtido dos mesmos a informação que periodicamente solicitou.

Em particular, o Conselho Fiscal pôde analisar as Demonstrações Financeiras relativas a 2015, sendo seu entendimento que as contas apresentadas satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do Relatório de Auditoria Externa emitido pela KPMG Angola o qual exprime uma opinião favorável às Contas apresentadas.

PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank é da opinião que:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, sejam aprovados;
2. A proposta de aplicação de resultados apresentada de AOA 5 238 069 860.25 (cinco mil milhões duzentos e trinta e oito milhões sessenta e nove mil oitocentos e sessenta Kwanzas e vinte e cinco cêntimos) é a seguinte:

Reserva Legal: AOA 748 012 383.45 (Setecentos e quarenta e oito milhões e doze mil trezentos e oitenta e três Kwanzas e quarenta e cinco cêntimos), referente aos exercícios de 2014 e 2015;

Prepared by: CdA – 05/05/2013

1



RELATÓRIO E PARECER CONSELHO FISCAL

Reserva Livre: AOA 3 585 008 771.44 (Três mil milhões quinhentos e oitenta e cinco milhões e oito mil e setecentos e setenta e um Kwanzas e quarenta e quatro cêntimos);

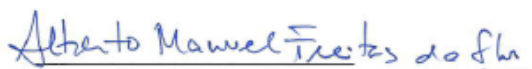
Resultados Transitados: AOA 905 048 705.36 (Novecentos e cinco milhões quarenta e oito mil setecentos e cinco Kwanzas e trinta e seis cêntimos).

O Conselho Fiscal exprime o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que foi dispensada.

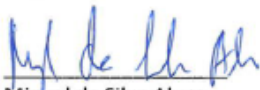
Luanda, 13 de Abril de 2016



Sérgio Eduardo Sequeira Serrão
Presidente do Conselho Fiscal



Alberto Manuel Freitas da Silva
Vogal do conselho Fiscal



Miguel da Silva Alves
Vogal do conselho Fiscal

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Rua do Assalto ao Quartel de Moncada, nº15 - 2º
Luanda - Angola

Telefone +244 227 28 01 01
Fax: +244 227 28 01 19

Relatório do Auditor Independente

**Aos Accionistas do
Standard Bank de Angola, S.A.**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Standard Bank de Angola, S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 298.412.344 milhares de AKZ e um total de fundos próprios de 13.540.498 milhares de AKZ, incluindo um resultado líquido de 5.238.070 milhares de AKZ), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações dos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Standard Bank de Angola, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

Luanda, 24 de Março de 2016

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Inês Filipe', written over a horizontal line.

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

Representada por

Inês Filipe

Perito Contabilista (Cédula nº 20140081)

10. Informação Adicional



Acrónimos e abreviaturas

Banca Corporativa e de Investimento - CIB	Modelo Global do Capital Humano - HCGT
Banca de Particulares e Empresas - PBB	Sistemas de controlo interno - SCI
Rendibilidade dos Fundos Próprios - ROE	Comité de Gestão de Risco de Crédito - CRMC
ATM – caixa automático	Comité de Risco do Grupo - GROC
Rácio de rendibilidade líquida dos activos - ROA	Comité de Portfólio de Gestão de Risco - PRMC
Standard Bank Angola - SBA	Plano Contabilístico das Instituições Financeiras - CONTIF
Fundo Monetário Internacional - FMI	Banco Nacional de Angola - BNA
Reserva federal dos EUA - FED	Probabilidade de incumprimento - PI
Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - SADC	Exposição em caso de incumprimento - EAD
Índice de preços ao consumidor - IPC	perda em caso de incumprimento - LGD
Orçamento Geral do Estado - OGE	Comité de Pré-Crédito - PCC
Pontos base - pb	Global ou Regional Comité de Pré-Crédito - GPCC ou RPCC
Bilhetes do Tesouro - BT´s	Comité Executivo de Crédito/Board Credit Committee - BCC
Obrigações do Tesouro - OT´s	Valor em Risco/ Value-at-Risk- VaR
Serviço de Compensação de Valores - SCV	ALCO - Comité de Activos e Passivos
Subsistema de Compensação de Cheques - SCC	Receitas Financeiras Líquidas - NII
Sistema de Pagamentos por Bruto em Tempo Real — SPTR	Conheça o Seu Cliente - KYC
Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo - PBC/FT	Pessoas Politicamente Expostas - PEPs
Banca de Particulares - PB	Grupo de Acção Financeira Internacional - GAFI
Banca de Empresas - BB	Imposto de Aplicação de Capitais - IAC
Apetite ao Risco - RAS	Plano Contabilístico das Instituições Financeiras - CONTIF
Bolsa de Dívida e Valores de Angola - BODIVA	Banco Nacional de Angola - BNA
Comissão do Mercado de Capitais - CMC	IAS/IFRS (pag.119)
Mercado de Registo de Títulos do Tesouro -MRTT	Delegação de poderes - DA
Terminais de Pagamento Automático - TPA´s	PD – Probabilidade de Incumprimento
Revisão de protocolos de condições preferenciais celebrados com empresas (WPB);	
Pequenas e Medias Empresas - PME	Gráficos
Empréstimo a médio prazo - MTL	ME – moeda estrangeira
Financiamento de Veículos e activos - VAF	MN – moeda nacional
Circuito fechado de televisão - CCTV	DP – Deposito a prazo
Direcção de Capital Humano -DCH	DO – Deposito à ordem
Serviços Centrais – EF	

Contactos



Contactos Standard Bank Angola - Agências

Agências	Morada	Província	Número de telefone
Amílcar Cabral	Rua Amílcar Cabral, 21 R/C	Luanda	926 904 983
AAA-Lenine	Rua Lenine, 58 R/C Esq. Luanda, Edifício AAA	Luanda	226 433 194
AAA-Praia do Bispo	Avenida António Agostinho Neto S/N	Luanda	226 433 200
Belas Business Park	Condomínio Belas Business Park - Edif. Cuando Cubango R/C	Luanda	226 432 659
Dolce Vita	Condomínio - Dolce Vita,Via S/8,Lote F1 Av. Talatona, Luanda Sul	Luanda	226 433 242
Ginga Shopping	Estrada Camama Viana nº 94 e 95	Luanda	226 432 685
Hotel Presidente	Largo 4 Fevereiro, n.º 7	Luanda	226 432 668
Maianga	Rua Marien Ngouabi Nº85	Luanda	226 433 234
Mateba	Edifício "Boavista", junto ao Terminal de Contentores n.º II	Luanda	939 474 531
Rei Katyavala	Rua Rei Katyavala e a Rua Liga Africana, Ingombotas	Luanda	226 433 227
Shoprite Palanca	Intersecção com o desvio para o Sanatório	Luanda	226 432 683
Torre Ambiente	Edifício Torre Ambiente - Travessa Joaquim Figueira R/C - Loja 4	Luanda	226 432 684
Gika Loja E	Rª Ho Chi Minh	Luanda	226 434 881
Torre Elysée	Rª Rainha Ginga Nº29	Luanda	226 434 886
Sogepower	Rua Direita de Viana, km 25	Luanda	226 434 847
Shoprite Belas Shopping	Centro Comercial Belas Shopping - Av. Talatona S/N	Luanda	226 433 184
AAA-Huambo	Rua Garcia da Orta, S/N	Huambo	226 433 254
Shoprite Huambo	Bloco 26, Bairro de São Luís, Zona da Avenida do Aeroporto	Huambo	226 432 687



**Standard
Bank**